



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E COTIDIANO: CLEMENTE LUZ E
SUAS CRÔNICAS EM/DE BRASÍLIA**

JOSÉ GOMES DO NASCIMENTO

BRASÍLIA

2020

JOSÉ GOMES DO NASCIMENTO

MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES E COTIDIANO: CLEMENTE LUZ E
SUAS CRÔNICAS EM/DE BRASÍLIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em História Cultural.

Orientadora: Profa. Doutora Maria Fernanda Derntl

BRASÍLIA

2020

José Gomes do Nascimento

Memórias, representações e cotidiano: Clemente Luz e suas crônicas em/de Brasília

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de Mestre em História Cultural.

Aprovado em 11 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl – PPGHIS/UnB
(Presidente)

Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela - UnB
(Membro interno)

Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos - UFCG
(Membro externo)

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima – PPG-FAU-UnB
(Suplente)

Para minha mãe e meu pai.
Para Herbert Miguel, historiador e grande amigo, que
sempre incentivou os meus objetivos acadêmicos, mas que
não poderá ler em vida este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me permitido escrever esta dissertação. Além dele, muitas pessoas contribuíram para esta escrita. Diretamente ou indiretamente, elas foram muito importantes para a finalização de mais um ciclo na minha vida.

Agradeço a minha esposa Grazielle Santos de Carvalho pela companhia e por ter permanecido comigo em todos os momentos da pesquisa: nos momentos bons, em que sempre estive disposta a ouvir sobre as minhas fontes e análises; mas principalmente por ter ficado ao meu lado nas ocasiões de maiores dificuldades – que não foram poucas – em que o corpo e a mente ficaram no limite. Nessas horas, ela sempre esteve comigo com palavras carinhosas e de apoio, além de ter um abraço acolhedor e reconfortante.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais Lucilene Gomes Silva e José de Ribamar do Nascimento por terem me ajudado a chegar até essa fase da minha vida. Eles sempre ficaram ao meu lado durante a investigação, mesmo sem saber ao certo com o que eu trabalhava.

Agradeço a minha orientadora Maria Fernanda Derntl por todas as dicas, pela paciência que teve comigo, pelos puxões de orelha – que não foram poucos – e principalmente por ter sido muito compreensiva e generosa nos momentos de maior dificuldade dessa jornada. Ela foi muito companheira nas orientações e sempre escutou com atenção e receptividade minhas propostas de análise. Além disso, suas instruções de escrita e abordagem teórico-metodológica serão muito importantes para a minha trajetória acadêmica.

Aos membros da banca examinadora, presto meus agradecimentos. À Viviane Gomes de Ceballos, pelas contribuições valiosas e não apenas por ter sido membro da minha banca de defesa de projeto e de dissertação, mas também por ter colaborado como referência bibliográfica. À Cristiane de Assis Portela, por toda ajuda recebida durante a minha graduação no UniCEUB, por ter me apresentado às temáticas de estudo de Brasília, pelos muitos empréstimos de livros e pelas valiosas sugestões dadas para esta dissertação.

Presto meus agradecimentos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por ter financiado os dois anos iniciais de Mestrado e depois mais seis meses devido a uma prorrogação. Sem essa bolsa, eu não teria completado essa etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço aos professores do PPGHis pelos ensinamentos nas disciplinas cursadas ao longo do curso e, igualmente, aos colaboradores da secretaria, Jorge e Rodolfo, por toda ajuda recebida durante o mestrado.

Dos amigos que fiz na pós-graduação, agradeço Raian Souza pelo companheirismo e pelas conversas na universidade; Lellison de Abreu pelas dicas, ajudas recebidas e, principalmente, conversas enriquecedoras; e Vanessa Queiroz por ter sido o meu espelho de aluna exemplar de pós-graduação a quem sempre recorri nas horas de dúvidas e dificuldades.

Dos amigos da graduação em História, agradeço a José Rubens, José Alves, Larissa, Leonam, Brendo, Adriana, Manuella, Ionaide e Allan por terem continuado meus amigos mesmo diante do sumiço causado pelo mestrado. Eles sempre foram grandes incentivadores dos meus objetivos na pós-graduação.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANE: Associação Nacional dos Escritores.

APM: Arquivo Público Mineiro.

ArPDF: Arquivo Público do Distrito Federal.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho.

Codeplan: Companhia de Planejamento do Distrito Federal.

DF: Distrito Federal.

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda.

DNP: Departamento Nacional de Propaganda.

DODF: Diário Oficial do Distrito Federal.

EBC: Empresa Brasil de Comunicação.

EBRASA: Editora de Brasília S.A.

GDF: Governo do Distrito Federal.

GEB: Guarda Especial de Brasília.

Inic: Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

INL: Instituto Nacional do Livro.

Iseb: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

JK: Juscelino Kubitschek.

MEC: Ministério da Educação.

Novacap: Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

PIC: Projeto de Iniciação Científica.

SJPDF: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF.

UniCEUB: Centro Universitário de Brasília.

RESUMO

Esta pesquisa analisa representações sociais de Brasília e de Clemente Luz, expressas nos livros de crônicas intitulados *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972). As crônicas de Clemente Luz, neles compilados, foram produzidas entre o final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960 para serem lidas diariamente na Rádio Nacional de Brasília. A análise parte de noções de memória e representação social para destacar alguns dos temas que emergem dessas crônicas, considerando o contexto de produção daqueles escritos e a trajetória do cronista nas representações memorialísticas que o autor fez de si mesmo. Buscamos mostrar que as crônicas de Luz introduzem uma nova dimensão à elaboração da memória da construção e dos primeiros anos da capital, sobretudo por meio da valorização do cotidiano e das vivências permeadas de dificuldades dos trabalhadores e das famílias de migrantes pobres.

Palavras-chave: Crônicas. Brasília. Clemente Luz. Memória. Representação social.

ABSTRACT

This research analyzes social representations of Brasília and Clemente Luz, presented in the books of chronicles called *Invenção da Cidade* (1968) and *Minivida* (1972). The chronicles of Clemente Luz, compiled in them, were produced between the end of the 1950s and the first half of the 1960s to be read daily at *Rádio Nacional de Brasília*. The analysis starts from concepts of memory and social representation to emphasize some of the themes that emerge from these chronicles, considering the context of production of those writings and the trajectory of the chronicler in the memorial representations that the author made of himself. We seek to show that the chronicles of Clemente Luz introduce a new dimension to the elaboration of the memory about the construction and the first years of the capital, especially through the appreciation of daily life and experiences, that were very difficult, of workers and family of poor migrants.

Keywords: Chronicles. Brasília. Clemente Luz. Memory. Social representation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1. UM CRONISTA NA NOVA CAPITAL, BRASÍLIA: OS LIVROS DE CRÔNICAS E A TRAJETÓRIA DE CLEMENTE RIBEIRO DA LUZ | 24 |
| 1.1 BRASÍLIA, CLEMENTE LUZ E OS LIVROS DE CRÔNICAS..... | 24 |
| 1.1.1. O primeiro livro de crônicas: Invenção da Cidade | 25 |
| 1.1.2. O segundo livro de crônicas: <i>Minivida</i> | 28 |
| 1.1.3. Narrativas que se complementam: <i>Invenção da Cidade</i> e <i>Minivida</i> | 32 |
| 1.2. CLEMENTE LUZ E SUAS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS | 33 |
| 1.2.1. Uma trajetória autobiografada: Clemente Luz e suas memórias | 40 |
| 2. O RÁDIO E A LITERATURA: CLEMENTE LUZ E A ESCRITA DE CRÔNICAS RADIOFÔNICAS | 61 |
| 2.1. NOTÍCIAS E ENTRETENIMENTO: O RÁDIO NO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK | 62 |
| 2.2. UMA NOVA RÁDIO NACIONAL NOS CANTEIROS DE OBRAS DE BRASÍLIA | 66 |
| 2.2.1. Narrativas acerca do início do rádio na nova capital: Rádio Nacional e a Voz de Brasília | 70 |
| 2.2.2. O aparelho dos “reis” numa cidade em construção: o rádio em Brasília..... | 76 |
| 2.3. “UM PRATO DE PALAVRAS” DIÁRIO: CRÔNICAS DE CLEMENTE LUZ NA RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA | 80 |
| 2.3.1. Escrita, oralidade e mídia: relações entre a Rádio Nacional de Brasília e as crônicas na nova capital..... | 87 |
| 3. O “TRABALHO DE DOMESTICAÇÃO DE PALAVRAS”: CRÔNICAS DE CLEMENTE LUZ DA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO E DOS PRIMEIROS ANOS DE BRASÍLIA | 93 |
| 3.1. CRÔNICAS DE CLEMENTE LUZ E A <i>LEITURA SENSÍVEL DO TEMPO</i> ... | 93 |
| 3.1.1. O trabalho de “contar coisas sobre a cidade que nascia” | 100 |
| 3.2. CRÔNICA, “ <i>NARRATIVA HISTÓRICA</i> ”, E OS DISCURSOS SOBRE BRASÍLIA | 104 |
| 3.2.1. Brasília e a interiorização: o “ <i>sonho de gerações</i> ” | 108 |
| 3.2.2. “Todos os caminhos conduzem a Brasília” | 113 |
| 3.2.3. “A visão do profeta” e o discurso mítico-religioso em Brasília | 118 |
| 3.2.4. As árvores retorcidas e “o símbolo da conquista” | 126 |
| 3.2.5. A Arquitetura e o Urbanismo da nova capital: Brasília um “Navio Ancorado” | 129 |
| 3.2.6. Clemente Luz: comunicador oficial da rádio local ou observador sensível de uma cidade em construção?..... | 134 |
| 3.3. CLEMENTE LUZ E OS DIFERENTES TEMAS DO COTIDIANO DE BRASÍLIA | 137 |
| 3.3.1. O cotidiano de uma “cidade inventada”: sujeitos, espaços e relações sociais..... | 137 |
| 3.3.2. Distinção social nos canteiros de Brasília | 141 |
| 3.3.2.1. <i>Os candangos nas crônicas de Clemente Luz</i> | 145 |
| 3.3.2.2. <i>Clemente Luz e os grupos sociais de Brasília</i> | 151 |
| 3.3.3. “A saudade e a solidão” em Brasília | 153 |
| 3.3.4. O “ritmo de Brasília”..... | 158 |
| 3.3.5. Moradia e exclusão na nova capital..... | 160 |

| | |
|---|------------|
| 4. CLEMENTE LUZ: OS LIVROS DE CRÔNICAS E AS CAMADAS DE MEMÓRIAS | 175 |
| 4.1. MEMÓRIAS, UMA RECAPITULAÇÃO: A MEMÓRIA ORALIZADA, A MEMÓRIA DA RÁDIO NACIONAL E A MEMÓRIA DE CLEMENTE LUZ... | 175 |
| 4.2. MEMÓRIA TEXTUAL: <i>INVENÇÃO DA CIDADE</i> (1968) E <i>MINIVIDA</i> (1972) | 178 |
| 4.2.1. <i>Invenção da Cidade</i> e os livros sobre Brasília na década de 1960 | 180 |
| 4.2.1.1. <i>A busca por uma identidade: do jornalismo à literatura em uma cidade incipiente</i> | 184 |
| 4.2.1.2. <i>O pioneirismo na literatura brasiliense e os anos 1960</i> | 186 |
| 4.2.2. <i>Minivida</i> e a tentativa de consolidação literária na década de 1970 | 189 |
| 4.3. O “PIONEIRO DOS PIONEIROS” NA LITERATURA DE BRASÍLIA: MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE CLEMENTE LUZ | 192 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 199 |
| FONTES E REFERÊNCIAS | 203 |

INTRODUÇÃO

Assim como muitos sujeitos que vivem em Brasília, sou filho de nordestinos que se mudaram para a cidade em busca de uma vida melhor. Tendo isso em vista, o interesse em estudar as crônicas de Clemente Luz decorre dessa relação familiar com a nova capital tema de estudo do primeiro semestre de minha graduação em História no Centro Universitário de Brasília-UniCEUB em 2014. Ao longo do curso, realizei três Projetos de Iniciação Científica – PIC/PIBIC¹ que foram decisivos para a ambição de fazer um mestrado. Eles me impulsionaram olhar com criticidade não apenas os espaços da cidade, como também a história tradicional que se constituiu em torno dela.

Foi em uma apresentação sobre os dois primeiros PICs em 2016 que tive contato pela primeira vez com as crônicas de Clemente Luz. Como um dos comunicadores de um Simpósio Temático sobre Brasília na Semana de História do UniCEUB, assisti à apresentação do professor Doutor de Literatura Rafael Voigt, que analisava, na ocasião, as crônicas do livro *Invenção da Cidade* (1968). Fiquei muito interessado naquelas narrativas do cotidiano de Brasília e, por isso, passei a me comunicar com o professor em busca de mais informações sobre o livro e o escritor. Meses depois, ele me convidou para participar como aluno bolsista do PIC “Clemente Luz: o primeiro cronista de Brasília”. Dali em diante, o PIC foi de suma importância para o início da análise das crônicas de Clemente Luz e para a escrita desta dissertação de mestrado.

Muitas vezes me perguntei, diante disso, se Clemente Luz e suas crônicas não haviam me escolhido para realizar este estudo, e não o contrário. Explico-me: em 2016 já estava com tudo preparado para o meu Trabalho de Conclusão de Curso -TCC,² que estudaria a década de 1960 de Brasília por meio de relatos orais e já pensava, mesmo que precocemente, em continuar a pesquisa em um futuro mestrado. No entanto, um incidente contribuiu para a mudança de

¹ O primeiro Projeto de Iniciação Científica – PIC/PIBIC, de agosto de 2014 a julho de 2015, foi *Memórias de Brasília: mapeando histórias e construindo materiais didáticos a partir de relatos orais do Arquivo Público do Distrito Federal*, que teve orientação da Prof.^a Dra Cristiane de Assis Portela e a companhia da estudante voluntária Alice da Silva Cruz. O segundo PIC, intitulado *Representações de mulheres no contexto de construção de Brasília (1956-961)*, foi realizado de agosto de 2015 a julho de 2016 sob orientação da Prof.^a Dra Cristiane de Assis Portela e das estudantes Larissa Brunnon Querino de Almeida e Anna Lorena Morais Silva. O terceiro PIC, *Clemente Luz: O primeiro cronista de Brasília*, foi realizado de agosto de 2016 a julho de 2017 sob orientação do Prof. Dr. Rafael Voigt Leandro e foi muito importante para esta dissertação. Todos foram realizados no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

² *O Tempo Lacunar entre o vivido e o narrado: os anos 1960 de Brasília em Relatos Oraís*. O TCC citado foi defendido em julho de 2017. A Banca Examinadora foi composta por Prof.^a Dra Cristiane de Assis Portela (Orientadora), Prof. Dr. Leandro Bulhões (Membro Interno – UniCEUB) e o Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (Membro Externo – UnB).

planos quando, por um descuido, o amarelado e já gasto *Invenção da Cidade* havia caído do alto da minha estante. Assim, as duras e velhas páginas do livro quebraram-se, restando poucas intactas. Não há como negar que a tristeza e o desespero me consumiram, não apenas por causa do carinho que tenho aos livros, mas também porque se tratava da principal fonte de análise do PIC mencionado, encontrada somente depois de muita procura pelos sebos de Brasília.

Todavia, dias depois, reencontrei a mesma edição de *Invenção da Cidade* (1968) em uma estante empoeirada de uma parada de ônibus da Asa Norte. Nem sempre me ocorria a ideia de verificar nesse local a existência de livros de meu interesse, mas, naquele dia, algo me dizia para olhar, pois lembrava-me que alguém na mesma comunicação do UniCEUB em 2016 disse ter encontrado um exemplar do livro naquela mesma parada. Minha intuição estava correta. Na época, não me contive de tanta felicidade: além de encontrar a mesma edição da que havia se perdido no incidente doméstico, a nova obra ainda era autografada pelo cronista. Diante de tanta coincidência, não restava dúvida: eu precisava continuar os estudos sobre o escritor e suas obras em outro momento. O primeiro projeto de mestrado podia esperar, pois não é todo dia que uma fonte praticamente escolhe você.

Ainda em 2017, mais uma descoberta significativa: o relato oral do cronista. Na época do PIC eu não possuía tantas fontes sobre a trajetória de Clemente Luz. A fonte que mais possibilitou informações foi a narrativa construída por ele mesmo nas orelhas do seu segundo livro, *Minivida* (1972). No catálogo de relatos orais do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF disponibilizado para pesquisadores não constava o nome do escritor. Um dia, porém, me dei conta de que não havia buscado diretamente no banco de dados do Arquivo. Ao fazê-lo, o resultado foi positivo: existia um depoimento produzido em 1996. O relato oral do escritor foi muito útil não apenas para a finalização daquele PIC, como também para esta dissertação.

Durante o mestrado, os objetivos de análise das crônicas e da trajetória de Clemente Luz foram se modificando, o que não é uma excepcionalidade nas pesquisas da Pós-Graduação, dado o amadurecimento natural dos novos investigadores. Desde a escrita do pré-projeto requisitado no processo de seleção de novos pós-graduandos, passei por muitas fases de contato com as crônicas. Primeiro: me encantei pelos escritos, pelo cotidiano e as sensibilidades da época da construção de Brasília. Em seguida, confesso: dada a imersão nas fontes, passei por uma fase de admiração das experiências de Clemente Luz vivenciadas na construção e nos primeiros anos da cidade. Depois do deslumbramento inicial, veio a revolta motivada por duas indagações: Como não havia me deparado com esses textos ao longo dos anos de estudo da temática de Brasília? Porque as crônicas (e o escritor) não possuíam uma maior visibilidade

quando comparadas a outras fontes memorialísticas de sujeitos que participaram daquele contexto da construção de Brasília?

Evidente que a proximidade e o encantamento inicial pelas crônicas me fizeram, por vezes, não enxergar outras possibilidades de análise. Foi preciso, então, com a ajuda da minha orientadora Maria Fernanda Derntl, realizar o distanciamento necessário para uma boa análise. Contudo, ainda assim, procurou-se nesta dissertação não deixar escapar totalmente essa intersubjetividade criada entre mim, as crônicas e a experiência de Clemente Luz. Agora ela está escrita de forma crítica e sem a tentativa de colocar o escritor em um pedestal, foi o combustível necessário nas horas de maiores dificuldades da pesquisa.

O mineiro Clemente Ribeiro da Luz (1920-1999), autor dos livros de crônicas analisados, mudou-se para Brasília em 1958 para trabalhar como redator na recém-inaugurada Rádio Nacional de Brasília. Nesse período, a futura capital ainda era um grande canteiro de obras a céu aberto. Anterior a esse momento, o autor havia trabalhado em jornais nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em Brasília, também exerceu a profissão de jornalista como correspondente do jornal *Diário Carioca*.

Foi a partir da sua função como redator na rádio local que Clemente Luz foi convidado para escrever crônicas em 1958. Daquele ano até meados da metade da década de 1960, todo dia na hora do almoço um texto seu era interpretado (lido) no programa “Crônica da cidade” da Rádio Nacional de Brasília. Somente anos depois, já em meados da segunda metade da década de 1960, algumas dessas crônicas foram reunidas e publicadas pelo cronista na coleção intitulada “Temas de Brasília”, que é composta por dois livros.

O primeiro deles é *Invenção da Cidade*, publicado em 1968 pela Editora de Brasília – EBRASA. Ele reúne oitenta e três crônicas distribuídas em quatro capítulos que foram chamados de “livros” pelo cronista. A segunda obra de crônicas é *Minivida*, que foi publicada em 1972 pela editora EDIPLAN Brasília, contendo cinquenta e três crônicas reunidas. Um fato interessante é que Clemente Luz diz não ter modificado os textos selecionados para preservá-los a autenticidade e a espontaneidade original.

Esta pesquisa objetiva analisar representações sociais de Brasília e de Clemente Luz por meio das crônicas desses dois livros, que, como aludido, reuniram crônicas escritas durante a construção e primeiros anos de Brasília. Para tanto, também são observadas outras fontes que

dizem respeito às narrativas do cronista sobre si mesmo, como seu relato oral produzido em 1996 pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

Essas crônicas analisadas mencionam temas do dia a dia de Brasília de forma simples e solta, às vezes despretensiosas, carregadas de humor e confidências, mas que permitem acesso às sensibilidades e práticas sociais daquela época. A partir de Sandra Jatahy Pesavento (2004), entende-se que elas permitem uma leitura sensível de uma Brasília daquele tempo.

Como referencial teórico para alcançar o objetivo proposto, nos guiamos pela renovação epistemológica no campo historiográfico da História Cultural, que, como lembra Pesavento (2003), possibilitou mudanças na história a partir da utilização de alguns conceitos que formaram um patamar epistemológico partilhado pelos historiadores da cultura, entre eles o de representação. Nesta pesquisa, não temos a ambição de sintetizar os debates no campo de estudo das representações sociais; destacaremos apenas alguns aspectos que julgamos essenciais para a análise realizada por esta dissertação. Tomamos por base, sobretudo, as contribuições de Pesavento, já que a autora tem a preocupação central de desenvolver estratégias metodológicas e teóricas no campo de uma história cultural do meio urbano, local onde se sustenta nossa análise.

Na história cultural do urbano, busca-se captar o sensível: as imagens, as emoções e os sentimentos. Cabe observar “uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Dessa forma, Pesavento (1995) sugere que analisemos a cidade através das suas representações, por entender que ela é, por excelência, um espaço de construção de significados expressos em bens culturais. É preciso pensar além do espaço, conduzindo-nos pelo “caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso perca a sua força imaginária”. (PESAVENTO, 1995, p. 282). Nesse sentido, nesta investigação compreendemos Brasília como “um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”. (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Quanto ao conceito central da nossa análise, a representação, como argumenta Pesavento (2003) em conformidade com Lynn Hunt (1992), trata-se de um dos conceitos que reorientou a postura do historiador, já que a sua incorporação aos estudos da cultura “marcou uma reviravolta na forma de os historiadores enxergarem o passado, redimensionando tanto o modo de pensar as marcas ou os traços que este deixou, sob a forma de fontes, quanto a própria escrita da história”. (PESAVENTO, 2008, p. 12).

Para o historiador francês Roger Chartier (2002), em *A história cultural: entre práticas e representações*, a noção de representação é essencial para o trabalho do historiador; o teórico, nos seus estudos, se baseia na ligação do conceito com a prática social. Para ele, considerando sua particularidade e historicidade, a representação deixa ver uma ausência que se diferencia entre aquilo que representa e o que é representado. Ela diz respeito à presença daquilo que se coloca no lugar do outro, como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, 2002, p. 31). O historiador francês chama atenção para as formas de dominação simbólica, que se refere à luta de representações no seio de uma hierarquização da estrutura social.

De acordo com Pesavento (2003, p. 12), em conformidade com o que foi proposto por Chartier (2002), “as representações são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento”. Segundo a mesma estudiosa (2008, p. 13), “os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre a realidade”.

As representações não são cópias do real, mas construções feitas a partir dele. (PESAVENTO, 2008). Desse modo, elas fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência: “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2003, p. 39). Por conta disso, entendemos que as crônicas de Clemente Luz são a mediação entre aquilo que teria sido e o que o cronista construiu como representação desse *ter sido*, seja de Brasília ou de si mesmo. Logo, não podemos esquecer que essas narrativas são representações em si mesmas, sendo o meio pelo qual o historiador constituirá sua representação do passado. (PESAVENTO, 2004).

Temos consciência e procuraremos demonstrar ao longo da dissertação que as representações fazem diálogo com sujeitos, discursos, sensibilidades e imaginários. Portanto, como lembra Pesavento (2008), elas não podem estar distantes do conceito de memória. Para a estudiosa da cultura, assim como a história, a memória é representação narrativa que propõe uma reconstrução do passado e que poderíamos chamar de *registro da ausência de tempo*.

Sabemos que o conceito, assim como o de representação, não é homogêneo e possui diversos significados. Durante a investigação, procuraremos privilegiar o não reducionismo dos conceitos empregados, buscando deixar claro com quais perspectivas trabalharemos, sem ter a pretensão de esgotar os conteúdos. Logo, ao longo das análises, faremos o uso prático desses

conceitos, sempre observando as especificidades e peculiaridades das fontes analisadas e refutando encaixes ou abordagens pré-estabelecidas.

Nos capítulos que seguem, será possível observar que são várias as camadas de memória que se estruturam em torno de Clemente Luz e suas crônicas. No que diz respeito ao cronista, há uma memória construída por ele mesmo sobre a sua trajetória que, por vezes, transita entre a representação de um menino pobre do interior que visou mudar de vida na “cidade grande” e um intelectual de Brasília com vasta experiência na literatura. Além disso, muito decorrente dessa memória, observaremos que é construído um imaginário social em torno do escritor e jornalista, especialmente após a sua morte. Nesse caso, as memórias de outros sujeitos sobre a sua figura se apoiam nas narrativas que foram construídas por ele.

Quanto às memórias presentes nas crônicas analisadas, identificamos dois tipos: as memórias oralizadas e as memórias textuais. As primeiras se referem aos escritos produzidos ainda na construção e primeiros anos de Brasília, época em que eram veiculadas na Rádio Nacional de Brasília. Elas possuem marcas da oralidade, como o coloquialismo e a relação entre cronista e ouvinte, potencializadas ainda mais pelo meio de comunicação de massa. As que seguem, por outro lado, são textuais pelo fato de o cronista, anos depois, ter reunido esses textos do rádio na publicação em livros. Estabeleceu-se, com isso, uma nova conexão entre escritor e leitor de suas crônicas. Como veremos no quarto capítulo, por mais que se trate das mesmas narrativas, a seletividade imposta na escrita a partir das ânsias daquele segundo período modifica as representações sobre o real, produzido anteriormente.

No que diz respeito às crônicas enquanto fontes, a partir das considerações de Sidney Chalhoub, Margarida de Sousa Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira (2005), refutamos na investigação uma definição simplista do gênero literário. Assim, mesmo que tenham se tornado clássicas as características das crônicas como narrativas leves do cotidiano e de rápida leitura, não buscamos definições gerais na intenção chegar a uma suposta essência. Logo, não sendo a crônica apenas um gênero simples e com definição única, procuramos observar especialmente os mecanismos utilizados no texto, os discursos, os sujeitos, os enredos e outros gêneros utilizados, como cartas, relatos e diálogos, o que a torna complexa e com variadas possibilidades de composição e interpretação.

Na sua relação com a história, entendemos a partir de Pesavento (1997; 2004) que a crônica possibilita um registro privilegiado de busca do passado, sendo uma valiosa fonte para historiadores que buscam as sensibilidades de uma outra época e, sobretudo, a forma pela qual o cronista representava esse outro tempo. Ainda para Pesavento (2004), o gênero literário realiza uma leitura sensível do tempo que consideramos muito rica para compreender como se

pensava Brasília e seus sujeitos, os espaços e as relações sociais. Além disso, como aludido, as crônicas analisadas são ótimas fontes para saber como Clemente Luz representava não apenas Brasília – no período da construção e primeiros anos –, como também a si mesmo dentro daquele contexto.

Não objetivamos fazer o uso das crônicas como mera ilustração, mas verificá-las visando acessar outros elementos do passado, como o cotidiano e as sensibilidades. Nas crônicas de Clemente Luz, encontramos valores que guiavam seus passos e que dialogavam com um imaginário da época, especialmente o dos defensores da construção da nova capital, o que possibilitava a ele fazer uma leitura sensível desse tempo. Nas suas narrativas, são apresentados medos, sofrimentos, angústias, decepções, saudades, sonhos e os perfis de uma Brasília incipiente.

É por isso que se observará, durante a dissertação, que essas crônicas são ótimas fontes para recuperar formas passadas de representações. No entanto, é importante manter a consciência de que se trata de registros que recriam o real, que fazem uma “leitura” do cotidiano e que muitas vezes versam de gente sem importância, das coisas despercebidas, do dia a dia da nova capital.

Como veremos na pesquisa, no que se refere ao imaginário sobre o cronista e suas obras, algumas investigações se concentram em afirmá-lo como o primeiro cronista de Brasília, ideia de primazia recorrente na história tradicional da cidade. Israel Pinheiro, no prefácio de *Invenção da Cidade*, diz que Clemente Luz foi o “primeiro escritor e jornalista que ligou a sua profissão à edificação de Brasília”. O estudioso da literatura brasiliense Luiz Guimarães da Costa (2005) o chama de “pioneiro dos pioneiros” dos escritores da cidade. Já a jornalista Conceição Freitas (2003) denomina-o de “Pero Vaz de Brasília”, ao afirmar que ele foi o primeiro a escrever sobre a cidade ainda na construção. Como se observará no primeiro capítulo, o próprio Clemente Luz se refere a esse discurso de primazia nas suas narrativas sobre as atividades exercidas durante a construção da nova capital.

Por sua vez, no que diz respeito às memórias das crônicas de Clemente Luz, algumas pesquisas fazem uso dessas fontes em suas análises como forma de acesso às sensibilidades e cotidiano de Brasília. Maria Salete Kern Machado (2009) faz justamente alusão às memórias da construção de Brasília. Mariana Y. dos Santos Arake (2011), além de mencionar as narrativas sobre a construção da nova capital, chama atenção para a relação do gênero literário com a Rádio Nacional de Brasília. Já José William Vesentini (1986) analisa algumas crônicas de *Invenção da Cidade* (1968) ao abordar questões geopolíticas de Brasília. Nair Heloísa

Bicalho de Sousa (1983), por sua vez, faz uso em sua pesquisa da crônica *Canto noturno* para dar início à análise das condições de vida e trabalho dos operários na construção de Brasília.

Em uma análise mais crítica a algumas crônicas de Clemente Luz, a historiadora Viviane Gomes Ceballos (2005), em *“E a história se fez cidades...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília*, problematiza a forma pela qual essas fontes memorialísticas por vezes apresentaram discursos cristalizantes e imaginários que defendiam a construção de Brasília. Assim como fez a pesquisadora, nos detemos em análise de memórias discursivas, presentes nas narrativas do cronista no terceiro capítulo, em que entendemos que muitos desses discursos derivavam da relação do escritor com a rádio local, esta que possuía como uma das suas atribuições a divulgação e defesa da construção da nova capital. Além disso, há um sentido de apelo popular requerido pelo cronista, por ter sido aquele que narrava o cotidiano de Brasília ainda na sua fase de construção, sendo ele declaradamente um entusiasta daquele projeto, como também veremos.

Na investigação, fazemos uso, ao longo dos capítulos, de uma consistente literatura sobre a história de Brasília e do Distrito Federal (DF), tais como as de Gustavo Lins Ribeiro (2008), Nair H. Bicalho de Sousa (1983), James Holston (1993), Márcio de Oliveira (2005), Laurent Vidal (2009), Viviane Ceballos (2005), Georgete Medleg Rodrigues (1990), entre outros essenciais para a análise das representações da nova capital.

Durante as investigações propostas nos capítulos desta dissertação, utilizaremos outras fontes documentais auxiliares que contribuirão sobremaneira para a análise das crônicas e da trajetória autobiográfica de Clemente Luz. Como citado, um dos mais utilizados, especialmente durante os primeiros capítulos, foi o relato oral do escritor produzido pelo Arquivo Público do Distrito Federal em 1996, documento em que são abordados diversos tópicos sobre sua vida, como estudos, profissões, participação na construção de Brasília, trajetória como escritor, entre outros. Além disso, são utilizados relatos orais de outros sujeitos que participaram da construção, sobretudo aqueles que possuíam alguma ligação com a Rádio Nacional de Brasília. No entanto, como se verificará, levou-se em consideração, no uso dessas fontes, os processos da memória e a importância da criticidade, já que elas não falam por si só.

O estudo também recorre à revista *Brasília*, periódico mensal de divulgação e prestação de contas editado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap. Da mesma forma nos valem de falas de personalidades de Brasília, como Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek, como forma de criticar construções discursivas e suas recorrências nas crônicas de Clemente Luz.

Outra fonte muito utilizada na investigação foi o jornal. Por meio da consulta no banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional fizemos, usamos de uma gama de periódicos de várias décadas, sobremaneira o *Correio Braziliense (DF)* pela cobertura realizada no que diz respeito à literatura da cidade a partir da década de 1960 e por ter sido o periódico que mais registrou notícias envolvendo Clemente Luz. Entretanto, o emprego dos jornais, assim como o relato oral do cronista e as outras fontes mencionadas, sempre privilegiou a crítica, refutando a ideia de utilizar esses documentos como depósitos de verdades da época.

Na pesquisa histórica, o referencial metodológico é tão importante quanto as fontes analisadas e os conceitos utilizados. Nesta averiguação, baseamo-nos na categoria de *paradigma indiciário* de Carlo Ginzburg (1989), que defende que o conhecimento do historiador é indiciário e fragmental. O teórico italiano salienta que devemos agir como detetives, investigando coisas pequenas, insignificantes, que às vezes são despercebidas. Ao observar essas singularidades, pode-se chegar à percepção de algo que não se mostraria em um primeiro plano. Desse modo, o historiador-detetive é responsável pela decifração de um enigma através da elucidação de um enredo mediante pistas. No caso da análise das crônicas de Luz, as pistas muitas vezes são não-ditos alusivos às práticas sociais da época, objetos narrados que simbolizam bem mais do que sua roupagem aparente, expressões que se referem às construções discursivas de defesa de Brasília, histórias curiosas que expõe dificuldades pouco abordadas por uma memória nacional – como a exclusão e a estratificação social –, entre outros que veremos ao longo dos capítulos.

Também fazemos uso de alguns conceitos da análise de discurso, especialmente por meio das considerações de Eni P. Orlandi (2005) e Michel Foucault (2007). Utilizando as palavras de Foucault (2007, p. 132), entendemos o discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem a mesma formação discursiva”. Com isso, nos detemos nesta pesquisa em não-ditos presentes nas narrativas verificadas; ou mesmo já-ditos, que possuíam uma memória discursiva sobre Brasília, especialmente os reforçados pelo governo Juscelino Kubitschek (JK) no que diz respeito à suposta necessidade de interiorização da capital, bastante utilizada por Clemente Luz em suas crônicas.

A partir disso, nos concentramos em conceitos-chave, como “local de fala” (ORLANDI, 2005), para nos atentarmos de qual posição Luz narrava; e “condições de produção” (ORLANDI, 2005), para não deixarmos de considerar o contexto em que as crônicas foram produzidas e onde foram veiculadas, o que influencia nos discursos desses textos. Esses conceitos foram importantes para a análise das narrativas de Clemente Luz sobre si mesmo e seus livros de crônicas. Além disso, foi de suma relevância ter em mente a noção de

“interdiscurso” (ORLANDI, 2005), por conta dos já-ditos e discursos pré-construídos, já que, como mencionado, é presente nas narrativas do cronista uma memória discursiva da “ideia” de Brasília.

Durante a pesquisa, fizemos uso de sistematizações e fichamentos das fontes, tal como sugere Umberto Eco (2016), para facilitar os afazeres de coleta, análise e posterior consulta das fontes. Esse trabalho otimizou e auxiliou o trato com os documentos, já que era grande o número de fontes: além das 136 crônicas analisadas, consultamos dezenas de depoimentos sobre a Rádio Nacional de Brasília e inúmeras edições de periódicos, em especial do *Correio Braziliense*. Dessa forma, parte do método de investigação correspondeu não apenas ao levantamento de fontes, mas também ao esforço coordenado de sistematização, fichamento e análise prévia dos dados coletados e armazenados.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo verifica inicialmente os livros *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972), por reunirem as crônicas averiguadas, uma vez que não tivemos acesso aos textos originais do cronista. Em um segundo momento, o capítulo se detém à análise da trajetória de Clemente Luz por meio de narrativas construídas por ele mesmo ao longo dos anos. Essa segunda parte se mostrará importante ao longo da pesquisa, pois muitas das experiências do escritor se fazem presentes nas crônicas analisadas, demonstrando que esses textos expressam representações não apenas de Brasília, como também do próprio cronista.

O segundo capítulo focou na produção e veiculação das crônicas de Luz, visando situá-las em um contexto mais amplo de afirmação do rádio como meio de comunicação de massa e de divulgação da iniciativa de construir Brasília. Pretende-se, com o capítulo, demonstrar os meios que possibilitaram a produção de crônicas radiofônicas sobre a capital.

O terceiro se deteve na busca das representações das crônicas de Clemente Luz, levando em consideração as condições de produção, o local de fala do cronista e a forma de circulação dessas fontes no período da construção de Brasília e nos seus primeiros anos. Para tanto, partimos da afirmação de que a crônica, como narrativa histórica, faz uma leitura sensível do cotidiano, possibilitando, com isso, o acesso às práticas sociais, sensibilidades, cotidiano, bem como a forma que Clemente Luz imaginava Brasília no momento da escrita desses textos.

No quarto e último capítulo, verificam-se mais detidamente as memórias que se estruturam em torno de Clemente Luz e suas crônicas. Partimos da hipótese de que as narrativas que criam um imaginário social sobre o cronista e suas obras, são fruto de algumas camadas de memória. É nessa última parte que observamos como se deu o contexto de produção e lançamento de *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972).

Ao fim, recuperamos, de maneira sintética, as principais conclusões da dissertação e apontamos alguns possíveis desdobramentos futuros.

1. UM CRONISTA NA NOVA CAPITAL, BRASÍLIA: OS LIVROS DE CRÔNICAS E A TRAJETÓRIA DE CLEMENTE RIBEIRO DA LUZ

Este capítulo objetiva verificar os livros de crônicas e a trajetória de Clemente Luz por meio de narrativas construídas por ele mesmo ao longo dos anos. Atentamos que muitas das questões propostas nesta primeira parte da dissertação serão primeiramente expostas e, em seguida, melhor desenvolvidas nos capítulos que seguem. Inicialmente, averiguaremos *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972) por serem os livros em que se encontram as crônicas de Clemente Luz, uma vez que não tivemos acesso aos textos originais veiculados por meio do rádio. A segunda parte do capítulo elucida as experiências do escritor presentes nas crônicas analisadas, o que demonstra que esses textos expressam representações de Brasília e do autor. Deste modo, as memórias observadas servem para conhecer um pouco sobre quem foi Clemente Luz, mas, sobretudo, para problematizar como ele próprio se inseria na nova capital.

1.1. BRASÍLIA, CLEMENTE LUZ E OS LIVROS DE CRÔNICAS

Em 1958, o jornalista e escritor mineiro Clemente Luz mudou-se para Brasília. Nesse ano, a cidade-capital ainda se apresentava como um grande canteiro de obras e continha algumas inaugurações, como edifícios na Superquadra 108 (quadra modelo), o Hotel Brasília Palace, a Igrejinha Nossa Senhora de Fátima e o Palácio da Alvorada.³ Contudo, foi a inauguração da Rádio Nacional de Brasília, em maio de 1958, que contribuiu decisivamente para a conexão entre Clemente Luz e a nova capital, já que ele foi transferido da Rádio Nacional do Rio de Janeiro para trabalhar como redator da nova rádio de Brasília. Nesse instante, temos um peculiar vínculo do cronista com o governo de Juscelino Kubitschek, pois a Rádio Nacional era parte de um conglomerado de empresas do Estado, assim como o jornal *A Noite*, em que Clemente Luz trabalhou antes de ser contratado pela emissora carioca. Como veremos no próximo capítulo, a Rádio Nacional de Brasília possuía, como objetivo principal, a divulgação e a propagação da nova capital no país.

É nesse contexto que Clemente Luz é convidado para escrever crônicas que seriam interpretadas (lidas) diariamente na rádio local. Como veremos adiante, havia na década de 1950 uma relação estreita entre o gênero literário e o rádio, grande veículo de comunicação de massa da época. Assim, surgia a crônica radiofônica, que tinha quase as mesmas características da crônica para jornal: linguagem simples, voltada para o cotidiano e de rápida leitura (escuta).

³ Cf OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005. p. 199-211.

Em contrapartida, eram utilizados elementos da oralidade nesse outro tipo de crônica, como se fosse uma conversa cotidiana entre locutor e ouvinte, com ênfase nas técnicas de interpretação e recursos sonoros do rádio.

Na análise das crônicas de Clemente Luz, especificar que foram as primeiras produzidas para o rádio é importante, visto que somente anos depois esses textos seriam reunidos e publicados em *Invenção da Cidade e Minivida*, respectivamente nos anos de 1968 e 1972. O escritor afirma que não modificou as crônicas desses livros para preservar-lhes a autenticidade e espontaneidade. Logo, sendo esses livros nossas fontes de análise, há especificidades e contextos de produções distintos envolvidos que procuraremos analisar ao longo dos próximos capítulos.

De antemão, podemos assegurar que: primeiro, Clemente Luz escreve as crônicas para serem interpretadas todos os dias na Rádio Nacional de Brasília; depois, esses textos são reunidos pelo autor nas obras citadas anos depois. Tentaremos demonstrar brevemente essa diferença adiante a partir da narrativa do cronista sobre si mesmo. No entanto, se faz necessário expor essas obras citadas por serem nossas fontes de análise e consulta.

1.1.1. O primeiro livro de crônicas: *Invenção da Cidade*

A primeira edição de *Invenção da Cidade*, publicada em 1968 pela Editora de Brasília S.A. – EBRASA⁴, possui duzentas e oitenta e seis (286) páginas. O livro reúne um total de oitenta e três crônicas, distribuídas em quatro capítulos intitulados livros, dos quais dois não dispõem de subcapítulos. São eles: “Livro I: Tempo do Louva-a-Deus”, com trinta e cinco crônicas e quatro subdivisões; “Livro II: Itinerário da Solidão”, com dezenove crônicas sem subgrupos; “Livro III: Tempo do encontro”, com quinze crônicas e três subgrupos; e, por fim, “Livro IV: Navio ancorado”, com treze crônicas sem subgrupos. Entendemos que essa escolha do autor em intitular os capítulos de “livros” busca demonstrar que se tratava de múltiplas histórias, como se cada “livro” narrasse um contexto diferente da construção e primeiros anos de Brasília.

A primeira crônica, *Um nome à margem*⁵, se assemelha a um prefácio do cronista. Ela está localizada logo após o índice, o prefácio de Israel Pinheiro e a apresentação da obra e procura justificar uma suposta pequena alusão à falta de mais protagonismo do ex-presidente

⁴ Há uma segunda edição do livro. Ela foi publicada em 1982 pela Editora Record em convênio com o Instituto Nacional do Livro (Ministério da Educação e Cultura) e dispõe de um total de cento e setenta (170) páginas.

⁵ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ed. Horizonte - EBRASA, 1968. p. 17.

Juscelino Kubitschek nos textos reunidos. Essa localização, antes mesmo do *Livro I*, e a data indicada (1967) confirmam a hipótese de que essa crônica seria uma espécie de segundo prefácio.

As crônicas dos livros I, II e III foram escritas no período de maior intensidade do trabalho da construção de Brasília: de julho de 1958 a abril de 1960. Para Clemente Luz (1968, p. 15), “[as crônicas dessas primeiras partes] traduzem sentimentos vários e descontraídos de homens, coisas e animais, diante da nova realidade que se plantava no Planalto Central, com a força da técnica e o vigor da fé e do entusiasmo de toda a Nação”. Há, nesse sentido, uma divisão que visa mais a temática do que propriamente a cronologia dos fatos narrados, sendo possível encontrar uma crônica referente ao ano de 1959 e, na sequência, uma outra que diz respeito à 1958.

O *Livro I: Tempo do Louva-a-Deus* dispõe do maior número de crônicas. Pelos temas mencionados, em geral, são narradas situações que vão do início da construção à, provavelmente, 1959. Nem sempre os títulos descrevem totalmente o foco narrativo buscado pelo cronista, mas a organização dos livros o faz, pois os títulos dos grupos e subgrupos sintetizam bem o tema das crônicas selecionadas. Desse modo, o livro 1 (capítulo 1) possui o maior número de crônicas da obra, justamente por falar de muitas questões da cidade em construção como sujeitos e espaços; sendo assim, contém quatro subgrupos: Os elementos, o Louva-a-Deus, Candangos e Cumeeiras.

Vale ressaltar que a primeira crônica do livro I, *Encontro matinal*⁶, não está localizada em nenhum dos quatro subgrupos do livro. Entendemos que ela adquire a forma de um texto introdutório, não apenas das narrativas sobre Brasília, mas também do trabalho de Clemente Luz como cronista. Logo, representa-se com esses textos uma ligação do escritor com a construção da nova capital, justificando seu papel como um dos participantes daquele contexto, como veremos com mais detalhes no terceiro capítulo.

Entre os subgrupos dessa primeira parte, aquele intitulado *Os elementos* narra o início da construção da nova capital no que tange os primeiros sujeitos que se mudaram, como Israel Pinheiro e Bernardo Sayão, e o ritmo que se instaurou na cidade. Ele possui cinco crônicas. O subgrupo *O Louva-a-Deus* se refere fundamentalmente às concepções de arquitetura e urbanismo da cidade, em que, por vezes, o cronista diz não ter visualizado o desenho proposto para o Plano Piloto como um Avião, e sim como um Louva-a-Deus pousado sobre uma toalha Xadrez, pronto para alçar voo a qualquer momento. Ele tem cinco crônicas. Por sua vez,

⁶ Ibid., p. 25.

Candangos, como o próprio nome sugere, trata dos operários humildes e de suas funções e rotina de trabalho, mas não só. Relatam questões como cantorias, transporte, objetos simples, mas importantes, como a mala de madeira e o caneco, além de histórias engraçadas, entre outras. Ele possui onze crônicas. Por último, *Cumeeiras* anuncia a saga da construção de uma nova capital a partir de narrativas sobre as obras e inaugurações (e, com elas, as festas) na cidade, daí o nome do subgrupo, que significa a parte final de uma construção. Ele dispõe de treze crônicas.

O *Livro II: Itinerário da solidão* é composto de dezenove crônicas e não possui subdivisões. O capítulo apresenta os sentimentos daqueles sujeitos que estavam inseridos na construção de Brasília, como os trabalhadores mais humildes, mas também de outros, como o próprio Clemente Luz. É possível identificar nos escritos dessa parte uma variedade de personagens: mulheres, religiosos, mães, crianças, animais, entres outros. Além disso, encontra-se uma interação maior do cronista com os personagens e fatos narrados, evidenciando-se os sentimentos de Luz com Brasília, além de aspectos de sua vida nas relações com amigos, trabalho e moradia. Por fim, encontram-se crônicas que tratam de saudade, solidão, dificuldades habitacionais, religião, meios de comunicação, entre outros.

O *Livro III: Tempo do Encontro* possui quinze crônicas distribuídas em três subgrupos, sendo eles: *Encontro das águas*, *Encontro dos quadrantes* e *Encontro dos caminhos*. O livro relata respectivamente: do Lago Paranoá como ponto importante para a consolidação da cidade; dos caminhos que ligariam Brasília aos quatro cantos do Brasil; e dos dias que antecederam a inauguração da cidade.

O subgrupo *I – Encontro das águas* versa sobre a formação do Lago, a situação das famílias que viviam em uma localização que seria inundada pelas águas do lago artificial e as medidas tomadas para ajudar esses sujeitos que foram desalojados. Ademais, se refere a como o Lago influenciava positivamente na beleza da nova capital, não só em questões arquitetônicas e urbanísticas, como também no favorecimento da fauna e flora.

Por outro lado, em *II - Encontro dos quadrantes*, é patente a preocupação com as estradas que ligariam Brasília ao resto do país, no sentido de integração nacional difundido profundamente pelo governo daquele período. Destarte, é mencionada uma caravana com automóveis nacionais que “testaria” esses novos caminhos, efetivando um “cruzeiro de estradas”, em que os quatro pontos cardeais (Leste, Oeste, Sul e Norte) se ligariam à nova capital. Observaremos melhor essas questões no terceiro capítulo.

O subgrupo *III-Encontro dos caminhos* trata de um período que antecede a inauguração da nova capital e os preparativos e ansiedades dos sujeitos que participaram da empreitada. O

cronista representa as opiniões e dúvidas sobre Brasília, especialmente daqueles que viviam no Rio de Janeiro e no estado de Goiás. Além disso, esse subgrupo expõe um misto de sentimentos, especialmente de “dever cumprido”, mesmo que com certo ressentimento com aqueles sujeitos que duvidaram e foram contra a construção de Brasília. Por fim, essa subdivisão busca representar a inauguração da cidade e fazer uma historicização da “construção”, indo do início das obras a abril de 1960.

O *Livro IV – Navio Ancorado* contém treze crônicas e não possui subgrupos. Ele fala dos primeiros meses de Brasília como nova capital, período em que a cidade estava em fase de ocupação – que o cronista chama de “humanização”. Assim, delinea os novos moradores e os que nasceram na cidade, isto é, os primeiros brasilienses. Também relata os primeiros bailes de debutantes, a questão imobiliária, o maquinário burocrático do serviço público e as belezas da cidade, como suas luzes e “monumentalidade”. Para Clemente Luz (1968, p. 15), essa quarta parte “é constituída de crônicas escritas após a inauguração da nova capital e procuram fixar os flagrantés da readaptação do homem e sua família às condições novas, impostas pela cidade em formação”.

A partir de uma leitura mais atenta das crônicas presentes em *Invenção da Cidade* (1968), percebe-se que Clemente Luz, desde o início, opta por falar do cotidiano, dos acontecimentos rotineiros e das histórias engraçadas – por vezes, amargas. Como verificaremos no terceiro capítulo, ele procura demonstrar que havia na Brasília ainda não inaugurada uma comunidade com suas relações sociais e dificuldades de moradia, famílias, animais domésticos e crianças que assistiam ao nascer de uma cidade.

Como menciona José Guimarães Alves na orelha do livro, “Clemente Luz, a rigor, quis ser apenas o cronista do cotidiano, o comentador de episódios e acontecimentos, observador fiel e sensível dos fatos na sucessão dos dias”. (LUZ, 1968, S/N). Já o cronista cita na seção “informação” (apresentação) do livro que em nenhum momento teve “a pretensão de estar escrevendo a história de Brasília”. Entendemos com isso que ele se utiliza de uma retórica de aparente modéstia nesse discurso, uma vez que o argumento de que o livro narrava a construção de Brasília foi muitas vezes utilizado como alegação central divulgadora nos seus discursos e em jornais da época. Isso posto, analisaremos muitas situações e representações presentes no livro de forma mais aprofundada ao longo da dissertação. Nesse primeiro momento, objetivava-se apenas expor em linhas gerais o objeto no qual tivemos acesso.

1.1.2. O segundo livro de crônicas: *Minivida*

Por mais que o título do segundo livro *Minivida: minicontos* (1972) sugira que os textos reunidos sejam contos curtos, o gênero literário utilizado na obra é o da crônica. O próprio escritor disse em uma reportagem concedida ao *Correio Braziliense* no ano de 1968 que o livro é produzido no estilo de crônicas, do qual ele se “considerava praticamente um especialista em Brasília”. Ao discorrer sobre sua participação no concurso “Prêmio de Ficção Banco Regional de Brasília”, no qual foi agraciado com uma Menção Honrosa pelos originais de *Minivida*, ele disse que não se tratava de um livro de ficção (no sentido essencial da palavra), mas de textos que “ultrapassaram o limite das crônicas e atingiram o limite do conto”.⁷ Assim sendo, entendemos que nem sempre os textos do livro narravam “apenas” o cotidiano de Brasília de forma simples e despretensiosa (CANDIDO, 1981), mas que são muitas vezes caracterizados por histórias pequenas, com pouca dramatização, como é o caso do conto (VALENTE-BARATA, 2013).

Discutiremos melhor, nos capítulos seguintes, o gênero literário empregado por Luz. Nesse primeiro momento, interessa-nos apenas chamar atenção para esse subtítulo que pode gerar um estranhamento, mas que demonstra a pluralidade de escrita e artifícios literários utilizados por Clemente Luz nos seus livros. Cabe destacar que, consoante a reportagem do *Correio Braziliense*, o livro seria intitulado *Minivida: cadernos de candangos*. Acreditamos que *Minicontos* fora o título utilizado como estratégia da editora.

No que diz respeito aos elementos paratextuais, o planejamento gráfico do livro ficou por conta de Wladimir Luz, um dos filhos do escritor. A obra foi editada pela EDIPLAN Brasília e impressa na Gráfica Horizonte. Ademais, há na contracapa uma explicação sobre a obra, a mesma que conta na apresentação:

As páginas deste livro, como as de INVENÇÃO DA CIDADE, estão impregnadas de Brasília. Falam da gente e das coisas de Brasília, sem pretensões maiores. [...] Com sua presença na cidade, formando a textura dos dramas e dos problemas, a minivida aqui reunida, registrada em cada estrelinha e em cada página, talvez possa contribuir, agora e no futuro, o subsídio básico para quem tiver de escrever a epopeia de Brasília. O autor, com humildade, se contenta em registrar o flagrante da vida miúda na cidade monumental (LUZ, 1968, p. 6).

Diante do exposto, com esse segundo livro o cronista visa mostrar histórias e dramas de sujeitos, coisas “pequenas” em uma cidade recém-construída que estava se consolidando como nova capital. Por isso, o termo “minivida” procura falar do lado humano da cidade que ocupa e

⁷ LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02572, 2º caderno, 8 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33465. Acesso em 05 de out. 2020.

modela Brasília conforme suas experiências, com suas “vidas miúdas cheias de esperanças, desencontros e humor”.

Percebe-se, em *Minivida*, a apresentação da trajetória de Clemente Luz com relação a sua vida e suas produções como escritor de literatura infantil, poemas e crônicas feita por ele mesmo, o que não ocorre na primeira obra lançada. Nas orelhas do livro, no texto intitulado “o autor ‘orelhado’”, como veremos mais adiante, o escritor trata da vida, especialmente como jornalista e cronista, mas também narra seu local de nascimento, o acidente que o deixou sem três dedos da mão esquerda, a educação que teve e as curiosidades sobre o seu nome.

O livro é menor, comparado à *Invenção da Cidade*, e possui cinquenta e três crônicas que foram distribuídas em três capítulos: I. *Vida miúda*, que abarca dezesseis crônicas; II. *Desencontros: – Desencanto*, constituído por doze textos; III. *Simploriedade*, capítulo composto por vinte e cinco crônicas.

Assim sendo, o primeiro capítulo reúne crônicas que se assemelham a contos, o que demonstra uma variação no estilo do autor e a utilização de várias estratégias de escrita. Como o nome do capítulo sugere, ele traz textos que narram o cotidiano de uma cidade recém-inaugurada; observa-se, assim, que muitas das histórias são eventos curiosos ou histórias cheias de humor.

As crônicas do primeiro capítulo versam sobre pessoas “simples”, porém verifica-se nas narrativas que a maioria desses sujeitos eram moradores da região do Plano Piloto, especialmente Asa Sul e Asa Norte. Dessa forma, uma grande diferença para *Invenção da Cidade* consiste nessa mudança de personagens. Com a “humanização” de Brasília, os operários deram lugar aos jornalistas, servidores públicos, boêmios, literatos e fazendeiros nos enredos de Clemente Luz, o que elucida uma estratificação social que estudaremos melhor no terceiro capítulo.

Por sua vez, há algumas exceções, como em *O displicente*⁸, *Mané Jove*⁹ e *Missa de Páscoa*¹⁰. Nessas crônicas, observa-se a presença de pessoas humildes ou que se tornaram humildes depois da construção de Brasília. *O displicente* relata a história de um pioneiro que não aproveitou as oportunidades e não “venceu” na nova capital, ficando em uma situação precária. *Mané Jove* retrata um andarilho que percorre as estradas à procura de dias melhores. Já em *Missa de Páscoa*, é narrada a experiência de um homem e de um padre na Cidade Livre,

⁸ LUZ, Clemente. *Minivida*. Brasília: Ediplan, 1972. p. 27.

⁹ *Ibid.*, p. 50.

¹⁰ *Ibid.*, p. 60.

que possuíam, em comum, o fato de lembrarem de um passado da Cidade Livre em um tom saudosista.

O segundo capítulo, intitulado *Desencontros: – Desencanto*, contém textos que representam os sentimentos do cronista, o que possibilita que o leitor conheça seus amores e suas decepções. Nessa segunda parte, Clemente Luz narra seu trabalho e as viagens de ônibus, meio de transporte que utilizava com frequência em Brasília. Além disso, assim como no primeiro capítulo (bem como em *Invenção da Cidade*), algumas crônicas fazem uso de crianças como personagens principais e/ou mostram Brasília pelo olhar infantil. O capítulo versa sobre os animais e há crônicas que se passam no cerrado ou em fazendas próximas à Brasília.

Chama atenção em *A moça chamada Socorro*¹¹ que toda a história envolve a luta do cronista para obter as provas tipográficas do seu livro na gráfica onde essa mulher trabalhava. É interessante a forma que Clemente Luz menciona o seu futuro livro: “As provas tipográficas de antemão, eu sabia que seriam proteladas... E o esperado livro, que *abalará a cidade*, segundo a minha modesta opinião, vai ficando cada vez mais distante no tempo e no espaço” (LUZ, 1972, p. 74, grifo nosso). Cabem, para uma análise mais aprofundada, as pretensões do autor com relação a essa crônica, pois o livro *Invenção da Cidade* já havia sido lançado. Dessa forma, nos deparamos com uma questão temporal que envolve questões do tempo do narrado e do tempo do vivido, como veremos mais adiante.

O terceiro e último capítulo, intitulado *Simploriedade*, possui crônicas que narram acontecimentos em estradas, ônibus, fazendas e o interior de Minas Gerais e Goiás. Trata-se de algo bem diferente dos cenários do livro *Invenção da Cidade*, que dispõe de narrativas em uma Brasília que ainda era um grande canteiro a céu aberto. Os bares e as casas na Fundação da Casa Popular são presentes nos enredos, esse núcleo residencial que, como veremos nos próximos capítulos, se caracterizou por concentrar sujeitos com uma renda mais elevada, mesmo que a ideia inicial visasse a ocupação por parte de famílias com uma renda mais baixa. Nesse sentido, como um dos lugares que mais concentrava sujeitos humildes, como os candangos, a Rodoviária do Plano Piloto também ganha destaque nas crônicas de *Minivida* (1972), já que possuía uma grande movimentação diária, especialmente dos trabalhadores (as) que passaram a morar nas cidades satélites após a inauguração de Brasília.

No capítulo, é recorrente uma narrativa que se passa no interior de Minas Gerais e Goiás, especialmente nas cidades de Ceres-GO, Cristalina-GO, Formosa-GO e Unaí-MG. Entende-se que Clemente Luz buscava, com isso, narrar o cotidiano desses sujeitos residentes de cidades

¹¹ Ibid., p. 72.

próximas à Brasília. Fala-se bastante de acontecimentos referentes a fazendas próximas de estradas que “iam” para Brasília. Desse modo, o cronista versa sobre os costumes e tradições, além de fatos curiosos e engraçados dessas regiões.

1.1.3. Narrativas que se complementam: *Invenção da Cidade e Minivida*

A partir das considerações de Sandra Jatahy Pesavento (2004), entendemos que, como narrador, Clemente Luz fazia uma leitura sensível do cotidiano de Brasília. Partindo dessa hipótese e das análises das obras, nos chamam atenção os títulos utilizados por demonstrarem esse olhar do cronista voltado para as sensibilidades e o dia a dia de Brasília. Elas se complementam, pois narram primeiramente a construção de Brasília e depois os primeiros anos como nova capital.

O título *Invenção da Cidade* está muito relacionado ao fato de que existia uma Brasília não apenas construída ou germinada, como cita diversas vezes Clemente Luz, como também inventada por aqueles que sonhavam a cidade. Ele demonstra que a construção (concreta, real) da nova capital estava atrelada ao campo das ideias, do simbólico, do inventivo.

Clemente Luz explica para o leitor do livro a razão pela qual se inventava uma cidade. Em *Alvorada de espelhos*¹², ele diz que Brasília “foi inventada, porque não havia tempo para ser elaborada e edificada” (LUZ, 1968, p. 51). Já em *Um nome à margem*¹³, que, como citado, se assemelha a um prefácio do livro, há o objetivo de justificar a falta de crônicas que exaltassem Juscelino Kubitschek; o cronista afirma que Brasília era “mais inventada do que construída face à exiguidade do tempo e à grandiosidade dos projetos” (LUZ, 1968, p. 18). Segundo ele, nunca lhe ocorreu a necessidade de exaltar a figura de JK, uma vez que ela estava “presente em carne e espírito em cada canteiro de obras” (LUZ, 1968, p. 18) e sua intenção era registrar o dia a dia da cidade.

Assim sendo, é possível perceber nessas crônicas escolhidas para o livro que Clemente Luz buscava captar os acontecimentos diários e, diante do objetivo maior (que era a transferência da capital), falar dos sujeitos, dos sentimentos e das vivências sem deixar de registrar as construções físicas já visíveis, tais como os prédios, as ruas, as casas e os palácios. Por sua vez, o que também se vê nessas narrativas são representações da cidade-sonho, da cidade desejada, ou seja: como plano de fundo imperava o sensível do cotidiano daqueles que imaginavam um futuro.

¹² LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 51.

¹³ *Ibid.*, p. 17.

Minivida, por outro lado, continua a fazer essa leitura sensível do cotidiano da cidade por meio das coisas simples e da “gente” presente na cidade-capital. Como o título sugere, as crônicas reunidas nessa segunda obra tratam das coisas “pequenas” da vida na nova capital recém-inaugurada. Esses escritos se referem ao espaço, mas se sobressaem nas narrativas as construções simbólicas da cidade e a vida daqueles que a habitavam. Assim, Clemente Luz narra do ponto de vista de quem observa e faz leitura das miudezas do cotidiano que às vezes passavam despercebidas. Na apresentação do livro, como citada anteriormente, o cronista ressalta o recorte das suas crônicas ali reunidas:

MINIVIDA é o título próprio para as pequenas estórias aqui reunidas: vida miúda de esperanças, de desencontros, de humor às vezes amargo, quase sempre alegre, vida miúda de gente simples, não raro simplória, mas tenazmente gente, vencendo os dias, para compor, com sua simplicidade, a argamassa humana da cidade que estrutura e se consolida (LUZ, 1972, p. 6).

Dessa forma, Clemente Luz procura narrar uma história “menor” da máquina pública (que se tornaria a nova cidade) e das pessoas comuns. Segundo ele, a presença desses sujeitos formava “a tessitura dos dramas e dos problemas” na cidade planejada. Como aludido, ele dizia se contentar em registrar, como cronista, “o flagrante da vida miúda na cidade monumental” (LUZ, 1972, p. 6). É diante desse recorte que se dará a escolha do título.

Expostos os livros de crônicas, observaremos adiante as experiências de Clemente Luz que possibilitaram a publicação dos livros. No entanto, não faremos uma biografia do escritor; ao invés disso, analisaremos as narrativas do cronista sobre si mesmo.

1.2. CLEMENTE LUZ E SUAS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS

Tradicionalmente, uma biografia é feita quando os sujeitos que são averiguados participaram, de alguma forma, de acontecimentos importantes, como a construção de Brasília. Nesta investigação, poder-se-ia fazer uma de Clemente Luz, mesmo que histórica, procurando enquadrá-lo em um panteão de heróis, isto é, “homens” que estão na história de Brasília ao lado de Juscelino Kubitschek. Mas isso representaria uma visão antiga do fazer historiográfico em que, fazendo uso das palavras de Carlo Ginzburg (1987, p. 15), poder-se-ia “acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos Reis’”. Não é o caso desta análise.

Diante dessa escolha, não pretendemos escrever uma biografia do escritor, porque poderíamos cair na problemática de se construir uma narrativa formada por um conjunto

coerente e orientado de fatos que Pierre Bourdieu (1996) chamou de “ilusão biográfica”. Tampouco almejamos divulgar aspectos da trajetória do cronista em uma busca por “verdades”, tal qual alerta Gabriele Rosenthal (1996). Objetivamos analisar as memórias da trajetória de Clemente Luz a partir de uma narrativa construída por ele mesmo.

Na construção de uma trajetória feita por Clemente Luz, foi possível identificar três memórias principais afloradas em diferentes fontes e, com isso, diversificados períodos. Elas se iniciam ainda nos primeiros anos da capital recém-inaugurada e vão até o final da década de 1990.

A primeira fonte é a (auto)biografia de Clemente Luz cedida à coluna *Literatura* do jornal *Correio Braziliense (DF)* em 1969¹⁴. Esse depoimento biográfico abriu uma sequência de resumos sobre escritores brasileiros da série intitulada *Quem é quem nas letras em Brasília*. A segunda é o texto do cronista sobre si mesmo presente nas orelhas do livro *Minivida* em 1972. Como citado anteriormente, sob o título *O autor “orelhado”*, o escritor faz a inserção de boa parte das informações do resumo do *Correio Braziliense* (1969), modificando apenas algumas informações.

Essas duas fontes foram produzidas em um período de grande efervescência da literatura em Brasília. Nesse recorte temporal, ocorreram a publicação de antologias na (e sobre a) nova capital da República, a criação da Associação Nacional de Escritores – ANE (1963) e da Academia Brasileira de Letras (1968) e a realização de concursos literários que visavam premiar os melhores literatos da cidade. Nesse período, assim como Clemente Luz, diversos escritores buscavam se inserir nessa cena literária da cidade, como veremos com mais detalhes no quarto capítulo.

A terceira fonte de análise das narrativas de Clemente Luz sobre si mesmo é o relato oral produzido em 1996 pelo Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, em que há uma reafirmação da narrativa presente nos outros dois objetos de estudo, com particular ênfase do cronista quanto a sua participação na construção de Brasília (1956-1960). Isso ocorre porque o ArPDF, criado em 1985 pela Secretaria de Educação e Cultura do DF, sempre visou guardar memórias de Brasília.¹⁵ Assim, com o objetivo de formar uma memória histórica da nova

¹⁴ J.J.O. Literatura. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 2985, 2° caderno, 6 set 1969, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/44550. Acesso em 03 de fev. 2020.

¹⁵ O acervo do arquivo é composto por material textual (registros funcionais e de despesas, livros de atas e ocorrências, decretos, recortes de jornais etc.), plantas arquitetônicas, fotografias, filmes, folhetos, cartazes, periódicos, coleção depositária, depoimentos orais e material bibliográfico e pode ser consultado por qualquer cidadão. O ArPDF (2015) entende que é imprescindível recolher, preservar e garantir proteção a documentos arquivísticos de grande valor à memória histórica do Distrito Federal. Assim, esse extenso e variado acervo compõe um cenário de relevância para pesquisas sobre Brasília e o DF.

capital, foi criado em 1987 o Programa de História Oral, que coletou inicialmente entrevistas com protagonistas da construção de Brasília – chamados pelo arquivo de “atores” –, almejando, sobretudo, narrativas sobre a edificação e transferência da capital. Segundo o ArPDF (2008, p. 7), esse trabalho de entrevistar “atores” foi motivado pela “necessidade de ampliar os horizontes das informações contidas nos documentos oficiais” sobre a construção da nova capital. Posteriormente, o recorte definido pelo arquivo foi estendido para a formação das cidades-satélites e das feiras livres.

De acordo com *Catálogo de Depoimentos I*, foram priorizados, na primeira fase do programa, os sujeitos que desempenharam diferentes papéis socioprofissionais na construção de Brasília entre os anos de 1956-1960. (ArPDF, 2008). Nesse sentido, os entrevistados são, em sua maioria, grandes expoentes da cidade, tais como Ernesto Silva, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro e outros que possuíam proximidade com eles por parentesco ou função desempenhada. Alguns dos outros entrevistados do programa eram sujeitos conhecidos na época da construção da cidade, tais como jornalistas, artistas, empresários, políticos, entre outros. Em sua grande maioria, eram membros da elite burocrática, técnica e cultural que se constituiria localmente, ou seja, eram sujeitos que ganharam projeção e *status* durante a construção da nova capital. Com isso, é importante para a análise a forma pela qual o cronista constrói a narrativa da sua participação na construção, já que, como um dos entrevistados, fazia parte desse grupo de “atores” almejado pelo ArPDF.

Na análise dessa fonte, é importante saber, como propuseram José Carlos S. B. Meihy e Fabíola Holanda (2015), que o documento resultante da história oral não fala por si só, sendo substancial a problematização por parte de quem o lê. Não se deve tratar o que foi narrado como um material pronto e cercado de verdades absolutas. Nessa perspectiva, também não é aconselhável utilizar os documentos orais como uma alternativa de preenchimento das lacunas de outras fontes, já que podemos assumi-los isoladamente e propor análises de aspectos não revelados, subjetivos ou alternativos.

Como aborda a historiadora Verena Alberti (2008, p. 170), muitas vezes o entrevistado e os leitores/ouvintes de determinada entrevista partilham a “crença na vida como trajetória progressiva que faz sentido”. Dessa forma, significados atribuídos a ações e escolhas do passado são “determinados por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas” (ALBERTI, 2008, p. 170). Portanto, é preciso levar em conta que, no que diz respeito à memória, o narrador olha para o passado com o olhar do presente, assim como faz o historiador ao observar essas fontes.

Consideramos pertinentes essas sugestões metodológicas relativas à análise de documentos resultantes da história oral. Especificamente na análise do relato de Clemente Luz, foi possível constatar, por meio da comparação com outras fontes, que alguns aspectos da sua narrativa estavam se decantando com o passar dos anos. Como veremos mais adiante, por décadas o cronista vai construindo uma *escrita de si* formulada por meio de uma autobiografia que visa cristalizar sua trajetória como escritor e jornalista em Brasília para defender seu lugar na história e na memória da capital.

Visando problematizar essa *escrita de si* desde a década de 1960, já que todos os textos se apresentaram como documentos escritos, optou-se em trabalhar com a perspectiva da *pesquisa autobiográfica*. De acordo com a pesquisadora Maria Helena Menna B. Abrahão (2003, p. 80), a pesquisa autobiográfica “reconhece-se dependente da *memória*”, mesmo em face das suas variadas formas como História de Vida, Biografias, Autobiografias, Memoriais e fontes diversificadas como narrativas, história oral, fotos, diários, documentos em geral etc. Para Abrahão (2003), a memória “é o componente essencial na característica do (a) narrador (a) com que o pesquisador trabalha para poder (re)construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo” (*ibid*).

Entendendo que a pesquisa autobiográfica é dependente da memória, buscaremos tal perspectiva para a análise da trajetória de Clemente Luz. De qualquer maneira, fazendo uso das palavras de Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), é preciso ter em mente que o conceito de memória não é homogêneo; assim, são vários os significados da Memória, uma vez que ela não se reduz ao mero ato de recordar. Logo, a partir das ponderações de Albuquerque Jr (2007), temos ciência de que as memórias, individuais ou coletivas, têm sido cada vez mais de grande importância para o trabalho do historiador, que para “gestar a História viola as memórias” por meio de conceitos, do pensamento e da razão.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2003, p. 94) define que, assim como a História, a Memória também é representação narrativa que propõe uma reconstrução do passado e que poderia se chamar de registro de uma ausência de tempo. Segundo ela, é essa propriedade evocativa do conceito que permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausentes no tempo. Senso assim, “nesse ponto, é preciso considerar que todos nós temos um ‘museu imaginário’ de imagens, transmissoras de uma herança do passado e veiculadas pela memória individual, que é forjada de acordo com a memória social” (PESAVENTO, 2008, p. 15).

No que diz respeito ao nosso entendimento dos processos da memória, estamos cientes de que existe um espaço entre o tempo da narração e o tempo do vivido no ato de rememorar.

Quanto a esse *gap* na temporalidade transcorrida entre os períodos, Pesavento (2003) alude que há no relato reflexão, julgamento ou mesmo ressignificação do fato rememorado. Desse modo, o sujeito que relembra

incorpora não só o lembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, ressignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo. Ou seja, a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer (PESAVENTO, 2003, p. 95).

Diante do exposto, como lembra Michael Pollak (1989) em diálogo com Maurice Halbwachs (1990), diferentes pontos de referência estruturam nossa memória e a inserem na da coletividade ao qual pertencemos. Dessa forma, como será apontado algumas vezes na análise da autobiografia de Clemente Luz, é preciso ponderar que a memória dele se relaciona com a memória coletiva da época em que narra. Por isso, em determinados momentos será necessário relacionar seu discurso¹⁶ com o de outros sujeitos que participaram da construção de Brasília.

Figura 1: Clemente Luz em reportagem ao Diário Oficial do DF



Fonte: *Linha direta com o servidor* – Encarte semanal do Diário Oficial do DF, 1996.

¹⁶ Entendemos Discurso, a partir da noção de Michael Foucault (2007, p. 132), como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. Para a estudiosa Eni Orlandi (2005, p. 15), o discurso como “palavra em movimento” é a prática da linguagem.

É considerando o tempo do narrado que entendemos ser importante analisar o contexto de produção dessas fontes. Por exemplo: em 1996, época da construção do seu relato oral junto ao ArPDF, Clemente Luz já não trabalhava como redator da Rádio Nacional de Brasília ou em jornais da cidade. Nessa época, Quelé, como era carinhosamente chamado por seus amigos, era servidor comissionado do Diário Oficial do Distrito Federal e ocupava o cargo de diretor já aos 76 anos de idade (ver *Figura 1*).

Dessa forma, em conformidade com Pesavento (2003), o exercício de rememoração do cronista sobre a construção de Brasília e sua participação – que, como exposto, era o objetivo principal do Arquivo Público do DF ao realizar a entrevista – se refere mais às situações do presente em que é narrado do que aos fatos ocorridos no passado. No depoimento citado de 1996, a narrativa de Clemente Luz é cercada de referência às “indicações políticas” que o fizeram ocupar cargos comissionados no Governo do Distrito Federal (presente), o que não é visto como um problema pelo autor; ao contrário, parece ser entendido como forma de valorizar sua posição social e a rede de conhecimentos pessoais que tinha ao seu redor.

Há no relato oral do cronista uma gratidão ao ex-governador do GDF, José Aparecido, por tê-lo convidado para trabalhar na Assessoria Especial do seu governo no final da década de 1980. Segundo ele, esse convite foi a porta de entrada para os cargos que ocupou no GDF até se tornar diretor do Diário Oficial do Distrito Federal-DODF. Esse discurso já havia se manifestado em uma matéria ao *Linha direta com o Servidor do DODF*¹⁷ meses antes do depoimento do ArPDF em que Clemente Luz cita: “Gosto muito daqui. Quem me trouxe para cá foi o José Aparecido, que primeiro me colocou aqui para trabalhar com o Osvaldo Peralva e depois me pediu para cuidar do DO [...]”. Entendemos com isso que Clemente Luz busca valorizar a sua posição como alguém que construiu uma rede de amizades na cidade, que como forma de reconhecimento lhe possibilitou alcançar tal posto.

Nas fontes que nos embasamos para a análise, as narrativas são focadas quase que exclusivamente na figura de Clemente Luz, sem divulgar maiores detalhes do período ou dos sujeitos mencionados ao longo delas. Como argumenta Dilene Raimundo do Nascimento (1998, p. 159), na narrativa autobiográfica, “fatos e personagens do passado ganham sentido na medida em que se apresentem como elementos relevantes na reconstrução da vida pregressa do sujeito”, o que ocorreu no discurso do cronista ao narrar os cargos que ocupou. Nascimento (1998) ainda menciona que o sujeito que narra na autobiografia se mostra apenas acidentalmente preocupado com a reflexão dos períodos vividos ao longo da sua trajetória. Segundo a historiadora, “o

¹⁷ Encante do Diário Oficial do Distrito Federal – DODF que era distribuído às quintas-feiras.

sujeito narrador submete todo o passado ao crivo de sua própria existência, elegendo do rico universo das coisas pregressas, unicamente, aquilo que se relacionou com a produção de sua personalidade” (NASCIMENTO, 1998, p. 159).

Nas fontes averiguadas, em especial em quase todo o relato oral do cronista, é possível encontrar esse passado atrelado ao crivo da sua trajetória. Clemente Luz narra a sua infância, seus estudos, vícios, trabalhos, relacionamentos e personalidades ao longo do tempo. Enfim, os sujeitos citados e os períodos analisados só têm sentido por meio dessa “autorreferenciação”. Contudo, diante dessa constatação, é preciso reconhecer a especificidade do documento proveniente da História Oral.

Como demonstra a pesquisadora norte-americana Lynn Abrams (2010), a história oral é feita a partir da relação entre entrevistado e entrevistador, sendo presentes no depoimento as subjetividades, mas devemos nos atentar sobremaneira para a presença da intersubjetividade nesses documentos. Para Abrams (2010), o vínculo entre dois participantes da gravação, no que se refere à dinâmica interpessoal do momento e ao processo pelo qual o entrevistado e entrevistador cooperam, cria uma narrativa compartilhada.

No caso dos relatos orais do ArPDF, não apenas Clemente Luz, mas os entrevistados tendem a transformar uma História Oral Temática sobre a construção de Brasília em História de Vida, que segundo Lígia Maria Leite Pereira (2000, p. 118) consiste no “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador”. Ainda assim, com o relato oral do cronista é possível identificar direcionamentos realizados pelas entrevistadoras ao tema da construção de Brasília. O próprio ArPDF (2008, p.7) reconhece nos documentos essa flexibilidade nos ramos da História Oral ao falar que os depoentes, de forma geral, “ultrapassam os limites dos temas que lhe foram propostos, e relatam suas experiências e trajetórias como cidadãos”.

Em dado momento no seu depoimento, após falar de sua trajetória de vida, Clemente Luz demonstra certo cansaço quando a entrevista aponta para temas da construção da cidade como a ausência de opções de lazer, a oposição à Brasília, a Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), a Guarda Especial de Brasília (GEB), dentre outros. Esses temas estão presentes no seu roteiro e nos depoimentos dos outros entrevistados do Programa de História Oral. Isso pode ter relação com o tempo de gravação transcorrido naquele dia, mas outra hipótese é a de que, sendo o eu da narrativa e por vezes ainda com um discurso de encantamento com o período averiguado, Clemente Luz tenha preferido se esquivar desses assuntos controversos, fato que será trabalhado na análise das crônicas dos seus livros.

Assim sendo, a trajetória de Clemente Luz é importante na problematização das crônicas analisadas, já que ele se utilizava da subjetividade para escrever sobre si e a Brasília daquele período nessas narrativas. Percebemos o ponto de vista do cronista quando, durante a gravação do seu relato, tenta doar *Minivida* para as entrevistadoras e para o ArPDF: “*quem quiser saber da minha vida, você leu, né? Tudo que eu falei não tá aqui? É isso mesmo. [...]*”. (LUZ, 1996, p. 26, grifos nossos). No discurso, ele faz questão de expor o conteúdo presente no livro, como se quisesse “ratificar” pela obra as experiências relatadas nas quase duas horas de gravação.

1.2.1. Uma trajetória autobiografada: Clemente Luz e suas memórias

Diante do que foi exposto até aqui, procuraremos analisar essas narrativas de Clemente Luz sobre si mesmo construídas durante décadas com o propósito de afirmar um “lugar” como intelectual na memória histórica de Brasília, particularmente como escritor e jornalista. Nortear-nos-emos por meio de tópicos identificados nas narrativas notadamente recorrentes ao longo dos anos nas três fontes averiguadas: o resumo biográfico cedido ao *Correio Braziliense* (1969), a autobiografia do seu livro *Minivida* (1972) e o relato oral produzido pelo ArPDF (1996).

A maioria desses tópicos serão retomados ao longo dos outros capítulos e desenvolvidos por meio de outras fontes, sobretudo, as crônicas. Nos próximos capítulos, buscaremos observar nesses textos as representações de Brasília, sem esquecer que Clemente Luz escreve sobre si. Dessa forma, o estudo de como o cronista constrói uma *memória de si* será importante para uma maior problematização das crônicas, já que elas em si mesmas já são “elementos” de uma memória deixada por ele.

O **primeiro tópico** que Clemente Luz ilustra ao falar de si consiste em traçar uma ideia da sua “origem”. Em suas narrativas, ele relata primeiramente de onde veio e apenas depois mostrar outras questões da sua trajetória. Isso está relacionado com o ato de lembrar, já que, como demonstra Delgado (2010, p. 38), a memória também é “base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ ou como de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família”. Assim, ao se colocar como cronista, jornalista e/ou partícipe da construção de Brasília, Clemente Luz procura apresentar um autorreconhecimento que se encontra com a memória da comunidade; no caso específico dele, trata-se da memória daqueles que participaram da construção da nova capital.

É recorrente na sua narrativa a ênfase no local interiorano de nascimento, Delfim Moreira-MG, e na descoberta do seu nome verdadeiro no ginásio, pois, segundo ele, até aquele

momento sabia apenas que se chamava “Nem”: “Até então, para todos os efeitos, eu nascera em Itajubá e meu nome era um apelido de família, curto e fanho: Nem”¹⁸. De acordo com as fontes, o escritor só soube que se chamava Clemente Ribeiro da Luz quando foi matricular-se no Ginásio (atual Ensino Médio), momento em que se deu conta do local de nascimento. De acordo com o cronista (1972, S/N), “[...] nascera, na realidade, numa fazenda chamada Quilombo, nas encostas da Serra da Mantiqueira, no lado mineiro, no Distrito de Bicas do Meio, Município de Delfim Moreira. Hoje, o lugar onde eu nasci passou a cidade, [...] é hoje a cidade de Venceslau Braz”.

Nessa referência, Clemente Luz centraliza a sua escrita no local de nascimento e na descoberta do seu nome, aspectos importantes da vida de qualquer pessoa e que são muito necessários para a construção de uma narrativa sobre a trajetória de alguém. Desse modo, as perguntas: *Quem sou? De onde vim?* São os pilares pelos quais o cronista vai construindo uma identidade. Esse tópico é a base da qual ele parte para a abordagem de outras questões, como formação, profissão, relacionamentos, entre outros.

Um **segundo tópico** identificado nas falas de Clemente Luz diz respeito à sua **formação**. Nele, há uma ênfase na condição de pobreza enfrentada na infância, o que teria dificultado a realização de seus estudos: “os meus estudos foram muito difíceis. Meu pai era muito pobre. Era administrador de fazenda, então eu não tive acesso à escola muito cedo. Consegui terminar meu ginásio aos trancos e barrancos com 22 anos. [...]”. (LUZ, 1996, p. 1). Entendemos que esse relato focado nas dificuldades enfrentadas em sua formação é imprescindível para que Clemente Luz construa uma narrativa sobre si mesmo como menino pobre do interior que, na adolescência, passou a lutar por uma vida melhor. Esse é um discurso presente nas memórias de outros sujeitos que participaram da construção da nova capital, especialmente operários, que geralmente atribuem à construção de Brasília uma mudança em suas vidas (RIBEIRO, 2008). Isso demonstra uma forma encontrada pelo cronista de criar uma proximidade com os sujeitos sobre os quais escreveu.

Ao condicionar a sua formação às dificuldades enfrentadas para concluir os estudos, o cronista, de certo modo, dá ênfase ao fato de ter se tornado jornalista e escritor em uma ideia de conquista, de ter vencido os desafios, ainda que tenha terminado o Ginásio “aos trancos e barrancos” e apenas “aos 22 anos de idade”. Para tanto, em uma ideia de causa e efeito, o acidente que lhe decepou três dedos da mão esquerda é apresentado como determinante para que ele estudasse:

¹⁸ J.J.O. *Literatura*, op. cit., loc. cit.

Em consequência de um acidente, que me levou três dedos da mão esquerda ainda criança, quando fazia “artes” com a cana-de-açúcar em espécie e não com a sua famosa essência, a “cana”, não fui encaminhado a uma oficina ou à lavoura. As condições dos meus pais me levariam fatalmente a isso. Mas a perda dos dedos criou o drama “de educar o menino para não ter que pegar no cabo da enxada” ou no trabalho pesado. Daí por diante, todos os sacrifícios, todos os apelos foram feitos em nome dos meus dedos perdidos... (LUZ, 1972, S/N).

Clemente Luz sugere que, sem o acidente, como que uma predestinação – assim como fora com os irmãos –, sua trajetória certamente seria no campo sendo um “profissional de roça” e não nos estudos. Segundo ele, o acidente criou um drama, pois seus pais teriam que educá-lo para que não tivesse que pegar no cabo da enxada. Por outro lado, em seu relato oral, o cronista mostra uma versão um pouco diferente:

É, pois é, quando eu era bem pequeno, eu sofri esse desastre aqui no engenho de cana onde meu pai trabalhava [se refere à mão esquerda com três dedos decepados]. Então... [meu pai] era uma espécie de administrador, era espécie de gerente [da fazenda em que morávamos]. Então por causa disso eu fui discriminado na família, quer dizer, eu não era pra fazer o que os outros fizeram ou iriam fazer. Os outros iriam seguir normalmente, profissional de roça, de gado, disso, daquilo. E eu não, “não pode”. Foi aí que me encaminharam pra escola. Tive que ir pra escola. (LUZ, 1996, p. 4-5).

É intrigante que o cronista use o termo “discriminado” ao se referir à forma que sua família o tratou após o acidente, pois essa palavra não havia sido citada em narrativas anteriores à entrevista de 1996, como demonstrado na outra citação que data 1972. Isso reflete as diferenças entre as fontes analisadas em termos de representação, sendo importantes para o tipo de fonte e o período em que foram produzidas. O relato de *Minivida* (1972) caracteriza-se por ser mais poético, sem grandes detalhes, dado o pequeno espaço disponível nas orelhas de um livro; diferentemente do relato oral, que além de possibilitar mais espaço, também possui outras relações com o presente. Dessa forma, Clemente Luz não faz menção a um “drama” familiar e sim, como uma forma negativa, à “discriminação” que sofreu por não ter seguido os passos dos demais, fato que o fez chegar à Brasília, já que se tornou jornalista e posteriormente foi contratado pela Rádio Nacional de Brasília.

Clemente Luz lembra que sua família passou a ver o acidente como um drama, pois, diante da condição de pobreza dos pais, teria que educar uma criança sem condições de trabalhar na roça. O cronista cita diversas vezes em seus textos a ajuda recebida dos pais para obtenção

da formação: “Esse esforço dos meus pais e parentes encontrou a natural e congênita aversão que trago do berço, a toda a sorte de trabalho braçal ou manual”¹⁹. Assim, conforme a narrativa, diante das circunstâncias, ele precisou se “enveredar bem cedo, para a leitura e para o estudo” para fugir dessa vida. Ele complementa: “Aos 14 anos, tinha decidido ser alguma coisa, custasse o que custasse, independentemente do esforço e do sacrifício de meus pais, que tinham outros filhos menores para criar, e se possível mandá-los para a escola” (LUZ, 1972, S/N).

Nesse segundo tópico, Clemente Luz empenha-se em afirmar que, por um acaso do destino (o acidente), pôde estudar e, com isso, fugir do seu futuro mais previsível, que era trabalhar na “roça”. Em contrapartida, ele aborda que o acidente e a ajuda dos pais não fizeram com que a sua caminhada para “ser alguma coisa” se tornasse mais fácil, porque ele teve que trabalhar para bancar o término dos seus estudos em Belo Horizonte, como faz questão de lembrar no relato oral: “a minha mãe fazia tudo pra eu não sair da escola. Então ela me punha na escola, me punha pra varrer sala de aula na escola pra poder pagar o estudo. E assim estou mantendo. Então eu devo a essa minha mão o fato de não estar num cabo de enxada [...]” (LUZ, 1996, p. 5). Dessa forma, como contradição de Clemente Luz, entendemos que ele procura construir uma *imagem de si* pautada na sua luta pelo estudo e a tão sonhada mudança de vida, já que, além da ajuda inicial dos pais, também teve que trabalhar para bancar os estudos. Ao mesmo tempo em que sugere ter estudado por um acaso do destino, ele condiciona isso ao seu esforço e luta por uma vida melhor.

Portanto, levando em consideração os mecanismos da memória, é preciso ponderar que quem falava na década de 1990 era o servidor do Governo do Distrito Federal, já no final de sua vida. Por outro lado, na década de 1960 e 1970, quem narrava era o escritor e jornalista Clemente Luz. No primeiro momento, são citadas questões referentes à sua luta em se tornar um escritor de sucesso, ao estudo árduo e, finalmente, à direção no DODF. No segundo momento, são enfatizados outros elementos como, por exemplo, a ironia de ter se tornado um literato da nova capital devido as “artes” na infância. Como semelhança entre as narrativas, temos a ênfase no local de nascimento e na situação de pobreza.

O **terceiro tópico** da autobiografia de Clemente Luz se refere ao **jornalismo** na sua trajetória, presente não apenas no seu relato oral, mas também no resumo do *Correio Braziliense*. Nesse sentido, além de afirmar ter sido escritor, ele lembra os trabalhos exercidos em jornais de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília.

¹⁹ J.J.O. *Literatura*, op. cit., loc. cit.

Em sua entrevista de 1996, o cronista narra com riqueza de detalhes o seu início no jornalismo. De acordo com o documento, Clemente Luz fez contato com jornais de Minas com a ajuda de conhecidos e se agregou a uma redação em Belo Horizonte no período em que ainda estava no ginásio – década de 1940. Como ele mesmo afirma, “se agregar a uma Redação, trabalhar de graça o tempo que fosse necessário. E a gente só ganhava a 'permanente' de cinema, então a gente usava isso. E eu comecei a desenvolver o negócio do jornalismo, aí de repente descobri que era jornalista” (LUZ, 1996, p. 1). A permanente que o cronista se refere é a entrada gratuita no cinema que frequentava em Belo Horizonte. No caso, ele enfatiza justamente o fato de ter trabalhado praticamente de graça no início da sua trajetória.

Desse modo, Clemente Luz sugere que “descobriu-se” jornalista. Ele analisa esse tipo de formação muito recorrente na época:

Então: "Eu, pra quê que eu vou agora gastar mais dois anos pra fazer o acadêmico; depois gastar mais cinco pra chegar direito a qualquer coisa; depois gastar mais cinco pra poder arranjar emprego." Não é, não? O camarada estuda, estuda, termina a faculdade, então ele termina cru. Se é jornalista termina a faculdade só com uma culturazinha, pequena, humanística. Pra trabalhar em jornal, ele vai ter que ir pra Redação aprender mesmo. Fazer o estágio de redação, porque sem esse não adianta nada. (LUZ, 1996, p. 18).

Assim, Clemente Luz tece uma crítica à formação acadêmica e ao caminho pelo qual os recém-formados em jornalismo percorriam para “chegar a qualquer coisa”. Isso pode ser analisado como uma tentativa de fazer com que sua formação a partir da experiência possa ser vista com bons olhos. Nesse momento do seu depoimento, ele procura enfatizar que não programou nada em sua vida; para isso sugere que as coisas foram acontecendo *naturalmente* no âmbito profissional. Por sua vez, entendemos estar sublinhada nesse discurso a sua tentativa de explicar a falta de um diploma universitário.

Na continuidade da narrativa, a respeito do seu “descobrimento”, o cronista menciona seu trabalho no jornal *Diário da tarde* em 1941 que, segundo ele, foi a porta de entrada no jornalismo. De acordo com Clemente Luz, em 1942 surgiu uma vaga definitiva nesse jornal, onde trabalhou até 1946, quando, segundo ele, “deu a doida de ir embora para o Rio de Janeiro”. Como ele diz:

E saí e fui pro Rio. Passei uns oito meses no Rio. Trabalhei no O Jornal, foi só no O Jornal que eu trabalhei nesse tempo. O Jornal também é do Diários Associados. E voltei uns anos depois. E olha a peça que eu fiz depois: quando eu entrei na redação do Diário da Tarde tavam todos meus antigos colegas, de quatro a cinco anos atrás,

todos sentados na mesma mesa, na mesma cadeirinha, escrevendo na mesma maquininha. (LUZ, 1996, p. 2).

Ao falar de sua viagem a outro estado, Clemente Luz procura passar a ideia de um jovem “aventureiro” em busca de novas experiências, aquele que foge da monotonia e da rotina dos escritórios. Entretanto, ao ser questionado sobre o motivo que o fez voltar ao seu antigo trabalho, ele expõe que não se acostumou ao Rio de Janeiro, atribuindo uma parcela de culpa ao fato de ter casado cedo. Nesse sentido, o matrimônio foi avaliado como um equívoco, já que não dispunha de recursos e estava iniciando na carreira jornalística e literária. Devemos ter em mente que as avaliações e julgamentos não deixam de ser interpretações do passado, uma vez que o entrevistado está partindo do presente para narrar os ocorridos no momento em que já se encontrava em um segundo matrimônio.

No seu relato oral, Clemente Luz menciona que voltou ao Rio de Janeiro na década de 1950, dessa vez por causa do comitê da candidatura de Juscelino Kubitschek. Na narrativa, o autor incumbe a esse trabalho o início de uma melhora na sua vida e o surgimento de outras ocupações:

Quando Juscelino saiu candidato e eu tinha trabalhado com ele na prefeitura, então eu fui convidado pra ir pro Rio pra trabalhar no comitê dele como jornalista. Aí eu fui pro Rio, dessa vez eu fui duma vez. Fiquei no comitê, dentro do comitê eu trabalhava nos jornais e trabalhava no comitê. Aí me deram um emprego no Sesi. [...] Eu fiquei até a eleição do Juscelino. Aí Juscelino foi eleito, me levaram pra trabalhar n’A Noite, como secretário de redação d’A Noite. Na redação d’A Noite eu fiquei até o fechamento [...]. (LUZ, 1996, p. 3).

Nesse trecho, é expressivo que Clemente Luz faz questão de mencionar os trabalhos realizados para JK na campanha da prefeitura de Belo Horizonte e na corrida presidencial. É como se quisesse firmar de vez uma relação de proximidade com o ex-presidente. Desse modo, o discurso tem vínculo com o período posterior, visto que é a partir dele que Clemente Luz insere, como consequência, a sua participação na *construção de Brasília* como momento significativo para a sua carreira: “E trabalhava ali (N’A noite) e trabalhava no Sesi. Ali eu não tinha problema não. Então comecei a resolver minha vida no Rio. Daí fundaram, começou Brasília” (LUZ, 1996, p. 3). Este é um momento significativo da sua autobiografia, já que está intimamente relacionado ao objetivo inicial da entrevista cedida ao ArPDF, que era falar da construção da cidade-capital e, assim, da sua participação na empreitada.

O **quarto tópico** ainda diz respeito a esse discurso de Clemente Luz no jornalismo, mas com ênfase na sua **chegada em Brasília**. Assim, a construção da nova capital e, sobretudo, a sua chegada na cidade em obras em agosto de 1958 se apresenta nas narrativas verificadas como um marco da sua trajetória como jornalista e escritor.

Ele faz questão de enfatizar que não havia chegado na cidade de qualquer jeito, como ocorrido com outros trabalhadores, sobretudo os mais humildes. Segundo ele, a garantia de que teria uma casa para morar foi a condição exigida para a efetivação da mudança para a nova capital:

Quando eu vim pra cá em agosto de 58, eu cheguei aqui, a Rádio Nacional tinha sido inaugurada em maio, então eu vim logo em seguida, como redator da rádio. E vim com a chave no bolso porque naquele tempo o camarada que não tinha onde morar... ia morar... pra vir pr'aqui eu pleiteei e obtive uma casa popular, que é hoje as casas da 701 ali. [...] E aí fui lá pra essa casa, que se transformou em pouco mais de um mês numa espécie de pensão pública. Todo mundo chegava e alojava lá em casa. Todo mundo chegava do Rio ia lá pra minha casa. Chegava, às vezes na hora de comer, tinha três, quatro pessoas que eu nunca tinha visto, comendo lá em casa (LUZ, 1996, p. 4).

Inconscientemente ou não, o cronista ressalta, no relato acima, uma condição privilegiada em face aos demais trabalhadores. Ele busca revelar, com certa dose de humor, a sua solidariedade aos recém-chegados ao converter sua casa “numa espécie de pensão pública”. Esse discurso de grande solidariedade entre os sujeitos que construía a cidade é muito presente nos livros de memória e nos relatos orais sobre o período, como se verifica na investigação de Gustavo Lins Ribeiro (2008). Aliás, como veremos na análise das crônicas, por diversas vezes o cronista utiliza a sua residência como cenário dos seus textos e faz uso do discurso de que havia um sentimento de solidariedade durante a construção da nova capital. Por sua vez, em termos de discurso, ao afirmar a hospitalidade oferecida aos conhecidos do Rio de Janeiro (e até mesmo aos desconhecidos), Clemente Luz se coloca em posição de vantagem sobre os demais sujeitos que necessitam da sua ajuda.

Em seu relato, Clemente Luz aborda sua contratação pela Rádio Nacional de Brasília e refuta a ideia de que teria se mudado por causa de um convite: “ninguém é convidado pra nada não, gente, as coisas se encaixam e vão se organizando de forma que chega naquela hora que você é a pessoa indicada pra aquilo” (LUZ, 1996, p. 7). Ao evitar a ideia de convite ou indicação, o cronista afirma que a sua vaga foi pleiteada, consequência da sua experiência jornalística:

Então eu pleiteei, quando veio a rádio pra cá. E eu já tinha sido da superintendência que comandava a rádio, já tinha estado n'A Noite, tinha saído d'A Noite. Então eu caminhei no doutor Mário Pires, que era o superintendente das empresas incorporadas ao patrimônio da união, [...]. Ele é quem instalou a Rádio Nacional aqui. E foi através dele que eu vim, [...]. Conversei com ele e com um amigo que eu tinha na presidência, que era o Zé Moraes - um beerrão, mas bom amigo, bom sujeito. [...] ele trançou os pauzinhos e eu consegui a minha vinda pra cá como redator da Rádio Nacional [...]. (LUZ, 1996, p. 7).

Tal narrativa reafirma o que ele havia dito sobre não ter sido convidado, mas sim pleiteado à vaga na nova rádio de Brasília, dado que a sua relação com pessoas próximas a JK fez com que alguns “pauzinhos” fossem mexidos. Novamente, como se observa, Clemente Luz faz uso de uma rede de amizades em postos estratégicos do governo, como é o caso de Mario Pires, superintendente das empresas incorporadas ao estado como a Rádio Nacional e o jornal A Noite.

Sobre a sua chegada em Brasília, Clemente Luz menciona que foi recebido pelo pessoal da Rádio Nacional. Em sua narrativa, ele se coloca como parte do “pioneirismo” do jornalismo de Brasília, juntamente ao goiano Américo Fernandes, citado por ele como o primeiro jornalista que se instalou na cidade. Ao se referir a Américo Fernandes, Luz argumenta que

Ele foi o primeiro jornalista que se instalou aqui. Agora, profissionalmente, o primeiro jornalista que se instalou em Brasília fui eu. Que eu além de trabalhar pra Rádio Nacional, eu tinha uma correspondência com a Agência Meridional dos Diários Associados e com a Agência Nacional do governo. [...] Então ali [no escritório da Novacap], uma vez por semana eu ia lá transmitir notícias pra Agência Meridional e pra Agência Nacional. Ou então mandava por avião. (LUZ, 1996, p. 7-8).

Clemente Luz procura justificar, na citação acima, sua posição enquanto “ator” na construção de Brasília e enquanto primeiro jornalista profissional. Ele usa como argumento o fato de ter trabalhado na cidade nova na rádio e em jornais; para isso, utilizava o escritório da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap²⁰ ou aviões para o envio das notícias aos jornais do Rio de Janeiro, dos quais era correspondente.

Noutro momento, essa autoafirmação ressurge quando Clemente Luz diz que já era “um jornalista de nome” (LUZ, 1996, p. 18) quando chegou na cidade. Essa menção ao jornalismo

²⁰ A Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap foi criada por meio do 2º artigo da Lei nº 2874 de 19 de setembro de 1956. Foi uma companhia governamental que ficou encarregada da construção de Brasília, sendo responsável por tudo que se referia ao empreendimento.

em Brasília aparece na sua entrevista biográfica de 1969: “No jornalismo, que tem sido seu ganha pão desde 1940, trabalhou nos ‘Diário Associados’ em Belo Horizonte e no Rio. Foi redator e secretário de ‘A Noite’, em sua fase final, e, em Brasília, trabalha para rádio e televisão”²¹.

Como mencionado, o Programa de História Oral do ArPDF buscou inicialmente colher as narrativas de membros que se constituíram localmente ou de sujeitos que obtiveram um *status* nas memórias da nova capital. Observa-se a tentativa de Clemente Luz em assumir essa posição de destaque social (e cultural, como veremos em outro momento) como cronista. Nesse sentido, o conceito de *status* em um sentido amplo, de acordo com o sociólogo brasileiro Clóvis Pansani em *Pequeno dicionário de sociologia* (2018), consiste na posição geral de um indivíduo com relação aos outros membros da sociedade ou algum setor dela. Ele inclui a ideia de superior e inferior. Sendo assim, podemos definir como o lugar ou a posição que a pessoa ocupa na estrutura social decorrente do julgamento coletivo ou consensual de um grupo. Para Bourdieu (2013, p. 115), em um sentido de manifestação de poder entre as classes sociais, os grupos de poder “fundados num estilo de vida e numa estilização da vida” são classes legitimadas.

Essa busca de *status* na cidade vem sendo criticada há alguns anos, como se observa nas pesquisas de Ribeiro (2008), Holston (1993), Vidal (2009), entre outras. Ela tem relação com uma visão tradicional de História (especialmente no caso de Brasília), de valorização dos grandes fatos e dos grandes personagens. Na construção da memória de uma cidade, são destacados não apenas os grandes personagens, como também tudo aquilo ou todos aqueles que foram os precursores, como é o caso dos sujeitos (o primeiro médico, radialista, jornalista, entre outros) e dos eventos/lugares (a primeira Comissão Exploratória, missa, igreja, entre outros).

Nesse sentido, como muito bem lembra a historiadora Maria Fernanda Derntl (2019), uma listagem dos “primeiros” aparece no livro *Histórias de Brasília*, de Ernesto Silva, ex-diretor da Novacap e um dos homens de confiança de JK na construção de Brasília. Conforme Derntl (2019, p. 25), “essas referências remetem a uma concepção tradicional de história e apontam critérios de distinção e valorização com base a noção de procedência”. Veremos que é o caso de Clemente Luz, denominado muitas vezes como “primeiro cronista de Brasília”. Como mencionado anteriormente, Israel Pinheiro, no prefácio de *Invenção da Cidade*, o havia chamado de “primeiro jornalista e escritor”, uma vez que estava a exercer a profissão em prol da construção de Brasília.

²¹ J.J.O. *Literatura*, op. cit., loc. cit.

Verificaremos com mais aprofundamento no quarto capítulo da investigação a forma como Clemente Luz se insere em um *habitus* – fazendo o uso do conceito de Pierre Bourdieu (2007) – da literatura nascente nas primeiras décadas da nova cidade, o que gera distinção e *status*. Por sua vez, diante do exposto, entendemos que a todo momento o cronista se coloca enquanto protagonista da construção de Brasília, ao mesmo tempo em que busca distinguir seu papel único como jornalista e, como veremos adiante, cronista de (em) Brasília.

O **quinto tópico** identificado relaciona-se com a experiência de Clemente Luz enquanto **cronista de Brasília**. Como visto, ela decorre do fato de ele ter se mudado para a nova capital em construção para trabalhar como redator da Rádio Nacional de Brasília. Segundo o escritor: “em Brasília, para onde me transferi em 1958, enveredei para a crônica diária. Através da Rádio Nacional de Brasília, acompanhei a construção da cidade, registrando o lado humano do seu imenso projeto” (LUZ, 1972, S/N). Na citação evidencia-se um entusiasmo com a cidade, chamada de “imenso projeto”, visto que se tratava do início dos anos 1970, ou seja, apenas uma década após a inauguração.

Desse modo, podemos observar que Clemente Luz atribui a si uma função desempenhada na cidade: foi aquele que, por meio de crônicas diárias, *registrou* “o lado humano” atribuído à diferentes sujeitos (trabalhadores, mulheres, crianças, mães, entre outros) e sentimentos (alegria, tristeza, saudade, solidão, entre outros), sem deixar de abordar com plano de fundo os variados espaços, tais como os acampamentos, a Cidade Livre, os núcleos irregulares, os canteiros de obras, os palácios, os monumentos, entre outros.

No seu depoimento, ao falar de sua chegada como redator da nova rádio, Clemente Luz narra o início da escrita de crônicas na cidade em construção, o que demonstra intrínseca relação com as funções desempenhadas. De acordo com o seu depoimento, foi a partir de um episódio no aeroporto, “o único lugar vivo de Brasília naquele tempo”, que a ideia de escrever crônicas surgiu, pois um “analfabeto de pai e mãe” saiu na rua e vendeu uma crônica diária para a Rádio Nacional de Brasília. Assim, após o episódio, o cronista menciona que o diretor da Rádio

Leoni Mesquita, [...] saiu feito doido catando gente que pudesse fazer a coisa. Por avaliação e por eliminação, chegaram à conclusão que o único camarada que podia fazer essa crônica e que era alfabetizado era eu. Eu era alfabetizado, eu tinha livro publicado, eu tinha um punhado de coisa assim... Fez-se um nome atrás de mim. Então me chamaram pra escrever a crônica. (LUZ, 1996, p. 8).

Nesse discurso, em que se narra o surgimento da ideia de escrever crônicas diárias sobre Brasília, constata-se que Clemente Luz enfatiza que era a pessoa mais indicada para o trabalho.

Há um juízo de valor em sua fala quando cita que a primeira crônica (essa que serviu de exemplo para que a ideia de escrever textos do gênero na rádio fosse adiante) havia sido vendida por um sujeito “analfabeto”. Como na citação, ele começa sugerindo que foi escolhido por falta de opção melhor, mas logo depois parece dizer que as autoridades da rádio procuraram legitimar a escolha embasados na sua experiência como escritor.

Desse modo, o cronista se autoinscreve não apenas como um dos mais alfabetizados da cidade naquele contexto de 1958, como também o “camarada” que dispunha de uma experiência de escrita, já que faz questão de lembrar que já possuía livros publicados naquele período, fato que o tornava a pessoa certa para a função solicitada. Em seu depoimento, ao ser perguntado sobre a sua primeira crônica, o escritor diz se lembrar pouco desse texto e não menciona o título escolhido.

Ao apontar o contexto da escrita dessa primeira crônica, ele faz menção à sua relação com o álcool para justificar que ela fora produzida de improviso:

O pior é que eu bebia demais, bebia mesmo, eu bebia com vontade. Então combinaram que a crônica seria inaugurada amanhã às 9 horas. Eu: "Tá certo, amanhã às 9 horas eu tô indo pra rádio." Aí fui pra casa, bebi meu porre, tomei meu porre, [...] quando foi 7 horas da manhã todo mundo atrás de mim: "Cadê a crônica, cadê a crônica?" Eu falei: "Eu não levantei ainda. Espera aí." Eu tinha consciência em mim. Eu sabia que eu era capaz de fazer a coisa, 'tava pouco ligando. Quando foi mais ou menos 8 horas, 8 e meia, eu sentei na máquina e pa-rá, pa-rá, pa-rá, pa-rá, pa-rá, pa-rá. [...] E por sorte eu fiz uma crônica muito bonita, muito gostosa. Foi um estouro, então foi o primeiro estourinho assim, de crônica. E a crônica foi a maior e a melhor, a maior e a melhor de Brasília. Porque o seguinte: não tinha outro, era só eu, era só eu. Não tinha outro não, era só eu mesmo. Então eu estou acostumado a brincar assim: "Sou o maior e melhor cronista de Brasília." (LUZ, 1996, p. 9).

O literato narra acima o processo de escrita da sua primeira crônica e procura reforçar a imagem de que era a pessoa mais preparada para a função, pois mesmo com certa irresponsabilidade da sua parte, conseguiu escrever um texto improvisado. Segundo ele, mesmo “pouco ligando”, “sabia” que “era capaz de fazer a coisa”. Diante disso, o cronista faz questão de realçar o discurso de que era o único cronista daquela época, definindo-se, mesmo que em tom de brincadeira, como o “maior e melhor cronista de Brasília”.

Diante do que considerou, a primeira crônica interpretada (lida) na Rádio Nacional de Brasília fora um sucesso, portanto, a escrita e a leitura dos textos se tornaram rotineiras. Todos os dias, na hora do almoço, uma crônica sua era lida para os trabalhadores e moradores da cidade em construção, bem como para os ouvintes do restante do país que buscavam

acompanhar e saber mais informações sobre a nova capital por meio da rádio local, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Essa rotina durou de outubro de 1958 a alguns anos após a inauguração da cidade. Como confia o cronista, houve uma interrupção no trabalho de escrita das crônicas devido a questões políticas logo após a saída de JK no ano de 1961: “eu não ia escrever crônica pra Jânio Quadros de jeito nenhum. Eu não gostava dele. E então fiquei... aí saí da rádio. Saí da rádio e fui por aí, mexer numa coisa, noutra. Depois voltei pra rádio em 63, não sei quando” (LUZ, 1996, p. 9). Ainda no seu relato oral, o cronista diz ter entrado e saído da rádio “várias vezes” durante a primeira década de 1960. Como recorte e devido aos livros averiguados reunirem as crônicas apenas posteriormente, entendemos que os textos escolhidos para pesquisa foram produzidos entre 1958 e 1965.

O escritor expõe no seu relato uma ideia de repercussão e recebimento dos textos escritos no contexto do final da década de 1950:

A gente, toda tarde, quando era meio-dia, a crônica era lida às 10 horas, com audiência compulsória, obrigatória, nos acampamentos e nos refeitórios. Autofalante nos refeitórios, os camaradas tão lá almoçando e o Sérgio Dias e Rui Carneiro, que liam minha crônica, liam muito bem. Então eles liam a crônica e quando eu chegava lá ao meio-dia no King's Bar pra tomar minha cerveja: "Ô, ô..." aquela loucura e eu tinha sorte que eu abordava todo dia... É coisa mais... cê vai pegar o livro Invenção da Cidade e vai ver coisas corriqueiras que... coisas que você não imagina que possa dar uma crônica. Com qualquer coisa eu fazia uma crônica. Então eu cheguei à conclusão que uma frase qualquer dá pra você fazer uma crônica de rádio. (LUZ, 1996, p. 9).

De acordo com o relato do cronista, a interpretação (leitura) das crônicas pela Rádio Nacional de Brasília era de responsabilidade dos locutores Sérgio Dias e Rui Carneiro. Na citação, Clemente Luz sugere a recepção dos ouvintes quando o encontravam, consequência das abordagens focadas em coisas “corriqueiras” dos textos que “ninguém imagina que possa dar uma crônica”. Segundo ele, qualquer coisa podia gerar uma crônica, como analisaremos nos próximos capítulos de forma mais aprofundada.

Ademais, nota-se na citação acima que o cronista sugere uma diferença dos seus textos, já que muito se escreveu sobre Brasília ainda em construção, mas, segundo ele, a sua narrativa possuía outro objetivo: falar das coisas simples, “corriqueiras”, que se passavam naquele grande canteiro de obras.

Essa opção está relacionada a outro discurso bastante difundido por Clemente Luz desde a década de 1960: o de narrar o “lado humano” de Brasília, como observa-se nas outras fontes verificadas. Como citado anteriormente, o cronista afirma em “O autor ‘Orelhado’”: “através

da Rádio Nacional de Brasília, acompanhei a construção da nova capital, registrando o lado humano de seu imenso projeto” (LUZ, 1972, S/N). Essa opção de abordar o lado humano pode ter relação com o fato de o cronista querer oportunizar certo protagonismo aos mais humildes (e suas histórias) que estavam construindo a cidade, característica comum da crônica, que busca falar de situações simples do cotidiano.

Como veremos nas análises dos próximos capítulos, Clemente Luz versa sobre os operários, mulheres, crianças e até mesmo animais, com linguagem simples e muito lirismo. As crônicas narram as situações cotidianas vivenciadas por esses sujeitos “comuns”, mesmo diante da construção de grandes monumentos e da presença de grandes expoentes que rondavam (e rondam) o imaginário da construção de Brasília. O próprio cronista, ao falar da boa reação dos operários com suas crônicas, faz uma avaliação da linguagem utilizada. Isso indica que os mais humildes eram o seu público-alvo:

Porque eu fazia uma crônica no espírito deles. Eu era autor de livro pra criança, então eu 'tava acostumado a escrever uma linguagem simples. Então escrevia a crônica naquela linguagem exatamente que eu escrevia pra criança, pra garotada. E eles entendiam, nunca deixaram de entender tudo que eu dizia na crônica. Era uma beleza. Era popular. Ali na época, se houvesse eleição pra senador, qualquer coisa, eu era eleito. Porque eu era popular, era mesmo. [...] (LUZ, 1996, p. 9).

Na passagem, Clemente Luz classifica como boa sua reação com os operários. Para ele, um dos motivos para isso era a linguagem utilizada no texto: simples e no “espírito deles”. Não pretendemos analisar de forma aprofundada neste primeiro momento o que o cronista chama de *espírito* dos operários, pois o assunto será relatado no terceiro capítulo por meio das crônicas. Contudo, compreende-se que ele acompanhava de perto o cotidiano desses sujeitos, pois estava presente como jornalista nos canteiros de obras. Isso pode ter contribuído para que o literato não apenas versasse sobre operários e seus trabalhos realizados na cidade, como também dos seus sentimentos, pesares e objetivos. Como veremos nos próximos capítulos, frases despretensiosas, histórias engraçadas, casos curiosos, angústias, saudades, leituras e escritas de cartas, tudo isso poderia servir de tema para a escrita de uma crônica radiofônica.

Ligado a esse suposto reconhecimento dos ouvintes das crônicas, Clemente Luz menciona em seu relato oral a dificuldade que teve ao escrever crônicas para jornal. Segundo ele: “escrever uma crônica diária pra rádio é maior brincadeira do mundo. Você faz, você tendo facilidade de escrever, é claro. (LUZ, 1996, p. 9). Assim, conforme a citação, o falar diário sobre “o lado humano” da construção é colocado como uma “brincadeira” pelo cronista, bem

diferente da situação vivenciada por ele quando trabalhou no jornal em que disse ter encontrado dificuldade de adaptação. Isso se reflete nas crônicas dos livros que estudaremos, pois muitas possuem, além do lirismo característico, bastante humor (por vezes cercado de sarcasmo).

No mesmo relato, Clemente Luz se queixa da falta de contato e mensagens de reconhecimento dos seus leitores em relação às crônicas escritas para o Jornal de Brasília no início da década de 1990. Ao ser perguntado se ainda escrevia para o periódico citado ou se havia parado, o cronista afirma: “Ah, já. Não, eu parei. Eu fiz um ano e meio no Jornal de Brasília. Agora, eu não posso falar o que eu penso, um ano e meio, gente. Nunca ninguém veio me dizer: ‘eu li sua crônica.’ Meio chato!” (LUZ, 1996, p. 26). Como não-dito do discurso, podemos inferir que o literato se queixa por não se sentir mais tão prestigiado pelos seus leitores, o que se relaciona com o período em que narra, 1996. Isto é, a construção memorialística dele parte de um período em que já não havia mais tanto entusiasmo com a nova capital, se comparado às décadas de 1960 e 1970. Nesse período narrado, o cronista passava por um momento de certo distanciamento da cena literária de Brasília, o que pode ter contribuído para a “falta de sucesso”.

Relacionado à sua experiência como jornalista e cronista em Brasília, um **sexto tópico** percebido na autobiografia de Clemente Luz refere-se à contextualização da experiência dele como **escritor**. Conforme as narrativas analisadas, para começar a narrar seu trabalho como cronista (ou posteriormente explicá-lo), Luz procura mostrar ao público uma experiência como escritor anterior à Brasília, proveniente da poesia e da literatura infantil. Como mencionado anteriormente, ele utiliza desse discurso para justificar que fora acertada a escolha de sua pessoa para escrever as crônicas da Rádio Nacional de Brasília.

De acordo com as fontes, Clemente Luz começou sua carreira na poesia, quando “infiltrou-se”, segundo suas próprias palavras, na cena literária de Belo Horizonte nos idos de 1942, quando ainda cursava o ginásio. No seu relato oral, ele narra o processo percorrido até a publicação do seu livro de poemas *Ombros Caídos* de 1942: “Eu fazia poemas e tudo. Mostrei meus poemas, fui mostrando pra um, pra outro. De repente eu tava publicando um livrinho deste tamaninho’. Eu nem tenho mais ele. Um livrinho com 50 poemas, até bom” (LUZ, 1996, p. 2). O cronista completa a passagem afirmando que a obra traduz bem a sua personalidade na época em que era um “pouco para baixo”. Ao mencionar o livro no *Correio Braziliense* e em *Minivida* (1972), ele enfatiza que a obra fora publicada com relativa aceitação da crítica.

Em todas as fontes, Clemente Luz destaca o fato de o livro *Ombros caídos* estar esgotado, como se quisesse dar maior peso à obra inaugural de sua trajetória. Ele narra com mais detalhes o seu início na literatura em 1972, comparado ao seu relato de 1996. Isso pode

ter relação com as ânsias do presente em que os fatos foram lembrados, já que na década de 1970, como já demonstrado, ainda estava em fase de afirmação uma literatura de Brasília e, com isso, o local de destaque dos seus escritores. Nesse caso, são enfatizados no relato oral, sobretudo, sua situação de pobreza e o fato de ele ter estudado por circunstâncias inicialmente alheias à sua vontade devido ao acidente com sua mão e o estímulo de seus pais. Assim, por vezes nos deparamos com essas narrativas transitórias que Clemente Luz vai construindo, já que, ao mesmo tempo que diz ter sido o menino pobre do interior que estudou com dificuldade, afirma seu lugar como escritor e intelectual de Brasília

O cronista aponta em 1996 as dificuldades em se inserir em círculos literários mineiros, o que também se revela em entrevista cedida ao *Correio Braziliense* em 1969. Ao jornal, o autor desabafa: “estou caminhando, portanto, para um cinquentenário michuruco e chôcho de escriba profissional, com incursões e tentativas na senda da glória literária... O que a gente crê é que, de uma hora para outra, possa ocorrer o milagre de um ‘Meu pé de Laranja Lima’”^{22 23}.

Em *Minivida* (1972) seu desabafo possui um tom de fracasso ao se referir à busca de sucesso: “[...] [estou] naturalmente, à espera de ser descoberto por essa raça maravilhosa de bichos, que são os leitores” (LUZ, 1972, S/N). Assim, podemos observar que o autor almejava esse reconhecimento e a tão sonhada *glória literária*. No entanto, como nota-se no relato oral de 1996, esse desejo de se inserir em uma intelectualidade de Brasília já não é tão presente em sua narrativa. Percebe-se, como veremos no último capítulo, que há uma desesperança ao final de sua vida quanto a “glória literária”.

Como contradição quanto à sua vida de escritor, por vezes na década de 1970 Clemente Luz faz alusão à ideia de que ele *persistiu* na busca por uma inserção nos círculos literários em Minas Gerais, mesmo diante das dificuldades relacionadas à sua inexperiência na literatura, quando, segundo ele, escritores locais chegaram a desencorajá-lo das suas ambições literárias: “na capital mineira, mostrei os originais dos meus primeiros trabalhos aos escritores locais, que chegaram a me desencorajar; eram ruins demais...” (LUZ, 1972, S/N).

Por sua vez, esse discurso possui como foco demonstrar que ele se tornara escritor por insistência, porque, segundo ele, a carreira possibilitaria uma vida melhor, em uma clara alusão à pobreza da sua infância e adolescência: “como estava convencido de que a literatura era a única válvula para remoer a vida, tentei com maior carga, procurei rumos, voltei à praça literária da capital mineira naquela época (1940/42) e consegui ser admitido nas quase inexpugnáveis cidadelas literárias de então” (LUZ, 1972, S/N). Por conta disso, ele cita o livro *Ombros caídos*

²² J.J.O. *Literatura*, op. cit., loc. cit.

²³ Autor se refere ao livro *Meu Pé de Laranja Lima* (1968) de José Mauro Vasconcelos.

e destaca a sua fase como escritor de literatura infantil, frisando ter publicado diversas obras: “Enveredei para a literatura infantil, publicando sucessivamente vários livros, hoje esgotados, à espera de que os editores brasileiros reencontrem a nossa literatura infantil[...]” (LUZ, 1972, S/N). Clemente Luz evidencia o esgotamento das obras, o que parece sugerir que elas fizeram sucesso.

O cronista, na continuação da sua narrativa, faz uma crítica à falta de apoio dos editores na publicação das obras, uma vez que, para Clemente Luz, a literatura infantil estava abandonada naquele período. Porém, diante do exposto, percebe-se no seu relato oral de 1996 que essa questão surge somente após a indagação da entrevistadora, diferentemente de outros períodos em que ele fazia questão de mencionar essa experiência da sua trajetória. Nessa perspectiva, seu relato oral continua enfatizando a quantidade de obras publicadas e destacando que os livros estavam esgotados. Entre eles, podemos citar: *Bilino e Jaca* (1944), *O mágico* (1944), *Infância humilde de grandes homens* (1944), *Aventura da bicharada* (1949), *O caçador de mosquitos* (1953) e *Pedro Pipoca* (1957). Ele demonstra certo arrependimento por não ter publicado outras obras:

Antes de vir pra Brasília, [...], eu deixei o Clemente Luz lá pra trás e não liguei pra ele. Ele tinha um bom nome, ele tinha duas ou três editoras que editava os livros dele e ele nunca mais, nem contato com as editoras ele fazia. Não ligou não, 8 ou 10 anos depois ele tentou recuperar, aí 'tava desconhecido. E hoje se eu quiser entrar na literatura infantil de novo, eu tenho que começar tudo de novo, embora eu tenha os livros que eu possa encaminhar (LUZ, 1996, p. 13).

É interessante como Clemente Luz cria um personagem que olha para o seu *eu* do passado com um tom de arrependimento. No que diz respeito ao espaço entre o vivido e o narrado, salta aos olhos que ele rememora com uma perspectiva externa, citando a si mesmo na terceira pessoa.

Nessa narrativa que qualifica e julga o outro eu do passado, o escritor diz ter abandonado a carreira como literato infantil quando deixou de manter contato com as editoras que estavam publicando seus livros. Nesse caso, ele sugere que a volta seria mais complicada, pois teria que praticamente começar do zero. Ele atenta que o abandono de sua carreira na literatura infantil se dava pela escrita de crônicas em Brasília e pela construção da nova capital:

Depois que eu cheguei aqui eu nunca mais escrevi uma linha de literatura infantil. Cê cria outro... parece que eu fiquei entusiasmado aí com Brasília, entusiasmado com a pinga de Brasília e essa coisa toda, e com a crônica e com o sucesso da crônica. Acho

que o que me atrapalhou mesmo foi o sucesso da crônica, porque a minha vaidade 'tava satisfeita, pra onde que eu ia todo mundo me conhecia. Pronto, larguei! [...] (LUZ, 1996, p. 15).

Diante dessa interpretação do cronista sobre a sua experiência na literatura infantil, a chegada em Brasília aparece novamente na narrativa como um marco em sua trajetória. Dessa vez, porém, o cronista atribui de forma negativa essa mudança ao abandono da escrita de histórias para crianças. Ao mencionar Brasília como contraponto ao seu “desaparecimento” do círculo da literatura infantil, pode-se imaginar que Clemente Luz deixa transparecer um descontentamento com os rumos tomados pela sua carreira como cronista até 1996, uma vez que, em seu relato, ele afirma que na década de 1950 sua “vaidade” como escritor estava satisfeita. Entendemos que, assim como vários outros personagens da construção de Brasília, ele sente nostalgia pelo período da construção, quando se sentia reconhecido e aplaudido, diferentemente dos mais atuais, que convivia com o ostracismo, como quando se queixa do período que escreveu crônicas para o *Jornal de Brasília*.

Uma questão que não pode passar despercebida é que o cronista, sem maior pudor, expõe no seu relato oral que tentava na época lidar com o alcoolismo, como na citação acima em que ressalta um “entusiasmo” com a pinga de Brasília. Posto isso, a acentuada abordagem desse **lado voltado para a bebida em Brasília** é o **sétimo tópico** identificado nas narrativas. Ela pode ser observada durante todo o relato oral do cronista, como quando narrou as horas seguintes às leituras das crônicas: “quando eu chegava lá ao meio-dia no King’s Bar pra tomar minha cerveja”. Que seja dito, em várias crônicas presentes nos livros *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972) os acontecimentos têm como principal cenário os bares da cidade.

Ao falar de outras profissões exercidas, o cronista demonstra que esse estilo de vida muitas vezes interferiu nos trabalhos realizados, como na narrativa sobre a produção da sua primeira crônica. Entre as outras atividades realizadas, merecem destaque a escrita de cartas e a venda de jornais em uma Brasília ainda em construção. No trabalho de escrita das cartas, como veremos nos capítulos seguintes, Clemente Luz acaba conhecendo mais sobre a vida de diversos sujeitos não alfabetizados que recorriam ao seu trabalho de escriba. Esses sujeitos, em geral, operários mais humildes, pediam que o cronista escrevesse mensagens para os seus amigos e familiares que ficaram no seu local de origem. Por conta disso, segundo o cronista, foi instituído o “dia das cartas”, que era aos sábados e domingos e contava com a participação dos seus filhos. O escritor narra o processo:

Os caras me pediam pra escrever carta. Aí instituí o dia das cartas. No sábado e o domingo a gente punha a cadeira e um banquinho lá assim e eu e meus filhos escrevíamos as cartas pros candangos. Escrevíamos o que eles queriam. Tinha sábado que a gente escrevia 30, 40 cartas. E ganhava um dinheirinho, [...] nem sei quanto a gente cobrava. Mas sempre dava pra beber cerveja (LUZ, 1996, p. 12).

No relato, chama atenção o número de cartas escritas aos sábados e domingos, o que indica uma grande quantidade de sujeitos nessa condição de baixa escolarização, já que outras pessoas alfabetizadas também faziam o mesmo trabalho em busca de complementação de renda²⁴. Além disso, na citação ressurgem a presença da bebida. Quanto a essa questão, o cronista confidencia que gostava demais de uma bebida naquele período: “[eu] enchia a cara. Bebia na rua, bebia em casa. Não, nesse tempo eu bebia na rua mesmo. Era ali onde era o King’s Bar [...]. Tinha um bar do francês. Tinha um punhado de bar e bons, então o dinheiro da gente ficava ali, tudo ali mesmo” (LUZ, 1996, p. 12).

O cronista menciona que o gasto com a bebida também se relacionou com o trabalho de “vendedor de jornais” exercido por ele antes da inauguração da cidade, sobretudo na Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante) e no aeroporto:

[...] durante o dia eu vendia jornais na rua. Tinha um pacote de jornal debaixo do braço, ia pra rua vender jornal. E vendia! E lá no aeroporto, eu tava vendendo jornal, aparecia um ministro, uma coisa qualquer e eu era jornalista, arrancava o jornal dele e entrevistava o cara. Fiz isso muitas vezes. Entrevistava, passei boas entrevistas dessas coisas assim. Era uma vida agitada e bonita porque se fazia de tudo, você “tava participando de tudo” (LUZ, 1996, p. 14).

Clemente Luz destaca na citação a “vida agitada e bonita” que ele diz ter vivido em Brasília no período da construção, algo que vai de encontro com um discurso de encantamento que diversos outros sujeitos que participaram da empreitada revelam. Mesmo trabalhando como vendedor de jornais no aeroporto e na Cidade Livre, o cronista não deixa de sublinhar que sua principal ocupação era o jornalismo, mas que naquela época se fazia de tudo. Assim, chama atenção que ele até aproveitava de algumas ocasiões para realizar entrevistas para os jornais que trabalhava como correspondente. A recorrente associação ao jornalismo, analisada no quarto tópico, reforça uma ideia de distinção quanto a outras funções realizadas, pois como o cronista afirmava nas fontes verificadas, o jornalismo era o seu “ganha pão”.

²⁴Há relatos de outras pessoas que também prestaram tal serviço. Cf CARDOSO, Mônica Gonçalves. *Os primeiros anos do rádio em Brasília*. (monografia), Brasília - Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, 2007.

O *Diário da Noite* (RJ), na primeira de uma série de reportagens sobre Brasília, mencionou em 1958 que Clemente Luz havia se tornado “Gazeteiro” na nova capital, sendo que a matéria colocava em destaque uma foto dele vendendo jornais na Cidade Livre. A reportagem, contudo, utiliza dessa imagem para reforçar que em Brasília as coisas eram opostas ao litoral, pois todos ali procuravam ajudar de alguma forma a construir a nova capital. Nesse sentido, de acordo com o texto de Maurício Vaitsman:

Na humildade dessa árdua função de jornalista encontramos um escritor e jornalista dos mais conhecidos dos centros letrados do litoral: Clemente Luz. [...] Não era uma ilusão de óptica o que nos surpreendia naquela cidade cheia de pitoresco. Era mesmo o jornalista e escritor Clemente Luz, autor de uma série de livros de sucesso no mundo da literatura infantil²⁵

É destacando a experiência de Clemente Luz no litoral, com ênfase no seu vasto trabalho como jornalista e escritor, que a reportagem de Vaitsman afirma que, na Cidade Livre, tudo que se conhecia no Rio de Janeiro era modificado em Brasília. Entre as diferenças, estava a relação entre o trabalhador mais humilde que comprava um jornal e um literato “conhecido” que também se tornou um trabalhador humilde. Isso, segundo o periódico, era de grande simbolismo, não sendo uma ilusão de ótica. Entendemos que esse discurso não deixa de ser uma tentativa de transformar em anedótica ou mesmo pitoresca a precariedade de trabalho encontrada em uma cidade em construção naquele período. Para tanto, o autor do artigo cita as diversas obras de literatura infantil publicadas por Clemente Luz e seu trabalho realizado no jornal *A Noite*.

Diante desse ponto de vista do autor da matéria, Clemente Luz, ao ser indagado sobre a nova profissão, mesmo diante de tanto prestígio no litoral, cita que “sempre vivemos na humildade do nosso trabalho. Vendendo jornais e escrevendo, ao mesmo tempo, para jornais do Rio, estamos também ajudando a construir Brasília...”²⁶. O cronista apresenta no diálogo um discurso de encantamento com a construção, afirmando que a cidade era “mesmo a terra prometida”, em alusão à profecia de Dom Bosco tão utilizada nos discursos de defesa da construção da cidade, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação. Com uma narrativa de apologia à capital, a reportagem procura acentuar que fosse como jornalista, escritor ou

²⁵VAITSMAN, Maurício. CONHECIDO ESCRITOR E JORNALISTA VIROU GAZETEIRO NA NOVA CAPITAL. *Correio Braziliense*, Rio de Janeiro, n° B11351, 17 nov. 1958, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_03/66547. Acesso em 13 mar. 2020.

²⁶ *Ibid.*

vendedor de jornais, Clemente Luz era exemplo para os descrentes do litoral que não acreditavam na construção da nova capital.

Contudo, esse discurso de Luz à profissão exercida é um pouco diferente do proferido no relato oral três décadas depois:

[...] Então eu quis ficar rico vendendo jornal. Quando eu vim pra cá, eu descobri que eu poderia ficar rico vendendo jornais. Porque aqui não tinha jornais. Então eu organizei um sistema de vender jornais a partir do aeroporto. E tinha uma banca na Cidade Livre onde eu tinha um alto-falante lá. Aluguei o alto-falante e eu fiz lá uma espécie de ponto de distribuição. Eu não tinha carro, não tinha nada. Então todo dia eu tinha que me ralar pra arrumar carona pra trazer ao menos 200 jornais. Daqui um pouco mil jornais por dia. Então eu trazia os jornais e distribuía. Comprei oito bicicletas de carga, equipei as bicicletas, treinei a garotada. E eles iam pros acampamentos vender jornal. [...] Eu tinha todos os jornais e distribuía. [...] Enchia o bolso de dinheiro e subia pro King's Bar. E lá a turma da rádio vinha toda beber comigo. E a gente bebia até acabar o dinheiro. (LUZ, 1996, p. 10-11).

Podemos inferir que, com o passar dos anos e com o processo de negociação da memória (especialmente quanto ao que lembrar e ao que esquecer, processo intimamente relacionado com o presente da narrativa), há uma mudança de interpretação a respeito do negócio. Não era apenas para ajudar a construir a nova capital, mas sim ficar rico realizando um trabalho que, segundo ele, ainda não existia na cidade naquela época por se tratar de um grande canteiro de obras. Como afirmou Pesavento (2003, p. 95), precisa-se “levar em conta as múltiplas mediações” da Memória. Nesse caso, ao analisar o tempo transcorrido entre o vivido e o narrado, é significativo o intervalo de tempo entre o presente e o passado, que certamente possibilitou uma reflexão do fato rememorado.

Ainda assim, para além dos objetivos que teve ao vender jornais, é notório que mesmo se referindo a certa organização na venda e distribuição desses periódicos (locais de venda, divulgação e o dinheiro recebido), a narrativa de Clemente Luz ainda se volta para a bebida e a gastança. Segundo o relato, o trabalho como vendedor de jornais terminou quando começaram as chuvas. Em decorrência das chuvas, houve problemas em armazenar os exemplares em depósito e seu estoque foi destruído no ano de 1959. Logo, entendemos que essa narrativa é uma forma interessante para justificar o fim de um empreendimento, além da problemática com o álcool já citada.

Um **oitavo** e último **tópico** identificado (que averiguaremos de forma mais aprofundada no quarto capítulo) diz respeito ao discurso de Clemente Luz sobre a **produção e lançamento** de *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972). As narrativas sobre as obras possuem em

comum a imagem de que a organização de tais livros “não foi planejada”, já que ele diz ter se deparado com a riqueza e com a quantidade das crônicas guardadas “apenas” depois da inauguração de Brasília.

Conforme a 2ª edição de *Invenção da Cidade*, feita com o auxílio do Instituto Nacional do Livro – INL, no ano de 1982, Clemente Luz cita: “No dia 21 de abril de 1960, data da inauguração de Brasília, suas gavetas estavam cheias de papéis escritos, retratando os mais variados ângulos da vida levada, até então, no imenso canteiro de obras [...]” (LUZ, 1982, p. 2, grifo nosso). em uma entrevista ao *Correio Braziliense* em 1968²⁷, ele já havia manifestado esse discurso, citando, por outro lado, que a pressão dos amigos para organizar o livro de crônicas no primeiro aniversário da cidade também contribuiu para o ordenamento. Nessa entrevista, o cronista narra os episódios de uma forma que legitima poeticamente a organização da obra. Nela, algumas questões ganham destaque, como o local em que as folhas estavam esquecidas, o valor memorialístico dos textos e a dificuldade na seleção, que está relacionada ao grande número de crônicas com a qual o escritor se deparou ao ter o “estalo de Vieira”

Posto isso, foi possível perceber alguns tópicos que consideramos importantes para a análise da trajetória de Clemente Luz e de suas crônicas, por serem recorrentes nas narrativas construídas sobre si. Observou-se que há algumas contradições e transitoriedades discursivas nessas narrativas, especialmente por terem sido produzidas em períodos diferentes. A autoinscrição de Clemente Luz como jornalista e escritor é por vezes de um menino pobre do interior que procurou mudar de vida com os estudos, mesmo que contra a sua vontade; e outras vezes como escritor pertencente a uma intelectualidade de Brasília, que a partir das experiências na construção de cidade teve papel de destaque. Há a oscilação dele em se sentir um escritor de sucesso e outras vezes pouco valorizado, à espera da “glória literária”.

Na análise da sua trajetória, a partir dessas narrativas construídas por ele mesmo, é possível identificar marcos relevantes que ele atribui maior peso, como sua mudança para o Rio de Janeiro e os trabalhos exercidos a partir do início da década de 1950 (esses que possibilitaram a sua chegada em Brasília para trabalhar na Rádio Nacional de Brasília). Assim sendo, entendemos que essas narrativas sobre sua trajetória serão importantes para as análises realizadas nos próximos capítulos.

²⁷Literatura. *Correio Braziliense*, op. cit., loc. cit.

2. O RÁDIO E A LITERATURA: CLEMENTE LUZ E A ESCRITA DE CRÔNICAS RADIOFÔNICAS

Neste capítulo, analisaremos a produção e veiculação das crônicas de Clemente Luz com intuito de situá-las em um contexto mais amplo de afirmação do rádio como meio de comunicação de massa e de divulgação da iniciativa de construir Brasília. Para tanto, trataremos inicialmente da relevância do rádio como meio de comunicação no Brasil e como ele foi aproveitado politicamente no governo de Juscelino Kubitschek por meio, sobretudo, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e do programa *A Voz do Brasil*. Por fim, também investigaremos como JK utiliza a inauguração da Rádio Nacional de Brasília para divulgar e propagar a nova capital.

A nova Rádio Nacional foi criada em 1958 para servir como mais um difusor da nova capital e como canal de entretenimento com programas destinados aos moradores e trabalhadores locais; ademais, era objeto de lazer devido às diversas atrações realizadas no seu auditório-teatro.

O trabalho e a produção literária de Clemente Luz, no final dos anos 1950, possuem conexão direta com a Rádio Nacional de Brasília. Assim, três aspectos analisados entrecruzam-se neste capítulo: 1) o papel de destaque do rádio na propaganda do governo JK, especialmente quanto aos seus interesses na divulgação de Brasília; 2) as narrativas de sujeitos, que estavam participando da construção de Brasília, sobre a inauguração de uma rádio no canteiro de obras; 3) a interpretação das crônicas na programação dessa nova rádio por meio do programa *Crônicas da Cidade*. Dessa forma, investigar a produção e a circulação das crônicas de Clemente Luz é imprescindível, pois elas contribuem com a elucidação da relação criada por uma década entre o cronista e a Rádio Nacional de Brasília.

Nesse último ponto, procuraremos considerar o duplo caráter desses textos na construção de Brasília como a *escrita* das crônicas nos seus moldes tradicionais para o jornal e a sua produção para serem *interpretadas* no rádio. Assim, são importantes para o entendimento das crônicas perguntas como: com que objetivo se interpreta textos literários na rádio local? Quem são esses leitores-ouvintes dos programas de crônicas?

Por fim, com essa parte do estudo, pretende-se demonstrar os meios que possibilitaram a produção de crônicas radiofônicas sobre Brasília. Como mencionado no capítulo anterior, esses textos também revelam extratos da vida do cronista e sua conexão com Brasília.

2.1. NOTÍCIAS E ENTRETENIMENTO: O RÁDIO NO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK

Na dissertação de mestrado *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*, que analisa os mecanismos de propaganda utilizados no governo de Juscelino Kubitschek (JK), a historiadora Georgete Medleg Rodrigues (1990) afirma que o rádio foi um veículo de comunicação de massa muito utilizado por JK em suas propagandas políticas, especialmente nos discursos que defendiam o Plano de Metas e a construção da nova capital. Conforme a historiadora, não foi identificada em sua análise uma montagem de aparelhos de propaganda específicos no governo JK; por sua vez, eles existiam na ditadura de Getúlio Vargas, quando foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),²⁸ que funcionou como um instrumento de censura. Como a própria estudiosa pondera, trata-se de regimes diferentes. Porém,

Podemos identificar no governo Kubitschek um “núcleo” de elaboração, sistematização e divulgação da ideologia, que se localizava no Ministério da Educação e Cultura, seguindo uma tradição que vinha desde o governo Vargas. Era a esse órgão que estava subordinado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, que tinha como proposta, entre outras atividades, elaborar instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (RODRIGUES, 1990, p. 36).

Diante disso, destaca-se uma preocupação do governo JK em sistematizar e divulgar a sua ideologia, como também foi feito na era Vargas. Não é objetivo do capítulo o aprofundamento na análise da relação entre o Iseb²⁹ e o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e/ou Brasília, como fez o sociólogo Márcio de Oliveira (2006) no artigo *O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas*. Para o pesquisador, o grupo de intelectuais do instituto, desde a sua fundação, procurou “elaborar pesquisas e reflexões teóricas sobre a questão do desenvolvimentismo”. (OLIVEIRA, 2006, p. 493). Nesse primeiro momento, nos interessa a conexão entre os mecanismos da propaganda do governo de JK, sobretudo o rádio e seus artistas e colaboradores.

²⁸ Cf BRASIL. Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Que cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 27. Dez. 1939. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 03 fev. 2020.

²⁹ Para mais informações sobre o Iseb, consultar TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

Como destaca Maria Leandra Bizello (2007), em artigo que analisa os cinejornais no governo JK, o então presidente possuía um grupo de intelectuais que escrevia seus discursos e, desde o período em que era governador de Minas Gerais, “a preocupação em falar e cooptar o público foi tratada com cuidado pelo presidente que sempre se cercou de poetas, escritores, intelectuais, cientistas e artistas” (BRIZELLO, 2007, p. 5). A proximidade de JK com esses sujeitos, em conformidade com Bizello (2007) e Oliveira (2006), decorre do desejo de configurar amplo apoio a suas políticas com uma produção teórica de promoção e reflexão ideológica que garantisse apoio.

Como lembra Rodrigues (1990), JK utilizou variados mecanismos para montar um esquema de propaganda de Brasília. Os meios de comunicação observados pela pesquisadora foram o rádio, a televisão, jornais, revistas e a produção de cinejornais. Contudo, a propaganda não era feita somente pelos meios de comunicação, mas também decorria do

“corpo a corpo” com a sociedade, que consistia em patrocinar conferências, palestras, congressos etc., em todo o país (e no exterior), com a presença de funcionários do governo, membros da diretoria da Novacap, ou outros funcionários graduados da empresa. Outro, que era a propaganda no próprio território, no palco onde se desenrolava o acontecimento, isto é, no canteiro de obras. Essa investida significava atrair para o local o maior número de visitantes possível, de preferência figuras ilustres, tanto do país como do estrangeiro. [...] [E por meio da] própria atuação do presidente da República, através dos seus pronunciamentos sobre Brasília (RODRIGUES, 1990, p. 38).

Por meio desses mecanismos, foram variadas as formas de propagação da ideologia nacional-desenvolvimentista de JK. Dentre elas, nos interessa neste capítulo a realizada por intermédio dos meios de comunicação em massa, sobretudo o rádio. Esse recorte é oportuno, pois a relação de Clemente Luz com a Rádio Nacional de Brasília (que mesmo sediada na nova capital em construção possuía uma difusão nacional) será importante para a análise das crônicas.

Para Rodrigues (1990), o rádio por meio do programa *A Voz do Brasil* e da emissora Rádio Nacional, foi o principal divulgador dos ideais desenvolvimentistas do governo JK. Os discursos de Juscelino Kubitschek veiculados através dos meios de comunicação, “cumprem um papel determinado e fundamental na divulgação do ideário oficial” (RODRIGUES, 1990, p. 41). A partir dessa constatação, a pesquisadora afirma que, durante seu mandato, JK utilizou quarenta e sete vezes o programa para difundir suas ideias. Para isso, ele se aproveitou especialmente das datas importantes no calendário religioso e de datas históricas como Natal, Ano Novo, 1º de maio, Independência, entre outros. Desse modo, “especialmente nos

momentos de mobilização dos trabalhadores, crise militar ou ataques da imprensa, Juscelino recorria ao rádio”. (RODRIGUES, 1990, p. 41).

O noticiário estatal e obrigatório *A Voz do Brasil*, programa mais antigo da história do país e da América Latina, foi criado em 1938 com o nome *Hora do Brasil* pelo governo de Vargas – vinculado ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e que depois se transformaria no DIP no ano de 1939 – com a finalidade de difundir os projetos e propostas do governo. Sua nomenclatura atual só foi adotada no ano de 1965³⁰.

Kubitschek continuou utilizando o programa para difundir seus ideais, como também fizeram outros governos. Para Rodrigues (1990, p. 42) “através da Voz do Brasil foram transmitidas as principais justificativas do governo para legitimar e mobilizar a sociedade em torno da transferência da capital”. Ainda como analisado por Rodrigues (1990), JK, porém dá um tom intimista à “conversa” no rádio, “derrubando as barreiras entre o chefe de Estado e os seus comandados. Instaura, portanto, um novo pacto entre locutor e interlocutor” (RODRIGUES, 1990, p 48).

Também bastante utilizada por JK, a Rádio Nacional, mais conhecida pelo seu prefixo PRE-8, começou a transmitir como rádio comercial em 12 de setembro de 1936 e pertencia à mesma empresa do jornal *A Noite*. Aliás, Clemente Luz trabalhava nesse periódico como secretário de redação na década de 1950. Em 1940, a rádio passou a ser patrimônio do Estado por meio da encampação, como já havia ocorrido anos antes com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, também pertencente ao grupo *A noite* e que se tornou a Rádio Ministério da Educação (ou Rádio MEC-Rio), quando operada pelo Ministério da Educação e Saúde no Governo Vargas.

Valci R. M. Zuculoto (2010), em sua tese *A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras*, assinala que a Rádio Nacional era uma das maiores expressões da *Era do Ouro* do rádio no Brasil na década de 1940. De acordo com Zuculoto (2010), a programação da Rádio Nacional permaneceu integralmente comercial, mesmo após a incorporação ao patrimônio da União. A ela “foi dada a missão de ser popular, no sentido de alcançar a massa, conquistar um grande público, nacionalmente e de todas as camadas, para promover a integração do país” (ZUCULOTO, 2010, p. 102).

Como demonstra a estudiosa do rádio no Brasil Miriam Goldfeder (1980), no livro *Por trás das ondas da Rádio Nacional*, a emissora não recebia financiamento oficial, já que

³⁰ Cf CHAGAS, Genira. *Radiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência*. São Paulo: Atlas, 2012.

possuía uma organização empresarial, altamente centralizada e administrada através de departamentos com funções definidas, não recebendo financiamento oficial. Era sustentada por verbas publicitárias, o que nas épocas áureas lhe permitia manter uma equipe enorme, com salários excelentes e ainda reinvestir os lucros na própria organização. (GOLDFEDER, 1980, p. 42).

Sendo sustentada por verbas publicitárias e dispondo de uma boa equipe de colaboradores, a Rádio Nacional foi a principal emissora dessa “fase de ouro” do rádio no Brasil. Era a fase “do rádio espetáculo, das grandes produções radiofônicas – de radionovelas aos programas de auditório e musicais, das orquestras próprias, cantores e conjuntos exclusivos das estações” (ZUCULOTO, 2010, p. 101). Dessa maneira, como explica Ronaldo Conde Aguiar no livro *Almanaque da Rádio Nacional* (2007), a encampação da rádio atendia a certos objetivos políticos governamentais como o de levar um conjunto de mensagens para os muitos e mais distantes lugares do Brasil. Essa orientação é significativa, pois, mesmo não sendo financiada, a rádio servia a ideais do Estado no que diz respeito à divulgação da sua ideologia.

Para a historiadora Lia Calabre em *A era do rádio* (2004), que traça um panorama da época de ouro do rádio no Brasil nas décadas de 40 e 50, a Rádio Nacional foi a emissora com maior audiência daquele período. A PRE-8 criou, especialmente entre 1945 e 1955, um modelo de programação que foi seguido pelas demais estações em todo o país. Ainda segundo Calabre (2004), esse modelo de programação vigorou até os anos 1960 e apoiava-se em quatro núcleos: a música, a dramaturgia, o jornalismo e os programas de variedade. “Nas emissoras de rádio reuniam-se profissionais dos mais diversos ramos, divididos em vários departamentos — artístico, musical, técnico, jornalístico, publicitário, administrativo” (CALABRE, 2004, p. 31).

Destaca-se na Rádio Nacional o espaço cedido para a música brasileira, as radionovelas, os radioteatros e os programas de variedades, sobretudo os de humor e de concursos. De acordo com Calabre (2004), foi dos programas de variedades que surgiram apresentadores famosos (como César Alencar e Paulo Gracinho) que contavam com um público que superlotava os auditórios da Nacional. Segundo a autora, eram comuns as filas imensas de ouvintes que se juntavam ainda na véspera dos programas e dormiam nas calçadas para comprar ingressos na porta da rádio. Isso não quer dizer que o sucesso da rádio se restringisse a esses ramos, pois outro programa de grande sucesso foi o noticiário *Repórter Esso*, que serviu de modelo para jornais radiofônicos de outras emissoras e foi líder de audiência até meados da década de 1960, quando migrou para a televisão.

O governo JK soube valer-se da rádio como instrumento a serviço do Estado, especialmente em seus discursos, como apontado por Rodrigues (1990). O ex-presidente

mantinha uma relação de proximidade com os acontecimentos da rádio e participava de premiações da emissora. A seguir, trataremos mais dessa conexão de Kubitschek com o rádio, mas a partir da *Rádio Nacional de Brasília*.

2.2. UMA NOVA RÁDIO NACIONAL NOS CANTEIROS DE OBRAS DE BRASÍLIA

Ainda no ano de 1957, o periódico *A noite* divulgou diversas vezes a intenção do governo de criar uma filial da Rádio Nacional em Brasília. O jornal era parte da mesma empresa que fundou a Rádio Nacional do Rio de Janeiro; dessa forma, era também patrimônio do Estado³¹. Após seu fechamento em dezembro de 1957, Clemente Luz e mais dois funcionários foram transferidos para a rádio³². Antes do fechamento, o mesmo periódico havia inaugurado uma sucursal na cidade em construção³³, fato que, segundo o veículo, teria aberto caminho para a criação de uma filial da rádio na nova capital.

Ainda de acordo com *A noite*, em dezembro de 1957, JK confraternizou com artistas do rádio e da televisão carioca em Brasília. Segundo a reportagem, também participaram da festa os operários que construía o Palácio da Alvorada presenciaram em massa o acontecimento. O jornal ainda afirmou:

Juntamente com o Dr. Ernesto Silva, diretor-administrativo da ‘Novacap’, os representantes da Rádio Nacional examinaram o terreno onde estarão instalados, em breve, os estúdios e transmissores da maior emissora do continente. [...] Os artistas da Rádio nacional não ocultaram, também, seu entusiasmo pela próxima inauguração da

³¹ Como pode ser observado no primeiro capítulo da dissertação, e que ficará mais evidente neste e no quarto capítulo, a pesquisa se utiliza de periódicos para traçar uma análise do contexto, fatos e discursos. Não queremos, contudo, como alerta a historiadora Tania Regina de Luca (2008), fazer a dissociação do conteúdo da publicação dos jornais do lugar na história da imprensa brasileira, tomando-a como objeto único e isolado do histórico do periódico. Segundo Luca (200, p. 140), é preciso, ao utilizar a fonte, “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Como bem sabemos, a Novacap possuía um departamento para gerenciar a propaganda de Brasília através dos meios de comunicação, assim os jornais eram pagos por matérias. Além disso, é necessário levar em conta a forma que muitos discursos ganham significado, o público que o jornal ou a revista pretende atingir, a periodicidade, entre outros fatores. Em outras palavras, deve-se analisar as fontes, já que não são depósitos de verdades da época. Posto isso, como recorte, foram escolhidos apenas periódicos do Rio de Janeiro, por estarem sediados na antiga capital da República.

³² Cf SINDICATO ESTUDA MANDADO DE SEGURANÇA PARA FAZER CIRCULAR “A NOITE”. *A Noite*, Rio de Janeiro, nº 303, 1º caderno – p. 11, 31 dez. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/82669. Acesso em 03 de fev. 2020.

³³ Cf JUSCELINO INAUGURA SURCUSAL DE “A NOITE” E RÁDIO NACIONAL EM BRASÍLIA. *A Noite*, Rio de Janeiro, nº 15.757, 1º caderno – p. 2, 28 out. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45027. Acesso em 03 de fev. 2020.

Rádio Nacional de Brasília, manifestando o desejo de, frequentemente, se apresentarem ao microfone da mais nova emissora brasileira³⁴.

O discurso do periódico sobre o evento, que contou com a presença do representante da Rádio Nacional Leony Mesquita e seus famosos artistas, substancia a proximidade que Kubitschek mantinha com os meios de comunicação como forma de utilização para a propaganda do seu governo, especialmente a favor de Brasília. Assim, como afirma Georgete M. Rodrigues (1990), a divulgação de Brasília por meio do rádio foi tão importante que foi inaugurada oficialmente na capital em construção a *Rádio Nacional AM de Brasília*, no dia 31 de maio de 1958, com ondas médias e curtas que alcançariam todo o Brasil.

Antes da inauguração, porém, houve um evento extraoficial no dia 2 de maio de 1958, como se observa nos livros de memória de Juscelino Kubitschek (2000) e Ernesto Silva (1985). Entre os presentes na solenidade estavam o presidente JK, diretores da Novacap e o radialista Leony Mesquita, locutor da Rádio Nacional que foi designado ao cargo de primeiro diretor da nova rádio. O objetivo era inaugurar a rádio ainda no início do mês de maio, como noticiava *A noite*³⁵ e outros jornais

Roberto Salvador, no livro *A era do jornalismo: o registro da história de um gênero que emocionou o Brasil* (2016), afirma que a nova emissora foi montada em apenas quatro meses. Esse foi um tempo bastante curto, se considerarmos os equipamentos e as disponibilidades de transporte da época, sobretudo para uma cidade em construção. Segundo uma coluna no jornal de tradição oposicionista, *Tribuna da Imprensa*³⁶, o transporte dos equipamentos necessários da rádio, que foram feitos por via aérea, encareceu bastante os gastos iniciais da instalação. Por sua vez, foi devido a esse transporte utilizado que a emissora de Brasília conseguiu ser inaugurada ainda em maio de 1958.

A Rádio Nacional de Brasília permaneceu em um galpão-auditório provisório durante os seus primeiros anos, como destacou o *Diário da Noite*³⁷ ainda em 1958. Esse local foi cedido pela Novacap na quadra SQS 507 no Plano Piloto, às margens da avenida W3 Sul. De acordo com as jornalistas Nathália Mendes e Yvna Sousa, que analisam a história da rádio de Brasília

³⁴ VISITARAM BRASILIA O SAMBA E O MORRO. *A Noite*, Rio de Janeiro, n° 15.800, 1° caderno – p. 3, 19 dez. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45913. Acesso em 03 de fev. 2020.

³⁵ A 3 DE MAIO DE 1958 (DEFINITIVO): RADIO NACIONAL FALANDO DE BRASILIA. *A Noite*, Rio de Janeiro, n° 15.798, 2° caderno – p. 01, 12 dez. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45887. Acesso em 03 de fev. 2020.

³⁶ RIO, José do. Vozes da cidade. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, n° 02.823, p. 2, 23 abr. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/47294. Acesso em 03 de fev. 2020.

³⁷ EFE, Jota. Sobre as ondas do Rio. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n° 11.154, 1° seção -p. 10, 28 mar. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_03/62107. Acesso em 3 fev. 2020.

no livro *É bom viver Nacional: vidas sintonizadas em 980 kHz* (2010), somente após dois anos atuando de forma provisória a rádio foi transferida para um novo prédio no Setor de Rádio e TV Sul, também às margens da avenida W3.

Periódicos como o *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Imprensa Popular*, *Radiolândia* e *Revista do Rádio*, dentre outros, noticiaram abundantemente a inauguração da nova Rádio. Entre os principais pontos abordados, é recorrente nas reportagens o destaque dado ao *Programa do César Alencar*, líder de audiência na Rádio Nacional naquela data de inauguração. Ele foi transmitido diretamente do auditório da nova rádio. A solenidade ainda contou com hasteamento da Bandeira Nacional, almoço no aeroporto e a inauguração dos transmissores da nova emissora.³⁸

Além da participação de personalidades na inauguração, registrada pelo fotógrafo oficial da presidência Mario Fontenele, alguns periódicos também enfatizaram o discurso de JK, sobretudo para mencionar a importância da rádio na construção de Brasília. No discurso, o ex-presidente relata a relevância da rádio na construção de uma nova capital:

Das vertentes amazônicas às coxilhas gaúchas, e dos contrafortes andinos ao litoral atlântico, Brasília fará ouvir a sua voz, a partir deste momento, graças aos possantes transmissores da “Rádio Nacional”, que ora inauguramos. Milhões de lares disseminados nos mais recônditos recessos do nosso território participarão, assim, de ora em diante, da presença física e da convivência de Brasília, e reconhecerão a fisionomia familiar desta nova metrópole. Na mensagem diária da tenacidade e do arrojo dos que estão travando esta grande batalha patriótica no Planalto Central, brasileiros de todos os quadrantes recolherão o eco das emissões cotidianas da Rádio Nacional de Brasília, como um apelo ao seu patriotismo e ao seu entusiasmo cívico. [...] A Rádio Nacional de Brasília, ora inaugurada, terá a responsabilidade de atuar como traço de união entre o Brasil atual e o Brasil do futuro, criando condições propícias para a convivência e para o intercâmbio cultural das nossas comunidades regionais (KUBITSCHKE, 1958, p. 233-234).

Evidencia-se no discurso que a Rádio Nacional de Brasília teria como objetivo a realização de uma comunicação diária dos acontecimentos passados na nova capital em construção. Em sua fala, JK enfatiza o tamanho do Brasil e a importância de unir todas as regiões, no qual são destacados o patriotismo e a integração nacional, temáticas que analisaremos no próximo capítulo. No entanto, como em outros eventos, observa-se que o então

³⁸ RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA: INAUGURAÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n° 00124, 1° caderno – p. 9, 31 mai. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/88145. Acesso em 03 fev. 2020; NO AR A NACIONAL DE BRASÍLIA. *Revista do Rádio*, Rio de Janeiro, n° 00459, p. 53, 23 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/25293>. Acesso em 03 fev. 2020; INAUGURA-SE HOJE A RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n° 19.992, 1° caderno - p. 13, 31 mai. 1958. Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/25293>. Acesso em 03 fev. 2020.

presidente da República se utiliza da nova rádio para reafirmar seu ideário, já que com as ondas do rádio o país poderia acompanhar a construção de Brasília direto do canteiro de obras. A rádio faria com que os brasileiros participassem da construção mesmo que de longe.

Na mesma cerimônia, o político Israel Pinheiro, presidente da Novacap, reforça a importância de Brasília para o desenvolvimento do país. Isso justificaria, segundo o discurso, a criação de uma nova rádio no canteiro de obras da cidade:

Esta inauguração assume um significado todo especial para nós, revestindo-se de importância indisfarçável. Pode agora a Novacap fazer a sua prestação de contas aos entusiastas da mudança em todos os quadrantes do território brasileiro; prestar esclarecimentos aos que, partidários embora, ainda duvidam da grande realização e levar a nossa pregação aos cépticos e descrentes que ainda não se aperceberam em profundidade do alto sentido do empreendimento³⁹.

Para Israel Pinheiro, a inauguração da rádio seria mais uma forma de “prestar contas” sobre as obras, tanto aos entusiastas como também aos descrentes. A fundação da nova Nacional em Brasília ainda em 1958 demonstra uma “preocupação do governo em transmitir *in loco* o andamento da construção” (RODRIGUES, 1990, p. 42). Tais meios de divulgação, cabe ressaltar, viriam legitimar a construção de Brasília no interior do país.

Uma evidência do modo como os meios de comunicação de massa divulgava a concretização de Brasília pode ser encontrado em um artigo publicado na revista *Radiolândia* em junho de 1958. Nela, o jornalista Sousa Lima se dizia mais confiante da concretização da construção de Brasília após testemunhar a inauguração da nova Rádio Nacional na cidade em construção. O crítico considerava que a atitude de levar uma rádio para a cidade foi um “golpe publicitário” de JK, visto que o país poderia, a partir de então, “escutar” Brasília. Para ele, isso representava o primeiro ato concreto na futura capital, pois influenciaria no seio da opinião pública, o que demonstrava a “extraordinária força do rádio no Brasil”⁴⁰. Assim sendo, Sousa Lima define a nova rádio como o meio encontrado pelo governo JK para demonstrar a viabilidade da empreitada, já que seria algo concreto em um grande canteiro de obras de várias possibilidades. A ideia de “golpe publicitário” está em consonância com os discursos do governo da época, pois atribui à rádio a função de solucionadora das desconfianças em relação à transferência da capital.

³⁹ Discurso apresentado na Revista *Brasília*. Cf NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, nº18, junho de 1958, p. 16.

⁴⁰ LIMA, Sousa. RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, nº 220, p.3, 21 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/9770>. Acesso em 15 fev. 2020.

Entre as várias atribuições da Novacap, pode-se citar o gerenciamento de uma série de ações de divulgação da nova capital, como a compra de anúncios em jornais e a produção da Revista *Brasília*, que era um boletim mensal de prestação de contas em forma de periódico. Após a inauguração da Rádio Nacional de Brasília, além da sua utilização para fins de divulgação da nova capital, o espaço físico da rádio sediou eventos para visitantes e recém-chegados à capital.

Como foi observado por Rodrigues (1990), essa propaganda no espaço interno do grande canteiro de obras também se operava na rádio. Em determinados números da Revista *Brasília*⁴¹ é possível identificar que palestras ou conferências foram realizadas no auditório da Nacional de Brasília para variados grupos em visita à nova capital. Os eventos, geralmente a cargo de Israel Pinheiro e diretores da Novacap como Iris Meinberg, versavam sobre o governo, o Plano Piloto e o andamento das obras. Dessa maneira, a Rádio Nacional na cidade funcionaria como uma espécie de “antídoto” aos “descrentes” e o governo JK difundia seus ideais e proposições, tanto pelas ondas do rádio como pelas cerimônias informativas realizadas em seus auditórios.

2.2.1. Narrativas acerca do início do rádio na nova capital: Rádio Nacional e a Voz de Brasília

Como elucidou Lia Calabre (2004), a Rádio Nacional de Brasília manteve a estrutura de programação da emissora do Rio de Janeiro como base nos seus primeiros anos. Foi transferido para Brasília um conjunto jornalístico da Nacional do Rio de Janeiro que contava com repórteres, redatores e locutores que atuavam em setores de notícias, de serviços e de crônicas.

A Rádio Nacional de Brasília possuía um núcleo musical composto por orquestras e grandes maestros que executavam músicas populares. Mesmo diante da variedade de atrações e programas do rádio e desses setores que eram interligados, a música sempre “foi um elemento fundamental dentro da programação de uma emissora [...]”. (CALABRE, 2004, p. 33). Os sujeitos que trabalhavam nos variados setores da emissora, desde técnicos a locutores, compartilham de enaltecimento da finalidade da Rádio Nacional na cidade.

⁴¹ Cf NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°18, junho de 1958, p. 24; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°19, julho de 1958, p. 20; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°20, agosto de 1958, p. 17; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°21, setembro de 1958, p. 20; NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°23, novembro de 1958, p. 2.

Eduardo Gomes de Faria, que era funcionário da Novacap e cantor contratado da rádio com o nome artístico de Fernando Lopes, em entrevista produzida pelo ArPDF na década de 1990 menciona o objetivo da rádio para a cidade: “A Nacional de Brasília veio pra cá com a finalidade de quê? De divulgar e propagar a construção de Brasília. Ela veio como um apoio, um apoio de divulgação. Então fez, cumpriu a sua missão. E cumpriu muito bem”. (FARIA, 1998, p. 24). A ideia de apoio na divulgação da iniciativa de construir a nova capital (em consonância com os discursos oficiais) e a ideia de propagar acabam enaltecendo a função da rádio naquela década e o trabalho realizado de quem narra aquele contexto, já que se trata de um ex-cantor da emissora. Isso demonstra como as referências da memória analisadas por Pollak (1989), como coletividade e o enquadramento por parte dela e a favor de uma memória nacional, precisam ser consideradas na análise de discursos.

Nessa mesma perspectiva, em entrevista cedida à Empresa Brasil de Comunicação - EBC no ano de 2008, em comemoração dos 50 anos da Rádio Nacional de Brasília, a radialista Cleusa Senna expressa a necessidade de um órgão de comunicação em Brasília naquele período⁴². Como citado pelo jornalista Sousa Lima, a ex-locutora do primeiro serviço de alto-falante na Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante) lembra que a Rádio Nacional trouxe um pouco de certeza para aqueles que estavam participando da construção da nova capital da República (SENNÁ, 2008).

Em entrevista produzida com a EBC para a comemoração dos 50 anos da emissora, Fernando Lopes destaca a importância da rádio na construção de Brasília e para o governo JK. Além disso, o cantor apresenta outra funcionalidade que a rádio foi construindo ao longo dos anos em que a cidade estava em obras: o auxílio aos trabalhadores, notadamente na contratação de mão de obra. De acordo com o artista, “a Nacional foi um pilar para a construção de Brasília porque ela alcançava o Brasil todo e através dela é que nós fazíamos o chamamento para a mão de obra pesada, do homem rude do campo, o peão, o candango. Era preciso lotar essa cidade. E era através da Rádio Nacional que fazíamos isso” (LOPES, 2008).

Como alude Fernando Lopes, o objetivo da rádio consistia em propagar e divulgar Brasília para o resto do país, servindo também como uma forma de encontrar mão de obra para a cidade. Há nessas memórias um enaltecimento da função desempenhada por esses

⁴² A EBC Foi criada em outubro de 2007 para prestar serviços de radiodifusão pública e gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais, entre elas a Rádio Nacional de Brasília. Atualmente também cabe a ela produzir o programa *A Voz do Brasil*, gerenciar a Rede Nacional de Rádio, articular a Rede de Comunicação Pública etc. Cf Histórico EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>. Acesso em: 02 mar. 2020.

colaboradores da Rádio Nacional de Brasília, em que são destacadas as suas contribuições para a empreitada, atribuindo a suas funções e da rádio uma ideia de prestação de serviço.

Segundo as memórias daqueles que trabalhavam na Rádio Nacional de Brasília no período da construção da cidade, existia antes mesmo da inauguração da emissora uma rádio local na Cidade Livre, que fazia um trabalho de prestação de serviço e entretenimento, chamado *A Voz de Brasília*. Como recorda Cleusa Senna, a proximidade dos ouvintes de Brasília com o rádio começou quando a rádio local foi montada ainda no ano de 1957 pelo radialista Carlos Senna. Segundo ela, por ser flexível e por prestar serviço social para uma determinada localidade, *A Voz de Brasília* se assemelhava ao que entendemos atualmente por Rádio Comunitária:

Era realmente naquela época a única voz de comunicação que existia na cidade, e era fantástico, porque dali nós podíamos ajudar também na construção, colaborando com os empreiteiros, colaborando com os comerciantes, porque nós fazíamos anúncios solicitando os profissionais e imediatamente eles eram empregados. Então era nós prestarmos dois serviços: para a empreiteira que precisava de profissional e para os profissionais que chegavam aqui procurando um trabalho (SENNA, 2008).

Novamente há um enaltecimento da atividade desenvolvida naquele período pela rádio e pela radialista em suas memórias. Há quase que uma afirmação de que os serviços foram indispensáveis para a empreitada que estava em curso. Nesse sentido, Cleusa Senna (2008) cita que a rádio tocava músicas, fazia anúncios para comerciantes, prestava de serviço e até oferecimentos: “fulano oferece para fulano e colocávamos... Fazíamos programas especiais... dia das mães, essas coisas todas, nós fazíamos realmente uma programação de rádio” (SENNA, 2008). Conforme o relato, o serviço de alto-falante contava inicialmente com apenas duas cornetas e posteriormente foram ampliadas em toda a Cidade Livre.

Para o radialista Carlos Senna, filho dos fundadores, *A voz de Brasília* foi um grande veículo de comunicação, que funcionava como “uma emissora comum, tocava música, anunciava emprego o dia todo. Quem vinha procurar emprego ia direto lá porque lá tinha um balcão de oferta de empregos muito movimentado” (SENNA, 2008). De acordo com Cardoso (2007), a rádio também ajudava no controle e no combate de incêndios, na divulgação das condições do tempo e das estradas, e no auxílio daqueles que chegavam na Cidade Livre a procura de um conhecido ou familiar. Por todo esse serviço prestado, sendo recorrente nos depoimentos de vários trabalhadores da época, é marcante a menção aos alto-falantes dos postes do atual Núcleo Bandeirante.

Para as pesquisadoras Nathália Mendes e Yvna Sousa (2010), a Rádio Nacional de Brasília está no primeiro parágrafo da radiofonia de Brasília. Todavia, como antes dela havia a pré-história dos alto-falantes na Cidade Livre, a chegada da rádio inaugura uma “história formal” do radialismo na nova capital do Brasil. Não queremos entrar em um discurso de origem ou de quem foi mais importante naquele contexto de construção de Brasília. Entretanto, diante dessas narrativas acerca dos serviços locais prestados pela *A Voz de Brasília* ainda no ano de 1957, ampliados pela Rádio Nacional de Brasília em 1958, observa-se um imaginário que se refere a um rádio mais próximo do ouvinte em Brasília: aquele que faz entretenimento, mas também auxilia com a prestação de serviços.

Para Mônica Gonçalves Cardoso (2007, p. 13), “o rádio como um meio com características tão especiais foi fundamental para a comunicação nos primeiros anos de Brasília”. Nessa mesma perspectiva, Mendes e Sousa (2010) mencionam que a Rádio Nacional de Brasília se manteve como sinônimo de comunicação na nova capital até a primeira metade da década de 1960. Durante seus primeiros anos, ela atuava fundamentalmente em dois eixos: integração e entretenimento. Começaremos discutindo a questão da *integração*, pois, naquele período, a Nacional de Brasília seguia os passos da rádio comunitária e funcionava como portadora de recados dos operários. Se com *A voz de Brasília* esse serviço era local por conta dos alto-falantes, agora esses recados podiam atingir todo o Brasil com o novo veículo.

De acordo com o locutor Mascarenhas de Moraes em entrevista cedida à Cardoso (2007, p. 22), as pessoas “faziam fila para dar recado. O recado era dado por escrito. Havia dois funcionários da rádio que anotavam recados e passavam para o locutor”. Nesse sentido, Fernando Lopes em entrevista à EBC menciona essa abertura de comunicação que a rádio dava aos trabalhadores. Conforme seu relato, em determinados momentos dos programas ao vivo, o apresentador chamava para o palco aqueles que quisessem mandar recado por meio da rádio, fazendo a felicidade de quem precisa se comunicar com seus conhecidos distantes. Na entrevista do ArPDF, o cantor já havia mencionado essa abertura para que os sujeitos que ele chamou de “peões” mandassem mensagens para seus locais de origem: “Ó mãe! Aqui sou eu, ó! O Zé! Ó mãe, a senhora é a dona Maria, Maria, que em tal lugar assim, assim. Ó, eu tô bem! Tal. Tô mandando dinheiro!’ O negócio tudo é mandar dinheiro. Que ganhava-se dinheiro aqui. E lá no interior a vida era mais difícil” (FARIA, 1990, p. 23).

O entrevistado continua enfatizando essa função da emissora em prestar um serviço de comunicação ao falar da importância dela na construção da cidade: “Porque a tranquilidade que uma família tinha ao ouvir a voz do seu filho, do seu membro, lá no seu Piauí, lá no seu Ceará do mundo, ele ver o filho dizendo aqui que tá bem, isso tranquilizava” (FARIA, 1990, p. 24),

Nesse mesmo sentido de comunicação dos sujeitos de Brasília com o restante do país pelo rádio, Ivo Ferreira, que foi o técnico que ajudou na instalação da emissora em 1958, em depoimento para a comemoração dos 50 anos da rádio, comenta que no dia seguinte à inauguração já começava

aquela fila lá nos estúdios da Rádio Nacional para os candangos poderem levar suas mensagens para a sua família, era aquela fila horrível, sábado e domingo você não contava a quantidade de homem que tinha ali pra falar, todo o nordeste que você pensasse tinha gente: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí, enfim, o mais longínquo nós transmitíamos só os recados dos candangos, eles avisando as suas esposas e filhos que estavam bem, que estavam trabalhando, que tava dando tudo ótimo. E isso foi muitos anos, aproximadamente até o ano de 1960. (Ivo Ferreira, 2008).

Para o funcionário, o papel maior e essencial da rádio foi servir aos trabalhadores que estavam edificando a capital. Embora os depoimentos citados tendam a uma história quase romântica de enaltecimento do rádio em Brasília, ficam claros nesses discursos os graves problemas de comunicação que a cidade possuía nos seus primeiros anos.

Havia naquela época a questão do baixo nível de alfabetização da maioria dos operários de Brasília. Segundo o Censo Experimental de Brasília de 1959, 55% era a taxa de alfabetizados acima de 5 anos do futuro Distrito Federal. Dessa forma, naquela década, a taxa de não alfabetizados no país inteiro ainda era muito alta (IBGE, 1959). Assim, na construção de Brasília, os moradores e trabalhadores que estavam na cidade se comunicavam apenas por meio de cartas; a exceção ficava por conta da comunicação dos órgãos do governo, que era feita por radiocomunicação entre os escritórios. Isso fazia com que os não alfabetizados recorressem a terceiros, que cobravam pelo serviço como fazia Clemente Luz e seus filhos, para realizar a escrita delas.

Outro eixo do estilo de comunicação da Rádio Nacional de Brasília era o *entretenimento*. Seguindo um padrão de programação que remetia à *era de ouro* do rádio, os programas de auditório fizeram muito sucesso em Brasília, pois artistas de renome passavam pela rádio. Os programas para calouros no “palco” da Nacional de Brasília causaram grande alvoroço. Para Mendes e Sousa (2010, p. 38), esses programas duravam horas e davam a oportunidade para o “povo simples impostar sua voz no rádio. Em seus primeiros anos, a Rádio Nacional foi descobrindo sua identidade e sua maneira de fazer rádio: das vinhetas à locução dos apresentadores, a emissora se consolidava e criava, aos poucos, sua marca entre os

ouvintes”. Boa parte dessa marca estava associada aos serviços prestados pela emissora, sem deixar de comunicar ao Brasil o andamento das obras da futura capital.

O próprio Clemente Luz, em artigo publicado no livro *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências* (1993), menciona que a rádio abriu o primeiro canal de comunicação popular entre os trabalhadores das obras e o resto do país, notadamente o Norte e o Nordeste. Segundo o cronista, destinada a levar entretenimento aos trabalhadores, através de suas sequências e de seus programas de auditório “a emissora dirigida inicialmente por Leoni Mesquita e, em seguida, por Edmo do Valle, se transformou no primeiro órgão de imprensa, com atuação direta no nascente Distrito Federal” (LUZ, 1993, p. 159).

Na crônica *A caderneta da Caixa*⁴³, Clemente Luz narra um desses programas de auditório, no qual foi realizado um concurso para calouros. Podemos observar no texto que o auditório estava cheio, na sua maioria por operários. Segundo a narrativa, “o candango subiu os três degraus de madeira, que separavam o auditório e o palco da Rádio Nacional. Estava inscrito para o programa de calouros daquela noite de sábado. Como todo calouro, foi recebido pelo público e, principalmente pelo animador [...]”. Na história, o trabalhador cantou no concurso uma música de sua autoria sobre a caderneta que ele utilizava para depositar seus ganhos mensais, representando grande parte do público presente. Nos jornais da época, são mencionados os programas de calouros, especialmente o de responsabilidade do instrumentalista Pedroca⁴⁴, com apresentação de Roberto Márcio aos domingos de 21 a 22 horas. Além disso, o primeiro concurso de composições para as festas do carnaval foi realizado em 1959 pelo Maestro Kolman com o apoio da Novacap⁴⁵, que também garantia diversão na época.

À vista disso, Fernando Lopes menciona que a ideia era dar mesmo um pouco de distração aos trabalhadores que estavam construindo a cidade. Para ele, não havia tantas opções de lazer, assim: “a grande atração de toda a cidade ou do Plano Piloto, propriamente dito, era aos domingos, descer lá para a sorveteria do ali na 508, no Reis, ou ir para o auditório da Rádio Nacional” (FARIA, 1990, p. 4). Além disso, ele menciona que saía com a Orquestra da Nacional para tocar em qualquer lugar: “Sábado de manhã, a gente lá com esse trio no caminhão para o acamamento Pacheco Fernandes, por exemplo, fazer lá a Rádio Nacional [...] E a rádio

⁴³ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ed. Horizonte - EBRASA, 1968. p. 83.

⁴⁴ Cf NOTÍCIAS. *Revista do Rádio*, ano XII, nº 511, 04 jul.1959. p. 63. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/28862>. Acesso em 02 mar. 2020.

⁴⁵ Cf O QUE VAI PELA RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Publicação semanal da Rio Gráfica e Editora LTDA, ano VII, nº 317, 20 abr.1960, p. 64. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16357>. Acesso em 03 mar. 2020.

transmitia. Tinha equipamento para fazer a transmissão” (LOPES, 2008). Com isso, podemos observar nos discursos que a rádio de Brasília e seu *casting* era presentes em diversas regiões de uma cidade ainda a inaugurar.

2.2.2. O aparelho dos “reis” numa cidade em construção: o rádio em Brasília

O aparelho de rádio é substancial para se ter em mente o alcance da Rádio Nacional de Brasília na nova capital em construção. Em depoimento cedido à pesquisadora Patrícia Leite no livro *Luz-Capital: o surgimento da televisão em Brasília contada a partir dos sujeitos da ação* (2009), o jornalista Adirson Vasconcelos, que chegou em Brasília no período da construção da cidade, afirma que “O rádio de pilha só sintonizava a Rádio Nacional. Tinha uma programação muito boa. Tocava músicas de Luiz Gonzaga, transmitia noticiário” (VASCONCELOS *apud* LEITE, 2009, p. 52). O jornalista expõe na sua narrativa a ideia de que a programação da rádio era bem recebida pelo ouvinte local por conta da variedade. Além disso, ele sugere que os rádios da época não eram potentes o suficiente para sintonizar outras rádios, o que é significativo, pois diz respeito à disponibilidade e o tipo de aparelho mais utilizado na cidade.

Desse modo, alguns depoimentos do ArPDF mencionam a presença do rádio em Brasília como opção de lazer. O servente de pedreiro José Irismar Soeiro em entrevista cedida ao arquivo em 1990 aborda, assim como Vasconcelos, o tipo de aparelhos na construção da nova capital:

Era radiozinho desses de duas pilhinhas, dessas pequenininha. Não tinha potência, não tinha nada, era só local. Talvez até influenciasse pra alguma política, não sei. Mas não pegava nada não. Aí depois aparecem aqui um tal de Transglobo, um rádio que já saiu de fabricação. Esse era lá potente, [...] mas naquele tempo não, era aqueles radiozinhos pequeno, quem tinha um daquele era rei, porque era vendido a preço de ouro aqui. (SOEIRO, 1990, p. 26).

Em suas memórias, o entrevistado sugere que o problema de captação do sinal de outras rádios pudesse ter relação com algo político, o que volta a sugerir o elo da Rádio Nacional de Brasília com o governo JK. Ao mencionar as notícias transmitidas pelo rádio, o depoente afirma que só se ouvia a Rádio Nacional de Brasília e que eram citadas informações positivas da cidade: “Ela só punha programa de apoio a Brasília. Não saía nem uma notícia que desabonasse Brasília, nem essa morte, nem calamidade, nem nada, nem nada. Fora disso, meu filho, era só

Luiz Gonzaga... Luiz Gonzaga” (SOEIRO, 1990, p. 26). Dessa maneira, intuindo o elo existente entre a rádio e o Estado, o entrevistado se queixa do fato de que não era possível, por meio da rádio local saber das dificuldades e dos problemas que ocorriam na cidade, pois só eram veiculadas informações favoráveis. Programas que informavam a população sobre os problemas enfrentados pela cidade, como o radiojornalismo policial, começaram a ser produzidos apenas na década de 1960.

Como mencionou Irismar Soeiro, o rádio era bem presente no cotidiano dos trabalhadores de Brasília ainda na sua construção. Em um levantamento de utensílios domésticos (dependentes ou não de eletricidade) existentes em Brasília, o Censo Experimental de Brasília (1959) afirma que o aparelho de rádio era encontrado em menor número quando comparado à máquina de costura, mas em quantidades bem superiores às geladeiras, luxo que era mais encontrado na Zona Sul do Plano Piloto. A tabela 1 elucida o percentual de rádios na cidade nos 9.032 domicílios particulares identificados em Brasília. A porcentagem se refere ao número de rádios nas casas. Como alerta o estudo, o domicílio com dois ou mais aparelhos receptores foi contado somente uma vez.

Tabela 1. Aparelhos de rádio nos domicílios particulares de Brasília, 1959

| LOCALIDADES | Aparelho de rádio |
|----------------------------|--------------------------|
| BRASÍLIA | 26,9 % |
| Acampamentos | |
| Central da NOVACAP | 55,6 % |
| Candangolândia | 55,1 % |
| Praça dos Três Poderes | 50,3 % |
| Plano Piloto – Zona Sul | 76,5 % |
| Outros | 42,3 % |
| Núcleos provisórios | |
| Bandeirante (Cidade Livre) | 30,7 % |
| Bananal (Vila Amaury) | 5,5 % |
| Núcleo estáveis | |
| Cidade de Planaltina | 19,2 % |
| Povoado de Taguatinga | 12,2 % |
| Povoado de Brazlândia | 9,5 % |
| Zona Rural | 6,7 % |

Fonte: Tabela adaptada a partir do Censo experimental de 1959.

Para se dimensionar a presença do rádio na cidade, deve-se levar em consideração algumas questões: 1) só foram apresentados dados dos domicílios particulares que tinham até

três grupos familiares. Não foram computados pelo censo as residências coletivas com mais de três grupos familiares, grupos conviventes ou, simultaneamente, grupos familiares e grupos conviventes, como pensões e hotéis; 2) os ouvintes poderiam se utilizar de um mesmo aparelho, especialmente os portáteis; 3) os aparelhos dos estabelecimentos comerciais serviam a mais de uma pessoa.

Observa-se uma maior concentração de rádios nos principais acampamentos da Região Central de Brasília, com um total de 42%, especialmente na Zona Sul no Plano Piloto, onde 77% das casas possuíam o aparelho. Essa região também detinha de uma maior quantidade de residências com geladeiras, o que explicita um padrão de vida mais alto, pois, segundo o Censo, a localidade era composta, sobretudo, pelos trabalhadores que dispunham do maior rendimento mensal de Brasília. De acordo com Heloiza Matos no livro *Memórias de Brasília: primeiros habitantes, narrativas da mídia e laços comunicativos* (2010, p. 102), “nessa área, viviam os engenheiros e o pessoal da administração da Novacap, em casas de madeira dentro dos acampamentos da obra ou nas casas de alvenaria da Fundação da Casa Popular”. Como vimos na análise de sua trajetória, foi nessa localidade que Clemente Luz morou durante a maior parte do período em que trabalhou como redator da Rádio Nacional de Brasília.

Os núcleos estáveis e a Zona Rural apresentam um número mais baixo de aparelhos, fosse de pilha ou dependente de energia elétrica. O Bananal, também chamada de Vila Amaury, tem o pior índice, pois era uma localidade com famílias mais humildes. A vila teve que ser realocada antes mesmo da inauguração da cidade. Isso ratifica a narrativa do servente Irismar Soeiro de que o rádio era caro e artigo de luxo em Brasília naquele período. Em contrapartida, a Cidade Livre, que era o principal centro de comércio, serviços e lazer da região, possui bons índices. Por fim, como destaca o estudo, constatou-se uma média de uma residência com rádio a cada quatro domicílios recenseados, o que representava uma quantidade razoável de proprietários do aparelho.

No que diz respeito aos aparelhos dos estabelecimentos comerciais, a historiadora Lia Calabre (2002), na tese de Doutorado *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960)*, que investiga o papel social cumprido pelo rádio do seu surgimento à década de 1960 no Brasil, explica que, com a expansão do rádio, as pessoas que não dispunham de aparelho-receptor passaram a ter contato com o veículo, pois “era uma prática comum que bares e armazéns mantivessem aparelhos de rádio ligados durante todo o dia e sintonizados nas estações de maior preferência popular com o intuito de atrair a freguesia” (CALABRE, 2002, p. 105). É possível imaginar que essa prática se manteve em Brasília, já que o rádio ainda

desfrutava de grande espaço naquela década, como aludiu o servente Irismar Soeiro ao se referir às músicas de Luiz Gonzaga nos bares da cidade.

Quanto a esse gosto musical da população em Brasília, não podemos esquecer, como apontou Reinaldo de Lima Reis Júnior na dissertação *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília* (2008, p. 73), que a programação de rádio também pode ser analisada como um “veículo de imposição e determinação do gosto popular”. Isso explica o fato de tantos sujeitos que trabalharam em Brasília citarem em seus depoimentos Luiz Gonzaga, que parece ter sido escolhido como representante do gosto musical daquele período, como demonstram os discursos de José Irismar Soeiro e Adirson Vasconcelos.

Um depoente da investigação de Matos (2010, p. 103) destaca outra especificidade que pode ter contribuído para um maior número de ouvintes de rádio em Brasília: o serviço de alto-falantes nos acampamentos: “quem tinha rádio de pilha ficava com ele no ouvido. Os próprios acampamentos tinham um serviço interno de alto-falantes, que era ligado das 5 às 7 da manhã e na hora do almoço”. Nesses horários de refeições dos trabalhadores havia maior quantidade de ouvintes da Rádio Nacional de Brasília.

Desse ponto de vista, cabe lembrar que na entrevista cedida ao ArPDF, averiguada no primeiro capítulo, Clemente Luz (1996), ao narrar o trabalho de leitura das crônicas na rádio na hora do almoço, cita que a audiência era certa, não apenas nos acampamentos, mas também nos refeitórios: “Altofalante nos refeitórios, os camaradas tão lá almoçando e o Sérgio Dias e Rui Carneiro, que liam minha crônica [...]” (LUZ, 1996, p. 9). Assim, o discurso de Clemente Luz converge com outras narrativas avaliadas de que não apenas se ouvia muito rádio como “só” se ouvia a Nacional de Brasília.

No que diz respeito ao lazer por meio do rádio, a pesquisadora Heloiza Matos (2010, p. 101), ao apresentar as variáveis da utilização do tempo livre durante a construção de Brasília (1956-1960), afirma que, nas entrevistas, a exposição aos meios de comunicação é significativa, especialmente quando observados em conjunto “todos os veículos de massa, com ênfase maior na frequência ao cinema e audiência da rádio, ocupavam 25% do tempo livre” dos trabalhadores. Para ela, outras opções que se destacam consistem na reunião com amigos (28%) e permanência em suas residências ou alojamentos com suas famílias (25,56 %).

Em sua pesquisa, Gustavo Linz Ribeiro (2008) introduz outras opções de lazer identificadas em Brasília naquele período. Podemos citar a zona de prostituição e algumas sessões de cinema na Cidade Livre, sendo que alguns acampamentos também possuíam pequenos auditórios e clubes, jogos de futebol, baralho e a tão proibida e temida cachaça. Diante disso, o levantamento feito por Matos (2010) é significativo, se consideradas as opções de

comunicação de massa mais importantes da época. Destacamos a Rádio Nacional de Brasília como mais uma opção de lazer, pois seu objetivo inicial era ser um meio de comunicação para divulgar e propagar Brasília em conformidade com a ideologia do governo JK, o que possibilitou, por meio da sua programação, o entretenimento dos operários que construíam a cidade.

2.3. “UM PRATO DE PALAVRAS” DIÁRIO: CRÔNICAS DE CLEMENTE LUZ NA RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA

As crônicas de Clemente Luz eram interpretadas diariamente na hora do almoço na Rádio Nacional de Brasília. Elas traziam os sentimentos e vivências dos operários que participavam da empreitada de construir e inaugurar uma nova capital. Entendemos que essas crônicas diárias também serviam para amenizar as condições de trabalho na cidade que, como demonstra Ribeiro (2008) em sua investigação, era exaustivo devido ao ritmo de horas diárias de serviço empregadas. Essa especificidade de produção e veiculação das crônicas precisa ser estudada, pois tem relação direta com o tipo e estilo das narrativas. Logo, se mostrou proeminente na análise das condições que possibilitaram a produção dos textos uma associação estabelecida entre o rádio (sobretudo por meio da Rádio Nacional de Brasília), Clemente Luz, trabalhadores e o gênero literário; não necessariamente nessa ordem.

Como apresentado na análise da sua trajetória, Clemente Luz chegou em Brasília ainda no ano de 1958 para ser redator da recém-inaugurada Rádio Nacional de Brasília, após ter trabalhado em jornais de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Pouco antes de chegar à futura capital, foi secretário do jornal *A Noite*, incorporado ao Estado assim como a Rádio Nacional. Com o fechamento do periódico em dezembro de 1957, Clemente Luz passou alguns meses trabalhando na rádio estatal. Assim, tendo chegado como jornalista para trabalhar como redator da nova rádio em Brasília, começou, pouco tempo depois, a escrever crônicas radiofônicas sobre a cidade. Esse trabalho durou até meados de 1963, em um período em que exerceu outras atividades na cidade, tais como vendedor de jornais e correspondente do *Diário dos Associados*. Em 1959, ele chegou a coordenar o Departamento⁴⁶ de radiojornalismo da rádio.

Por meio do Programa *Crônicas da Cidade*, que era transmitido na hora do almoço, os trabalhadores e demais sujeitos que estavam em Brasília (além de quem acompanhava a rádio no restante do país) ouviam crônicas (em geral, de humor) sobre o cotidiano da cidade e de seus

⁴⁶ Cf NOTÍCIAS. *Revista do Rádio (RJ)*, ano XII, n° 529, p. 63, 7 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/30072>. Acesso em 20 mar. 2020.

moradores. Em artigo da década de 1990 sobre o radiojornalismo da nova capital publicado no livro *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*, que foi organizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF – SJPDF, Clemente Luz (1993) menciona que *Crônicas da Cidade* acompanhou a construção da nova capital. Assim sendo, foi apenas por meio do programa que as crônicas começaram a ser produzidas com foco na edificação de Brasília: o andamento das obras, os sujeitos envolvidos e seus sentimentos, as dificuldades, a inauguração da nova capital, entre outros.

Na crônica *Cabelos soltos no ônibus*,⁴⁷ do livro *Minivida* (1972), Clemente Luz expressou o trabalho de escrita e leitura do gênero na Rádio Nacional de Brasília. No texto, no qual é narrado um episódio ocorrido no transporte público de Brasília a caminho da rádio, Clemente Luz expõe detalhes da sua rotina como cronista de rádio: ao pegar “ônibus naquela manhã, estava cumprindo mais uma obrigação, quase diária” de oferecer um “prato de palavras para os ouvintes da Nacional de Brasília” (LUZ, 1972, p. 90). A crônica se refere a um período em que a cidade já estava inaugurada, na primeira metade da década de 1960, e a um contexto de produção dos textos: eram escritas e depois levadas à rádio horas antes do programa ir ao ar.

Mas salta aos olhos na crônica a expressão “prato de palavras”, pois remete a algo simples como a literatura, porém imprescindível como um prato de comida que aplaca as necessidades básicas e diárias. Assim, em sua crônica, Clemente Luz representa o trabalho desenvolvido por ele como indispensável para a cidade, esta que ele diz se sentir “inteiramente integrado com sua paisagem”.

Considerando o trabalho desenvolvido por Clemente Luz de escrever crônicas diárias, há de se dimensionar que, quando se trabalha com esse gênero da literatura, deve-se considerar que existem várias definições. Uma que se tornou clássica nas últimas décadas é a do crítico literário Antônio Cândido, no prefácio *A vida ao rés-do-chão* do livro *Para Gostar de Ler* (1981), que considera a crônicas um gênero menor da literatura. Segundo o crítico, esse não seria um problema, já que o gênero continuaria mais perto do leitor, servindo de caminho para a vida e para a literatura. Desse modo, o relato do cronista permaneceria sendo feito “do rés-do-chão” e não de uma perspectiva “dos que escrevem do alto da montanha”. Logo, a crônica,

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão certa profundidade

⁴⁷ LUZ, Clemente. *Minivida*. Brasília: Ediplan, 1972. p. 90.

significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (CÂNDIDO, 1992, p. 13).

Diante dessas características citadas, não podemos deixar de considerar que mesmo sendo despreziosa, composição solta e linguagem coloquial, a crônica possui profundidade de significação. Nesse sentido, Sidney Chalhoub, Margarida de Sousa Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira em *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil* (2005) alertam para uma definição simplista do gênero, pois não é apenas de improviso que se faz crônica no Brasil. De acordo com os críticos, mesmo que tenha se tornado clássica a característica da crônica como leve, que comenta a realidade buscando transformá-la, atributos frequentemente notados nas crônicas brasileiras, “nem por isso consistem em uma definição universal do gênero” (2005, p. 19).

Por isso, ainda de acordo com Chalhoub, Neves e Pereira, não se deve buscar definições gerais que englobem “todos os sentidos e características como se fosse possível chegar a uma suposta essência” (2005, p. 19) da crônica. Se a delimitação dos diversos gêneros literários ainda se mostra frágil e incerta, qualquer definição abstrata de crônica terá sempre um limite condicionado ao tema e ao objetivo da análise, como é o caso das crônicas de Clemente Luz, que possuem singularidades, como o fato de narrar uma cidade que ainda estava sendo construída.

Em concordância com os Chalhoub, Neves e Pereira, consideramos que “ao invés de conceituar a crônica de modo unívoco, cabe enfrentar a sua especificidade, em um procedimento que radicalize a busca de sua historicidade, ao mesmo tempo em que se mostre atento aos complexos mecanismos narrativos que a constituem” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 19). Logo, a crônica não é apenas um gênero simples, não se deve buscar uma única definição, pois é importante observar primeiro os mecanismos utilizados no texto, os sujeitos, qual o enredo e outros gêneros que aparecem na narrativa (como cartas, relatos e diálogos); isso tudo a torna complexa e com variadas possibilidades de composição.

Conforme Chalhoub, Neves e Pereira (2005, p. 17), “a crônica é um gênero dialógico por excelência”. Assim, para os críticos, estabelece-se entre o autor e público uma relação de mão dupla. Por um lado, o escritor faz de suas crônicas um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores; por outro, ele seria influenciado por essa mesma realidade, pois suas expectativas e interesses auxiliam “a definir temas e formas que passaria a adotar. Da dialética entre essas posições resultava um movimento que relativizava a possibilidade de o autor definir, sozinho, os rumos de sua série, abrindo espaço para a indeterminação” (CHALHOUB; NEVES;

PEREIRA, 2005, p. 18). Nesse sentido, na investigação dos textos de Clemente Luz, cabe observar que há uma cumplicidade construída entre o escritor e seus ouvintes.

Como redator da Rádio Nacional de Brasília, Clemente Luz sabia qual era o seu principal público ouvinte: os trabalhadores e moradores de Brasília que estavam diariamente participando da construção da cidade, como confidencia no seu relato oral cedido ao ArPDF (LUZ, 1996). De qualquer maneira, não desconsideramos que as crônicas possuíam uma difusão nacional e ajudavam a divulgar o cotidiano da cidade em construção para o restante do país. O cronista conhecia esse seu público local, suas histórias, necessidades, conquistas, entre outros, uma vez que trabalhava em uma emissora que dava espaço para que o ouvinte se comunicasse com seus familiares em outros estados. Além disso, Clemente Luz menciona no seu relato oral que começou a ficar mais conhecido, era “popular” em Brasília, com boa recepção dos ouvintes por conta das crônicas. O escritor cita que os trabalhadores começaram a procurá-lo para contar suas histórias, almejando, com isso, que elas se transformassem em crônicas.

Nos textos de Clemente Luz, impera um tom coloquial de vocabulário simples, o que se assemelha a uma conversa íntima. Objetivava-se que os textos fossem entendidos pelo maior número de ouvintes da Rádio Nacional de Brasília, especialmente os trabalhadores mais humildes e sem muita escolaridade. O cronista menciona, em sua entrevista cedida ao ArPDF, que sua experiência com a literatura infantil o ajudou na escrita dos textos: “Eu era autor de livro pra criança, então eu 'tava acostumado a escrever uma linguagem simples’. Então escrevia a crônica naquela linguagem exatamente que eu escrevia pra criança, pra garotada. E eles entendiam, nunca deixaram de entender tudo que eu dizia na crônica [...]” (LUZ, 1996, p. 9). Como citado no início deste subcapítulo, para além das características do gênero, uma especificidade das crônicas de Clemente Luz que chama atenção diz respeito ao meio pelo qual o gênero era veiculado, nesse caso, para ouvintes de rádio e não leitores de jornais como tradicionalmente era feito.

Em conformidade com Marlyse Meyer (1992), para Jeane Laura da Cunha Santos, no artigo *Narrativas benjaminianas: crônicas e as crianças na era do rádio* (2018), o gênero crônica teria nascido no século XIX na seção denominada folhetim, “abarcando o romance, o conto, a poesia, os comentários sobre a vida da cidade e também a própria crônica que se converteria em um gênero de passagem entre o perene livro e o descartável jornal” (SANTOS, 2018, p. 33). No Brasil, podemos citar diversos escritores que se destacaram no gênero como Machado de Assis, Olavo Bilac, José de Alencar, entre outros. Foi na virada do século XIX

para o século XX que a crônica começou a apresentar suas características mais clássicas, como o tom ligeiro, corriqueiro, mas que assumiria um toque de humor (SANTOS, 2018).

Essa mudança de característica das crônicas, fruto da histórica relação entre jornalismo e literatura, possibilitou na primeira metade do século XX que o gênero, antes era feito para o jornal, chegasse ao rádio nos anos 30 (SANTOS, 2018). Nesse caso, podemos mencionar como facilitadora dessa transição a proximidade existente entre língua escrita e oralidade na crônica, como bem destacou o professor Jorge de Sá no livro *A crônica* (2005):

Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a mágica de elaboração, pois ele não perde a vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado. O coloquialismo, portanto, deixa de ser a transcrição exata de uma frase ouvida na rua, para ser a elaboração de um diálogo entre o cronista e o leitor, a partir do qual a aparência simplória ganha sua dimensão extra (SÁ, 2005, p. 11).

Com essa proximidade característica entre oralidade e escrita não seria difícil que a crônica começasse a ganhar destaque no rádio. Nesse sentido, Cláudia Thomé, no livro *Leitura de ouvido: crônicas do cotidiano pelas ondas do rádio* (2015), também menciona a oralidade presente na crônica, ainda que nos textos impressos. Para a autora, foi essa oralidade que fez com que a crônica chegasse ao rádio pronta para ser veiculada, pois seu tom coloquial assemelha-se “a uma conversa entre narrador e seu público, em um encontro diário que, no impresso, dura pelo menos as 24 horas do dia em que a edição foi publicada e, no meio eletrônico, acontece apenas no instante da veiculação, eventualmente, em uma reprise [...]” (THOMÉ, 2015, p.19). Salientamos que esses textos (de jornal ou rádio) podem ser reunidos e publicados em forma de livros, como fez Clemente Luz.

Conforme Santos (2018, p. 34), se muito do ato de narrar está vinculado à tradição jornalística, por serem os jornalistas contadores de “estórias”, “[...] nada mais natural que este relato falado dos acontecimentos que vão pelo mundo se aclimatasse tão bem ao rádio”. Para a autora, a crônica de jornal, com seu estilo solto e coloquial, acabaria por levar para o rádio essas características, se adaptando bem ao veículo.

Em conformidade com Thomé (2015) e Santos (2018), a pesquisadora Vera Lúcia Guimarães Rezende (2005) indaga na dissertação *Independência 1290 AM, “A Rádio Eclética da Cidade”*: *Estudo sobre a existência da Rádio Independência de São José do Rio Preto, sua importância e influência midiática no período de 1962 a 1995* se a crônica fazia bastante sucesso no jornal impresso “porque não haveria lugar para ela no novo meio de comunicação

que surgia, o rádio? [Dessa forma] a sua passagem de um veículo para o outro aconteceu naturalmente e na década de 30 já existiam vários programas de crônicas no ar em emissoras de rádio cariocas e paulistas” (REZENDE 2005, p. 113). Logo, já era comum a leitura de crônicas nas rádios brasileiras quando Clemente Luz passou a escrever para a Rádio Nacional de Brasília no final dos anos 50.

Como um dos precursores da crônica no rádio, podemos citar o programa *Crônicas da cidade maravilhosa*. Os textos eram escritos por Genolino Amado para Rádio Mayrink do Rio de Janeiro a partir de 1933. De acordo com Rezende (2005, p. 113), o programa ficou no ar por 15 anos e, depois disso, “Genolino Amado e César Ladeira foram para a *Rádio Nacional* onde produziram ‘A crônica do Dia’ com igual sucesso”. Esse sucesso do programa na Nacional do Rio de Janeiro é significativo, uma vez que a rádio investiu nesse modelo ao longo dos anos, o que contribuiu para o programa de crônicas de Clemente Luz na Rádio Nacional de Brasília.

Para Cláudia Thomé (2015, p. 50), na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, “inúmeras crônicas chegaram aos ouvintes nas vozes dos também radioatores Paulo Gracindo (1911-1995), Siant-Clair Lopes (1906-1980) e César Ladeira (1910-1969)”. Desses destaques da Rádio Nacional, muitos esquecem que César Ladeira “interpretou textos de cronistas na Rádio Nacional e também foi autor de crônicas, que chegaram aos ouvintes na voz de Paulo Gracindo” (THOMÉ, 2015, p. 51). Ainda segundo a pesquisadora, os poucos minutos de literatura no rádio fizeram sucesso quando encontraram espaço na programação das emissoras.

Nas décadas de 50 e 60, conforme Thomé (2015), as crônicas radiofônicas eram destaque na Rádio MEC. Em 1961, a rádio lançou o programa *Quadrante*, em que apresentava textos de sete literatos: “Dinah Silveira de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga” (THOMÉ, 2015, p. 20). Um texto de cada um dos cronistas era transmitido uma vez por semana por meio da interpretação do ator Paulo Autran.

Como complementa a mesma estudiosa, se a rádio MEC possibilitava aos ouvintes o contato com crônicas produzidas por literatos renomados, que também escreviam para os jornais impressos, a Rádio Nacional, por outro lado, veiculava crônicas escritas por radialistas e redatores que trabalhavam na emissora. Destacaram-se na PRE-8 programas como *Isto e Aquilo*, *Café da Manhã* e *Crônicas da Cidade*. Este último possui o mesmo nome do programa de Clemente Luz na Rádio Nacional de Brasília.

Essas experiências são de suma importância para se entender a produção dos textos em Brasília. Nesse sentido, outro apresentador que se destaca, especialmente por ter muita relação com a rádio de Brasília, é José Marques Gomes (1903-1973), mais conhecido pelo seu nome

artístico Paulo Roberto. Com diversos programas de sucesso na rádio, um dos mais famosos é *Vamos Viver a Vida*⁴⁸. O programa de crônicas ia ao ar de segunda à sábado às 7 horas e todos os textos eram escritos e lidos pelo apresentador. A partir de junho de 1958, o jornal *Imprensa Popular (RJ)*⁴⁹ e a revista *Radiolândia*⁵⁰ anunciaram que *Vamos Viver a Vida* estava indo ao ar todos os dias às 9 horas da manhã na Rádio Nacional de Brasília. Chama atenção que, alguns meses após a inauguração da nova rádio, o programa de crônicas tenha passado a ser transmitido pela Rádio Nacional de Brasília.

De acordo com Clemente Luz, como analisamos no primeiro capítulo, a veiculação de crônicas para os ouvintes da rádio iniciou-se com a venda de uma crônica no aeroporto, a mando da Nacional de Brasília. Após o episódio, Leony Mesquita, antigo diretor da rádio, procurou alguém capacitado para escrever os textos que seriam transmitidos diariamente na emissora. Clemente Luz foi o escolhido por possuir vasta experiência, tendo publicado diversos livros infantis antes de chegar em Brasília.

O fato de o programa *Vamos Viver a Vida* ter sido transmitido na Nacional de Brasília pouco antes da criação de *Crônicas da Cidade* prova que os diretores da rádio estavam pensando em estabelecer o tipo de programa na emissora da cidade, seguindo os passos da emissora do Rio de Janeiro. Por outro lado, o novo programa proporcionaria uma narrativa, ainda que transmitido para todo o território nacional, voltada para àqueles que estavam diariamente na cidade, o que não acontecia com o programa apresentado por Paulo Roberto, que narrava mais o cotidiano do Rio de Janeiro. O programa estaria mais próximo daqueles que, de alguma forma, construía diariamente a nova capital. Com isso, ao observar a crônica radiofônica no Brasil, podemos perceber que o gênero estava estabelecido em diversos rádios no país, inclusive na Rádio Nacional quando Clemente Luz começou a veicular suas crônicas na Rádio Nacional de Brasília.

⁴⁸ Sobre o programa e o horário conferir: O RÁDIO É NOTÍCIA. *A Noite (RJ)*, Rio de Janeiro, n° 15661, 2° caderno, p. 5, 5 jun. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/43142. Acesso em 01 abr. 2020; sobre o programa de Paulo Roberto e outros da Rádio Nacional Cf: RÁDIO & TV. *Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro n° 19995, 1° caderno, p. 13, 04 jun. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/92047. Acesso em: 01 abr. 2020.

& NACIONAL. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 220, p. 16, 21 jun. 2020. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/9783>. Acesso em: 01 abr. 2020.

⁴⁹ Cf RÁDIO, DISCOS: TV Vasconcelos. In: *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n° 2455, p. 6, 27 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/108081/15909>. Acesso em 01 abr. 2020.

⁵⁰ Cf NACIONAL, DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 225, 18 jul. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/10108>. Acesso em 01 abr. 2020; O QUE VAI PELO BRASIL. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 236, 11 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/10834>. Acesso em 01 abr. 2020.

2.3.1. Escrita, oralidade e mídia: relações entre a Rádio Nacional de Brasília e as crônicas na nova capital

É preciso analisar com atenção a relação da rádio com os ouvintes do programa *Crônicas da Cidade* em Brasília. Dessa forma, é certo que um possível sucesso das crônicas radiofônicas está relacionado à dimensão que o rádio tomou no país, especialmente nas décadas de 30 e 40.

No artigo *A Cidade Maravilhosa no rádio carioca em 1920 e 1930*, que averigua a influência do rádio no imaginário do Rio de Janeiro nas décadas de 20 e 30, a pesquisadora Mariana Zibordi Pelegrini (2011) aponta que no Estado Novo o rádio passou a ter um papel mais determinante na veiculação de informação no Brasil. A autora, em diálogo com Moreira (2002), menciona que a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora brasileira, foi idealizada por Roquette Pinto como um veículo voltado para a transmissão de educação e cultura, o que foi seguido pelas concorrentes. Ainda de acordo com Pelegrini (2011, p. 6), Roquette Pinto “acreditava que o novo meio, aplicado sob este ideal educativo tinha a capacidade de transformar o homem”. Dessa forma, ainda que o aparelho de rádio permanecesse de difícil acesso às classes mais baixas da população, “as medidas do governo de Getúlio Vargas apontavam para a popularização do veículo, tanto através do acesso ao aparelho de rádio, quanto nas programações das emissoras, que começou a se destinar ao consumo de produtos culturais” (PELEGRINI, 2011, p. 5-6).

A historiadora Lia Calabre (2002) afirma que o rádio iniciou seu destaque especialmente no final da década de 30, quando começou a fazer uma programação popular com novelas, sambas, programas humorísticos e de calouros. Como citamos, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro era líder de audiência nesse período. Por sua vez, como argumenta Calabre (2002), essa programação ainda incomodava alguns cronistas de jornais da época, que se mantinham irredutíveis a essa mudança de postura, já que era diferente da idealizada por Roquette Pinto na década de 1920. Para esse grupo, o rádio “deveria ter como principal objetivo o de educar e elevar o nível da população brasileira” (CALABRE, 2002, p. 104). De tal modo, como pondera a mesma pesquisadora (2002, p. 106), alguns cronistas, como Rubem Braga, identificavam como inegável “o potencial radiofônico de criar elementos que eram incorporados ao cotidiano de diversos grupos”. De toda forma, o rádio se preocupava em alcançar um público que muitas vezes o jornal não atingia, especialmente por conta dos sujeitos não alfabetizados no país, que passavam dos 50% da população acima de 15 anos até a década de 1950⁵¹.

⁵¹ Para saber mais dados sobre os não alfabetizados, leia *O analfabetismo no Brasil: lições da história* (2017), artigo de Ana Carolina Braga e Francisco José Carvalho Mazzeu. Cf BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho Mazzeu. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *RPGE – Revista on line de*

José Cardoso Ferrão Neto (2010) escreve na tese *Mídia, oralidade e letramento no Brasil: vestígios de um mundo dado a ler* uma análise da oralidade e do letramento no Brasil e sua relação com os meios de comunicação na segunda metade do século XVII à década de 1950. Para ele,

Se a música teve seu período áureo no início da grande era Vargas, tal façanha não poderia ter sido conquistada sem o rádio que, nessa época, já começa a se estruturar como espetáculo massivo e a se configurar potencialmente como indústria cultural. Ainda na década de 1930, assiste-se à regulamentação da publicidade no veículo, ao uso político-ideológico das ondas hertzianas e à ingerência do popular na programação que, a partir daí, passa a ser organizada e redirecionada às massas. Dá-se a inserção definitiva dos analfabetos no mundo da mídia. (FERRÃO NETO, 2010, p. 233).

A mídia é analisada pelo ângulo dos regimes de processamento da informação e por mais que o cinema tenha sido importante, para o pesquisador, foi pelo rádio que se deu o início definitivo da oralização das práticas culturais dos brasileiros na sua relação com a mídia de massa, especialmente para os não alfabetizados. Nesse sentido, para Pelegrini (2011), o diferencial do rádio é justamente o fato de que a oralização dessa mídia permite que sujeitos de todos os lugares construam uma representação. Esse alcance do rádio, que se relacionou perfeitamente com a crônica antes escrita nos jornais, se deu pela linguagem mais simples e direta que o texto falado no veículo possuía. Assim sendo, conforme Rezende (2005, p. 113):

É que no rádio, quanto mais simples e direto o texto falado, maior a compreensão pelo ouvinte. O veículo sonoro não se presta à discussão de temas complicados e além disso, ao contrário do jornal, não exige que a pessoa seja alfabetizada para compreendê-lo, basta que ela seja capaz de ouvir. Diferente do jornal que comunica através da leitura, de ilustrações e de fotografias, o rádio utiliza apenas o som. Por tudo isso, o estilo da crônica parecia cair à perfeição ao novo veículo que exigia uma nova linguagem, mais solta e coloquial, como quem conta um caso a outra pessoa.

Isso explica o crescimento do número de programas do gênero nas emissoras do país, já que a crônica, através de uma linguagem solta e coloquial (como uma conversa entre amigos) conquistou os ouvintes. Foram essas mesmas características presentes na crônica radiofônica que Rezende (2019) observou ao analisar os escritos da paulista Dinorath do Valle, na sua tese de doutorado *Da Crônica Jornalística ao Conto: a transformação da escrita em Dinorath do*

Valle. Para Cláudia Thomé (2015, p. 52), que averigua a história das crônicas radiofônicas no seu livro, a crônica do rádio reúne essas “características do gênero e ganha novos ingredientes em função da especificidade do veículo. Ideia e voz caminham juntas, perdendo sua unidade e formando um todo, que é a crônica radiofonizada”. Ainda de acordo com Thomé (2015), nessa perfeita união entre voz e ideia,

É como se aquele bate-papo informal, próprio da crônica, ganhasse uma amplitude de discurso em praça pública. Uma conversa que a multidão acompanha, na maioria das vezes de forma solitária, atraída pela voz que chega aos locais remotos chamando para o encontro entre o distante autor e seu público, como o sino da igreja [em uma cidadezinha]. Essa conversa despreziosa parece estar sendo feita de forma até improvisada, nasce como fruto de um casamento harmonioso de texto, linguagem, entonação, pausas, efeitos de interrupção, como no bate-papo informal (THOMÉ, 2015, p. 53).

Segundo a pesquisadora, a crônica do rádio é fruto de um trabalho integrado de literatos, radialistas e radiadores. Esse trabalho exige desses sujeitos inspiração, técnica e sensibilidade. Por conta disso, os textos não eram feitos para serem lidos inicialmente, mas para serem interpretados, já que “o tom coloquial da crônica a faz se assemelhar a uma conversa entre o narrador, na voz do locutor, e seu ouvinte, em um encontro que dura apenas o instante da transmissão” (THOMÉ, 2015, p. 56).

Clemente Luz cita que suas crônicas eram lidas pelos radialistas Sérgio Dias e Rui Carneiro (LUZ, 1996). Podemos supor pela narrativa e pela prática de produção da crônica radiofônica da época – mencionada por Thomé (2015) – que as crônicas de Clemente Luz teriam sido interpretadas de acordo com a linguagem radiofônica: com pausas, entonação, interrupção, entre outros, o que justifica o fato que para o cronista os radialistas “liam muito bem” os textos. Infelizmente, não conseguimos encontrar os áudios do programa para analisar essas características orais, pois ao longo dos anos muita coisa da rádio se perdeu, segundo os funcionários da emissora.

É significativo para a análise dos textos de Clemente Luz que, como parte da programação e atendendo ao objetivo da rádio da cidade de divulgar e propagar Brasília, mantinha-se aceso um sentimento ufanista que contribuía para instalar ânimo e lembrar dos ideais nacionais naqueles que construía diariamente a nova capital. Desse modo, como parte de uma variedade de dispositivos que falavam sobre Brasília – como jornais, revistas, textos sociológicos de intelectuais do Iseb, cinejornais, entre outros – por meio do rádio, as crônicas

de Clemente Luz se destinavam aos sujeitos que também não dispunham de acesso às aquelas fontes de informação e/ou que não sabiam ler.

A Rádio Nacional de Brasília investiu em atrações para alcançar esses sujeitos. Além das crônicas, também eram encenadas peças de teatro que possuíam o Brasil desenvolvimentista e/ou a construção da cidade como cenário. A peça *Os pioneiros* foi montada no Auditório da Rádio Nacional no dia 21 de abril de 1959 em homenagem ao povo e a JK. A data escolhida – não por acaso – era a mesma da inauguração de Brasília, que seria realizada um ano depois, o que demonstra que a rádio tinha muita relação com o contexto da construção da cidade, pois essa opção de lazer também se configura como uma das formas de propaganda de Brasília⁵².

Nessa mesma perspectiva, *Caçulinha do Brasil*⁵³ é uma das obras mais famosas do período. A peça teatral, destinada especialmente ao público infantil, foi financiada pelo Ministério da Educação e Cultura e contou com ampla divulgação na época⁵⁴. Para o historiador francês Laurent Vidal (2009, p. 273), a peça era destinada “aos futuros cidadãos” e se constituiu como mais uma forma de “vulgarizar o projeto de Brasília”. Ela foi interpretada primeiramente no auditório da Rádio Nacional de Brasília em 1959 e depois retransmitida para todo o país em 5 de setembro do mesmo ano. Ainda de acordo com Vidal (2009), havia também uma história em quadrinhos com o mesmo objetivo de divulgação da peça, mas, diferentemente dela, possibilitaria a leitura ou a visualização por parte daqueles que não sabiam ler.

A partir da citação de Vidal (2009), observa-se que, no mesmo contexto, as crônicas de Clemente Luz, por meio da grande penetração do rádio com sua linguagem própria, cumprem papel parecido de divulgação na construção de Brasília. No entanto, como veremos nos capítulos seguintes, nem sempre esses textos que foram reunidos em *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972) são apologéticos ou centrados em discursos que se tornaram hegemônicos. Isso demonstra a riqueza das crônicas para a análise histórica, o que (re)afirma o olhar crítico do cronista naquele período, assim como seu peculiar contexto de produção e difusão.

O contexto de produção dos textos está relacionado com a Rádio Nacional de Brasília, ou seja, as fontes desta investigação são crônicas radiofônicas do programa *Crônicas da Cidade* que apenas posteriormente foram publicadas. Sendo parte da programação da emissora, esses

⁵² Cf MAGIHO, Sérgio. O teatro brasileiro amadureceu e ganhou ares políticos na UnB. In: Tipo assim, *Metrópoles*, 01 abr. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/tipo-assim/o-teatro-brasiliense-amadureceu-e-ganhou-ares-politicos-na-unb?amp>. Acesso em 08 out. 2020.

⁵³ MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959, 35 p.

⁵⁴ Cf anúncio com o cartaz da peça em: CINEMAS E TEATROS. In: *Correios da Manhã*, Rio de Janeiro, n° 20364, 1° caderno, p. 12, 15 agos. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/109455. Acesso em 07 abr. 2020.

escritos ajudavam e serviam para divulgar Brasília, sendo uma opção de lazer. Conforme jornais e revistas especializadas da época, como a *Revista do Rádio e Radiolândia*, podemos citar entre os programas conteúdos informativos de Brasília com boa recepção por parte dos ouvintes: *Brasília em dia com o mundo*, *Venha conhecer Brasília*, *Notícias de Brasília* e *Você pergunta e nós respondemos*⁵⁵. Esse último foi ao ar para sanar a curiosidade daqueles(as) que desejariam ter mais informações sobre o andamento das obras da futura capital do país, isto é, especialmente para quem não estava em Brasília.

Por outro lado, para o sujeito que estava em Brasília, as atrações locais se concentravam nos programas de auditório, shows e programas musicais, como *Discoteca do ouvinte*, de Zair Cançado. O programa foi de grande sucesso não apenas local como também nacional, fazendo com que a rádio recebesse muitas cartas⁵⁶. *O dia começa com música*, apresentado por Meira Filho às cinco da manhã, foi outro programa musical de sucesso. A atração passou a ser porta voz do trabalhador como meio de comunicação para quem estava distante, pois esses sujeitos procuravam o locutor para que fosse passado um “alô” aos seus familiares. De acordo com Clemente Luz (1993, p. 163), nesse alô, “havia recados práticos, manifestação de saudade, autorização para venda de propriedades, cobrança de fidelidade. [...] [Ele] se institucionalizou como forma de comunicação social, foi o responsável por milhares de cartas, recebidas em um ano, pela emissora”.

Queremos demonstrar com essa grade análise da programação da Rádio Nacional de Brasília que o veículo, ao mesmo tempo que realizava o papel de divulgador da cidade, propiciava entretenimento para quem estava na construção, em uma proposta que se dividia entre nacional e local. Isso foi apontado por um depoente (anônimo) da pesquisa de Heloiza Matos (2010, p. 102): “então tinha uma programação local e outra nacional. Mantínhamos jornais falados, informativos (um existe até hoje e se chama ‘Brasília em dia com o mundo’), onde dávamos um noticiário geral da cidade, uma nacional e uma mundial”. Um provável sucesso dessa proposta naquele momento pode ser explicado pelo número de cartas recebidas pela emissora, como afirmou *O Jornal (RJ)* no mês do primeiro aniversário da rádio:

[a rádio] demonstra um saldo apreciável na sua missão de divulgar as obras da Nova Capital. De todos os pontos do território brasileiro e dos mais diversos países,

⁵⁵ Cf RÁDIO: NOTICIÁRIO. *Jornal do Commercio (RJ)*, n° 00248, 1° caderno, p. 6, Rio de Janeiro, 22 jul. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/56107. Acesso em 20 mar. 2020.

⁵⁶ Cf MOVIMENTO. *O Jornal (RJ)*, n° 11984, 2° caderno, p. 2, Rio de Janeiro, 22 set. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/79470. Acesso em 20 mar. 2020; CRESCER DIA A DIA A AUDIÊNCIA, *Radiolândia (RJ)*, ano VII, n° 313, p. 64, Rio de Janeiro, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16030>. Acesso em 20 mar. 2020.

inclusive da Ásia e da África, chegam cartas à Rádio Nacional de Brasília, atestando a sua magnífica penetração e solicitando informações sobre a futura Capital do Brasil⁵⁷.

A partir da publicação, observa-se que a demanda por mais informações a respeito da construção de Brasília era grande na época. Podemos inferir que o programa de crônicas de Clemente Luz ao narrar o cotidiano da cidade nascente, mesmo se concentrando em sujeitos da cidade, atendia tanto a um público local quanto nacional⁵⁸ na tentativa de mostrar diariamente um pouco do que acontecia na capital em construção.

Isso posto, este capítulo procurou averiguar o contexto de produção das crônicas de Clemente Luz. Nele, foi possível demonstrar a relevância política do rádio no governo JK, especialmente na divulgação e propagação da nova capital por meio da Rádio Nacional de Brasília, que buscava manter uma relação de proximidade com o ouvinte local. Analisamos também as semelhanças e diferenças entre as crônicas de jornal e as crônicas do rádio: há em ambas uma conexão da escrita com a oralidade, especialmente quando o gênero passou a ser transmitido no rádio, tendo em vista alcance com uma maior parcela da população.

⁵⁷ Cf MOVIMENTO. *O Jornal (RJ)*, n° 11877, 2° caderno, p. 3, Rio de Janeiro, 22 mai. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/75265. Acesso em 22 mar. 2020.

⁵⁸ À nível nacional, podemos observar uma divulgação do programa de crônicas de Clemente Luz na revista especializada *Radiolândia* em 1960. Cf: CRESCE DIA A DIA A AUDIÊNCIA DA NACIONAL DE BRASÍLIA, *Radiolândia (RJ)*, ano VII, n° 313, p. 65, Rio de Janeiro, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16094>. Acesso em 22 mar. 2020.

3. O “TRABALHO DE DOMESTICAÇÃO DE PALAVRAS”: CRÔNICAS DE CLEMENTE LUZ DA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO E DOS PRIMEIROS ANOS DE BRASÍLIA

Este capítulo analisa as representações expressas em crônicas de Clemente Luz, levando em consideração as condições de produção, o local de fala do cronista e a forma de circulação dessas fontes no período da construção e primeiros anos de Brasília. Para tanto, entendemos a crônica como narrativa histórica que faz uma leitura sensível do cotidiano, o que possibilita acessar práticas sociais, emotividades, o cotidiano e o modo peculiar como o escritor pensava Brasília no momento da escrita desses textos.

Em um primeiro momento, buscamos analisar as especificidades da crônica como fontes para o historiador, considerando Clemente Luz – tal como suas experiências na capital – um narrador de Brasília. Já em um segundo momento, verificamos a utilização de construções discursivas presentes no imaginário⁵⁹ da época nas crônicas. Por fim, observamos as representações sobre a nova capital no que diz respeito aos sujeitos, ao cotidiano e às práticas sociais.

3.1. CRÔNICAS DE CLEMENTE LUZ E A LEITURA SENSÍVEL DO TEMPO

A crônica possui características próprias. O gênero literário, como visto no capítulo anterior, surgiu nas páginas dos folhetins e logo passou a ter espaço nos jornais devido a seu tom ligeiro, coloquial e costumeiro. Assim, rapidamente caiu na graça dos leitores por ser breve e narrar de forma leve o cotidiano. Em razão dessas características, o gênero passou a ser produzido para o rádio na primeira metade do século XX e logo ganhou espaço nas emissoras brasileiras, como a Rádio MEC e na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Na década de 1950, a interpretação de crônicas já estava consolidada em termos de audiência na Nacional do Rio de Janeiro, o que contribuiu para o início das produções de Clemente Luz na Rádio Nacional de Brasília.

O crítico brasileiro Antônio Cândido (1981), em *A vida ao rés-do-chão*, considerou que a crônica não é um “gênero maior”, mas parece mesmo “um gênero menor” na literatura. Para ele, isso não é necessariamente ruim, pois ela permanece próxima dos leitores, no rés-do-chão, narrando o dia a dia e a beleza das coisas simples. No entanto, como averiguado anteriormente,

⁵⁹ Como nos lembra Pesavento (2008), o imaginário constitui-se a partir de representações. Ele consiste num “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história, para dar significados às coisas” (PESAVENTO, 2008, p. 13).

não devemos considerar apenas a simplicidade e a leveza na análise dessas fontes, uma vez que possibilitam uma abordagem crítica e reflexiva do cotidiano.

Sandra Jatahy Pesavento (1997; 2004) entende que o gênero faz um registro privilegiado do passado. Para a historiadora, a crônica é um gênero de fronteira entre a *Literatura*, e a *História*, pois apreende o passado de modo peculiar e possui o potencial de revelação das sensibilidades de um outro tempo. É inegável que a crônica é uma fonte potencial para historiadores que buscam as sensibilidades de uma outra época e, sobretudo, a forma pela qual os cronistas representavam esse período.

Pesavento (1997), no artigo *Crônica: a leitura sensível do tempo*, aborda algumas das singularidades do gênero enquanto fonte da História. De acordo com a historiadora, devido ao ofício do historiador, olhamos para as crônicas almejando “captar o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo. Para o historiador do presente, a crônica se oferece como um exercício imaginário para a apreensão das sensibilidades passadas” (PESAVENTO, 1997, p. 31).

Neste trabalho, ao partir da crônica, busca-se explorar o cruzamento possível entre História e Literatura, pois ela possibilita variadas interpretações das representações sobre Brasília em nascimento, bem como as que o cronista fez de si mesmo naquele período. Pesavento (2003; 2004) afirma que ambas – História e Literatura – são narrativas que têm o real como referência, seja para confirmá-lo ou negá-lo. Logo, são “representações que se referem à vida e que a explicam” (PESAVENTO, 2006, p. 11). Fazendo um diálogo com Paul Ricoeur (1994-1997), a historiadora reitera que tanto a História quanto a Literatura são reconfigurações de um tempo, pois aos seus modos, são formas de explicar o presente, inventar o passado e imaginar o futuro. Em outras palavras, ambas “são formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor” (PESAVENTO, 2003, p. 81).

Desse modo, interessam-nos as formas de representação de Brasília e de Luz feitas por ele mesmo, em que são narradas inquietudes e questões do presente da escrita. A partir das considerações de Pesavento (2003, 2006), não objetivamos fazer o uso dessas crônicas como mera ilustração de uma Brasília nos seus primórdios para “compor uma paisagem dada”, mas utilizar essas fontes visando acessar outros elementos do passado, como o cotidiano e as sensibilidades. Para a historiadora, não há uma hierarquia entre as áreas, porém, parte da História o lugar de fala, sendo ela a formuladora de interrogações a essas fontes literárias.

Nessa perspectiva, a Literatura acaba por permitir o acesso “ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os

preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário” (PESAVENTO, 2003, p. 82). Nas crônicas de Luz, também pretendemos ver alguns dos valores que guiavam seus passos e que dialogavam com um imaginário da época, especialmente dos defensores da construção da nova capital, configurando uma leitura singular e sensível desse momento. O cronista apresenta em suas narrativas medos, sofrimentos, angústias, decepções, saudades, sonhos, sensibilidades e perfis de uma Brasília incipiente. Corriqueiramente ele faz isso com o entusiasmo de poder narrar aquele momento.

Diante do exposto, é preciso um debate mais amplo do vínculo entre a História e Literatura. São significativas as contribuições de pensadores como Peter Burke (1997), que analisa uma relação próxima entre história e literatura desde a Antiguidade⁶⁰; Paul Ricoeur (1997), que demonstra as ligações existentes entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção⁶¹; Roger Chartier (2002), que sugere que a história compartilha com o gênero narrativo a maneira de fazer agir seus “personagens” e uma mesma forma de construir a temporalidade⁶²; Hayden White, que chama atenção para o fato de que as narrativas históricas têm mais em comum com a literatura do que com as ciências, já que são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos”⁶³; entre tantos outros. Algumas definições desses teóricos serão utilizadas ao longo do trabalho.

Porém, o objetivo não é o aprofundamento nesse debate, já que o foco desta investigação é a análise de crônicas. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1995; 1997; 2003; 2004; 2006; 2008) foi fundamental para esse posicionamento, uma vez que está ciente das referências mais amplas do debate, mas sintetiza-as de modo claro e adequado aos objetivos deste trabalho. Além disso, ao observar crônicas que narravam a cidade de Florianópolis, por meio da História Cultural do Urbano, a historiadora define o gênero a partir dos objetivos historiográficos, o que contribuiu substancialmente em termos teóricos e metodológicos para esta análise das crônicas de Clemente Luz.

Em suas considerações teórico-metodológicas no artigo *Crônica: fronteira da narrativa histórica*, Pesavento (2004) entende que a crônica é uma narrativa histórica. Sua abordagem parte de um plano epistemológico, em que enfatiza a natureza da sua escrita e se sustenta

⁶⁰ BURKE, Peter. *As fronteiras instáveis entre a história e a ficção*. In. AGUIAR, Flávio et al (org.). *Gênero de Fronteira: Cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

⁶¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papiros, 1997. Tomo I.

⁶² CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002

⁶³ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da USP, 1994. p. 98

especialmente no potencial do gênero para o fazer da História, com ênfase na reconfiguração do tempo. Desse modo, a historiadora afirma ser importante compreender que a “crônica é uma narrativa de fronteira, mas fronteira enquanto modalidade ficcional na reconfiguração de um tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 64). A estudiosa da cultura se guia “pela concepção que admite, para a escrita da História, o uso de recursos fictivos, pelo que esta abordagem não pretende opor, de maneira antitética, uma história-verdade-ciência a uma crônica-arte-ficção” (PESAVENTO, 2004, p. 64). Essa compreensão contribuiu decisivamente para que outras leituras das crônicas de Clemente Luz fossem feitas nesta pesquisa, tendo em visto o ato de escrita e as formas de narrar aquele contexto de construção e primeiros anos de Brasília:

Principiemos pelo ato da escrita, que põe em cena o cronista, aquele que faz do tempo presente, tempo do vivido, a sua fonte de inspiração. Sob uma ótica realista, o cronista mostraria, para o historiador, a temporalidade da escrita com a vida tal como era neste momento, ou, pelo menos, aquilo que nela chamava a atenção ou preocupava os homens da época. Em certa medida, a tradução do presente pela escrita, que pode girar em torno do cotidiano ou do fato excepcional e, sobretudo, das sensibilidades e sociabilidades de um determinado contexto, atribui à crônica um certo valor, digamos assim, documental. (PESAVENTO, 2004, p. 65).

As crônicas de Luz em Brasília e sobre a cidade possuem como principal característica o potencial documental citado. Ele revela o cotidiano, as sensibilidades e a sociabilidade de uma Brasília em construção e em seus primeiros anos. Isso possibilita a análise das formas pelas quais o cronista se referia à Brasília ao mesmo tempo que falava de si mesmo dentro daquele contexto. Ele apresenta o dia a dia, os espaços da cidade e práticas sociais do final da década de 50 e início da década de 1960. O cotidiano de Brasília predomina nas crônicas reunidas em seus dois livros: em *Invenção da Cidade* (1968) que se refere, sobretudo, ao cotidiano de uma nova capital em construção e *Minivida* (1972), que diz respeito ao cotidiano de uma cidade-capital recém-inaugurada, que se apresentava, segundo ele, em fase de consolidação e humanização.

Conforme Pesavento (2004, p. 66), essas crônicas, se caracterizam por serem um “registro sensível de um presente que já se inscreve no futuro, onde o que conta é a percepção do tempo que se vive”. Geralmente esse tempo é acelerado de mudanças constantes na paisagem da cidade. As crônicas do primeiro livro de Clemente Luz buscam representar um presente em movimento, um tempo acelerado que visava a inauguração de Brasília. Em *As costelas e as valas*⁶⁴, que trata do episódio em que certo trabalhador da Novacap se acidentou ao cair à noite

⁶⁴ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ed. Horizonte - EBRASA, 1968. p. 91.

em um buraco que fora aberto em um curto espaço de tempo, o cronista narra que essas escavações causavam receio (especialmente naqueles que bebiam), já que, segundo ele, “como as estradas de serviço as valas eram abertas e fechadas quase que instantaneamente, pois as obras de conclusão da cidade eram executadas a toque de marcha batida” (LUZ, 1968, p. 91). Na crônica, Clemente Luz procura demonstrar que era preciso tomar cuidado com novas frentes de trabalho. Por sua vez, nesse caso, ele não faz uma reflexão às questões relacionadas à segurança no trabalho, pois temáticas relacionadas a acidentes de trabalho não surgem nas crônicas dos livros selecionados. Ele se refere especificadamente aos desatentos, sobretudo aos que bebiam.

Ainda segundo Pesavento (2004), esse tipo de narrativa do cotidiano de um presente que se insere em um futuro é “testemunho de si próprio”, testemunho do tempo em que é feita. Tais crônicas não apenas percebem o real como o qualificam desta ou daquela forma. Por sua vez, isso não deve ser entendido como uma transparência do real acontecido, pois há nessas narrativas pistas da prática social, como veremos em algumas crônicas mais adiante, “o que cabe discutir é o caráter alegórico da escrita – este dizer de outra forma, dizendo além – que faz da crônica uma narrativa que enuncia outras realidades do presente, sugeridas pela escrita” (PESAVENTO, 2004, p. 66).

Diante das características literárias que são próprias da crônica, o que é dito por Clemente Luz ou mesmo sugerido se apresenta de outra forma, pois ele trata de coisas que podem parecer supérfluas ou sem importância para superar a falta de assunto. Como sugere Pesavento (2004), a banalidade do cotidiano possui um amplo potencial para a narração desse gênero literário. Na crônica *Os redemoinhos*⁶⁵, por exemplo, o cronista dá outro sentido aos redemoinhos em Brasília, quando sugere que os danados sacis da sua infância resolveram não criar juízo em Brasília, pois, segundo ele, ao dançarem com a poeira das terras revolvidas, poderiam estar aplaudindo ou quem sabe ajudando a construir a Nova Capital:

[...] como enormes flores, como cogumelos misteriosos nascidos da terra, vejo nos redemoinhos o sinal de que, a cada segundo, uma nova, frente de trabalho é aberta na terra, para que as formas da cidade nova, da cidade que vai saindo do papel e se plantando no planalto, ganhem força e vida, expressão e eternidade, beleza e realidade (LUZ, 1968, p. 56).

⁶⁵ Ibid., p. 55.

A representação do redemoinho feita pelo cronista não diz respeito a um fenômeno da natureza em lugares descampados, mas ao sinal que indicava a construção da nova capital. Desse modo, os redemoinhos em Brasília simbolizavam que novas frentes de trabalho estavam sendo abertas. Percebe-se com isso que o cronista constrói novamente um mundo paralelo, em que o saci é usado para demonstrar a presença de redemoinhos como um bom sinal, pois indicavam o fato de que se construía uma parte da cidade naquele local

Interessa-nos o fato de que as crônicas podem se referir a um outro tempo. Começamos pela narrativa do passado. Essas narrativas memorialísticas são, em grande parte, baseadas “na experiência e nas recordações de alguém que viveu, viu ou ouviu um outro tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 70). É particular dessas crônicas o fato de serem especialistas “em assinalar a diferença entre o tema/objeto da recordação tal como era no passado e o tempo da narrativa, o presente onde se realiza o ato de recordar. Não raro, esta diferença no tempo é qualificada e, muito frequentemente, é julgada como uma perda” (PESAVENTO, 2004, p. 70). Mais à frente, veremos – associados à temática específica dos sujeitos de Brasília – que surgem em algumas poucas crônicas de Luz a lembrança de um outro tempo, seguida de um tom nostálgico que valoriza o passado, especialmente quando se trata das perdas ocorridas com a inauguração de Brasília. Nesse primeiro momento, interessa-nos o entendimento das formas narrativas da crônica a partir de Pesavento (2004).

A crônica pode ser fronteira no tempo futuro. Como afirma Pesavento (2004, p. 73), esse “tempo não realizado se configura na narrativa como um tempo de sonho e desejo, fruto da imaginação de quem, no presente, coloca suas expectativas e especulações”. Essa é a modalidade que explicita o caráter ficcional da crônica; portanto, não devemos buscar nela a concretude do “real acontecido”, mas sim “resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam” (PESAVENTO, 2006, p. 22). Essa forma narrativa doutro tempo aparece nos livros de Clemente Luz quase sempre composta de críticas relacionadas às situações daquele presente, como veremos no final deste capítulo.

Ainda de acordo com Pesavento (2004, p. 72), “há ainda uma outra linha de cruzamento temporal que se apresenta nas crônicas e que, mesmo jogando com as dimensões da permanência e da mudança, confirma o seu estatuto de serem narrativas do presente”. Essa é a crônica urbana, mobilizada pela ideia de modernidade. Nesse sentido, dialogamos com o entendimento de modernidade urbana mostrado pela estudiosa:

[...] enquanto processo que se desencadeia com a renovação capitalista do mundo e que tem o seu epicentro na cidade, é renovação material e social do mundo, mas é também uma nova expressão imaginária do real. Ela desperta novas sensibilidades e expectativas, sendo uma delas a da ideia da metrópole (PESAVENTO, 2004, p. 77).

Nos discursos do governo JK, faz-se menção à Brasília como uma nova metrópole em construção. No discurso proferido na inauguração da Rádio Nacional de Brasília⁶⁶, em maio de 1958, Kubitschek afirma que Brasília já começava a assumir seus contornos de metrópole. A mesma representação é presente nas crônicas de Clemente Luz. Seguindo essa renovação material e social no contexto de Brasília, o que se vê em diversas crônicas de *Invenção da cidade* (1968) é a ênfase na cidade ganhando forma ao ser construída no dia a dia.

No subcapítulo *Cumeeiras*, que reúne algumas crônicas urbanas, Clemente Luz trata justamente do período das inaugurações de algumas obras em Brasília, quando, segundo ele, “a cidade ganhava forma”. Em *Festa*⁶⁷, o cronista explica o termo “cumeeira”: “Desde a mais remota tradição, a cumeeira representou a fase principal da construção da casa [...]” (LUZ, 1968, p. 95). Ainda segundo ele, nessa fase são realizadas festas alegres com muita bebida e comida. Na narrativa, afirma-se existir em Brasília a festa da cumeeira, ritual respeitado em que “todos os dias novas estruturas ficavam prontas” (LUZ, 1968, p. 96). Entendemos com isso que a todo momento o cronista recorre a elementos de uma cultura tradicional para dar inteligibilidade à construção de Brasília e traduzi-la em termos populares.

Clemente Luz alude, na crônica *O displicente*⁶⁸, elementos dessa cidade moderna que simbolizavam uma Brasília do futuro, como as pistas largas e a iluminação adotada. Já em *Azares do Visitante*⁶⁹, essa nova metrópole é representada através da impressão de quem vivia no entorno da nova capital recém-inaugurada, já que a crônica narra as opiniões de um velho fazendeiro de uma região goiana próxima à Brasília na ocasião da sua primeira visita à cidade. Por meio da visão de quem não conhecia bem a “cidade grande”, mas apenas ouvia as histórias de quem conhecera, são destacadas “coisas” que só existiam na nova capital como elevadores, “[...] casas de vidro, como o Palácio da Alvorada. Colunas maiores e mais grossas do que jatobá mais grosso da mata. E feitas de areia, cimento e ferro... Trevos feitos no chão, enormes, para os carros” (LUZ, 1972, p. 170), entre outros.

⁶⁶ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Discurso na inauguração da emissora Rádio Nacional de Brasília*. Brasília, Biblioteca da Presidência da República, 31 e maio de 1958.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 95.

⁶⁸ LUZ, Clemente. *Minivida*. Brasília: Ediplan, 1972. p. 27.

⁶⁹ *Ibid.*, p.170.

Ainda segundo o cronista, ao chegar na Rodoviária do Plano Piloto, o velho ficou tonto, “ao ver tanta gente indo e vindo, subindo e descendo”. Chama atenção a ênfase dada ao grande número de pessoas circulando na rodoviária, às vias e aos inovadores prédios de Brasília. De acordo com a narrativa, a visita acaba justamente quando o fazendeiro tenta conversar com um elevador e se sente ofendido por ele, o que o faz querer pegar o primeiro ônibus de volta para casa. Esse tipo de crônica desperta sensibilidades e expectativas, especialmente na ideia de Brasília como metrópole. Desse modo, se por um lado Clemente Luz estabelece paralelismos e aproximações com elementos da vivência e da cultura tradicionais, por outro, sugere que a metrópole que surgia acabava afastando quem não se adaptava a ela, como é o caso da crônica *Azares do Visitante*.

Destarte, na crônica que narra a primeira impressão daqueles que descobriam a cidade, o cronista se utiliza dessas “coisas” modernas da cidade grande para demonstrar o que a distinguia de outros lugares das redondezas. O que se tem é uma representação que enfatiza o contraste do novo (Brasília) com o velho (outras regiões do entorno da cidade), do tradicional com o moderno e, especialmente, do rural com o urbano, já que se tratava de um visitante do interior que não conhecia as “modernidades” de Brasília.

Nessa breve análise de algumas das formas narrativas de crônicas escritas por Clemente Luz, a partir das considerações de Pesavento (2004), não buscamos fazer encaixes ou colocar em paradigmas os textos do cronista como se só houvesse uma interpretação. Essa abordagem procurou apenas demonstrar a riqueza de possibilidades de interpretação presentes nas crônicas dos livros selecionados; elas são heterogêneas e se utilizam de vários elementos em uma mesma narrativa. Ademais, versam sobre o cotidiano e o urbano; o tempo passado ou futuro; e contribuem para plasmar um imaginário. Ao longo do capítulo, ainda faremos o uso dessas variadas formas de narrar, mas focando, sobretudo, em temáticas específicas dessas fontes analisadas.

3.1.1. O trabalho de “contar coisas sobre a cidade que nascia”

É por entender que a crônica consiste em uma narrativa histórica que Pesavento (1995) aborda diferentes formas de representação do urbano. Em diálogo com Marcel Roncayolo (1990), no artigo *Muito além do urbano: por uma história cultural do urbano* (1995), a historiadora afirma ser possível apreender representações de dois grupos ao observar a cidade: os produtores do espaço que, como “profissionais da cidade”, seriam os arquitetos, urbanistas, engenheiros, entre outros; e os consumidores do espaço ou habitantes da urbe. Nota-se que para

ela esses grupos não estão nitidamente separados em suas interpretações, pois há um “vai e vem de sentidos”. Não aprofundaremos essas definições por conta dos objetivos da pesquisa, mas é necessário tê-las em mente para compreender de qual lugar Clemente Luz narra.

Para Pesavento (1995), há uma distinção de representações entre os próprios consumidores do espaço ou habitantes da urbe. Nesse caso, teríamos as representações dos “cidadãos comuns” – a massa da população citadina – e as representações dos “leitores especiais da cidade”, composta por fotógrafos, poetas, romancistas, pintores e cronistas. Os leitores especiais “resgatam as sensibilidades do real vivido, estabelecendo com a cidade uma relação privilegiada de percepção” (PESAVENTO, 1995, p. 284).

Poderíamos dizer com isso que Clemente Luz pode ser visto como um leitor especial da cidade e, sendo a crônica uma narrativa histórica, poderíamos afirmar que ele foi um narrador em/de Brasília. Se levarmos em consideração a acepção clássica de narrador proposta por Walter Benjamin (1987), o cronista pode ser classificado como homem que recorre à sua experiência para narrar. Segundo o mesmo filósofo, a figura do narrador é formada a partir de dois grupos: 1) aquele que viaja, vem de longe e tem muito para contar; 2) e aquele que não precisou sair do seu país, que por vivência e sabedoria conhece suas histórias e tradições. Nessa concepção, Clemente Luz pode ser visto como parte desse segundo grupo.

Não obstante, podemos avaliar outras possibilidades de análise desse narrador benjaminiano, se considerarmos o contexto atípico da construção de uma nova capital. Nesse sentido, reuniram-se na cidade em construção – já que Brasília é um lugar à parte – sujeitos de vários cantos do Brasil, o que quer dizer muito, pois tratamos de um país com dimensões continentais. Em sua análise, Gustavo Lins Ribeiro (2008) menciona que a construção de um grande projeto envolve milhares de pessoas durante alguns anos, mas que o caso de Brasília não pode ser comparado mecanicamente como outros empreendimentos em áreas que contam com um desenvolvimento mais amplo e diferenciado em termos econômico-sociais. Para o pesquisador,

[...] o setor da construção civil é o ramo industrial mais propício a deslocar milhares de trabalhadores e concentrá-los em um determinado ponto. Isso se deve basicamente a duas razões, relacionadas entre si: o pouco nível de qualificação necessário, em geral, para a maior parte das atividades e o grande número de operários requerido para obras de grande porte (RIBEIRO, 2008, p. 23).

Assim, podemos pensar a construção civil no contexto da edificação de uma nova capital como um dos causadores de uma grande mobilização de pessoas para o Planalto, pois, segundo

Ribeiro (2008), a construção de Brasília ocorre em escala ampliada das formas de produção da construção civil, mas também “combinada com as especificidades de construir uma obra fortemente marcada por razões e decisões políticas, uma obra da dimensão de uma nova capital no interior do país” (RIBEIRO, 2008, p. 23). Discorreremos mais à frente sobre essas razões e decisões políticas, porém não podemos esquecer que outros sujeitos continuaram migrando para o Planalto ao longo dos anos, ainda por motivos de trabalho, mas suas alocações passaram a ser, cada vez mais, em outras localidades do Distrito Federal nas chamadas Cidades Satélites.

Interessa-nos neste primeiro momento que esses sujeitos se reuniram em Brasília e suas experiências e tradições trazidas de outras regiões são mote e tema para as narrativas de Clemente Luz. O cronista (narrador) conhece seu país, esses sujeitos e, sobretudo, Brasília. Suas crônicas, em geral, são sobre alguém que ele conhecia ou sobre situações vivenciadas a partir de sua experiência na nova capital. Desse modo, suas narrativas partem do que ele viu, vivenciou ou ouviu falar.

Na crônica *Canto noturno*⁷⁰, que trata do período da construção da cidade, podemos notar esse papel de Clemente Luz como narrador em Brasília. No texto, o cronista narra ao ouvinte (leitor) o ritmo acelerado dos trabalhadores e as belezas vistas na nova capital. Devido à proximidade da sua casa com os novos canteiros, ele diz ter ouvido certa noite o canto dos trabalhadores nas obras do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs): “Esta noite, ouvi, com ternura e emoção. O canto simples dos trabalhadores. Canto simples e profundo, talvez sem alegria, mas honesto e bravo” (LUZ, 1968, p. 63). A utilização da expressão “sem alegria” pode estar relacionada com o cansaço físico resultante da alta carga de trabalho, já que os operários – como o próprio cronista afirma – precisavam cantar para evitar que o sono não diminuísse o ritmo:

Vocês não podem imaginar o entusiasmo que senti, esta noite, quando as vozes, como num mutirão de roça, entoavam as canções regionais. Eram os nortistas, com os bailões ligeiros e sentimentais. Eram os mineiros, com as modinhas picantes e sentimentais, também. Como fundo musical poderoso, o ruído dos martelos, das serras, dos motores. E, quando a madrugada chegou, uma poderosa sirena determinou a suspensão do canto, como se fosse o sinal de recolher. Os ruídos desapareceram por completo, durante uma ou duas horas. Depois, outras sirenas deram o toque de alvorada, e novas vozes começaram a surgir. Já não cantavam, pois saíram de corpos descansados, prontos para a jornada de trabalho (LUZ, 1968, p. 64).

⁷⁰ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 63.

Clemente Luz finaliza a crônica narrando as belezas de Brasília, como as manhãs, os luas e as tardes que podiam ser admiradas dos canteiros de obras. Para ele, o pôr-do-sol era tão magnífico que fazia os trabalhadores “pararem” por alguns instantes para admirar a visão. O que salta aos olhos na crônica é a forma como o escritor demonstra ser conhecedor dos sujeitos que participavam da construção da nova capital. Ele exterioriza conhecimento sobre os cantos regionais do país ao mesmo tempo que demonstra a peculiar função das cantigas em manter os trabalhadores no ritmo. Essa prática novamente sugere formas tradicionais de lidar com o trabalho exaustivo, como na colheita de plantações.

Novamente retomamos às palavras de Walter Benjamin (1987), quando o ensaísta afirma que o narrador retira da experiência o que quer contar, seja a sua vivência ou a relatada por outros. Assim, ele “incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 201). Na crônica citada, nos interessa esse uso que Clemente Luz faz da experiência para narrar o acontecido, já que ele parte do que ouviu em uma noite de convívio com diferentes sons de obras próximas à sua casa para narrar as experiências dos seus ouvintes na Rádio Nacional de Brasília, especificamente dos trabalhadores do turno noturno.

Essa situação em que Clemente Luz se utiliza das suas experiências se repete em outras crônicas dos livros selecionados e demonstra ser importante para a pesquisa não só as representações que o cronista constrói da nova capital, como as que ele faz de si mesmo naquele contexto. Nesse caso, sua experiência demonstra que ele não morava em acampamentos, o que gera uma distinção por não ser um “candango”. Por outro lado, demonstra que ele estava próximo desses sujeitos mais humildes da construção civil. O cronista, com a sensibilidade de um observador atento ao que acontecia ao seu redor, narra para Brasília (e o Brasil) as suas impressões do dia a dia por meio do rádio. Nesse caso específico, ele narra de forma poética e apoiado em argumentos que justificavam a construção da cidade e o ritmo empreendido. Desse modo, ao enfatizar o canto regional e não a exploração da força de trabalho, ele contribui para a mitificação de Brasília e seus trabalhadores cansados, mas perseverantes em prol do objetivo principal: a inauguração.

Clemente Luz, em certo momento da crônica *Canto noturno*, procura dialogar com as experiências desses “outros” sujeitos ouvintes da rádio sobre o que se podia reparar na cidade ainda em construção. Isso nos lembra a discussão feita no capítulo anterior a respeito da presença da oralidade na crônica, especialmente pela linguagem simples e coloquial, com um tom de conversa fiada: “Não sei se vocês já viram. Mas eu vi, muitas vezes, a lua, como uma bola de sangue, surgir no nascente, no mesmo instante em que, no poente, como outra bola incandescente, o sol, começa a se pôr” (LUZ, 1968, p. 64). Nesse momento da narrativa, a

menção às “belezas” do Planalto é uma qualificação do presente, como se o cronista quisesse dar significado ao que acontecia nos canteiros de obras da futura capital:

Nesse instante, a gente sente a grandeza da terra onde está sendo plantada a cidade. E a ternura, que vem do coração, é tão grande e tão profunda, como a que nasce, ao embalo das vozes cantando, durante a noite, para que os corpos não se dobrem ao peso do sono e os braços mantenham o ritmo de Brasília, desse trabalho tão indispensável a Brasília, como o sol e água são indispensáveis à vida (LUZ, 1968, p. 64).

Esse relato poético sobre o cotidiano – que menciona o ritmo de trabalho, os sujeitos envolvidos e as belezas de Brasília – apresenta um sentimento com o momento. Naquele presente que estava em movimento, percebe-se na escrita um entusiasmo por parte de quem narra, de quem faz a leitura do dia a dia. Nesta crônica, bem como em outras, a recorrência de discursos presentes no imaginário da época é utilizada pelo cronista para defender e reafirmar a necessidade da mudança da capital e, com isso, a construção de uma nova cidade-capital. Esses discursos embasam, como na citação acima, questões de localização, na *grandeza da terra*; ritmo da construção da cidade, que se mantém, mesmo diante do *sono* e do *cansaço* por ser “indispensável”; o significado da empreitada para esses sujeitos envolvidos; entre outros. A seguir analisaremos esses discursos a partir das crônicas de Clemente Luz.

3.2. CRÔNICA, “NARRATIVA HISTÓRICA”, E OS DISCURSOS SOBRE BRASÍLIA

Por serem ótimas formas de representação do momento em que são escritas, nesse caso específico, Brasília nas décadas de 1950 e 1960, as crônicas de Clemente Luz trazem muitas questões relacionadas às construções discursivas sobre a nova capital. A crônica *Encontro matinal*⁷¹ possui representações que tratam tanto do escritor como da cidade que era construída naquele momento. Nela, o cronista se utiliza da curiosidade infantil de Le Petit Prince, personagem do conto infantil *O Pequeno Príncipe*, para primeiro explicar seu trabalho e depois o motivo de tantos homens estarem naquele grande canteiro de obras.

Começamos pela primeira representação que trata do cronista e do seu trabalho. Após saltar do livro e se sentar na beira da mesa, o Pequeno Príncipe indaga Luz a respeito do que fazia. Este diz ter mostrado para o príncipezinho suas ferramentas como a máquina de escrever, o papel, o teclado e depois explicado seu trabalho. No entanto, com insatisfação do visitante,

⁷¹ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 25.

explicou-lhe de uma outra forma: “- Eu trabalho com as palavras no papel, na ordem necessária para a fixação das ideias, e no fim, escrevi alguma coisa...” (LUZ, 1968, p. 25). Ao ser questionado “para quê”, Luz diz ter pacientemente mencionado que escrevia para que outros escutassem ou lessem. Nesse caso, o próprio cronista menciona o diferencial dos seus textos na cidade: eram escritos para serem escutados ou lidos. Como averiguado anteriormente, eles eram interpretados diariamente na Rádio Nacional de Brasília.

Nesse primeiro momento, o gênero visa representar o papel de Clemente Luz em Brasília, dando mostras de como seu trabalho era produzido, para quem e do que falava: a cidade em construção. Na sua escrita, evidencia-se que os diálogos entre os personagens – Clemente Luz e o Pequeno Príncipe – versam primeiramente sobre a própria profissão como cronista e não sobre a nova capital em construção. É somente a partir do entendimento do visitante, no que diz respeito à “função” desempenhada pelo cronista, que as perguntas sobre o seu trabalho terminam. Não por outro motivo, essa crônica é escolhida para abrir o primeiro capítulo de *Invenção da Cidade* (1968), denominado *Livro I*. Por esse motivo, ela é a única a não estar dentro de um dos quatro subgrupos que compõem a primeira parte do livro. Logo, supomos que *Encontro matinal* tenha sido pensada como um texto introdutório da obra, por representar tanto o autor quanto as narrativas sobre a construção de Brasília.

A segunda parte da crônica se refere às representações de uma Brasília em construção. Le Petit Prince, ainda não entendendo muito bem as explicações do cronista sobre o seu trabalho, procura saciar dúvidas sobre esse momento. Procurando resolvê-las, o escritor explica que naquele local se construía uma nova capital, por isso havia os homens e as obras avistadas. Nesse sentido, é a partir do que o Príncipezinho viu e não entendeu que o cronista apresenta uma ideia geral de Brasília naquele momento:

- Vi muitos homens revolvendo a terra, vi uns monstros esquisitos rasgando vãos na terra e vi outros homens dependurados de umas armações vermelhas. Vi também coisas redondas, coisas bonitas, inclusive uma coisa leve, pousada no chão, com jeito de navio... (LUZ, 1968, p. 26).

Nessa fala do personagem infantil, é visível um encantamento com a construção da cidade. É apenas nesse momento, quando explicadas pelo cronista as “coisas” avistadas, que o visitante se dá por convencido a respeito do que o cronista escrevia. A cidade causa espanto e estranheza, pode-se constatar que a crônica – assim como diversas outras crônicas dos livros – moldam certa sensibilidade na apreciação de Brasília.

Nessa citação, podemos notar a representação de uma cidade monumental, que se apoia em características da Arquitetura Modernista presente no projeto de Brasília (HOLSTON, 1993). O visitante viu “coisas redondas e coisas bonitas”, nesse caso, as curvas das obras do arquiteto Oscar Niemeyer, umas das principais características aplicadas nos projetos arquitetônicos de Brasília.

Como cita Vidal (2009), as construções foram fruto de uma relação colaborativa de Niemeyer e JK, iniciada ainda em 1947 com a construção do bairro da Pampulha, quando o então Presidente era Prefeito de Belo Horizonte. Ainda de acordo com o historiador francês, o arquiteto aproveita essa construção para “polir suas armas de arquiteto moderno. Abandona a utilização sistemática do racionalismo, a ‘poesia do ângulo reto’ de Le Corbusier e integra a curva em suas construções [...]” (VIDAL, 2009, p. 161). Porém, como lembra o autor, curva não é simplesmente motivada por questões técnicas de resolução dos problemas de ocupação do espaço, pois resulta também de “um estado de espírito barroco” que, para o estudioso, “simboliza plenamente a modernidade brasileira à qual pretende a arquitetura moderna” (VIDAL, 2009, p. 161). Buscaremos demonstrar como Clemente Luz se utiliza dessas questões para representar Brasília ao fazer uso de discursos variados para defender a cidade.

Na crônica, a menção ao Palácio do Planalto, “coisa leve” e com “jeito de navio”, evidencia elementos de uma monumentalidade da cidade. O Palácio, por sinal, é constantemente mencionado por Clemente Luz em suas crônicas, o que exprime uma afeição especial do cronista pela arquitetura de Brasília. Destaca-se não apenas um encantamento com a arquitetura, mas, especialmente, a recorrência de “termos” facilmente encontrados no discurso oficial da nova capital, provenientes de uma produção discursiva que foi sendo construída antes mesmo do início das obras.

- Estão construindo uma cidade... Para quê?

- Para mudar a sede do Governo.

Perguntou:

- Para quê?

Dei-lhe uma longa explicação, falei da necessidade de *interiorização da Capital* etc. e tal (LUZ, 1968, p. 26, grifo nosso).

Nesse caso, ao ser interrogado da necessidade de mudar a sede do governo, Luz recorre ao discurso oficial (por meio da questão da interiorização) que, pela forma que o cronista narra, diz muito do imaginário da época, pois faz uso de já-ditos quanto a necessidade de mudança da capital. Não são explicados os pormenores do que se tratava a “interiorização da capital”, em que se faz o uso do “etc... e tal”, sugerindo que o ouvinte (leitor) da crônica era conhecedor dos

estudos e das prerrogativas utilizadas para construir Brasília. Veremos em outros textos que o cronista utiliza esses já-ditos, valendo-se desse mesmo discurso que beira um relato oficial de fundação da cidade (VIDAL, 2009).

Todavia, não podemos esquecer que essa crônica foi escrita a partir de condições de produção⁷² que remetem às construções discursivas utilizadas pelo cronista e à memória, chamada por Eni P. Orlandi (2005) de *interdiscurso*, ou seja, aquilo que foi falado antes. Para a estudiosa, a memória discursiva é o saber “que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2005, p. 32). Assim, o discurso oficial de legitimação e defesa de Brasília, proferido notadamente pelos protagonistas da cidade e que possui interações com as crônicas escritas por Clemente Luz, não surgiu por acaso. Ele foi sendo formulado ao longo dos anos, antes mesmo de as obras da nova capital serem iniciadas.

Algumas pesquisas críticas sobre a cidade, tais como de Viviane Gomes Ceballos (2005), Gustavo Lins Ribeiro (2008), Laurent Vidal (2009), James Holston (1993), entre outras, analisam a formulação de discursos sobre “ideia” de Brasília, que antecede o período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ceballos (2005), na dissertação “*E a história se fez cidade ...*”: a construção histórica e historiográfica de Brasília, busca entender o imaginário que se criou em torno da nova capital, que também consolidou a imagem de Juscelino Kubitschek por meio de discursos que defendiam a sua interiorização. De acordo com Ceballos (2005, p. 137), “Brasília existiu antes mesmo de existir, foi expectativa, projeto, especulações, enfim, foi história que se fez cidade”.

Por sua vez, nos chamou atenção a análise de Laurent Vidal (2009). O historiador francês demonstra que, além dos ritos, os relatos de fundação de Brasília – contemporâneos à sua construção – foram muito utilizados. Nesse caso, de acordo com Vidal (2009, p. 244), “a fundação de Brasília, sua inauguração, mas também seus diferentes relatos oficiais, sabiamente encenados e formatados pelo próprio Juscelino Kubitschek, convidam-nos à reflexão sobre a cidade e a história, sobre suas ligações perigosas”. Ainda de acordo com Vidal,

Na mente do Presidente da República, essa operação de refundação da história brasileira a partir da construção de Brasília tem uma dupla finalidade prática. Visa primeiramente legitimar a construção de Brasília na história do Brasil e no programa do nacional desenvolvimentista. Deve também permitir a obtenção do apoio da

⁷² De acordo Orlandi (2005) as condições de produção compreendem, sobretudo, os sujeitos e a situação. Em sentido estrito, elas são o contexto imediato e incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

população brasileira, apoio simbólico ou físico, ao orientar os movimentos migratórios internos para a nova capital. Aos poucos, por sucessivos toques, Juscelino envolve a construção da nova capital em um casulo mitológico que a torna impermeável a qualquer ataque e que faz dela o ponto de convergência de todas as esperanças brasileiras e de todas as aspirações nacionais. Mas esse mito de Brasília ultrapassa à simples justificativa de conjectura. Serve também para fundar o novo Brasil. [...] (VIDAL, 2009, p. 243).

Esses relatos oficiais da história de Brasília – que o historiador diz legitimar a construção da cidade na história do Brasil e no programa de JK, bem como garantir a apoio da população (simbólico e físico) – são interessantes para a análise das crônicas de Clemente Luz, pois em seus textos o cronista dialoga com esse “casulo mitológico” sugerido por Vidal (2009), como veremos mais à frente.

Na sequência, averiguaremos algumas temáticas presentes nas crônicas de Clemente Luz que se relacionam com discursos oficiais produzidos por protagonistas à época inicial da construção de Brasília. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que não é nossa intenção aprofundar essas questões, uma vez que elas já foram observadas nas pesquisas citadas. Interessa-nos, sobretudo, entender como Clemente Luz representa Brasília nas suas crônicas, quando muitas vezes faz uso desses discursos.

3.2.1. Brasília e a interiorização: o “sonho de gerações”

No que diz respeito às narrativas históricas sobre Brasília, a ideia da necessidade de interiorização da capital é um dos principais argumentos utilizados pelos defensores da cidade; ela aparece de maneira recorrente nas crônicas analisadas. Como resume James Holston (1993),

Desde o início do último quartel do século XVIII, reformadores, revolucionários e estadistas propunham a transferência da capital para o interior como meio de povoar, desenvolver e assegurar a posse do vasto sertão brasileiro. Era uma proposta defendida por pessoas com objetivos políticos tão diferentes quanto o autocrático marquês de Pombal, o revolucionário Tiradentes, o patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva, e o diplomata Varnhagen. Desde seus primórdios, a “ideia de Brasília” (tal como é chamada) teve a característica de desenvolvimento, o interesse de perspectivas radicalmente diferentes, e mesmo violentamente opostas entre si (HOLSTON, 1993, p. 24).

Essa suposta ancestralidade do desejo de transferência da capital para o interior com o objetivo de povoar, desenvolver e “tomar” posse do sertão brasileiro está presente nas crônicas. Porém, como sugere Laurent Vidal (2009), os seis projetos de transferência da capital do país

– Nova Lisboa (1808-1821), Cidade Pedrália (1821-1824), Imperatória (1839-1879), Tiradentes (1889-1904), Vera Cruz (1930-1955), e Brasília, (1956-1960) – foram pensados a partir de ambições políticas e sociais distintas, tendo em comum o fato de serem discutidos em momentos de distanciamento do elo social e cultural que unia os cidadãos brasileiros. Para o antropólogo Gustavo Linz Ribeiro (2008), a construção de Brasília, além de sonho antigo, se insere em um movimento nacional de interiorização econômica do país.

No entanto, mesmo dialogando com essa historiografia da cidade, devemos tomar cuidado com análises lineares e anacrônicas da “ideia” de Brasília. Como demonstra Ceballos (2005), é possível encontrar uma homogeneidade construída pela historiografia atribuída à Brasília. Ela é composta por uma “complexa rede de relações, de trajetórias e olhares que incidiram sobre a cidade e criaram para ela um texto” (CEBALLOS, 2005, p. 6). Como faz a historiadora, é muito importante destrinchar essas estratégias e esse “emaranhado de possibilidades de leituras da cidade”, pois falas foram sendo “apropriadas por seus tantos interlocutores com o objetivo de, eles sim, criarem essa linearidade, essa continuidade que aparece para nós como um *a priori* dos trabalhos sobre Brasília” (CEBALLOS, 2005, p. 06).

Dialogamos com o posicionamento da pesquisadora, sobretudo para apontar essa linearidade ao analisar vestígios dos discursos sobre a história da cidade nas crônicas de Clemente Luz (especialmente de *Invenção da Cidade*) e a proximidade do cronista com o governo JK, o que gerou seu emprego na Rádio Nacional de Brasília.

Em *Flor do agreste*⁷³, há a representação do estágio de desenvolvimento de Brasília, que é comparada com uma flor do cerrado. Assim, Luz se refere às máquinas “abrindo novas estradas e novos futuros”. Ele parece fazer uso de discursos proferidos por JK e de análises presentes nos artigos da revista *Brasília* para ressaltar que, com a transferências da capital, a região se desenvolveria por meio da abertura de estradas.

Recorrendo novamente ao discurso de JK na inauguração da Rádio Nacional de Brasília em 1958, o ex-presidente menciona, ao se referir ao “sonho republicano de interiorização da capital”, que a cidade transformaria em poucos anos “a configuração política, demográfica, social e econômica do país” (KUBITSCHKEK, 1958, p. 234). O artigo da revista *Brasília* intitulado *A mudança da Capital na primeira constituinte republicana* (1957) havia analisado essa questão da interiorização, sendo mencionada como um sonho republicano⁷⁴. Em outros números desse mesmo ano, bem como em anos seguintes, a revista estatal retoma outros

⁷³ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 137.

⁷⁴ NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 1, nº1, janeiro de 1957, p. 01.

elementos da linearidade da história da construção de Brasília como a conquista do oeste, o sonho de Dom Bosco, a integração nacional, entre outros.

Ainda na fala proferida na inauguração da Nacional de Brasília, JK afirma que o sonho de interiorização da capital seria um desejo antigo: “Quatro séculos e meio foram necessários, para apenas desvendar os roteiros do nosso destino, e procuramos hoje, na inspiração profética dos desbravadores, estímulo para acelerar a conquista de novos horizontes. [...]” (KUBITSCHKEK, 1958, p. 234). Em outros discursos e em seu livro de memórias *Por que construí Brasília* (2002) ele retomaria esse mesmo argumento. Ademais, outros apoiadores do governo também utilizariam dessa alegação para defender Brasília, como é o caso de Israel Pinheiro⁷⁵ e Ernesto Silva.⁷⁶

Nas crônicas de Clemente Luz, especialmente em *Invenção da Cidade* (1968), encontra-se o uso desse argumento de defesa de Brasília por meio do desejo de interiorização da nova capital e, quase como consequência, de integração nacional e de posse do sertão. Na crônica *Flor de cimento*⁷⁷, ao tratar da ocupação da cidade pelos funcionários públicos que trabalhavam no Rio de Janeiro, o cronista menciona que “Brasília, que foi sonho de gerações, aí está, erguida sobre o planalto, como uma grande flor, que a mão do homem modelou a sangue, argila e ferro!” (LUZ, 1968, p. 207, grifo nosso). Entendemos com isso que o cronista faz referência à “ideia” de Brasília e às várias tentativas de mudança da capital para o interior do Brasil a fim de dar respaldo a todo o contexto vivenciado nos canteiros de obras e ao ritmo de trabalho empreendido que tornou possível a edificação da cidade.

Em algumas narrativas, há um alinhamento de Clemente Luz com esses discursos do governo que construía Brasília. Como bem identificou Vidal (2009), JK é fundador dessa nova capital, já que é ele quem se encarrega de atribuir à cidade os signos que a ritualiza em sua fundação e em sua inauguração. Nesse sentido, Ceballos (2005) averigua em seu estudo a existência de uma simbiose entre JK e Brasília na história e historiografia da cidade. Isso também se traduz nas crônicas de Luz, pois mesmo não citando diretamente o ex-presidente em suas criações, o cronista se utiliza de discursos proferidos por JK e outros sujeitos do seu governo para defender a construção de Brasília. Conforme Ceballos (2005),

Essa simbiose se traduz pela impossibilidade de se estudar o governo JK sem falar de sua meta-síntese, Brasília, e vice-versa. A exacerbação da figura de Kubitschek como

⁷⁵ NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 2, n°18, junho de 1958, p. 16.

⁷⁶ SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985. (1° edição de 1970)

⁷⁷ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 205.

o político audaz – que teria realizado o sonho brasileiro de interiorizar sua capital – aparece com frequência nas falas sobre a história da cidade e confere a ele um papel de excelência na história brasileira: aquele que teria inaugurado um novo tempo, um novo ciclo na história do Brasil (CEBALLOS, 2005, p. 12).

Até por conta disso, como ainda argumenta a historiadora a partir da historiografia analisada, JK é visto como “herói” que, com coragem e patriotismo, cumpriu o que determinava a constituição e efetivou a construção da nova capital. Para ela, é notório que “o próprio JK utiliza essa simbiose para reafirmar o seu lugar como empreendedor e audaz” (CEBALLOS, 2005, p. 12).

Como apontam as pesquisas de Gustavo Lins Ribeiro (2008) e Edson Beú (2012), na visão dos operários que estavam participando da construção, JK se transforma em um mito que com pulso firme e coragem ousou construir e transferir a capital do país. A figura carismática e populista do ex-presidente – que segundo relatos andava nos canteiros de obras incentivando os trabalhadores – foi parte importante na construção de sua imagem como o herói fundador da cidade. Para Carvalho (2001, p. 179), na figura do presidente “o povo encontra conforto, abrigo, refúgio, proteção, gerando uma situação de cumplicidade entre o candango e seu presidente-herói; é o mito fortalecido, enraizado no imaginário e na realidade histórica”.

Alguns depoimentos orais colhidos pelo ArPDF no Programa de História Oral reforçam essa imagem de JK como herói décadas após a inauguração da cidade. Em seu depoimento, Clemente Luz menciona como JK era visto na época:

Todo mundo falava nele com muito carinho, todo mundo chamava de JK ou de presidente. Foi o único presidente, Juscelino, que conseguiu dar um status, dar um valor à palavra presidente. Veja bem, no tempo dele, presidente era presidente. Então se você saía daqui pela estrada até Belo Horizonte, você encontrava Pensão Presidente, Hotel Presidente, Bar Presidente... cê perguntava: "por que presidente?" Era o Juscelino [...] (LUZ, 1996, p. 13).

O cronista fala de JK com admiração, especialmente quando diz que ele foi um governante que modificou a credibilidade do cargo com sua popularidade. Não é o objetivo desta pesquisa fazer um trabalho de História Oral, muito menos averiguar de forma aprofundada o imaginário construído em torno da figura de JK em Brasília. Contudo, questões como essas surgem na medida em que as fontes utilizadas neste trabalho – entre elas depoimentos – trazem apontamentos importantes que não podem passar despercebidos.

Na crônica *Um nome à margem*⁷⁸, de forma poética Clemente Luz busca explicar para os leitores de *Invenção da Cidade* (1968) a “falta” de mais protagonismo a JK nas suas crônicas. Ele se justifica dizendo que não estava organizando um livro para falar “especificamente” da edificação da cidade, mas que “apenas reunia páginas escritas no dia a dia do trabalho de construção” e que não precisava falar apenas do ex-presidente, pois

[...] naquele tempo, quando as palavras se compuseram em frases e se coordenaram nas pequenas estórias aqui reunidas, dar ênfase ao nome do ex-presidente Kubitschek, exaltar a sua figura alegre e comunicativa, seria malhar em ferro frio, ou como diz o povo: tentar parar o sol com a peneira... Na realidade, no trabalho diário de escrever sobre a Cidade que se erguia no Planalto (sendo mais inventada do que construída, face à exiguidade do tempo e à grandiosidade dos projetos), nunca me ocorreu a necessidade de exaltar a figura de JK, presente em carne e espírito em cada canteiro de obras, em toda a extensão do sítio demarcado para a implantação do novo Distrito Federal (LUZ, 1968, p. 18).

Esse trecho demonstra o quanto estava enraizada uma memória em torno da figura do ex-presidente, muito lembrado pelo seu perfil comunicativo e alegre, já que essa crônica foi escrita em 1967. O cronista procura evidenciar que JK era presente nos canteiros de obras da cidade, sendo esse um dos fatores para não se destacar o político nos textos. Ceballos (2005) traz em sua pesquisa alguns depoimentos de trabalhadores que reafirmam essa presença de JK nos canteiros de obras. Para historiadora, havia uma ideia de proximidade do ex-presidente com aqueles que ajudavam a erguer a cidade devido a suas visitas corriqueiras às obras. Ele “não apenas estava em Brasília, mas fazia questão de manter um contato direto com os trabalhadores” (CEBALLOS, 2005, p. 122). Clemente Luz procura demonstrar de antemão ao leitor do seu livro que, ao se falar de Brasília, inevitavelmente estaria falando de JK.

Em *O ritmo*⁷⁹, ao narrar o episódio de um espetáculo circense que contou com a presença de JK, Clemente Luz chama o ex-presidente de “o homem de Brasília”, o que reforça essa Simbiose Brasília-JK. Para Ceballos (2005, 16), ela surge “como forma de dar mais força ao debate em torno da construção da capital e sua legitimidade”:

Afinal, exacerbando a audácia e a coragem do Presidente JK, mostrando como outras pessoas, por séculos, vinham discutindo a questão, e somente agora (década de 1950) ela foi posta em prática, a cidade ganha mais visibilidade e um sentido mais forte de realização [...] (CEBALLOS, 2005, p. 16).

⁷⁸ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 17.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 35.

Em sua análise, a autora identifica a preocupação com o discurso secular de interiorização da capital como sendo fundamental para essa simbiose. É nesse sentido de realização do “sonho” que encontramos esse discurso nas crônicas que não fazem análises detalhadas do que seria a interiorização, pois em geral abordam com mais detalhes a concretude da obra, o estágio das construções, os sujeitos envolvidos, entre outros. Dessa forma, muitas vezes o cronista expõe nessas narrativas certo entusiasmo por estar narrando e participando daquele momento.

3.2.2. “Todos os caminhos conduzem a Brasília”

Clemente Luz também faz uso de discursos referentes à ideia de integração e unidade nacional. Como símbolo dessa integração, o tema das estradas é presente constantemente nas crônicas. Entendemos com isso que a menção às estradas reforça a ideia corrente de que, para o desenvolvimento da região centro-oeste, Brasília conduziria o resto do país às inovações técnicas. Como sugere Holston (1993, p.26), Brasília “se tornaria ‘um polo do desenvolvimento’ nacional, uma ‘pedra jogada para criar ondas de progresso’, como a retórica desenvolvimentista a definia”.

Ceballos (2005) analisa de forma crítica na historiografia brasileira e de Brasília “a produção daqueles que veem o período JK como tendo sido um momento marcado pela estabilidade política e pelo desenvolvimento econômico” (CEBALLOS, 2005, p. 15). Assim, sabemos por essa historiografia que Juscelino Kubitschek, a partir de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, formulou um plano de 30 metas divididas em várias áreas que, como exemplificado em seu slogan, visava desenvolver 50 anos do país em apenas 5 anos de governo. Brasília surgiria como a 31ª meta, denominada meta-síntese.

O desejo de mudar a capital em 1960 teria se manifestado graças a interpelação de um morador de Jataí- GO durante a campanha presidencial. Indo de acordo com a análise de Ribeiro (2008), o surgimento da meta-síntese pode ser observado como mais uma construção discursiva do ex-presidente de demonstrar que a necessidade de transferência era um anseio popular. Indagado pela população a respeito do cumprimento da constituição, “a necessidade de construção da cidade surge do ‘povo’ no seu afã de ver os preceitos constitucionais – todos – respeitados, inclusive aquele transitório que determinava a transferência da capital federal para o interior” (RIBEIRO, 2008, p. 37).

Nesse sentido, Iracilda Pimentel de Carvalho (2001) menciona que a política de JK utilizava o Estado como instrumento coordenador do desenvolvimento por meio do estímulo ao empresariado nacional, mas também criando o clima favorável à entrada do capital estrangeiro. “Seu apoio ao capital internacional era, na verdade, o trunfo de que dispunha para garantir o afluxo de capitais capazes de possibilitar a execução de seu plano de metas” (CARVALHO, 2001, p. 173). Ainda de acordo com a pesquisadora, o discurso desenvolvimentista produz um processo de internacionalização da economia brasileira, pois cria-se um clima mobilizador em torno de Brasília e do plano de metas, o que acaba garantindo unidade e empenho de todos em torno da grande obra. Com isso, Brasília assume o caráter simbólico de todo plano governamental (CARVALHO, 2001). Não é nosso objetivo aprofundar essas questões; interessa-nos, sobretudo, observar como os discursos referentes a essa ideologia desenvolvimentista aparecem nas crônicas de Clemente Luz.

Na crônica *As rotas do céu*⁸⁰, Clemente Luz trata dos homens e aviões que sobrevoavam o grande canteiro de obras e compartilhavam com aqueles que estavam em terra firme o sentimento de construir Brasília. Em termos de representação, a crônica faz uso dos discursos relacionados à interiorização da capital. Segundo o cronista, Brasília estava sendo construída em um “oceano verde”, onde o homem estava plantando uma cidade “com o toque de eternidade”, este que “desafiou a eternidade e abriu o rio corrente da estrada”. Luz trata das estradas, por meio de um suposto trabalho harmonioso de homens e máquinas:

Como num coro de vozes perfeitas e uniformes mãos e máquinas realizam, aqui e a milhares de quilômetros daqui, um trabalho que tem o mesmo objetivo: *libertar as forças acorrentadas, conquistar novas rotas, dominar e integrar o desconhecido no todo grandioso da unidade nacional* (LUZ, 1968, p. 129, grifo nosso).

Por meio de um texto de grande força dramática, a crônica busca engrandecer algumas das ações que, segundo os discursos da época, seriam proporcionadas por Brasília, como a interiorização e a conquista territorial. Ao citar as forças acorrentadas, o cronista remete à ideia muito difundida no imaginário da época, especialmente nas propagandas do governo, de que o interior brasileiro era atrasado e a população dessa região ansiava pela transferência da capital para que acontecesse o tão esperado desenvolvimento. Como alude a crônica, as estradas seriam construídas devido à nova capital, já que ela proporcionaria a dominação do vazio e do desconhecido, levando à unidade nacional.

⁸⁰ Ibid., p. 129.

O cronista ainda narra na crônica o início das obras de forma poética e entusiasmada:

Quando tudo isso começou e parecia uma aventura, foram convocados os corações e as mãos, a inteligência e a técnica, a capacidade e o amor às grandes causas. Quando tudo isso começou e parecia uma visão de loucos, as asas metálicas dos pássaros de Ícaro *alçaram vôo e rumaram para o Oeste, dando cobertura aos monstros de ferro, que vinham rasgar a terra, abrir as estradas, derrubar os gigantes da floresta, construir as primeiras colunas* (LUZ, 1968, p. 129, grifo nosso).

Há, na crônica, o tópico da expansão para o Oeste, iniciado ainda no Governo de Getúlio Vargas, que se preocupava com uma junção entre dois Brasis: o urbano e o rural. Como argumenta Vidal (2009), o primeiro é caracterizado pelo dinamismo econômico de regiões metropolitanas, no caso, próximas do litoral; e o segundo é marcado pelas dificuldades econômicas enfrentadas. Porém, como demonstra o historiador,

[...] sua constatação é invertida do ponto de vista cultural. Enquanto as cidades do litoral desenvolveram uma mentalidade mais receptiva aos modelos culturais vindos do exterior, o *hinterland*, em razão de sua fraqueza econômica e de seu isolamento comercial preservaram-se intactos os elementos constitutivos do caráter nacional. A integração desses dois Brasis num território homogêneo é a tarefa principal do Estado Novo e da “Marcha para o Oeste” (VIDAL, 2009, p. 155).

Há uma recorrência de Clemente Luz em citar a “Marcha para o Oeste” e a ligação entre dois Brasis nas suas crônicas, sobremaneira ao tratar da integração nacional e das estradas que ligaram Brasília ao resto do país.

Fica claro em *As rotas do céu* que Clemente Luz se refere a pontos da construção da nova capital, assim como da abertura da Rodovia Belém-Brasília. Segundo ele, os aviões que observavam Brasília também notavam no chão outros “monstros metálicos”, no caso, as máquinas pesadas que “rasgavam” a terra e abriam as estradas. Ao mencionar que se derrubava os gigantes da floresta, o cronista faz uma referência às árvores da selva amazônica. Nesse sentido, na continuidade de sua narrativa, ele faz uso de mais elementos desse discurso oficial sobre Brasília:

Asas e homens, homens e asas nos caminhos dos céus, sobre as cumeeiras vitoriosas de Brasília e sobre o leito aberto da grande estrada que seccionou a floresta amazônica e deu novo sentido à unidade nacional, traziam e trazem a segurança, a certeza da vitória, o sentimento de grandeza do nosso povo (LUZ, 1968, p. 130).

Referindo-se a uma cidade que ganhava forma, Luz se volta para unidade nacional e narra o sentimento do povo – sentimento patriótico – de acreditar no potencial do Brasil e dos brasileiros. Novamente ele menciona estradas por serem cruciais ao argumento de que a nova capital garantiria a integração nacional, especialmente a partir da bravura daqueles que cortavam a Amazônia.

Ribeiro (2008) chama atenção para esse lado simbólico da transferência da capital quanto a ideia de integração territorial. Segundo ele, é preciso recordar que a meta-síntese do quadro desenvolvimentista do período logo passaria a ser vista como o trampolim para a Amazônia. Assim, Brasília se encontrava no centro de um projeto denominado *Cruzeiro rodoviário*, que buscava a unidade nacional e tinha a base fincada “no virgem Planalto Central dos anos 1950, ligando pelo interior Norte e Nordeste ao Centro-Sul (vide Belém-Brasília, Brasília-Fortaleza, Brasília-Acre, Brasília-Belo Horizonte-Rio de Janeiro, Brasília-São Paulo-Porto alegre)” (RIBEIRO, 2008, p. 37). A nova capital era tida, como também pondera Holston (1993), como um polo de desenvolvimento que possibilitaria “ondas de progresso”.

Clemente Luz reporta o “Cruzeiro rodoviário” na crônica *O caminho das caravanas*⁸¹, que busca representar o percurso e o significado do evento que ficou conhecido como “Caravanas de Integração Nacional” em janeiro de 1960. A caravana motorizada utilizava veículos de fabricação nacional e visava fazer ligação à transbrasilina por meio do cruzeiro de estradas idealizado por JK, simbolizando, com isso, tanto a expansão da malha rodoviária proposta pelo governo, bem como a implementação de uma indústria automobilística brasileira. Diante do entusiasmo desse evento, Luz inicia sua narrativa afirmando: “Hoje, todos os caminhos conduzem a Brasília. Os caminhos da terra, os caminhos do ar e os do coração também” (LUZ, 1968, p. 211). Ele faz uma breve explicação sobre o evento:

São constituídas de veículos de fabricação nacional, cedidos pelas próprias fábricas, e rodam por estradas e caminhos recém-abertos, ainda cheirando a terra virgem e terras verdes, para o encontro das metas: às 9 horas da manhã, no dia 31, na Esplanada dos Ministérios, ou, mais precisamente, aos pés das colunas da Catedral [...]. Do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste, as caravanas em marcha se fecharão como um leque sobre a Nova Capital, que a mão do homem está acabando de arrancar do nada... (LUZ, 1968, p. 211).

Diante disso, o cronista enfatiza as estradas e, sobretudo, o trabalho de abertura das matas virgens. A ideia de nacionalismo é presente no discurso, sendo expressa no produto

⁸¹ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 211.

fabricado no Brasil e naqueles que toparam enfrentar o desafio de se encontrar em Brasília, o ponto central” dessa integração, saindo de vários cantos do país:

São os componentes dessa nova Bandeira montada sob rodas. As partidas foram preparadas e festejadas, como nos velhos e heroicos tempos dos Bandeirantes. As rotas, antes, eram apenas hipóteses. Imagens vagas e promessas indecisas de riqueza no sonho das esmeraldas. A foice e o facão abriram, na mata virgem, as picadas iniciais da nacionalidade, marcando os primeiros rumos do oeste desconhecido. Os corpos e os corações dos rudes aventureiros assinalavam os lugares conquistados e marcavam com as ruínas de troncos derrotados, a posse da nova terra... Muitas vezes, derrotados, seus corpos de conquistadores sucumbiam, antes a visão da riqueza divisada, na orla do horizonte (LUZ, 1968, p. 212).

Diante do exposto, associado às novas rotas abertas na mata “virgem”, temos o regaste do legado de um outro “herói” brasileiro: o Bandeirante, cuja celebração também constituiu um tópico dos discursos de protagonistas políticos da criação de Brasília. Luz, em uma volta ao passado, faz referência a um tempo heroico de abertura da mata virgem por aventureiros que desbravavam com foices e facões o oeste desconhecido. A associação a esses “conquistadores” objetiva fazer uma analogia com Brasília, que fez surgir novos bandeirantes: “hoje, quando as Colunas apertam o cerco sobre o objetivo, a imagem fantástica do novo bandeirante parece flutuar, como imensa asa protetora, sobre homens, veículos e estradas...” (LUZ, 1968, p. 212).

Para fixar o discurso, o cronista remete a uma suposta ancestralidade da ideia de interiorização, que viria a se efetivar com Brasília “quando o sonho de séculos e de gerações se torna realidade”, e traz a imagem de Bernardo Sayão, outro herói da cidade que – ainda segundo Luz – impôs sua imagem por ter sido “violador da floresta Amazônica, inspirando e dirigindo a marcha da grande coluna, que demanda a terra nova, onde se ergue a cidade do futuro...” (LUZ, 1968, p. 212).

Essa referência aos partícipes da construção de Brasília – e, com isso, à malha rodoviária do governo JK como novos Bandeirantes – era uma analogia muito utilizada nos discursos sobre a cidade. Nesse sentido, em consonância com o que foi citado por Vidal (2009), Holston (1993) atribui a sua origem ao governo de Getúlio Vargas, à ideologia da “Marcha para o Oeste”, à expansão da fronteira e, principalmente, à ideia de dominação da terra. Assim,

Embora Getúlio Vargas tenha recorrido a esse legado bandeirista durante o Estado Novo para estimular a colonização agrícola do Centro-Oeste, foi sobretudo às levas de migrantes a caminho de Brasília, no final da década de 1950, que a imprensa popular dedicou o epíteto de “bandeirantes modernos”. Com essa qualificação, o

termo “bandeirante” terminou por significar não um aventureiro de fronteira, mas o construtor de um novo Brasil (HOLSTON, 1993, p. 209).

Essa crítica dialoga com o discurso oficial, que evoca o desejo de diminuir as distâncias entre os Brasis, sempre colocando Brasília como eixo central e como polo de desenvolvimento desse novo Brasil. Na crônica *A posse*⁸², Clemente Luz continua tratando da Caravana de Integração Nacional e de toda sua simbologia para a nova capital, especialmente a da integração nacional por meio de novas estradas abertas:

[...] Os pontos esparsos da Pátria, separados por rios e florestas, por montanhas e abismo, por solidão e abandono, começam a ligar-se, através dos fios das estradas, abertas na direção dos ventos. Homens e máquinas chegaram, para marcar, com outros homens e outras máquinas, aos pés simbólicos da cruz, a posse da terra, destinada a ser o cérebro e o coração da Pátria do povo (LUZ, 1968, p. 217).

Nesse sentido, o cronista procura representar “a posse” do Centro-Oeste pelos sujeitos dessa caravana que, conforme a narrativa, provavam que havia se efetivado a integração nacional proporcionada por Brasília, pois “os pontos esparsos” do país agora estavam ligados de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Durante as páginas da crônica, Clemente Luz narra o sentimento do momento e a chegada desses veículos, ao mesmo tempo em que faz um roteiro de todos os acontecimentos daquele dia.

Nessas crônicas citadas e em algumas outras que tratam desse momento próximo da data de inauguração de Brasília, os elementos da narrativa não deixam dúvidas de que o cronista era um entusiasta da construção de Brasília. Assim, dialogando com uma suposta história da “ideia” de Brasília, o cronista não deixa de expor seus sentimentos e suas expectativas com a nova capital que se construía, pois reafirma o fato de ser um dos participantes da empreitada.

3.2.3. “A visão do profeta” e o discurso mítico-religioso em Brasília

O sonho “profético” de Dom Bosco é uma das referências desse discurso oficial que mais aparece nas crônicas de Clemente Luz, especialmente em *Invenção da Cidade*. Segundo conta a história da cidade, o sonho teria confirmado a localização e dado um significado divino à construção da nova capital.

⁸² Ibid., p. 217.

A partir das pesquisas críticas de Brasília, com as quais estamos dialogamos, temos conhecimento de que o início da construção da nova capital foi possível graças aos estudos técnicos realizados antes de 1955 e no governo Kubitschek, além da Lei 2.874 sancionada em 19 de setembro de 1956, que dispôs não apenas da mudança da capital federal como deu outras providências, como a criação da Novacap⁸³. A empresa estatal, segundo Ribeiro (2008), já nasceu com um certo gigantismo e gerou uma ambiguidade jurídica, pois permitiu a intervenção da União em municípios vizinhos à Brasília. Para o historiador,

A união, por meio de uma poderosa empresa pública federal, intervinha maciçamente em municípios relativamente isolados. Essa intervenção se fez com tal intensidade que o poder de Estado, na prática, passa a ser exercido pela estrutura da companhia federal administradora da obra que não encontra apoio concreto suficiente, ou competição possível, nos aparatos de Estado porventura existentes na área (RIBEIRO, 2008, p. 51).

Assim, mesmo diante desse “poder” da Novacap, que gerou essa ambiguidade jurídica no local onde seria a futura capital – delimitada a partir de fatores geopolíticos, econômicos e higiênicos –, Laurent Vidal (2009) diz que se observou desde o início das obras a tentativa de JK em “demonstrar que a localização de Brasília foi revelada por mensagens de essência divina” (VIDAL, 2009, p. 246).

Na crônica *O homem*⁸⁴, Clemente Luz faz referência a esse discurso mítico da cidade ao lembrar do início das obras e dos primeiros homens que foram “pôr mãos à obra” na “terra assinalada” que, segundo ele, foi demarcada tanto por meio da lei e seus estudos técnicos, como pela visão do profeta Dom Bosco: “E, na Terra Assinalada, a Cidade nasceu e se compôs dentro das linhas demarcadas pelos artistas e pelos técnicos, dentro dos limites fixados pela lei” (LUZ, 1968, p. 31). Em relação aos “artistas” mencionados pelo cronista, dialogamos com Ceballos (2005, p.11), já que a historiadora entende em sua pesquisa que os “artistas oficiais” são personagens que “discutiam, pensavam ou estruturavam” a construção da nova capital. Entre eles podemos citar em especial JK, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro.

Por sua vez, destaca-se na leitura da crônica uma passagem anterior a essa, quando o cronista se refere a um pedido de JK para que, naquele local (o demarcado), fosse cumprida a

⁸³ Para saber mais dos estudos técnicos realizados para a escolha do local da nova capital e suas comissões exploratórias consultar: VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009; e OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

⁸⁴ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 29.

“vontade do povo” para que ali se constituísse “uma cidade”. A “vontade do povo” mencionada por Clemente Luz diz respeito às tentativas de mudanças que não foram concretizadas e que, com a promessa de JK, passaram a ser uma das justificativas para a mudança da capital, que “era antiga”, como cita Kubitschek (2002, p. 5).

Mas, o anseio do “povo” também se caracterizava, conforme Clemente Luz, para que “tudo fosse coordenado e realizado no tempo previsto, *para que a visão do profeta e a letra fria da lei se tornassem realidade*, aos olhos do mundo” (LUZ, 1968, p. 31, grifo nosso). Na citação, a ordem em que aparecem os “elementos” norteadores da construção da cidade é relevante: primeiro o cronista se refere ao mítico-religioso e, somente depois, à lei que concretizou a localização da cidade e possibilitou o início das obras. Aliás, na crônica quase não é notório que a Lei é adjetivada como “letra fria”. Isso dialoga com o que apontou Vidal (2009) sobre o ato de fundar uma cidade, ao considerar que a visão de Dom Bosco simboliza que o local foi uma revelação divina.

Como não-dito no discurso, temos justamente uma maior importância do caráter mítico-religioso da capital, que tem Dom Bosco como profeta de uma cidade predestinada. Lembra-se no discurso que a Lei é uma prescrição que obriga a construção da nova capital, mas que, em termos de significância, não se compara à vontade do profeta. Isso se relaciona com o que foi analisado por Vidal (2009) acerca do ato de fundar Brasília e de como JK ritualiza a fundação da cidade, conferindo-lhe, a partir de mitos fundadores, a ideia de que a nova capital fundaria a nova identidade nacional e cultura brasileira. Clemente Luz reverbera nas suas crônicas os tópicos desse discurso mítico-religioso. Nesse sentido, conforme Holston (1993), o sonho faz parte do legado de uma mitologia do “Novo Mundo”:

Desde a metade do século XVIII, a ideia de transferência da capital do Brasil foi o sonho de muitos visionários. Eles deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância. Um desses visionários, o italiano João Bosco, tornou-se o padroeiro de Brasília devido a uma profecia desse gênero. Segundo os intérpretes de sua revelação, ele vislumbrou o lugar da cidade, 75 anos antes de sua construção, como sendo o da Terra Prometida (HOLSTON, 1993, p. 23).

No sonho de 30 de agosto de 1883, Dom Bosco teria visto riquezas incomparáveis que um dia seriam descobertas nas planícies. Luz resume nas crônicas *A menina loura*⁸⁵ e *De*

⁸⁵ Ibid., p. 145.

*repente abril*⁸⁶ o sonho do padre italiano que, segundo ele, “[...] viu, há muito tempo e muito tempo, a cidade do progresso nascer do leite e do mel” (LUZ, 1968, p. 146), “entre os paralelos 15 e 20, no lugar onde se formava um lago...” (LUZ, 239, p. 239). O cronista se utiliza dos elementos desse discurso para reafirmar que o sonho de construir Brasília estava se concretizando; que, como “profetizado”, mudanças estavam acontecendo na cidade; e que ela ficaria pronta conforme a visão do profeta.

Para o sociólogo Márcio de Oliveira (2005, p. 89), “nenhum outro fato foi tão recuperado nem tão mistificado” quanto o sonho de Dom Bosco. Em *Brasília: O mito na trajetória da nação*, o pesquisador contextualiza como se deu a interpretação da “profecia” por parte dos adeptos da transferência da capital:

Nascido no dia 16 de agosto de 1815, Giovanni Bosco, em toda sua vida, jamais visitou o Brasil. Apesar disso, em sonho, teria conhecido parte da América do Sul. Este sonho está documentado na *Memoria biografich di San Giovanni Bosco*. No capítulo 13 destas memórias, intitulado “I salesiani entrani nel Brasile. Vicariato e Prefettura Apostolica in Patagonia. Grande sogno missionário”, encontra-se a referência a um “leito muito largo onde se formava um lago”, situado entre os paralelos 15 e 20 graus latitude sul [...] (OLIVEIRA, 2005, p. 89, grifos do autor).

Brasília está localizada exatamente entre os paralelos 15 e 20, como consta nas memórias de Dom Bosco, mas segundo Márcio de Oliveira (2005), não há referências a uma cidade ou mesmo capital. Ainda de acordo com o sociólogo, na sequência do sonho, Dom Bosco diz avistar a Cordilheira, sem maiores detalhes da sua localização; contudo, em colchetes o texto diz que ele teria visualizado a Bolívia. A associação no caso se deu por conta das imagens do lago e a riqueza inconcebível que se encontraria na região, o que compactuou com os discursos proferidos por JK, mas apenas isso. Como ainda argumenta o pesquisador, “não obstante as importantes lacunas, o governo JK logrou vincular a sua obra ao ‘sonho’, omitindo tanto a referência à cordilheira como àquela à Bolívia” (OLIVEIRA, 2005, p. 89).

Em consonância com a análise de Oliveira (2005), Laurent Vidal (2009) se refere ao sonho como uma das principais potencialidades utilizadas por Juscelino Kubitschek para a construção do mito de Brasília, especialmente por meio da estratégia de ritualizar a sua fundação “a fim de conferir à cidade e ao local uma dimensão mítica-religiosa” (VIDAL, 2009, p. 244). Para isso, o historiador averiguou a publicação da revista *Brasília*, que interpretou o

⁸⁶ Ibid., p. 237.

sonho publicado ainda no ano de 1957⁸⁷. De antemão, o título do artigo *A profecia de S. João Bosco* faz essa correlação do sonho do padre como uma profecia da construção da cidade, o que demonstra a intencionalidade dessa interpretação.

Como menciona Vidal (2009), o artigo da revista oficial da Novacap decifra essas linhas em função da construção de Brasília no Planalto Central e se confirmará, como também exposto por Holston (1993) e Oliveira (2005), “na interpretação retomada por todos os defensores de Brasília e amplamente divulgada pela propaganda governamental” (VIDAL, 2009, p. 246). Segundo a interpretação do sonho por parte da Novacap, Brasília é tida como “Grande Civilização”, “a terra prometida, de onde jorrará o leite e mel”.

Como bem lembra Vidal (2009), a expressão “Grande civilização” não estava no texto original do sonho, mas o autor do artigo não deixa de acrescentá-la, objetivando reforçar sua demonstração. Assim, “o sonho, ao menos a interpretação que é feita, designa portanto não só o local de Brasília, mas evoca o futuro radiante da ‘Grande Civilização’ que nele vai nascer: o leite e o mel são, nesse sonho, os símbolos bíblicos da opulência, da abundância e da doçura do viver” (VIDAL, 2009, p. 348). Ainda segundo o historiador, o “signo divino” só foi interpretado seis meses antes do início das obras, mas importou para os intérpretes apenas o fato de ele ser anterior à construção da nova capital. Até por conta disso,

A propaganda em favor de Brasília conserva apenas a data do signo e não a de sua interpretação, para evitar qualquer acusação de justificação *a posteriori* do local. Desde então, a data de 1883 ocupa um lugar privilegiado na cronologia oficial do projeto de Brasília: ela simboliza o anúncio profético do nascimento de Brasília (VIDAL, 2009, p. 248)

Alguns dos argumentos utilizados na interpretação do sonho são empregados por Clemente Luz não apenas em *A menina loura* e *De repente abril*, como em outras crônicas em que Luz não detalha tanto o evento. Essas crônicas são afeitas a essa interpretação oficial de que a visão do profeta é parte importante da história de Brasília, pois teria simbolizado o nascimento da cidade na “terra prometida”. Desta maneira, encontramos em algumas crônicas a retomada desse discurso para enfatizar que a cidade estava ganhando forma, sendo construída. Nesses casos, Clemente Luz apresenta a “visão de Dom Bosco” por meio de expressões tais como: “como na profecia”, “como disse o profeta”, “vai se cumprindo a visão do profeta”, “completando a obra que a visão do profeta marcou no mapa”, entre outros. Essa importância

⁸⁷ Como já citado, era a publicação mensal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital-Novacap. NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 1, n. 12, dezembro, 1957, p. 16.

mítico-religiosa dada à localização de Brasília é interessante, pois como demonstrou Vidal (2009, p. 247), ganha forma nos discursos oficiais de “revelação divina do local”.

Anos depois da inauguração de Brasília, a “visão de Dom Bosco” ainda está presente na historiografia da cidade, especialmente nos livros de memórias de sujeitos que participaram da empreitada, como o arquiteto Lúcio Costa, o ex-diretor Ernesto Silva e o jornalista Manuel Mendes.

Ernesto Silva (1985), um dos diretores mais conhecidos da Novacap, retoma em seu livro de memórias *Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade* (1970), essa ideia de que Brasília foi concebida a partir do sonho de um santo. Para ele “Brasília não foi apenas o ideal de centenas de brasileiros patriotas e capazes nem somente a esperança de milhares de patrícios abandonados do interior: um Santo também a sonhou, um Santo também a concebeu” (SILVA, 1985, p. 41). Ao interpretar novamente o sonho em sua obra, Ernesto Silva procura ratificar a ligação do Santo italiano com Brasília: “São João Bosco está indissolúvelmente ligado a Brasília: realizou-se o sonho do Santo” (SILVA, 1985, p. 41).

Entendemos que Clemente Luz destaca esse tópico por conta do seu público local, que em grande parte era iletrado e se mostrava receptivo a temas dessa natureza. Algumas das crônicas que se remetem à profecia de Dom Bosco e ao imaginário mítico-religioso da época apresentam referências a uma cidade que “nascia” no Planalto. Na crônica *A Mão Materna*⁸⁸, que trata de um pote de amoras enviado pela mãe de um colega, Clemente Luz aproveita para falar da saudade e do amor das mães daqueles que estavam em Brasília ajudando a construir a cidade. Ele menciona que enquanto aquilo acontecia, “Brasília nascia no Planalto” (LUZ, 1968, p. 178). Seguindo similar estratégia utilizada na interpretação do sonho de Dom Bosco por parte da Novacap, o cronista usa de símbolos bíblicos e reforça um suposto caráter mítico-religioso da cidade que nascia e que cumpria a profecia.

O cronista aciona tópicos que pairavam no imaginário da cidade, além de citar por diversas vezes a profecia e o sentido de que a cidade “nascia”. Anos depois, no relato oral concedido ao ArPDF⁸⁹, ele confidenciou que no início de sua carreira jornalística não era católico. Essa foi a época em que, segundo o relato, ele trabalhou como repórter para um periódico católico e em 1942 se infiltrou na igreja de Belo Horizonte: “E eu não era católico. Não era católico. Era... por outro lado eu era mais ou menos filiado ao Partido Comunista, ilegal. Você vê a complicação, mas eu respeitava a ilegalidade e respeitava a legalidade” (LUZ, 1996, p. 2). Ainda que não esclareça se era religioso (ou católico) na época da construção de

⁸⁸LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 171.

⁸⁹ Id. *Depoimento* – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1996.

Brasília ou no presente da realização da entrevista, pode-se supor que Clemente Luz reforçava em suas crônicas temas que, em seu entender, teriam mais apelo a seus ouvintes e leitores.

Como demonstra Vidal (2009), os ritos de fundação de Brasília se referem não apenas à simbologia divina da escolha do local como ao ato de apelo aos deuses: “é necessário ainda que a fundação seja concebida como uma encenação da criação do mundo, de maneira que o estabelecimento novo se inscreva na cosmologia do grupo fundador” (VIDAL, 2009, p. 248). A primeira encenação ritual citada pelo pesquisador foi uma cerimônia religiosa organizada por JK, que seria a primeira missa de Brasília no dia 3 de maio de 1957, esta que também foi divulgada pela revista *Brasília*. Não é nossa intenção adentrar na analogia da primeira missa – como a realizada em 1500 –, que buscou retomar a ideia de que Brasília fundaria um novo Brasil (VIDAL, 2009), mas concordamos com o argumento do historiador francês de que esses ritos de fundação procuram identificar Brasília a partir do signo religioso:

Não se trata mais da aplicação de um simples dispositivo constitucional confiado a uma empresa de construção, mas de um ato de fé e de fundação confiado por Deus aos brasileiros. Nessa tarefa desmesurada – trata-se de construir “o reflexo da cidade de Deus” – todos os brasileiros são iguais: homens de Estado, homens de Igreja, homens do povo, etc. Brasília é por isso mais que uma cidade brasileira, é uma cidade cristã, onde a “fraternidade” vai encontrar refúgio seguro: “Brasília nascia de fato, sob o signo da comunhão social. E também, sob a bênção de Deus” dirá mais tarde Juscelino Kubitschek (VIDAL, 2009, p. 252).

Encontra-se nas crônicas de Clemente Luz referências a essa Brasília cristã. Algumas passagens citam a fraternidade, que buscava o signo da comunhão nacional, mas também a pureza, o amor, a paz e a eternidade. Isso está refletido na crônica *Encontro matinal*, citada no início deste subcapítulo, em que mesmo tratando da interiorização e da importância da construção da nova capital, o cronista se utiliza do Pequeno Príncipe para narrar questões simbólicas presentes em Brasília: “Mas o mais importante é a gente ter o coração limpo de ódio, cheio de amor, para receber uma nova cidade, como esta que está sendo construída... O essencial de tudo não é aquilo que a gente vê, mas aquilo que a gente sente da ponta dos cabelos até o fundo da alma...” (LUZ, 1968, p. 26). O cronista relata nessa crônica a questão do sentir Brasília, do amor. Esse é um discurso interessante de se analisar, pois se contrapõe à racionalidade defendida pelo movimento moderno que gerou Brasília.

Em outras crônicas, menciona-se que todos se ajudavam na cidade e que não havia perigo naquele período, como procura expressar *A herança*⁹⁰, em que Luz conta que hospedava

⁹⁰ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 171.

muitas pessoas e deixava a sua porta destrancada na Fundação da Casa Popular. Essa questão da fraternidade e ajuda mútua em Brasília é recorrente nos discursos de muitos sujeitos que participaram da construção da cidade⁹¹. Em *O coração da matéria*⁹², o cronista narra o seu primeiro Natal e de alguns conhecidos em Brasília. Ao falar da solidão de quem permanecia na cidade por não ter condições de voltar pra casa, expõe essa suposta comunhão entre os partícipes da construção no sentir e no compreender o sentimento do outro nas reuniões em datas importantes do calendário.

Nesse sentido, datas comemorativas do calendário Cristão como o Natal são bem frequentes nas crônicas de Luz, em que são narrados os sujeitos e suas crenças na cidade. Pode ser que, influenciado por questões mítico-religiosas de uma “cidade cristã” e devido ao objetivo de transmitir essas crônicas na Rádio Nacional de Brasília, seja possível inferir que esses discursos visavam garantir apoio popular por parte de quem estava construindo a cidade, uma vez que contemplavam não apenas as questões mítico-religiosas como situações vivenciadas por muitos trabalhadores radicados em Brasília.

Como veremos, a crônica *Árvore retorcida*⁹³ faz um paralelo entre as datas mais importante do calendário cristão e Brasília. Nela, o cronista entende a interiorização da capital como uma ação desbravadora do cerrado, aquela que proporcionaria, segundo “a vontade do profeta”, a colonização do Planalto. Isso posto, não causa espanto que a revista *Brasília*, órgão da Novacap encarregado de propagar a nova capital, tenha publicado a interpretação da “profecia” de Dom Bosco no mês de dezembro de 1957. Essa é a data em que os cristãos se preparam para celebrar no Natal o nascimento de Jesus Cristo, em alusão ao cumprimento da profecia do Antigo Testamento referente ao nascimento do salvador.

Não é difícil de encontrar entre os personagens das crônicas sujeitos ordinários da hierarquia eclesial da Igreja Católica, tais como Padres, Bispos e Freis. A exemplo, estão as crônicas *Frei Demétrio*⁹⁴, que narra o seu trabalho de evangelização na cidade; *Os pecados do velho Bispo*⁹⁵, que narra a história de um Bispo que participou de uma caravana da Rodovia Belém-Brasília; e *Missa de Páscoa*⁹⁶, que tem como cenário a igreja do Padre Roque na Cidade Livre.

⁹¹ Para saber como diferentes autores interpretam essa questão Cf DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 27, n. 1 [37], p. 11-334, Jan./jun. 2019.

⁹² LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 43.

⁹³ *Ibid.*, p. 175.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 163.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 213.

⁹⁶ LUZ, Clemente. *Minivida*, op. cit., p. 60.

Em diversas outras crônicas de Clemente Luz é possível identificar a recorrência da palavra “milagre” que, associada ao contexto de apelo popular em torno do simbolismo de Brasília, é exposta em referência à construção da nova capital. Assim são recorrentes expressões como “milagre de Brasília”, “milagre do nascimento de Brasília”, “milagre da criação”; “milagre da criação de uma cidade” etc.

Nesse sentido, Clemente Luz se utiliza de alguns símbolos da bíblia. Recorrendo a essa interpretação de Brasília como a “terra prometida, de onde jorrará o leite e o mel”, como descrito por Dom Bosco, ele enfatiza em algumas crônicas, especialmente em *Invenção da Cidade* (1968), os benefícios que seriam proporcionados por Brasília a partir de analogias com a bíblia, principalmente as que tratavam de boas escolhas e do trabalho para se ter benefícios.

O cronista diz em alguns momentos que a cidade estava sendo “plantada”, no sentido de haver um tempo de colheitas, no caso, a inauguração da cidade. Na crônica *Colheita*⁹⁷, ele faz uma analogia com a parábola bíblica do semeador para se referir às escolhas feitas na construção da cidade. Segundo ele, estava sendo colhido aquilo que foi plantado na capital; sendo assim, não apenas edifícios que simbolizavam a construção, mas também crianças, que revelam um amadurecimento de Brasília.

Para Clemente Luz, mesmo diante das dificuldades, 1959 era um ano de colheita feliz, pois os sujeitos envolvidos estavam sabendo “semear” boas sementes no solo escolhido. O que se percebe nessa e em outras crônicas é que ele utiliza muito termos metafóricos como “boa semente”, “germinação”, “boa terra”, “terra sagrada” e “floração”. Essas representações, apoiadas em simbolismos religiosos para se referir a Brasília, dizem muito da relação do cronista com o presente da escrita daqueles textos. Elas revelam as diferentes estratégias utilizadas por Luz para defender e legitimar a construção de Brasília.

3.2.4. As árvores retorcidas e “o símbolo da conquista”

Como que fazendo uma síntese desses elementos do discurso oficial da época, chamou-nos atenção as crônicas *A Menina Loura*⁹⁸, já mencionada em outro momento, e *A Árvore Retorcida*⁹⁹. Elas possuem como semelhança o fato de o cronista buscar representar as mudanças que Brasília teria proporcionado no cerrado.

⁹⁷ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 99.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 145.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 175.

A crônica *A Menina Loura* narra a história de uma menina nascida em uma fazenda; ela conhecia a região próxima de onde Brasília seria construída, por isso sabia onde encontrar o que queria: água, mangabas, pequis, cajus, flores silvestres, entre outros. Com o passar dos anos, a menina foi desbravar o mundo e, ao voltar para a fazenda onde cresceu, não encontrou a mesma região que deixara. É com esse olhar de quem estranha a região onde nascera que Clemente Luz representa as mudanças ocorridas com a construção da nova capital que, segundo ele, foram provocadas pelos homens e pelas máquinas. Como justificativa para tanto, o cronista novamente faz referência à visão de Dom Bosco. Assim é narrada pelo escritor a impressão da jovem ao voltar ao local de infância e encontrar Brasília:

Onde era deserto, encontrou uma colmeia humana trabalhando e construindo a cidade e as estradas. Sentiu-se a princípio, triste e desamparada, estrangeira na própria terra. E reagiu, com tristeza, a princípio e com violência, depois, até que teve a revelação plena da grande realidade: o solo deserto do planalto entregara suas árvores retorcidas e seus generosos frutos à cidade do futuro e às estradas, que marcham, como rios, para todas as direções (LUZ, 1968, p. 146).

Na primeira parte da crônica, Clemente Luz valoriza as riquezas do cerrado, como os rios e a flora, demonstrando que ali existiam sujeitos ocupantes que valorizam a região e vivem em harmonia com a natureza. Mas não só isso. Quase que de forma paradoxal, ele recorre a uma noção de transformação do “deserto” da região a partir da construção de Brasília: no lugar das “árvores retorcidas e seus frutos generosos”, havia uma “cidade do futuro” e suas estradas que marcham “para todas as direções”. Como na citação acima, a menina que voltou à sua região de infância para matar a saudade não encontra mais a terra natal do passado.

Porém, como procura demonstrar o cronista, depois da tristeza e da raiva ela teria entendido o significado da empreitada: “E abrindo os braços, num gesto de pura alegria, a menina olhou as casas e os edifícios, os trevos e as pistas de alta velocidade, sentindo-se dona de tudo, como a menina loura se sentia dona dos mistérios do cerrado” (LUZ 1968, p. 146). A “revelação” que a menina teve seria a cidade do futuro no que antes era “vazio”; ela teria entendido que Brasília proporcionaria a integração nacional por meio de estradas que marchavam “para todas as direções”, que segundo a ideologia do governo JK, daria início a um novo Brasil. Assim sendo, entendemos que o cronista desenvolve o argumento de que a mudança seria benéfica, pois até mesmo a menina que nasceu na região identificou essa mudança como positiva e abraçou esse novo “cerrado”.

Cabe destacar, como lembra Maria Fernanda Derntl (2020), que os discursos do governo JK enfatizavam a integração econômica e territorial de um Brasil ainda marcado por relações bastante desiguais entre litoral e interior. Em diálogo com Vânia Maria L. Moreira (1998), Derntl (2020, p. 103) afirma que “no programa desenvolvimentista, a capital viria ao mesmo tempo ampliar o mercado interno e expandir as fronteiras agrícolas, permitindo conciliar interesses de elites industriais e agromercantis”. Desse modo, ainda segundo a historiadora,

As imagens de uma cidade construída “no nada”, “de súbito” ou “como por encanto” ainda pairam em sua história. Mas, estudos sobre o processo de formação dos territórios da região central, o desenvolvimento do Plano Piloto e a sua construção vem mostrando um panorama mais complexo. A nova capital foi construída em região escassamente povoada, mas onde havia se desenvolvido, pelo menos desde o século 18, uma lógica específica de formação territorial. No local onde se ergueu Brasília, havia uma ocupação por fazendas agrícolas e de pecuária, pousos e povoados, num território marcado pela subdivisão em grandes propriedades” (DERNTL, 2020, p. 103).

Diante do exposto, é preciso ter em mente que as referências à região onde foi construída Brasília como “vazia”, de “solo deserto”, têm muita relação com o discurso desenvolvimentista do governo JK, pois como aludido por Derntl (2020), mesmo que escassamente povoada, havia sido desenvolvida na região uma lógica específica de formação territorial. O que se percebe na crônica de Clemente Luz, que se utiliza de elementos desse discurso político, é que a árvore retorcida é símbolo desse suposto “vazio” do planalto, sendo que a “cidade do futuro” serviria justamente para povoar, ocupar essa região. Dessa forma, enquanto Brasília é a inovação, o moderno, as árvores retorcidas, características do bioma da região, simbolizam o atrasado, o esquecido.

Na crônica *A Árvore Retorcida*, o cronista procura demonstrar as especificidades do Natal na nova capital em construção. A narrativa menciona que, em Brasília, a árvore retorcida ocupava nas casas e nas ruas o lugar do pinheiro nórdico como árvore-de-natal. Clemente Luz conta o significado da árvore para os cristãos, que “simboliza generosidade” e afirma que, mesmo Brasília tendo outra espécie, o sentimento era o mesmo. Nesta narrativa, a nova árvore ganhou outro simbolismo no contexto de Brasília:

Galhos retorcidos, como braços em apelo, erguem-se nas salas e nas ruas. Mas o apelo não traz a marca do desespero, nem da dor. Traz, antes, a palavra de ordem, de comando. Traz acima de tudo, *o simbolismo da conquista, do desbravamento, da luta em favor de alguma coisa definitiva e necessária.*

Brasília é o símbolo da conquista e da luta (LUZ, 1968, p. 175, grifo nosso).

De acordo com Luz, a árvore retorcida simboliza o contexto da construção de Brasília. Utilizando elementos discursivos do imaginário em que estava inserido, ele representa a árvore-de-natal e toda a simbologia cristã na nova capital a partir de termos tais como “conquista”, “luta” e “desbravamento”, que dizem muito sobre a interiorização e sobre os novos bandeirantes. O cronista ainda menciona: “E, talvez, um dia, um galho retorcido, crestado pelo sol, sem folhas vivas, se transforme no símbolo da Nova Capital. Símbolo natural, significando a integração da região, antes abandonada e tida como estéril, na vida brasileira” (LUZ, 1968, p. 176). Posto isso, Clemente Luz também retoma a “ideia de Brasília” ao se referir à importância da interiorização da capital, a integração nacional, “coisa definitiva e necessária”. A árvore simbolizaria, no futuro, o processo de integração, lembraria que o local escolhido pela profecia era tido como estéril e abandonado “na vida brasileira”.

3.2.5. A Arquitetura e o Urbanismo da nova capital: Brasília um “Navio Ancorado”

Nas crônicas de Clemente Luz, podemos encontrar discursos relacionados à arquitetura e ao urbanismo de Brasília. Essas, em sua maioria, possuem as características das crônicas urbanas analisadas por Pesavento (2004), já que são mobilizadas pela ideia de modernidade. Em algumas delas, também é possível identificar discursos voltados à interiorização da capital, à integração nacional e à cidade que cumpria a profecia de Dom Bosco.

Em *O croqui*¹⁰⁰, o cronista se refere à cidade projetada por Lúcio Costa. Na narrativa em que rememora sua infância, ele diz não enxergar o croqui de Brasília – mais precisamente do Plano Piloto – como a forma de um avião, e sim um enorme Louva-a-Deus “pousado sobre uma toalha de xadrez, pronto para voar”.

Mas acontece que o traçado é também de um avião com linhas laçadas sobre bases sólidas e poderosas, que nem o tempo poderá destruir.

Louva-a-deus ou avião, ou seja lá o que for, as linhas que as mãos de Lúcio Costa traçaram no mapa, no ponto exato onde nascem as grandes águas, ganharam vida, profundidade e solidez, criaram raízes, deitaram ramos e trocos e hoje aí estão, hora a hora, se consolidando em blocos de aço e cimento, em formas leves e belas (LUZ, 1968, p. 50).

¹⁰⁰ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 49.

Diante do exposto, chama atenção que a narrativa opõe a imagem do universo da máquina (usual no ideário modernista) ao Louva-a-Deus sobre a toalha de xadrez, referenciando à ideia de um animal da natureza sobre uma toalha caseira. O cronista não entra em detalhes sobre os traçados da cidade, mas cita alguns elementos como a ideia de uma cidade eterna e leve – um dos elementos da arquitetura modernista. Ele procura demonstrar na crônica que a cidade estava saindo dos papéis e ganhando forma, sendo construída: “a cidade, que se inventou no Planalto, toma corpo, forma e alma” (LUZ, 1968, p. 50).

Em *Alvorada de Espelhos*¹⁰¹, Luz nos rememora que visualiza Brasília como um imenso Louva-a-Deus e faz uso de questões mítico-religiosas. Assim, como aquele que também está encantado com a fase adiantada da construção da cidade – que era “inventada” –, o cronista cita a visão arquitetônica e urbanística de Brasília:

Do alto, em avião que sobrevoa, ou quando a gente caminha por certas áreas desabitadas e longínquas, a cidade se entrega à visão, na sua plenitude urbanística e arquitetônica. E a visão é magnífica, é grandiosa e toca o coração dos que estão chegando. Provoca lágrimas nos que aqui chegaram nos primeiros tempos e assistiram à invenção da Cidade, nos milagres da criação das formas de cimento e aço.

O imenso louva-a-deus abre as asas de luz branca, norte-sul, ligadas ao corpo de luz branco-vermelho do Eixo Monumental. O que era traço no papel foi plantado na terra. E o que é plantado na terra tem os ciclos naturais de germinação, crescimento... (LUZ, 1968, p. 51).

O texto faz menção ao “milagre da criação” das formas da cidade, bem como a suas luzes. O cronista busca novamente representar que ela estava efetivamente sendo construída e utiliza da sensibilidade da crônica para mencionar os sentimentos daqueles que estavam participando da empreitada, demonstrando que já havia um cotidiano na cidade, pois naquele ano de 1959, na Asa Sul, “os fogões domésticos marcam os temperos nas panelas, a presença do corpo e o coração dentro dos lares” (LUZ, 1968, p. 52).

Clemente Luz, por meio da leitura desse cotidiano, ressalta para seus ouvintes da rádio que a cidade ganhava forma, maturidade: “[...] Ela está deixando as vestes de menina, os folguedos de criança, para se transformar em cidade madura e exuberante, com contornos definidos, com edifícios sólidos, plantados sobre bases indestrutíveis” (LUZ, 1968, p. 53). Na sequência, ele se volta para as mudanças proporcionadas pela cidade no Planalto, na qual exalta a dimensão monumental da sua arquitetura ao mesmo tempo em que retoma o discurso dela enquanto elemento povoador do vazio da região:

¹⁰¹ Ibid., p. 51.

Assim como na menina-moça, o que era promessa de forma e de contornos passou a ter contorno e forma definidos, deixando os traços subjetivos do desenho e dos planos, pela realidade do concreto e do vidro. Os horizontes não são mais os mesmos, nem o pôr-do-sol tem aquele mesmo encanto selvagem. A paisagem vai-se humanizando... Onde havia apenas o galho retorcido da árvore do cerrado, projetado contra o fim da tarde, surgiu a forma arquitetônica, de rara beleza, de grandeza humana e dimensão monumental.

A mão do homem, com sua força, técnica e sua habilidade, modificou a paisagem, deu-lhe vida nova, deu-lhe calor humano (LUZ, 1968, p. 53).

A partir da narração desses contornos arquitetônicos da cidade, o cronista faz um paralelo do presente com o passado: as visões da região “não eram mais selvagens”; onde antes havia galho retorcido das árvores do cerrado, visualiza-se a arquitetura de “rara beleza” e “dimensão monumental”. Essa última é quase sempre apresentada pelo cronista nas narrativas em que trata do Palácio da Alvorada. Como mencionado anteriormente, o palácio é constantemente citado por Clemente Luz, demonstrando que ele possuía uma afeição especial pela sua arquitetura.

Em suas crônicas que versam sobre a arquitetura e o urbanismo, Luz procura enfatizar os pontos principais de Brasília como cidade-capital. Nesse sentido, como lembra Vidal (2009), a ênfase na monumentalidade da cidade visava exacerbar as marcas do poder. Em *Coroa de Luzes*¹⁰², que trata da iluminação da Catedral de Brasília, o escritor mostra sensibilidade para captar os múltiplos pontos de vista e perspectivas possibilitados pela disposição arquitetônica-urbanística:

Certos conjuntos de Brasília têm de ser vistos de todos os ângulos possíveis. Como se fosse um misterioso caleidoscópio, as formas e volumes de praças e edifícios se modificam, se transformam em outras formas em outros volumes dando aos olhos visões magníficas e à alma emoções diferentes. O conjunto da Esplanada dos ministérios, incluindo a Praça dos Três Poderes e o Eixo Monumental, é, talvez, o mais rico em variações de formas, volume e cor. Tudo depende do ponto de vista do expectador, dos reflexos da luz do sol pela madrugada, pela manhã ou à noite. Tudo depende da alma do expectador e dos reflexos de iluminação branca ou quente. As formas e conjuntos, as cores e os reflexos são jogados, muitas vezes, como festa de luzes no campo visual (LUZ, 1968, p. 283).

Nesse trecho, o cronista mostra-se próximo da definição de arquitetura por Corbusier como sábio jogo de volumes dispostos à luz. Além de apresentar de forma entusiasmada as

¹⁰² Ibid., p. 283.

formas e os conjuntos de Brasília, podemos perceber mais uma vez – como se repetirá em várias outras crônicas referentes à Brasília já inaugurada – um encantamento do escritor com a iluminação da nova capital. Ao analisar esse mobiliário urbano, o pesquisador Roberto Gonçalves de Araújo (2010) diz que a nova capital foi inaugurada com iluminação sofisticada para época nas principais avenidas, com luminárias de lâmpadas fluorescentes importadas dos Estados Unidos da América. Talvez por isso o cronista se refira tanto à iluminação nas crônicas sobre a cidade inaugurada.

O discurso de Clemente Luz também referencia o fato de a iluminação de Brasília ser, especialmente para os “defensores” da cidade, mais um elemento de destaque da arquitetura modernista da nova capital. Em seu livro, Silva (1985) trata dessa iluminação em um dos capítulos da sua obra. Para isso, o ex-diretor apresenta cartas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer endereçadas aos administradores da cidade se queixando de problemas na iluminação urbana de Brasília, que destoava do que havia sido planejado. Em sua obra memorialística, JK (2002) cita uma carta de Lúcio Costa se queixando ao engenheiro responsável por esse sistema de iluminação. Kubitschek procura demonstrar com a citação que tudo havia sido “cuidadosamente planejado em Brasília” e menciona que a iluminação da cidade era “um exemplo de técnica urbanística aliada à preocupação de assegurar todas as gamas de conforto comunitário” (OLIVEIRA, 2002, p. 423).

Já na carta de 1962 apresentada por Silva (1985), Oscar Niemeyer afirma que a iluminação da Praça dos Três Poderes estava sendo desvirtuada após a inauguração, o que, segundo ele, era de se lamentar, “considerando a importância do local” e “o que representava para a cidade”. De acordo com a carta, Niemeyer faz o seguinte desabafo:

Ontem, para atender aos estudantes da Bahia, solicitei ao Senhor Prefeito Sette Câmara a iluminação da Praça do Três Poderes. Antes não o tivesse feito. A iluminação da Praça está COMPLETAMENTE MODIFICADA, apresentando-se confusa, cheia de manchas e sombras sem aquela clareza quase feérica que antes a caracterizava. As colunas, por exemplo, são iluminadas parcialmente, deixando em sombra seus pontos de contato com o solo, o que lhes tira a continuidade do perfil, e dos edifícios, a leveza que antes acentuava (SILVA, 1985, p. 298).

No discurso da carta de Niemeyer, que se relaciona com o que Clemente Luz narrou em *Coroa de Luzes*, além da crítica negativa à iluminação naquele período, é evidenciado o caráter monumental de Brasília. Já na crônica *Navio Ancorado*¹⁰³, o literato se refere às luzes de

¹⁰³ Ibid., p. 285.

Brasília justamente quando sugere que avistou a região que contempla a Praça dos Três Poderes: “[...] Suas luzes brancas e amarelas, como colares imensos de pérolas e topázios distribuíram-se feericamente por todos os lados e invadiram nossos olhos. Tão bonita era a visão noturna da cidade ancorada no lago [...]” (LUZ, 1968, p. 285).

O cronista, em *Coroa de Luzes*, não deixa de evidenciar os criadores das formas e conjuntos da cidade: “E assim, para os olhos de quem quer ver e para a alma de quem ama a cidade nova, os espetáculos da arquitetura de Niemeyer, aliado ao urbanismo de Lúcio Costa, são estranhos e vários” (LUZ, 1968 p. 284). Diante desse encantamento com as belezas da nova capital, Clemente Luz distingue os “expectadores da cidade” ao fazer uma crítica aos opositores da construção, pois, segundo ele, essa visão se apresentava para os que queriam ver e para aqueles que “amavam” Brasília. Além disso, ele ainda enaltece os planejadores da cidade, comparando-os a artistas ao afirmar que essas visões se pareciam com “pinturas surrealistas”: “Muitas vezes, a gente tem a impressão de que saiu de uma rua ou de um campo e entrou num imenso salão de pinturas surrealistas ou num corredor de caleidoscópios coloridos...” (LUZ, 1968, p. 284).

Ao abordar a arquitetura e o urbanismo e exaltar a beleza e monumentalidade de Brasília, quase sempre as crônicas possuem outros enfoques narrativos e se utilizam das experiências e interpretações de Luz. Ele dificilmente se refere somente às concepções urbanísticas e arquitetônicas da cidade, mas se aproveita dos discursos que a atribuem a ideia de nova metrópole, cidade do futuro. Uma evidência desse enfoque encontra-se na crônica *Navio ancorado*. Nela, Clemente Luz diz ter visto Brasília como um navio ancorado ao olhar os contornos da cidade em uma viagem de carro noturna:

Houve um instante em que tive a visão nítida de um grande navio ancorado em porto manso, balouçando devagar, ao impulso natural das águas calmas. E a visão mais se acentuou, quando os dois edifícios dos anexos, do Congresso se impuseram com um grande mastro iluminado. Brasília parecia estranho navio ancorado (LUZ, 1968, p. 285).

Esse trecho traduz estranheza das formas de Brasília em imagens conhecidas. O cronista demonstra capacidade de dar novos significados às formas arquitetônicas da cidade. Na sequência da narrativa, ele fala da visão que teve do lago, que “abraçava a cidade”. Ao citar a arquitetura de Brasília, Luz narra aquele momento de escrita da crônica, fazendo uma leitura do cotidiano: “Ali está um mundo recém-criado pelo homem, começando a estruturar-se, compor-se como unidade urbana e humana” (LUZ, 1968, p. 286). Nessa ideia de Brasília como

unidade urbana que estava sendo ocupada, o escritor revela sua interioridade, seu sentimento em ver a cidade naquele estágio e seu prazer em poder ter feito parte da sua construção:

Eu, que completava anos naquele dia, senti que as lágrimas sabiam, e tentavam romper o dique das pálpebras. Não era um pranto triste, o que se renunciava. Era alegre, pois a comoção nascia de fato de ter sido personagem e ator na grande obra da edificação de Brasília. Dei-me por satisfeito e realizado na vida, por isso. Por ter visto nascer e estruturar-se uma cidade.

Ao revelar emoção com a sua visão de Brasília, o cronista marca justamente seu lugar como um dos participantes da construção da “obra heroica” – como menciona em *Réquiem para uma égua preta*¹⁰⁴. Nesse sentido, ele se coloca como personagem e ator da grande obra, o que diz muito do seu local de fala nos discursos que utilizava.

3.2.6. Clemente Luz: comunicador oficial da rádio local ou observador sensível de uma cidade em construção?

As crônicas de Clemente Luz não apenas narram a construção e os primeiros anos de Brasília como também são carregadas de tópicos e elementos de discursos correntes em um período em que a nova capital pretendia ser a precursora de um novo Brasil, principalmente para os favoráveis à empreitada. Em alguns momentos, especialmente em *Invenção da Cidade*, temos a impressão de que as crônicas não criticam a construção, mas compactuam plenamente com os mitos e discursos construídos pelo governo por meio da sua propaganda. Essa publicidade era veiculada por meio de jornais, rádios, revistas e, sobremaneira, pelos discursos das personalidades envolvidas, especialmente JK. Para a análise das fontes, fazemos uso das palavras de Viviane Ceballos (2005), quando analisa os discursos referentes à história de Brasília:

Entendendo que esses discursos têm a sua própria historicidade e a impossibilidade de pensar apenas em continuidades bem constituídas ao longo do processo histórico, estudar Brasília implica necessariamente numa discussão sobre esse debate sim, mas que privilegie o entendimento das estratégias e das intencionalidades inerentes deste mesmo debate e que compõem o tecido esgarçado da história. Entender o entrelaçamento das linhas que o compõem e deixar entrever experiências outras, caminhos outros é, a meu ver, o que torna o ofício de historiar rico e interessante e que extrapola a percepção das permanências, sem que seja preciso desconsiderá-las (CEBALLOS, 2005, p. 47).

¹⁰⁴ LUZ, Clemente. *Minivida*, op. cit., p. 97.

Diante disso, não é nosso objetivo determinar que as crônicas avaliadas são apenas um conjunto de fontes apologéticas da nova capital, como a revista *Brasília* ou os artigos de jornais pagos pela Novacap. Assim, estaríamos limitando e retirando as possibilidades de múltiplas interpretações desses textos, já que até mesmo a revista da empresa estatal que construía a cidade contribuiu (e ainda contribui) para análises críticas da história de Brasília. Procuramos compreender as estratégias e as intencionalidades dos discursos sobre a cidade presentes nas crônicas, ao mesmo tempo em que buscamos entender “o entrelaçamento das linhas que compõem” (CEBALLOS, 2005) as experiências de Clemente Luz e dos sujeitos das suas narrativas.

Fica claro na leitura das crônicas que Clemente Luz é um defensor e entusiasta da construção de Brasília, especialmente no seu primeiro livro, já que os textos tratam desse período. Israel Pinheiro, que escreveu algumas palavras sobre a obra em 1967, afirma ter sido uma satisfação prefaciá-lo “livro de exaltação a Brasília, a grande capital edificada para o Brasil novo que se procura construir” (LUZ, 1968, p. 13). O próprio cronista reconhece, em *Cortina de Barba*¹⁰⁵, que “sempre foi um entusiasta de Brasília”.

Ainda assim, não podemos afirmar que todas as crônicas do livro, bem como as de *Minivida* (1972), são acrílicas, ou mesmo que todos os textos escritos para a Rádio Nacional não criticaram Brasília, mesmo que a partir de uma nova narrativa. Isso porque, como mencionado em outros momentos, Luz reuniu apenas algumas de suas crônicas nos dois livros selecionados. Como veremos no próximo capítulo, é necessário considerar as intencionalidades presentes nas obras que reuniram os textos muito tempo depois da inauguração, em um período em que diversos sujeitos “conhecidos” e que participaram da construção estavam publicando obras de cunho memorialístico.

O que procuramos fazer até o momento, tendo em mente essas singularidades das fontes e considerando as análises dos capítulos anteriores, foi levar em conta o contexto de produção das crônicas. Logo, analisando-as por meio de algumas estratégias da análise de discurso, especialmente a proposta por Eni P. Orlandi (2005), é preciso reconhecer que o local de fala de Clemente Luz diz muito da presença desses discursos oficiais em seus textos, justamente por ele ter sido redator da Rádio Nacional de Brasília, que contribuía na divulgação e propaganda da cidade.

¹⁰⁵Ibid., p. 231.

Clemente Luz foi transferido do Rio de Janeiro para a cidade em construção com o objetivo inicial de ajudar a rádio local recém-inaugurada. Devido a isso e por terem sido produzidas para serem interpretadas (lidas) na rádio do Estado, as *condições de produção* desses textos de Clemente Luz tinham a responsabilidade de contribuir com os interesses da rádio, que eram alinhados às propostas do governo JK. É preciso levar em consideração as palavras de Foucault (2007, p. 133), quando o filósofo menciona que o discurso é “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Como afirma Chartier (2002), a representação do mundo social é formulada a partir de interesses do grupo que a elaborou, sendo necessário averiguar as representações e discursos a partir da posição de quem os utiliza, sobretudo por haver uma luta de representação em que cada grupo tenta impor seus próprios valores.

São presentes nas crônicas de Clemente Luz valores do plano nacional desenvolvimentista de JK, mesmo que na forma de já-ditos. O cronista pertence ao grupo dos mudancistas favoráveis à transferência da capital para o interior do Brasil, tanto que em muitos momentos – defendendo essas representações sociais – ele se volta com criticidade – por vezes, de forma sarcástica – aos que não acreditavam na transferência da capital.

Como veremos mais à frente, Clemente Luz apresenta desapontamentos em suas crônicas. Eles são referentes a algumas situações ocorridas no cotidiano de Brasília durante a sua construção e primeiros anos e precisam ser ditos de outra forma, cabendo à sagacidade do leitor (ouvinte) interpretar aquelas críticas. Por meio da sensibilidade da crônica, os sentimentos narrados oscilavam entre o entusiasmo e a alegria de estar “contribuindo com um novo Brasil” em temas como a saudade, a solidão, a desigualdade e as dificuldades da construção e da ocupação da cidade, chamada pelo cronista de humanização. Deste modo, eventualmente ocorre de uma mesma crônica conter “termos” que evocam concomitantemente imagens relacionadas a um discurso oficial – apologético – e às dificuldades enfrentadas pelos candangos.

Até o momento, avaliamos como os discursos de Clemente Luz se relacionam com essa história oficial de Brasília. Por sua vez, nas análises que se seguem problematizaremos as temáticas e crônicas que revelam um paradoxo nos escritos de Clemente Luz: ao mesmo tempo que ele é um jornalista comunicador, contribuindo com as atribuições da Rádio Nacional de Brasília, ele também é o narrador sensível de uma cidade em construção e em fase de habitação.

3.3. CLEMENTE LUZ E OS DIFERENTES TEMAS DO COTIDIANO DE BRASÍLIA

As análises que se seguem buscam enfatizar as formas pela qual Clemente Luz percebia Brasília e a si mesmo no presente da escrita dos seus textos. O prisma, nesse segundo momento, é analisar discursos de Luz que eventualmente extrapolam os “valores” do governo JK. Nesse sentido, nas crônicas são apresentados diferentes sujeitos da nova capital e os problemas diários, como a questão da moradia e o ritmo de trabalho.

Por narrar o cotidiano da construção e dos primeiros anos de Brasília, as crônicas expressam representações variadas a respeito das mudanças sentidas na cidade (mesmo que ainda não inaugurada), das especificidades que envolviam os migrantes e “favelados”, da distinção entre os variados partícipes da edificação e do estado emocional e sentimentos daqueles que estavam ajudando a erguer a nova capital. Diante disso, como recurso facilitador da organização do subcapítulo, observaremos a seguir essas temáticas específicas que podem ser encontradas e problematizadas nas fontes.

3.3.1. O cotidiano de uma “cidade inventada”: sujeitos, espaços e relações sociais

A narrativa do cotidiano de Brasília se destaca na leitura das crônicas de Clemente Luz. Essa leitura do presente é a principal riqueza dessas fontes, seja do momento em que a cidade era construída ou no período posterior da inauguração, quando estava sendo “humanizada” e começava-se a exercer a função política e administrativa de capital. Nessas narrativas, podemos acessar as sensibilidades daquela época, analisar as práticas sociais e especialmente acessar o íntimo de diversos sujeitos e do cronista.

Os sujeitos narrados por Clemente Luz são vários, como testemunha-se ao longo das leituras das crônicas que compõem seus livros. Entre eles, podemos destacar: 1) “artistas oficiais” (ou “maiorais”), como nas crônicas *O homem*¹⁰⁶ (Israel Pinheiro), *O mito*¹⁰⁷ (Bernardo Sayão), *O ritmo*¹⁰⁸ (JK), *Figurinha Difícil*¹⁰⁹ (diretores da Novacap); 2) trabalhadores, especialmente os candangos, como em *Canto noturno*¹¹⁰, *A casa de cimento*¹¹¹, *Pau-de-*

¹⁰⁶ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 29.

¹⁰⁷ Ibid., p. 33.

¹⁰⁸ Ibid., p. 35.

¹⁰⁹ Ibid., p. 123.

¹¹⁰ Ibid., p. 63.

¹¹¹ Ibid., p. 81.

arara¹¹², *O Caneco*¹¹³, *Ilhas de Luz*¹¹⁴, entre outras; 3) e amigos, colegas de trabalho e conhecidos de Clemente Luz, como nas crônicas *A cachorrinha morta*¹¹⁵, *A frota pioneira*¹¹⁶, *Preço do teto*¹¹⁷, *O Navio Acorado*¹¹⁸, *Tragédia num dia alegre*¹¹⁹, *O pasteleiro*¹²⁰, *Mistérios da cidade*¹²¹, entre tantas outras.

Ademais, como citado anteriormente, aparecem figuras religiosas, como o padre, o bispo e o Frei, além de famílias e sujeitos que a compõem, como mães, pais, crianças, esposa e noivas. Em outras palavras, com exceção dos maiorais que se tornaram figuras hegemônicas da cidade, há sujeitos que deixaram de ser apenas estatística e seres anônimos – especialmente os operários – e, por alguns instantes na Rádio Nacional de Brasília, tiveram suas experiências narradas e depois reunidas em livros.

Contando histórias e dialogando com diferentes sujeitos, o foco central de Clemente Luz foi o dia a dia de Brasília. Nas crônicas do livro *Invenção da Cidade* (1968), Luz opta por falar do cotidiano, dos acontecimentos rotineiros e das “estórias” – engraçadas, amargas e sofridas. Destarte, observa-se nessas crônicas a ideia de que já existia naquele local em obras uma comunidade organizada com suas práticas sociais, dificuldades (financeiras e de moradia) e histórias curiosas. O cronista procura demonstrar isso com narrativas que envolviam amizades, datas comemorativas, famílias, animais domésticos, entre outros.

Em *Animais domésticos*¹²², Clemente Luz sugere que Brasília era um agrupamento humano, apesar de ainda ser um grande canteiro de obras. Segundo ele, os animais davam vida à região: “[...] Quando surge um pequeno agrupamento, perdido, às vezes, no meio da solidão das serras ou do planalto, o sentido comum e rotineiro da vida começa a impor-se, quando se ouvem o ladrido de um cão, o cantar do galo, o trinar do pássaro doméstico” (LUZ, 1968, p. 57). Assim, como defesa desse ponto de vista, o cronista menciona o início da construção de Brasília e afirma que na Fundação da Casa Popular¹²³ – local onde morava localizado nas

¹¹² Ibid., p. 65.

¹¹³ Ibid., p. 73.

¹¹⁴ Ibid., p. 97.

¹¹⁵ Ibid., p. 77.

¹¹⁶ Ibid., p. 115.

¹¹⁷ Ibid., p. 255.

¹¹⁸ Ibid., p. 285.

¹¹⁹ LUZ, Clemente. *Minivida*, op. cit., p. 30.

¹²⁰ Ibid., p. 137.

¹²¹ Ibid., p. 147.

¹²² Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 57.

¹²³ De acordo com Holston (1993), a Fundação da Casa Popular foi a primeira autarquia não apenas a iniciar e completar uma obra residencial na nova capital. O projeto residencial era constituído de uma fileira de quinhentas casas (constituindo o Setor de Habitações Individuais Germinadas) e ficava localizado entre a W3 e a W4 na Asa Sul. As casas projetadas por Oscar Niemeyer possuíam uma sala de estar, três quartos, cozinha, banheiro, varanda, jardim, e uma área de serviço anexa à cozinha.

últimas quadras da Asa Sul – habitavam apenas homens em espaços que não passavam de alojamentos. Ainda de acordo com sua argumentação, aqueles tempos eram tristes, pois não se ouviam ruídos nem animais domésticos. Por sua vez, ao se referir ao presente da escrita, Luz diz que a situação melhorou:

Vieram, aos poucos, as famílias. E com ela, veio o cão, veio o galo, vieram os pássaros domesticados em gaiolas. E, devagar, a pequena concentração de casas foi-se ordenando como um bairro habitado... As crianças saíam para as áreas fronteiras, onde existia apenas poeira, e brincavam com o seu cãozinho de estimação, ou rolavam com ele na terra e, depois, sujos, amarelos, encardidos, voltavam para casa (LUZ, 1968, p. 57).

O foco da crônica é demonstrar “a liberdade” que Brasília proporcionaria às crianças e aos animais. Ele menciona a dificuldade das mães em verem seus filhos soltos, rolando na poeira, já que estavam acostumadas a vê-los como prisioneiros de quatro paredes. Nesse sentido, o cronista faz uma leitura do presente ao mesmo tempo em que qualifica o local onde morava: “hoje, a gente vê, com prazer, às áreas de circulação das quadras cheias de crianças fortes e saudáveis. Cães, gatos e aves domésticas acostumaram-se e circulam livremente, dando o tom de vida doméstica, onde antes havia apenas tristeza e silêncio” (LUZ, 1968, p. 58). Mesmo narrando o cotidiano “doméstico” da Fundação, ele também reporta outros núcleos habitacionais da cidade em construção: “E assim, em outros núcleos de residência, vai a cidade tornando sentido, recebendo calor humano e o calor dos bichos que acompanham o homem [...]” (LUZ, 1968, p. 58).

Em outras crônicas averiguadas, há a recorrente utilização dessa vida doméstica para tratar da presença de famílias e, com isso, sugerir a ideia de comunidades humanizadas no grande canteiro de obras. Assim, Clemente Luz se refere às crianças brincando, aos fogões e animais domésticos. Em *De repente em abril*¹²⁴, que conta com o entusiasmo do escritor com a proximidade do dia 21 de abril de 1960, o cronista narra o período da construção e levanta essas questões. Na crônica, ele se detém ao cotidiano das superquadras do Plano Piloto:

[...] os fogões domésticos, não mais somente nas casas da Fundação, mas também nas superquadras da Asa Sul, soltaram para o ar, na manhã de abril, o cheiro bom e íntimo dos temperos. Nos gramados incipientes das áreas habitadas, crianças e animais domésticos, alheios à grandeza do que acontecera na véspera, corriam de um lado para outro, na alegria esfuziante da vida... (LUZ, 1968, p. 238).

¹²⁴ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 237.

Ao destacar que essas práticas existiam na cidade antes mesmo de sua inauguração, o cronista menciona o local onde residia para dar mais uma evidência da existência de um outro cotidiano doméstico. Em *Visita inesperada*¹²⁵, Luz volta a mencionar os cheiros, as fumaças dos fogões domésticos e as crianças. Relatando a fase de humanização das casas (e dos palácios), ele conta em *Alma das Casas*¹²⁶, que não era preciso de muito para habitar a cidade, apenas “[...] umas flores plantadas no jardim improvisado, um fogão doméstico, o tempero refogado cheirando nas panelas, o choro de crianças, o trinar de um passarinho, o ladrido de um cão... O resto virá com a técnica e o tempo” (LUZ, 1968, p. 254).

Por ser um dos elementos que demonstram o cotidiano (doméstico) de Brasília, as crianças são personagens corriqueiros nas crônicas. Em *Bat-man, Robin Hood & Cia*¹²⁷, Luz menciona outras situações cotidianas da Fundação da Casa Popular. Mesmo diante do nome, as habitações não eram acessíveis a todos os sujeitos de Brasília e sim para aqueles que possuíam cargos de *status*¹²⁸, como o próprio cronista que, conforme mencionado em seu relato oral, havia recebido a casa por ser funcionário da Rádio Nacional de Brasília.

Mesmo sem riqueza de detalhes, Clemente Luz narra nessa crônica as condições das crianças em outros locais além da Fundação da Casa Popular, como na Cidade Livre e nos acampamentos. Segundo ele, na Cidade Livre elas sofriam um pouco por ficarem presas nas casas de madeira, mas por vezes, longe da “vigilância materna, invadem as casas comerciais, desembocam nas ruas, impõem aos motoristas, nem sempre atentos, a um certo cuidado no volante, misturam-se com os camelôs gritam e brincam” (LUZ, 1968, p. 59). Já nos acampamentos, ainda de acordo com o escritor, elas circulavam livremente, sempre cobertas de poeira.

Ainda tratando do cotidiano, não podemos deixar de destacar que as crônicas reunidas em *Minivida* (1972) buscam representar o dia a dia de uma cidade inaugurada em fase de ocupação. Luz aborda as experiências desses diversos sujeitos mencionados quando a cidade era consolidada e se transformada efetivamente em capital. Os sujeitos, chamados “argamassa humana da cidade”, ganham espaço com suas histórias miúdas e com seus encontros com o

¹²⁵ Ibid., p. 159.

¹²⁶ Ibid., p. 253.

¹²⁷ Ibid., p. 59.

¹²⁸ Ainda segundo Holston (1993), “Embora seu projeto expresse uma organização social de classe média, pretendia-se que fossem ‘casas populares’ para os residentes de baixa renda em Brasília. [...] Com efeito, estas casas construídas cercavam-se de tal valor estimado que todas foram imediata e ilegitimamente ocupadas por quinhentas famílias da elite da Novacap, usurpando os direitos dos que iam se transferir para Brasília. No final das contas, ninguém contestou a usurpação dos funcionários da Novacap [...]” (HOLSTON, 1968, p. 252).

cronista. Já não se usam tantos discursos da “ideia” de Brasília, mas, no relato de situações simples, a nova capital permanece como plano de fundo.

Desde o início da construção, Brasília foi muito criticada como cidade isolada, árida, artificial e sem vida¹²⁹. Por sua vez, percebemos que as crônicas de Clemente Luz trazem narrativas alternativas a essas análises críticas. Ele trata de um cotidiano doméstico, de sujeitos variados e seus sonhos, decepções e sentimentos. Em suas narrativas, a poeira vermelha dominante na cidade é apresentada como divertimento para as crianças, que eram acostumadas a viverem trancadas em “quatro paredes”; os redemoinhos simbolizariam novas frentes abertas de trabalho; e os animais domésticos simbolizavam a ideia de comunidades humanizadas. Além disso, o cronista menciona muitas vezes que a cidade era “inventada” diariamente por aqueles que a construíam, não sendo entendida naquele contexto como “artificial”. Com isso, essas crônicas são interessantes para se dimensionar como Luz outros sujeitos que estavam inseridos no contexto da construção e primeiros anos de Brasília pensavam.

3.3.2. Distinção social nos canteiros de Brasília

Em relação ao cotidiano narrado por Clemente Luz, é possível perceber indícios de uma distinção entre os sujeitos que estavam em Brasília, como é o caso do “cotidiano” doméstico”. Em alguns textos, as pistas são dadas pelo cronista; em outros, as coisas são ditas de forma que é preciso que o ouvinte (leitor) tenha sagacidade para recriar a realidade que se inscreve.

A exemplo, temos *Figurinha difícil*¹³⁰, em que o cronista trata de um hipotético álbum de figurinhas de Brasília. Na crônica, Clemente Luz relata que um amigo lhe apresenta a ideia de fazer um álbum de figurinhas sobre a nova capital. Na narrativa, se destaca o seguinte diálogo: “– já imaginou esse *povo importantão* da Novacap e das construtoras sendo disputados, na ‘bolsa de rua’, pelos meninos?” (LUZ, 1968, p. 123, grifo nosso). A partir desse devaneio, o cronista imagina que seria grande a busca pelas figurinhas de sujeitos da cidade, mesmo entre o povo “importantão”, ou seja, os mais difíceis de serem encontrados. Compreendemos que o álbum de figurinhas é um recurso interessante, pois ao mesmo tempo que reforça uma galeria de protagonistas, aproxima-se dos trabalhadores e migrantes a partir de uma brincadeira ou jogo comum à época.

¹²⁹ Para saber mais sobre essas críticas Cf SEGAWA, H. M. Brasília: pátina do futuro. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 430-474, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8654756>. Acesso em 11 nov. 2020.

¹³⁰ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 123.

Sobre a repercussão do álbum na nova capital, Clemente Luz imagina como se daria a socialização dos colecionadores nos locais de maior concentração de pessoas daquele período:

Nas ruas da Cidade Livre, nas esquinas da Fundação, nas cantinas dos acampamentos de obras e mesmo nos escritórios da NOVACAP funcionarão bolsas improvisadas para a troca e venda das figurinhas. Os nomes do Presidente, do Dr. Israel Pinheiro, do Dr. Ernesto Silva, enfim, de todos os diretores da Novacap, entrarão para a intimidade das crianças e dos grandes e serão apenas 'Israel, Juscelino, Ernesto, Pery, Iris' e assim por diante (LUZ, 1968, p. 124).

Essa suposição do cronista a respeito da repercussão do álbum nos faz imaginar lugares e sujeitos mais conhecidos naquele contexto. Ela também nos faz viajar, juntamente com o narrador, pelos sujeitos, locais e entusiasmo da época; porém, demonstra uma distinção existente na cidade. Logo, levando isso em consideração, o objetivo do álbum era, além de divulgar esses sujeitos envolvidos na empreitada, criar uma intimidade entre eles, especialmente desses artistas oficiais (ídeos) com o resto da população de Brasília.

Já povo “importantão”, que detinham de um *status*, foi o mesmo que se tornou posteriormente figura hegemônica na história da construção da cidade. Até por isso, Clemente Luz faz questão de explicitar no texto o título de “doutor”. Ao se referir a essas figuras e ao apresentar as suas titulações, Luz evidencia a divisão de classes em Brasília. De um lado, estariam os doutores, o povo importante; do outro, os trabalhadores e a meninada.

Em diálogo com Holston (1993), ressaltamos que o uso do termo “doutor” como tratamento pessoal é corrente para desvelar hierarquias sociais no Brasil. De acordo com o pesquisador, entre os membros iguais da classe superior o termo significa alcance de *status*, geralmente por meio de educação universitária. Entre os membros de classes diferentes, “é usado como um sinal de status, designando privilégios conferidos a posições da classe superior. Seu uso estabelece, quando uma pessoa se dirige a outra usando esse termo, todos os pressupostos e requisitos de assimetrias de classe” (HOLSTON, 1993, p. 138). Essa distinção é presente na memória da maioria daqueles que participaram da construção da cidade, sendo definida especialmente entre as categorias de pioneiros e candangos.

De acordo com o pesquisador Márcio de Oliveira (2005), os “pioneiros” eram os sujeitos que exerciam funções técnicas e administrativas, especialmente da Novacap. Como citado por Luz em sua crônica, era o “povo importantão” que ocupava altos cargos na empresa estatal. Nesse caso percebe-se que o termo “pioneiro” adquire conotações em Brasília. Ainda segundo Oliveira (2005), os candangos correspondiam aos trabalhadores anônimos da construção civil,

de origens humildes, que migravam por meios próprios para a cidade em busca de uma vida melhor.

Conforme Luiza Videsott (2008), a palavra “candango” passou por uma mudança de conotação durante a construção de Brasília. Inicialmente de cunho pejorativo em referência aos itinerantes pobres do interior, sem muita qualificação, ela se propagou rapidamente nos canteiros de obras de Brasília. Com o tempo, o termo acabou sendo bem visto pelos próprios operários como elogio aos trabalhadores que participavam da construção da nova capital.

O jornalista Manuel Mendes no livro *Meu testemunho de Brasília* (2006), que conta sua experiência na construção da nova capital, vai ao encontro da narrativa de Clemente Luz e se refere a essa distinção existente na cidade entre “doutores” e candangos. Para Mendes (2006), naquela época, os candangos chamavam de doutores aqueles que trabalhavam no escritório. Ainda segundo ele, essa distinção era ilustrada pela própria divisão dos acampamentos, já que, diferentemente dos candangos, que dormiam em alojamentos precários e andavam de Pau-de-Arara, os doutores possuíam jipes, melhores alojamentos ou casas (para os casados), “tudo construído com relativo conforto e esmero” (MENDES, 2006, p. 55).

Para Holston (1993) havia um grupo de classe que consolidava sua posição de *status* por meio de privilégios que diferenciavam as condições de vida. Ademais, existia uma distinção entre os próprios pioneiros, “cada qual com uma denominação própria; um deles reivindicou com sucesso, e o outro impôs na prática sobre o primeiro, tipos diferenciados de consideração social” (HOSTON, 1993, p. 238). Como demonstra o antropólogo, esse “grupo de status” abrangia os pioneiros na Cidade Livre e os acampamentos, tanto do setor público como do privado¹³¹.

No que diz respeito aos signos de *status* em Brasília, Clemente Luz exemplifica esses pressupostos na crônica *O “Doutor Botinha”*¹³², em que narra que a vida na cidade era difícil para as pessoas sem dinheiro. O cronista ainda menciona no texto um dos acessórios responsáveis por fazer a distinção entre as diferentes classes em Brasília: as botas. Segundo ele, “naquele tempo, o meio mais fácil de distinguir o trabalhador braçal do funcionário de melhor categoria eram as botas. Havia botas de todos os tipos, de couro melhor ou mais ordinário, de forma bonita ou mais feia [...]” (LUZ, 1968, p. 128). Conforme Luz, recorria-se ao acessório justamente para se distinguir os doutores dos candangos, porque engenheiros e arquitetos –

¹³¹ Dialogando com Holston (1993), entendemos “grupo de status” como um conjunto de sujeitos que compartilhavam da mesma posição social numa hierarquia de posições, especialmente graduados. Entre eles podemos destacar engenheiros, arquitetos, médicos, entre outros.

¹³² LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 127.

assim como os funcionários graduados – em geral usavam as botas para o combate à poeira. Destarte, aqueles que não pertenciam ao grupo compravam o acessório na tentativa de distinção social.

Na crônica, Clemente Luz conta o episódio ocorrido com o amigo jornalista que “costumava criticar certos atos da administração ou mesmo do sistema de vida seguido em Brasília. Para mostrar que qualquer pessoa podia se insinuar nos gabinetes de diretores ou chefes de serviço, dizia que bastava ao suplicante usar um par de botas...” (LUZ, 1968, p. 128). De acordo com a narrativa, devido a essa prática surgiu o termo “Doutor Botinha”, que, segundo o cronista, era “[...] designação pitoresca para o aventureiro sem eira nem beira, que chegava e tentava se insinuar como alguma coisa a mais do que na realidade o era” (LUZ, 1968, p. 128). Logo, percebe-se, conforme as considerações do cronista, uma prática que visava a mudança de *status* por meio da vestimenta, almejando especialmente o título de “doutor”.

Pierre Bourdieu (2007) alude que os sujeitos sociais se diferenciam pelos gostos e hábitos que praticam. Por intermédio dessas práticas, exprime-se ou traduz-se a posição desses atores nas classificações sociais objetivas. Assim sendo, percebe-se em Brasília que o uso de botas se dá como forma de distinção entre os construtores, além de ser o artifício para a obtenção de empregos melhores. Ainda de acordo com Bourdieu (2007), há de se mencionar que a classificação e reclassificação das estruturas hierárquica são motivadas por disputas simbólicas de capital econômico, social e cultural.

No caso do doutor botinha, não se trata apenas de demonstrar poder aquisitivo para comprar as famosas botas, mas sim de instrução (diploma) para exercer os postos de trabalho que contribuía com a distinção social da época. Logo, conforme a crônica, percebe-se que a busca por “ser alguma coisa a mais” revela justamente a estratificação social da cidade que se expressava em privilégios aos doutores, como mencionou Mendes (2006).

Na crônica *Figurinha difícil*, Clemente Luz apresenta essa distinção existente entre os construtores da nova capital, mesmo que os discursos da época na cidade aludissem a fraternidade e comunhão nos canteiros. No discurso de Ernesto Silva (1985), há a sugestão de que no “milagre” da construção de Brasília, “todos eram solidários, todos participavam de um mesmo ideal, todos se sentiam como se fossem membros de uma só família” (SILVA, 1985, p. 395). Mesmo que envolvido nesse discurso, o cronista dá protagonismo aos doutores na narrativa desse mundo paralelo almejado, visando alcançar a realidade de outros sujeitos sem *status*.

Dessa forma, ainda que sem questionar as hierarquias, seu sonho com um álbum de figurinhas seria fazer com que os doutores (pioneiros) se tornassem mais íntimos desse outro

grupo de pessoas quando passassem a circular de mão em mão na nova capital. Esse desejo de quem narra enfatiza a existência da distinção entre os partícipes da construção da cidade, já que, nas figurinhas, outros sujeitos também seriam estampados – mesmo que as figuras dos “maiorais” se tornassem as mais disputadas e difíceis de se encontrar.

3.3.2.1. *Os candangos nas crônicas de Clemente Luz*

Clemente Luz dedica um subcapítulo de *Invenção da Cidade* (1968) para falar dos candangos, sendo que em outras partes do mesmo livro – bem como em *Minivida* (1972) – eles também estão presentes entre os personagens das narrativas. Em *Canto Noturno*¹³³, o cronista aborda esses sujeitos ao narrar seus cantos regionais, que serviriam para evitar que o cansaço e o sono os atingissem. Já na crônica *Pau-de-arara*¹³⁴, o escritor busca representar as condições deles, demonstrando conhecer as suas dificuldades. A partir de uma narrativa sobre o transporte utilizado pelos trabalhadores para chegar à cidade, o cronista faz, com a sensibilidade de um observador atento do presente, uma crítica à forma pela qual esses sujeitos eram tratados:

Naquele tempo, quando a chegada dos nordestinos constituía sério problema, pois não havia demanda suficiente de mão-de-obra, a Polícia vigiava as estradas da cidade em construção. Havia dificuldades no abastecimento e número reduzido de alojamentos. As levas de imigrantes só eram permitidas, dentro das fronteiras de Brasília, mediante documentos do INIC ou da NOVACAP (LUZ, 1968, p. 65).

O recorte diz respeito ao período em que a nova capital já não precisava mais de tanta mão de obra sem especialização, quando o Estado passou a controlar mais de perto a organização do afluxo de trabalhadores que chegavam à cidade. Como as empresas privadas e empregadores independentes levavam muitos trabalhadores para Brasília, o governo JK recorreu aos serviços do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Inic, como citado pelo cronista, para recrutar, treinar, transportar e mesmo encontrar empregos na construção para os trabalhadores (HOLSTON, 1993).

Ribeiro (2008) entende que o Inic desempenhava essa função para o Estado com a principal atribuição de regularizar o afluxo, a chegada e a seleção de operários, bem como a inserção deles na atividade produtiva. Contudo, ele chama atenção para o fato de que o instituto se instalou na cidade em construção apenas no final de 1957, quando já havia um mercado de

¹³³ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 63.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 65.

trabalho correspondente a 18 mil pessoas. Ainda segundo o antropólogo brasileiro, o número de trabalhadores que chegavam em Brasília tornava obrigatória a presença do instituto para que fosse atendida a demanda crescente de candidatos a empregos nas obras. Quanto “as estradas vigiadas” para impedir a entrada de novos migrantes, o mesmo pesquisador discorre em sua pesquisa sobre o *modus operandi* do Inic:

Operando nacionalmente, contava em sua estrutura com Postos de Colocação, Postos de Distribuição e Hospedarias de Trânsito que formavam cadeias de recepção e encaminhamento de trabalhadores e se localizavam, preferencialmente, em locais estratégicos como entroncamentos rodoviários e ferroviários. Para desempenhar suas funções reguladoras no tocante à formação da população trabalhadora em Brasília, o Inic, em atuação conjunta com a Novacap, contava com um Posto Auxiliar em Anápolis, cidade que desempenhava importantes funções *vis-à-vis* o território da construção. Aqueles que chegavam através desta cidade goiana já haviam passado por uma triagem inicial e vinham de certo modo encaminhados (RIBEIRO, 2008, p. 85).

Na crônica de Clemente Luz, o pau-de-arara que transportava os nordestinos já havia passado de Anápolis-GO. Na entrada da nova capital, esses sujeitos foram parados por uma barreira imposta pela Guarda Especial de Brasília–GEB. Tratava-se de uma tentativa de entrada irregular, o que era situação muito recorrente na época, pois era feita com o aval das construtoras. Para Holston (1993), esse recrutamento realizava-se com vistas à obtenção de vantagens de mercado relacionadas aos salários dos trabalhadores,

O que motivava essas empresas era uma lógica de mercado bem simples: a enorme demanda por trabalhadores tinha criado uma guerra salarial. As empresas concluíram que, se pudessem recrutar trabalhadores fora de Brasília, poderiam pagar-lhes salários mais baixos, desse modo, mandaram caminhões para as cidades e para o interior – sobretudo nos estados mais pobres – à procura de mão-de-obra. Muitas vezes trabalhavam em conjunção com algum político local, que arrebanhava migrantes potenciais com histórias a respeito de um Eldorado de empregos (HOLSTON, 1993, p. 225).

Clemente Luz narra em sua crônica uma situação similar àquela mencionada por Holston, já que os migrantes ficaram inquietos com a proximidade da entrada da cidade. O cronista aborda o sofrimento pelo qual provavelmente muitos de seus ouvintes da rádio também passaram até conseguir entrar na nova capital em obras: “[...] será que poderiam entrar e descansar, depois da penosa viagem? A expectativa era enorme e dolorosa. Os homens, curtidos pelo tempo e pelos sofrimentos, entreolhavam-se, temerosos. O silêncio foi descendo, pesado e triste, ao interior do caminhão” (LUZ, 1968, p. 66).

É provável que o período narrado fosse o ano de 1958, quando uma grande seca no Nordeste fez com que várias famílias migrassem para Brasília em busca de melhores condições de vida. Foi a partir dessa seca, em conformidade com Ribeiro (2008), que se evidenciou a articulação do controle do operariado entre Inic, Novacap e construtoras. De acordo com o pesquisador, “a partir desse momento, a função de recrutamento desempenhada pelo Inic passa a se confundir cada vez mais com a de repressão ao fluxo local e com uma exacerbação da seleção dos migrantes e possíveis trabalhadores em Brasília” (RIBEIRO, 2008, p. 88).

Dessa maneira, o “sério problema” mencionado por Clemente Luz é justamente a situação de um aumento de oferta de mão de obra operária muito além das vagas disponíveis. Por conta disso, surgiam como problema as dificuldades no abastecimento devido ao número reduzido de alojamentos, o que fez com que esses migrantes construíssem residências em “áreas irregulares”. Naquele ano, essa grande leva de trabalhadores, denominados de favelados, desencadeou na criação da cidade satélite de Taguatinga. Ainda de acordo com a crônica *Pau-de-Arara*¹³⁵, os “documentos do INIC e da Novacap” mencionados dizem respeito à seleção prévia feita pelo órgão e pela empresa estatal, visando selecionar um tipo ideal de trabalhador em decorrência dessa grande oferta de operários: precisava ser “[...] jovem, sem problemas de saúde, sem família e quanto mais qualificado, melhor” (RIBEIRO, 1968, p. 88).

Nota-se na crônica uma crítica não apenas à barreira imposta pelos administradores (insensíveis), como à Guarda Especial de Brasília responsável por ela: “A estrada da cidade, lá estava a Polícia, *toda poderosa*, erguendo intransponível barreira para as duas dezenas de serem humanos desesperados” (LUZ, 1968, p. 66, grifo nosso). Além disso, na sequência da crônica, Luz critica o guarda por meio de um diálogo repressivo:

- Aqui só entra quem tiver cartão do INIC ou cartão de emprego da Novacap. Ordem é ordem!

O guarda, *toda poderoso*, deixou cair, como sentença fria, as palavras da condenação. Houve apelos, oferecimentos de “propina”, lágrimas e gritos de raiva, aos pés do guarda impassível (LUZ, 1968, p. 66, grifo nosso).

No discurso, evidencia-se a “má fama” da GEB e seus guardas na construção de Brasília, que por vezes agiam com força excessiva. Conforme Ribeiro (2008), as atitudes da GEB derivam do poder que ficou concentrado na mão da Novacap.

¹³⁵ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 65.

A empresa estatal assumiu poder de polícia através da GEB, visando inicialmente salvaguardar os depósitos de materiais da construção da cidade. Entretanto, com o passar dos meses, ela julgou necessário atribuir à guarda o controle da população trabalhadora contra o universo do álcool e da prostituição, principais alternativas de lazer da população masculina e adulta da época (RIBEIRO, 2008). Ademais, as falhas técnicas da polícia derivavam da falta de triagem ou seleção com treinamento especializado, uma vez que os guardas eram selecionados entre os próprios candangos desde que demonstrassem bravura e porte físico para o posto.

Em *O “Doutor botinha”*, o cronista enfatiza a prática truculenta da GEB ao citar que aos sábados os trabalhadores “bebiam, contavam e brigavam, mas brigavam com jeito, sem maiores consequências, pois a polícia da Novacap e a do próprio acampamento eram perigosas e violentas” (LUZ, 1968, p. 127).

Em algumas crônicas, Clemente Luz demonstra atentar para questões simbólicas em torno desses sujeitos mais humildes. Em *A Mala de Madeira*¹³⁶, o cronista diz não haver nada mais importante para a vida do candango do que a mala de madeira. Ela era a companheira fiel daquele trabalhador: “Aonde quer que vá, enquanto não consegue o esperado fichamento, lá vai o trabalhador com sua mala de madeira. Os dois como que formam uma só figura, são uma composição plástica na paisagem do planalto” (LUZ, 1968, p. 71). Dessa maneira, sendo um observador atento do cotidiano, Luz captura um “acessório” que poderia passar despercebido para outros sujeitos. O corriqueiro na paisagem de Brasília se transforma em texto e apreende o lado simbólico daquele item tão comum na época:

A mala de madeira é a sua casa, é o seu mundo. Quando partiu, juntou o que tinha: roupas, alpercatas, algum dinheiro, embalou tudo com as esperanças de conquistar o sul do país e desceu. A mala lhe serviu de banco, na hora do descanso ou da comida escassa e doada; a mala lhe serviu de travesseiro, quando teve de recostar o corpo à sombra de uma árvore ou à beira de um rio, para recuperar um pouco das forças desgastadas... (LUZ, 1968, p. 71).

Com isso, Luz demonstra ser conhecedor da intimidade desses sujeitos. Ganham forma no texto a dificuldade da partida, a chegada, a alimentação e a vontade desses sujeitos de mudar de vida no “Sul”. Outrossim, ao compartilhar o mesmo sentimento em relação à “fabula de Brasília”, o escritor se sensibiliza com a dor da partida desses sujeitos – muitas vezes motivada pela miséria – na busca de uma vida melhor na cidade grande:

¹³⁶ Ibid., p. 71.

Tudo o que tem, está confinado no retângulo de madeira que talvez ele mesmo tenha construído, na esperança da viagem fabulosa, no sonho verde das terras férteis do Sul, na certeza amarga da partida imposta pela miséria, pelo sol escaldante, que mata e destrói o seu torrão.

Mala triste de madeira, retalho morto de madeira que um dia foi vida e tronco vivo! Hoje acompanhas muda e passiva, a marcha do homem pobre e cansado, que não quer outra coisa senão o teto, o agasalho e o pão. [...].

Na tua nudez, no teu silêncio de madeira mal lavrada, na tua docilidade, vais tomando a forma de corpo que te leva, te integras na figura humana e deixas tua condição de objeto, para ganhar vida e expressão humana (LUZ, 1968, p. 72).

Ainda que esse sujeito humilde possuísse pouca coisa, como uma mala de madeira – “que talvez ele mesmo tenha construído” –, o cronista enxerga em suas posses um simbolismo de luta por dias melhores. Para Luz, a mala de madeira significa a insistência em busca de algo melhor. Ela é expressão humana, por tomar forma “de corpo que o leva”.

Clemente Luz também cita o caneco de alumínio, outro objeto simples, mas igualmente simbólico e importante para o candango. Na crônica *O caneco*¹³⁷, menciona-se que esse objeto era tão essencial para o trabalhador que o simples fato de ele sumir ou de alguém beber no caneco alheio poderia paralisar uma obra. Mais importante do que a escova de dentes (de uso tão pessoal), o caneco de alumínio ou de ferro esmaltado levado dependurado no cinto do trabalhador ia com o seu dono “para onde quer que ele vá”: “No trabalho, na hora de descanso, o caneco está presente. Na mesa de refeições, como o castiçal mais rico que os nobres punham à frente do prato, o caneco está de pé e, quase sempre, cheio de água” (LUZ, 1968, p. 73). Desse modo, para Luz, o caneco é símbolo da migração de trabalhadores na fuga da miserabilidade passada de geração em geração:

O caneco faz parte do pequeno mundo do trabalhador. Veio com ele, de onde quer que tenha vindo, e com ele sofreu as agruras da viagem. Às vezes, amassado, quase sem forma, é bem o reflexo das vicissitudes por que passou o seu dono. É outro sinal vivo da miserabilidade de vida que impôs ao homem rude do Nordeste, a fuga para o sul, fuga trágica e quase hereditária que passa de geração para geração, numa constante dolorosa e terrível (LUZ, 1968, p. 73).

O cronista busca representar o sofrimento que fez com que muitos deixassem suas casas em busca de uma vida melhor. O caneco, assim como a mala de madeira, seria o reflexo de tudo

¹³⁷ Ibid., p. 73.

que o seu dono passou: sinaliza a miserabilidade que esse humilde conviveu até fugir em busca de uma vida melhor.

Clemente Luz menciona que, para muitos sujeitos, a mudança para Brasília não era motivada apenas pelo desejo de construir “um novo Brasil”, mas de ter uma chance de recomeço. Segundo ele, beber água no seu caneco era mais do que uma necessidade física daquele candango, era “uma benção celeste, que muitas vezes, não desce sobre as caatingas ou sobre o agreste nordestino. Daí a importância absoluta do caneco, promessa permanente de água reanimadora e criadora” (LUZ, 1968, p. 74).

Como alude Ribeiro (2008), esse deslocamento de pessoas é motivado pelo ramo da Construção Civil, em que geralmente não se exige tanta qualificação técnica e que a demanda de mão-de-obra é grande. O cronista demonstra no texto as questões que vão além de um discurso oficial construído na época em que chamavam os trabalhadores de novos bandeirantes e de participantes-chave do desenvolvimento nacional.

Para Holston (1993), a mudança de conotação do termo candango do pejorativo para o honorífico foi forjada na retórica da construção nacional. Segundo o antropólogo, ela “foi promovida tanto como exemplo do efeito que Brasília deveria exercer sobre a vontade nacional, quanto como evidência do surgimento de um novo homem comum, o bandeirante moderno, capaz de concretizar o grande destino do país” (HOLSTON, 1993, p. 210).

A leitura feita por Clemente Luz demonstra especialmente que a preocupação primeira de muitos desses “homens comuns” era a subsistência, o salário, a possibilidade de mudar os rumos de uma vida sofrida. Em *Cartas*¹³⁸, ele dá pistas de que esses sujeitos, “na sua simplicidade”, não sabiam o que estavam fazendo: “Eles nem sabiam o que estavam fazendo: apenas sabiam que tinham trabalho, cama, comida e pagamento certo!” (LUZ, 1968, p. 76). À vista disso, Holston (1993) ainda afirma que a maioria dos candangos com quem conversou afirmou “que viera a Brasília em busca de emprego e de aventura e que não prestou muita atenção no que chamou de ‘conversa de político’ – ainda que a maioria pudesse citar os lemas de Kubitschek” (HOLSTON, 1968, p. 212).

Não queremos a partir da leitura das crônicas de Clemente Luz generalizar a opinião e o sentimento de todos esses sujeitos, desconsiderando suas experiências individuais. Buscamos evidenciar que as crônicas de Clemente Luz podem contribuir para a crítica de um discurso homogêneo que foi construído de forma dominante na história de Brasília. Nela, o candango é

¹³⁸ Ibid., p. 75.

tratado como o titã de Brasília, porém, é anônimo e, por muito tempo, desconsiderado quanto às suas dificuldades, experiências e expectativas.

Pelos textos dos livros selecionados, o cronista dá aos trabalhadores contornos mais humanos e destaca seus objetos simbólicos como a mala de madeira e o caneco. Ele trata das dificuldades e dos sentimentos deles, além de questões que não eram de suma importância para o discurso oficial.

3.3.2.2. *Clemente Luz e os grupos sociais de Brasília*

O fato de Clemente Luz residir na Fundação da Casa Popular demonstra que ele fazia parte, pelo menos durante a construção da cidade, de um grupo relativamente privilegiado de Brasília, sobretudo por ter sido contratado na Rádio Nacional de Brasília. Na crônica *O coração da matéria*¹³⁹, provavelmente escrita no final de 1958 ou no início de 1959, Clemente Luz cita que seu primeiro natal em Brasília “foi normal e tranquilo como de gente de classe média”:

Alguns frangos, comprados à última hora, substituíram o peru tradicional. O champanhe e o vinho, difíceis, senão impossíveis naquele tempo, tiveram como sucedâneo meia dúzia de garrafas de pinga. A casa era modesta, na quadra 31, e cheirava ainda a tinta e reboco. Vários amigos compareceram, alguns como convidados e participantes nas despesas, a maioria, porém, como penetra (LUZ, 1968, p. 43).

Destaca-se na narrativa não apenas a ceia de Natal como a casa do cronista, que destoava da maior parte dos alojamentos dos operários mais humildes, os ditos candangos. Ainda que Clemente Luz mencione em outros textos a solidariedade e fraternidade de Brasília e afirme que sua casa hospedava muita gente, a região onde morava possuía os melhores índices de aquisição financeira e bens duráveis da região do futuro Plano Piloto, como demonstrou o Censo Experimental de Brasília de 1959¹⁴⁰. Quando narra nas crônicas o cotidiano de onde residia, Luz faz menção a um lugar familiar e sem aparência de alojamento coletivo, como demonstramos anteriormente.

Todavia, podemos afirmar com exatidão que o cronista não se identifica plenamente com o grupo dos candangos. Em nenhuma das crônicas dos seus livros o autor se denomina um candango ou deixa de narrar na terceira pessoa do plural as experiências desses sujeitos. Ainda

¹³⁹ Ibid., p. 43.

¹⁴⁰ IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Experimental de Brasília*, Comissão Censitária Nacional, 1959.

em *O coração da matéria*, Clemente Luz expõe: “Poucos os que ficaram em Brasília, além dos candangos, milhares, sem condição de viagem, como o pássaro implume, sem condição de voo” (LUZ, 1968, p. 43). Logo, ainda que demonstrasse uma distinção social na cidade, já que eram os milhares de “homens comuns” que não conseguiram viajar, não se nota na crônica o uso do “nós, os candangos”, mas “eles”.

Mesmo estando em Brasília no Natal, em nenhum momento o cronista se coloca como um desses “pássaros implumes” impedidos de voar. Nem mesmo em seu relato oral do ArPDF Luz se considera um candango, ainda que sua situação tenha mudado no final da década de 1960, assim como de muitos outros trabalhadores de Brasília, quando se mudou da Asa Sul para a Ceilândia.

Mas isso não quer dizer que Clemente Luz se encaixe perfeitamente na categorização de “doutor”, ou seja, pioneiro que trabalhava em alguma função técnica e administrativa da Novacap ou que possuía cargo hierárquico nas construtoras acima de servente e pedreiro, por exemplo. Em *O coração da matéria*, o cronista também indica esse grupo: “[...] aos empregados mais categorizados, as firmas construtoras e a Novacap facilitaram tudo: ônibus, caminhões e aviões especiais” (LUZ, 1968, p. 43).

Talvez Luz até pudesse ser chamado de pioneiro, mas como um dos primeiros que chegaram no Planalto, no sentido de colonizador, desbravador ou bandeirante. Como destaca Holston (1993, p. 209): “o termo ‘pioneiro’ se referia especialmente aos ‘primeiros’ (outra categoria honorífica): aos primeiros funcionários, profissionais, comerciantes, agricultores (especialistas nisseis de São Paulo) e assim por diante, no lugar onde Brasília estava sendo construída”. Observa-se nas suas crônicas e em outras fontes o fato de Luz ter possuído um *status social* na cidade, ao menos na construção, por ser jornalista e ter atuado como redator da Rádio Nacional de Brasília que, como mencionado no primeiro capítulo, lhe possibilitou pleitear uma residência na Fundação da Casa Popular.

Ressaltamos aqui a especificidade do cronista de ter transitado durante a construção e primeiros anos de Brasília entre esses diversos grupos sociais. É por conta disso que temos acesso a sensibilidades, práticas sociais e experiências de diferentes sujeitos daquela época. Ele demonstra conhecimento da realidade e da vivência dos candangos, convive com suas histórias, intimidades e experiências de vida, o que muito contribuiu para o melhor entendimento da presença deles na cidade que, por vezes, não são citados pela historiografia hegemônica que se consolidou na cidade.

Como analisado no primeiro capítulo, Clemente Luz ressalta nas suas narrativas sua origem humilde e as dificuldades que teve para estudar, mas entendemos que o trabalho de

cunho intelectual lhe permitia arrogar outra condição, como apresenta nas suas memórias. Ainda assim, a necessidade de falar aos candangos lhe exigia certa proximidade com eles.

3.3.3. “A saudade e a solidão” em Brasília

Demonstrando empatia com aqueles que estavam construindo a cidade, Clemente Luz não deixa de expor aos seus ouvintes as dificuldades presentes na vida dessas pessoas e suas famílias. A solidão daqueles que se aventuravam em Brasília e sentiam diariamente os efeitos de estarem isolados e longe dos seus entes queridos é um dos sentimentos mais narrados pelo cronista. Na crônica *Alma das casas*¹⁴¹, que trata das dificuldades decorrentes de problemas humanos, Luz narra o que passou o operário de Brasília:

O braço operário foi levado para as obras, mas os corpos ficaram confinados nos limites dos acampamentos cercados, as bocas atenderam ao apelo dos estômagos, marcando ritmo seco e monótono da mastigação. *Nas fileiras superpostas de camas de madeira, a saudade e a solidão assaltaram os corpos cansados, no silêncio noturno, e as lágrimas se derramaram, sem peias, sobre os travesseiros sem fronhas...* Coletivamente, o homem comeu, trabalhou, dormiu e construiu. *Mas sozinho, abandonado ao próprio desespero, chora de saudade ou de tristeza, na longa e solitária noite do Planalto...* (LUZ, 1968 p. 254, grifos nossos).

O cronista se volta para aqueles operários da capital que viviam nos alojamentos coletivos; alguns eram solteiros, outros casados, mas a maioria não tinha família em Brasília. Esses operários sem famílias na cidade conviveram com a solidão e a saudade nos alojamentos sem o “esmero” dos disponibilizados para os “doutores”. Clemente Luz menciona nessa e em outras crônicas que esse trabalhador chora de saudade e de tristeza por estar longe da mãe, pai, esposa, filho, noiva, ou seja, de não ter sua família ao lado. Na maioria das vezes, como Luz demonstra em *O coração da matéria*, o candango não possuía dinheiro para viajar e rever sua família nem mesmo no Natal.

Alguns desses trabalhadores mais humildes alimentavam nos depósitos mensais da Poupança o sonho de conseguir juntar dinheiro suficiente para voltar para casa no fim do ano e, assim, matar a saudade da sua família. Como narra o cronista em *A caderneta da Caixa*¹⁴²,

Os depósitos eram facilitados pelos patrões, que mandavam caminhões levar os candangos ao Núcleo, todos os sábados. Mais tarde, uma agência volante da Caixa recolhia o pobre dinheirinho suado, à porta dos acampamentos, onde os pagamentos eram feitos aos sábados.

¹⁴¹ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 253.

¹⁴² Ibid., p. 83.

A guarda do dinheiro era um ato quase religioso. Uma obrigação intransferível. E essa poupança triste e poeirenta servia, com generosidade, meses mais tarde, para custear a ambicionada visita à terra natal ou para comprar dois ou três lugares no ‘pau-de-arara’ que descia... (LUZ, 1968, p. 85).

Logo, se esses operários humildes não tinham o sonho de visitar a família, por outro lado buscavam a compra de lugares nos caminhões que levavam os trabalhadores para que, na volta, trouxessem as suas famílias para Brasília.

O diferencial das narrativas de Clemente Luz é justamente essas observações que demonstram conhecimento dos sujeitos e suas experiências. Contudo, por mais que esse sentimento de solidão estivesse mais presente entre os candangos – devido à falta de dinheiro e às dificuldades no custeio do transporte –, o cronista representa a solidão e a saudade entre os doutores, como em *O pranto do homem*¹⁴³:

Uma noite, no bar, depois de dez horas, puxadas de serviço no escritório, viu o choro brotar nos olhos do boêmio. Era um choro convulso, de saudade, de solidão. O boêmio lembrava-se da mãe, da noiva, que talvez perdesse pela distância e pela ausência de cartas (LUZ, 1968, p. 166).

Como símbolo dessa solidão e saudade, são recorrentes nas crônicas as referências a mães e a noivas ou esposas ausentes, como é caso da citação. Na crônica *A carta*¹⁴⁴, Clemente Luz representa a angústia de um trabalhador por estar longe e sem comunicação com sua amada: “E como o tempo aumenta a distância e a displicência, o jovem nada fazia, senão trabalhar, durante o expediente e fazer outro expediente, nos bares, onde afogava uns restos de saudades na aguardente de má qualidade” (LUZ, 1968, p. 153). Na narrativa, Clemente Luz passa a ideia de ter presenciado a história de perto. já que narra com detalhes os acontecimentos e o conteúdo da carta recebida pelo trabalhador.

Nas crônicas sobre a temática da solidão e da saudade presentes no cotidiano dos radicados em Brasília, as cartas sobressaem como o principal meio de comunicação até a inauguração da cidade. Isso tem muita relação com a profissão de escriba exercida por Clemente Luz, como demonstrado nos capítulos anteriores. Mesmo que escrevesse cartas aos finais de semana para trabalhadores não alfabetizados como complemento de renda, esse serviço era de

¹⁴³ Ibid., p. 165.

¹⁴⁴ Ibid., p. 153.

grande valia àqueles que precisavam se comunicar com seus familiares e amigos. Em *Cartas*¹⁴⁵, o cronista descreve a operacionalização do ofício:

A profissão de escriba, quase desaparecida, desde o dia em que os reis e os nobres aprenderam a manipular a pena, renasceu em Brasília, teve grande popularidade, e ainda hoje é exercida nos acampamentos fincados no chão do Planalto. Por volta de 1958 e 1959, quando dezenas de milhares de homens de todas as regiões do País viviam confinados nos alojamentos da Novacap ou das grandes construtoras, quem sabia escrever, mesmo que fosse um mau escriba, tinha uma renda certa ao fim de cada mês. Com paciência, transferia para o papel, em letra às vezes quase ilegível, as mensagens de saudade, de amor, de perdão, que os candangos queriam enviar aos entes queridos. Eram mensagens inocentes, às vezes, dolorosas, outras vezes, e violentas, quando se trava de marido e mulher (LUZ, 1968, p. 75).

Essa crônica memorialística, que faz uma contextualização de anos anteriores, visa destacar uma prática do cotidiano referente à escrita de cartas. Clemente Luz novamente trata da saudade, mas acrescentando outros sentimentos dos candangos, como o amor, o perdão, ou mesmo a violência. O escritor expõe por meio da Rádio Nacional de Brasília essa ocupação renascida, visando demonstrar as especificidades proporcionadas pela construção da nova capital. Na crônica, há mais detalhes do *modus operandi* do trabalho:

O escriba se colocava à disposição da clientela, em tosca mesa, com o tinteiro à frente dos olhos, papel pousado sobre a tábua e a caneta na mão. Primeiro, ouvia tudo o que o candango queria dizer, discutia com ele, quase sempre, o tom da carta que ia ser escrita. Por fim, começava a escrever (LUZ, 1968, p. 75).

Ele narra com propriedade o processo de escrita e demonstra, com os diálogos e personagens citados, as principais informações dessas cartas: fosse o marido ciumento, o noivo inseguro que esperava conseguir um lote de “invasão” para casar-se com a amada ou sugestões que os candangos pediam sobre o que incluir no texto. Isso fazia com que o cronista estabelecesse uma ligação com os candangos, já que, por meio do trabalho, ele tornava-se um exímio conhecedor das experiências das pessoas. Com isso, Luz foi um dos principais divulgadores das condições e sentimentos dos candangos no rádio, uma vez que transformava o conteúdo das cartas em crônicas.

Isso posto, a partir das considerações propostas pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1997), os gêneros discursivos são construções apoiadas em aspectos de interação social e

¹⁴⁵ Ibid., p. 75.

histórica¹⁴⁶. Nesse caso, entendendo a crônica como gênero secundário do discurso e as cartas escritas pelo cronista como um gênero primário, podemos dimensionar como as experiências presentes no seu cotidiano – inclusive as suas – se transformam em texto. Clemente Luz faz uso de diálogos, lendas, reportagens e discursos sobre Brasília nas suas crônicas, o que enriquece suas narrativas. Na parte final de *Cartas*, Luz expõe sua experiência como um desses “escribas” de Brasília, momento em que afirma ter contribuído com a comunicação desses sujeitos: “E assim, amigos, quantas vezes, bancando o escriba na Cidade Livre, ganhei meu pão, ouvindo, com paciência, as histórias das dores, das alegrias, das esperanças daqueles que, na sua simplicidade, deram uma grande contribuição humana para a edificação da cidade” (LUZ, 1968, p. 76).

Ainda relacionado às cartas que diminuía um pouco o sofrimento dos construtores, Clemente Luz narra o processo de envio e recebimento dessas correspondências em Brasília. Em *Mensagem dos Ausentes*¹⁴⁷, ele busca representar como as mensagens de pessoas ausentes alegravam aqueles que na nova cidade ansiavam por informações e notícias:

Os ausentes trazem o calor de seu carinho, através de cartas ou de mensagens transportadas por corações amigos. Mas as cartas não andam sozinhas... Precisam de uma série de medidas e providências, de um organismo funcionando, para vencer as distancias e cumprir os trajetos e distancias que vão de coração a coração (LUZ, 1968, p. 149).

Contempla-se dessa vez, porém, uma crítica ao não funcionamento correto dos Correios. Conforme a narrativa, as cartas e mensagens chegavam com rapidez em todos os cantos do mundo, menos em Brasília. Segundo o cronista, eram muitos os prejudicados que esperavam inquietos suas correspondências, fosse o candango, engenheiro, funcionário de escritório ou comerciante: “todos esperam e procuram a carta que deve chegar ou que, muitas vezes, já chegou e está coberta pela poeira, na agência dos correios em Brasília” (LUZ, 1968, p.150).

¹⁴⁶ A partir das considerações de Bakhtin (1997), entendemos as crônicas como gênero secundário do discurso. Segundo o teórico russo, a heterogeneidade é uma característica dos gêneros dos discursos, o que dificulta a definição do caráter genérico do enunciado (romance, novela, conto etc.). De acordo com ele, os gêneros secundários do discurso (o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, entre outros) aparecem em circunstâncias comunicativas mais complexas, como a escrita artística, científica, sociopolítica. Durante esse processo de formação dos gêneros secundários, existe uma absorção e transmutação dos gêneros mais simples (primários), como os relacionados à conversa cotidiana em várias situações sociocomunicativa: no ambiente familiar, de trabalho, de lazer etc. Esse procedimento se dá em todas as espécies, constituindo-se em circunstâncias de uma comunicação verbal com maior cuidado na elaboração (BAKHTIN, 1997).

¹⁴⁷ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 149.

Para o escritor, as mensagens também eram passadas pelos amigos que traziam as notícias. Essa foi a principal forma encontrada por esses sujeitos para se comunicar até a fundação da primeira agência dos Correios. De acordo com Heloiza Matos (2010), a agência só foi inaugurada em 3 de junho de 1958; antes disso, “há informações de que as correspondências para Brasília eram recebidas e enviadas através do malote da Novacap” (MATOS, 210, p. 109). Segundo a pesquisadora, ainda em 1958 a Novacap publicou um comunicado à imprensa com a informação de que o correio enviava, diariamente, 40 malas postais e recebia mil cartas.

Na crônica, Clemente Luz diz que as correspondências não chegavam por causas diversas, segundo ele, “quase todas justificáveis”. Ainda assim, o cronista não deixa de mencionar os problemas gerados pela demora na entrega das cartas ao se referir à angústia dos noivos da cidade que aguardavam correspondências de suas amadas: eles “esperam resignados, que os estafetas dos correios descubram, nos montões de cartas espalhadas na sala pequena dos Correios, a carta cheia de ternura, com um pouco ainda do calor e do perfume da amada” (LUZ, 1968, p. 151).

Na sequência, Luz dá novas pistas do seu descontentamento e apresenta um dos motivos de tanta demora: “O correio daqui é pobre, é pequeno, e tem as pernas curtas. Daí o retardamento, que amargurava a vida dos amorosos, que os leva, muitas vezes, a crer em possível arrefecimento por parte da criatura amada” (LUZ, 1968, p. 151). Ele ainda narra que, diante dessas dificuldades no contexto da construção de Brasília, a solução encontrada foi a criação de uma mala postal a partir de uma caixa de mate vazia. Nesse caso, o cronista trata em tom anedótico a saga para se receber uma carta na cidade em construção.

Assim sendo, é significativo para a análise proposta até aqui a narração dos sentimentos daqueles que construía Brasília e a importância das cartas naquele contexto:

Todos nós, que aqui estamos, na imensidão do Planalto, sentimos, na solidão dos alojamentos, a necessidade dos retalhos de vida, que as cartas nos trazem. Elas são o alimento diário, necessárias e indispensáveis, para que os corpos e mãos possam trabalhar em sossego, no sadio entusiasmo de construção da cidade... (LUZ, 1968, p. 150).

Essa narrativa da importância das cartas para o trabalhador de Brasília apresenta um outro discurso: o ritmo das obras empregado na cidade. Conforme Luz, as cartas são necessárias para o bem estar e “sossego” desses sujeitos, por serem os alimentos diários indispensáveis para que eles mantivessem o ritmo, contribuindo também no combate da “solidão” presente nos

alojamentos. Logo, esse bem estar dos trabalhadores interessa mais ao propósito da construção de Brasília, pois contribui para a manutenção de um “sadio entusiasmo da cidade”.

3.3.4. O “ritmo de Brasília”

Outro tema que aparece com frequência nas crônicas de Clemente Luz é o do chamado “ritmo de Brasília”. Em *O ritmo*¹⁴⁸, ao narrar a presença de JK em uma apresentação de circo na Cidade Livre, o cronista compara o esforço feito por um casal de artistas no trapézio com o realizado pelos trabalhadores que construía a nova capital. Segundo ele, o esforço dos artistas “fazia o cansaço descer sobre corpos dos que assistiam à demonstração”, pois a demora na realização do número era dramática para os espectadores.

O cronista procura demonstrar, por meio de um diálogo entre JK e Israel Pinheiro, que o esforço repetitivo e cansativo – que poderia tomar “jeito de drama” ou mesmo “forma de dor” – se mostrava dentro da normalidade de Brasília se comparado com o cotidiano daqueles que estavam na cidade, fosse construindo-a ou acompanhando diariamente a sua edificação.

Por diversas vezes em suas crônicas, Clemente Luz menciona que o ritmo acelerado das obras de Brasília era necessário diante do prazo apertado para terminar a obra e, sobretudo, por conta da “grandiosidade” da empreitada. Isso se relaciona com o que foi analisado no subcapítulo anterior. Assim sendo, interessou-nos a forma como ele representou o trabalho e o esforço realizado pelos operários de Brasília naquela época.

Na crônica *Canto noturno*¹⁴⁹, averiguada no início do capítulo, mesmo diante da poética da narrativa de tratar das diferentes cantorias dos operários e das belezas de Brasília, há a representação de um “ritmo” exaustivo marcado pelos turnos, pelas sirenas ou pelo roncar compassado dos geradores.

O canto dos trabalhadores, “simples e profundo, talvez sem alegria, mas honesto e bravo”, era a forma encontrada por esses sujeitos do turno noturno para não dormir, como foi observado pelo narrador: “A noite traz o sono. A luz elétrica entorpece um pouco a vista e os músculos. E os trabalhadores noturnos, que continuam o trabalho de seus colegas diurnos, precisam cantar, para que o ritmo do trabalho não diminua” (LUZ, 1968, p. 63).

Além disso, também é mencionada na crônica a quantidade de horas trabalhadas: “As turmas se revezam, para que dezoito horas diárias sejam aproveitadas na edificação da grande cidade” (LUZ, 1968, p. 63). No presente do narrado, apresentava-se a média de horas

¹⁴⁸ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 35.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 63.

trabalhadas em Brasília como um já-dito. Segundo Nair H. Bicalho de Sousa (1983, p. 36), uma das pioneiras no estudo dos operários de Brasília, os “depoimentos de operários desta época relevam jornadas de trabalho atingindo 14 a 18 horas diárias, dando um ritmo incansável às máquinas dia e noite”. Ademais, os finais de semana eram dedicados às horas extras.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 162), “na construção de Brasília, o grande número de horas extras foi marcante e fez parte da lógica de exploração típica do grande projeto, na medida em que foi um dos artifícios que permitiu instalar o ritmo intenso de trabalho requerido para a execução, a tempo, da obra”. Em diálogo com Bicalho (1983), o estudioso afirma que a jornada de 10 horas na construção civil era normal na época, pois, juntamente com as 8 horas estabelecidas pela lei (veja Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, artigo 59), 2 horas extras eram acordadas. Assim, uma jornada de horas de trabalho mais extensa era permitida somente em casos especiais e com autorização especial das autoridades do trabalho.

Ainda de acordo com Ribeiro (2008), foi grande a normalização das extensas jornadas em Brasília, pois até o Presidente da República a considerava normal, tratando o cumprimento da legislação apenas como expediente burocrático. Quanto ao trabalhador nesse contexto, “a possibilidade de acrescentar ao seu salário os rendimentos advindos das horas extras torna-se o caminho que leva a submeter-se e mesmo desejar sempre além da jornada legal” (RIBEIRO, 2008, p. 162).

Essa normalização do “ritmo de Brasília” fica tão evidente nas crônicas que algumas narrativas se referem ao estranhamento do cronista quando a cidade estava silenciosa, sem o rotineiro barulho de operários e máquinas trabalhando. Em *O peso do silêncio*¹⁵⁰, Clemente Luz diz estranhar, em uma noite de insônia, a ausência dos ruídos de costume: “as imagens se sucediam e a interrogação tomava conta do corpo: alguma coisa está errada, nesta noite. Alguma coisa, que devia estar, não está em lugar nenhum! Que Será? [...] Faltava, no meio da noite, o barulho de Brasília!” (LUZ, 1968, p. 148). Em seguida há uma explicação quanto ao estranhamento:

Amigos, não sei se podeis sentir o que estou querendo dizer! O silêncio de Brasília era para mim uma coisa inexistente, desconhecida. Mas, na noite insone, o vazio desceu sobre o meu corpo, o coração ficou doente, quase cheguei a ter medo. Havia o silêncio mais absoluto. Parecia que o mundo estava parado neste coração de mundo que pulsa 24 horas por dia. Brasília estava parada, totalmente parada.

Onde o ruído noturno de máquinas misteriosas, que abrem valas e compactam pistas, enquanto dormimos? Onde, pelo menos o ruído do vento dos cerrados? Onde, pelo menos, o ressonar dos corpos? Tudo parado, o corpo parado, à espera.

¹⁵⁰ Ibid., p. 147.

Brasília sem ruído não existe (LUZ, 1968, p. 148).

Novamente, podemos verificar a forte presença da oralidade na crônica de Luz que, como narrador, procura dialogar com o ouvinte (leitor) como testemunha do ritmo mencionado. Segundo ele, a situação vivenciada era desconhecida pelo fato de que o barulho de máquinas trabalhando 24 horas por dia havia se tornado corriqueiro. O vazio total incomodava aquele que se acostumou a dormir com o ruído das obras, tanto que o cronista procura passar a ideia de preenchimento quando, da sua varanda, passou a escutar a zoada rotineira: “Foi quando, do fundo do cerrado, o ruído de um pesado trator despertou o meu coração, despertou, o coração de Brasília e a vida retomou seu ritmo. Sossegado, tranquilo e feliz, escondi o sono por detrás das pálpebras” (LUZ, 1968, p. 148).

3.3.5. Moradia e exclusão na nova capital

Citamos anteriormente que Clemente Luz se refere muito ao local onde residia (Fundação da Casa Popular) ao tratar do cotidiano doméstico de uma Brasília já existente para quem estava ajudando na construção. Contudo, é possível identificar em determinadas crônicas representações da moradia dos trabalhadores sem alojamento.

Primeiro, visualiza-se uma preocupação do cronista em reproduzir os materiais utilizados para a construção dessas moradias “irregulares”; eles podiam ser de qualquer material “que vedasse o sol ou se antepusesse à chuva”, especialmente restos de materiais das obras, como sacos de cimento vazios. *A Casa de Cimento*¹⁵¹ relata as estruturas das casas da “invasão” na região conhecida como Papelândia, localizada nas proximidades da W3 Sul: “Essa estranha vila teve existência por vários anos, no local onde se erguem a Praça 21 de Abril e as casas das quadras em volta” (LUZ, 1968, p. 81). Na narrativa de Luz, a região, que era irregular, ganhou esse nome por causa dos sacos de cimento vazios utilizados na construção das moradias: “os sacos vazios de cimento, em determinada época, entraram na moda, não somente pela facilidade com que eram obtidos, como pela resistência que revelam, após as primeiras chuvas” (LUZ, 1968, p. 81).

Para Ribeiro (2008), o surgimento dessas regiões irregulares está diretamente ligado à proibição do aumento da Cidade Livre no ano de 1958, pois não comportava mais tantos migrantes. Isso explica o surgimento de localidades como Taguatinga e Vila Amaury. O mesmo

¹⁵¹ Ibid., p. 73.

pesquisador faz uma contextualização de como se deu o início das habitações que o governo considerava “irregulares” e demonstra que o projeto de construções temporárias em Brasília começava a apresentar problemas devido ao grande fluxo de migrações:

É de fato com a seca de 1958 no Nordeste que a cidade demonstra ter chegado ao seu limite: o projeto inicial de núcleo transitório começa a transbordar visivelmente. Os acampamentos que eram construídos e cuja responsabilidade passava a ser das empresas que estavam participando da obra, evidentemente não eram alternativas para solucionar a questão. Tem início o processo de ‘invasão’ das áreas periféricas da Cidade Livre e dos acampamentos, agravando mais ainda o problema de uma localidade já sem grande infraestrutura urbana. No decorrer da construção de Brasília, as ‘invasões’ foram comuns e se faziam notar principalmente quando, ao término de alguma obra específica no Plano Piloto, destruíam-se os alojamentos existentes para os trabalhadores que ficavam com a única alternativa de engrossar a fileira dos “invasores” (RIBEIRO 2008, p. 239-240).

Como Clemente Luz na sua crônica *Pau-de-arara*, Ribeiro (2008) cita que a barreira imposta pela GEB na entrada da cidade não conseguiu barrar o contingente de pessoas que viam em Brasília uma possibilidade de mudança de vida. Esses retirantes procuraram se instalar da maneira que lhes foi possível. Assim como descreveu o cronista, o antropólogo menciona que “o nome de algumas invasões, como Sacolândia aponta para a precariedade dos materiais utilizados na construção dos abrigos das famílias: sacos de cimento já utilizados, papelão, restos de material de construção obtido das obras etc.” (RIBEIRO, 2008, p. 240).

Em *A História se Repete*¹⁵², Clemente Luz novamente trata dos sacos de cimento utilizados para a construção de casas mais humildes. Dessa vez, o cronista conta a história de um candango chamado Cícero, que brigou com sua esposa na “Papelândia” (Sacolândia), saiu de casa e resolveu construir uma nova morada no cerrado, embaixo de uma sucupira que “deitava sombra ampla e amiga sobre o chão”. A crônica narra que dois nordestinos construíram a mesma casa sem saberem da existência do outro e, depois da briga inicial, a confusão foi resolvida quando ambos decidiram morar juntos. Isso posto, além dos materiais utilizados, devemos atentar para a localidade escolhida para a construção da casa: lugar afastado e perto da vegetação, tudo isso para tentar escapar da fiscalização da Novacap.

De acordo com Ribeiro (2008, p. 241), “as invasões apareciam, cresciam, desapareciam e reapareciam, apesar da repressão policial e da tentativa de invisibilizá-las”. Nesse sentido, como mencionou Holston (1993), essas rebeliões acabaram forçando o Estado a reconhecer os direitos desses sujeitos que ficaram à margem, como é o caso de Taguatinga, que foi pensada

¹⁵² Ibid., p. 87.

após o surgimento da Vila Sarah Kubitschek nas proximidades da Cidade Livre. Porém, esses direitos foram reconhecidos nas cidades da periferia da capital e não no Plano Piloto uma vez que “Os planejadores de Brasília estabeleceram desde o início uma das intenções radicais da nova cidade: não deveria deixar que se desenvolvesse a periferia da miséria operária que, de forma legal ou não, tipicamente se tem produzido à volta das metrópoles brasileiras” (HOLSTON, 1993, p. 257).¹⁵³

Diante dessa situação, Clemente Luz parece ter se sensibilizado, em especial com a situação dos moradores da Vila Bananal – que a população chamava de Amaury. A crônica *Afogados*¹⁵⁴ critica a situação dos moradores da vila. Segundo ele, lá “vivia a pequena multidão de homens e mulheres, de crianças e animais domésticos, que a engrenagem da cidade pusera à margem. A vila se formou condenada ao afogamento” (LUZ, 1968, p. 194). Ao longo do texto, são presentes os elementos cotidianos de um ambiente familiar, como pais, mães, crianças e animais domésticos. No discurso acima, o autor não deixa de mencionar que esses sujeitos estavam à margem na nova capital, o que explicita a estratificação social da cidade que privilegiava os sujeitos do grupo de *status*.

Holston (1993) dá mais detalhes de como a Vila Amaury (Bananal) foi fundada:

O movimento foi desencadeado e liderado por um membro politicamente ambicioso da própria equipe da Novacap, Amaury de Almeida. Ele era conhecido por seus fortes vínculos com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por sua ambição de tornar-se deputado estadual. Nos primeiros meses de 1959, ele organizou uma campanha bem-sucedida para criar um novo assentamento perto dos locais da construção. Propôs esse assentamento como meio de reunir em um só acampamento legal os milhares de favelados que trabalhavam para as empresas de construção, mas que, por uma ou outra razão, haviam fixado residência ilegal dentro e à volta do Plano Piloto (HOLSTON, 1993, p.263).

¹⁵³ Não é nosso objetivo adentrar na discussão sobre as cidades-satélites. Clemente Luz menciona, em especial, a Vila Amaury, que foi a “invasão” que teve seus moradores transferidos para fora do Plano Piloto com a criação de Sobradinho-DF. Para uma análise aprofundada dessa questão consultar: DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: XIV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX, 2016. São Carlos. *Anais...* São Carlos: USP, 2016; DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos MetrÓpole*, v. 22, n. 47, p. 123-146, 2020; HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; & RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: esperança dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2008.

¹⁵⁴ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 193.

Ainda de acordo com o pesquisador, a Novacap localizou o povoamento temporário¹⁵⁵ em uma terra baixa que seria inundada com a construção do lago artificial. Nesse sentido, como bem ressalta Clemente Luz, a expulsão dessas pessoas “seria naturalmente feita pelas águas, que a tudo tragariam na sua lenta subida. O favelamento não seria um problema de difícil remoção... Um aliado poderoso e indestrutível estava do lado de Israel Pinheiro: a água” (LUZ, 1968, p. 194). Esse erradicador natural de “favelados” não surgiu ao acaso, mas foi pensado ainda na fundação da vila. É por isso que Clemente Luz cita Israel Pinheiro, pois essa localização proposital foi feita com o conhecimento do Presidente da Novacap (RIBEIRO, 2008).

Clemente Luz narra com empatia a angústia e o desespero desses sujeitos quando o lago começa a encher: “Devagar, mansamente líquidas, [...] [as águas] penetravam os alicerces pobres, entravam pelas paredes de tábuas... De repente, o teto descia e a casa começava a flutuar como canoa abandonada, como triste e dramático montão de destroços...” (LUZ, 1968, p. 194). O cronista expressa o sofrimento desses moradores:

Como nas noites de terror, ninguém sabia quanto tempo de paz o invisível inimigo lhe destinara... No meio do sono, no meio da noite, um ruído leve de cobra deslizando sobre a relva... Um sentir leve de umidade nova no ar... E os olhos, baixando sobre o chão, divisavam a fímbria da pequena corrente de água penetrando a casa. Era, então, a hora da fuga rápida, mas não totalmente desesperada. Fuga já programada, já premeditada, mas sempre adiada, numa vã esperança de permanência (LUZ, 1968, p. 194).

De acordo com o cronista, a Vila que era chamada de Bananal ou Amaury passou a ser conhecida como Vila dos Afogados, em referência à situação vivenciada pelos seus moradores. Ainda segundo ele, a operação de remoção dessas pessoas pela Novacap – que ficou conhecida como Operação Caramujo – levava as casas, os ocupantes e os “trens” para outros locais.

Viviane Ceballos (2014), ao analisar as memórias dos habitantes de Sobradinho-DF, menciona que teve início no dia 03 de março de 1960 a transferência dos moradores da Vila Amaury para a nova cidade. Segundo Clemente Luz, a operação da Novacap foi planejada no começo de remoção, pois todos os dias grupos

¹⁵⁵ Ainda de acordo com Holston (1993, p. 264), “O Núcleo Provisório do Bananal, como era oficialmente denominado, a partir de um curso d’água vizinho, ou a Vila Amaury, como era popularmente chamada por causa de seu líder, surgiu como algo contraditório: embora fosse autorizada temporariamente, tinha muitas das características típicas de uma favela”.

deixavam a vila rumo a lotes definitivos em sobradinho ou Taguatinga. [Mas] de um momento para outro as coisas ficaram complicadas. Em vez de areia, entrou água no negócio... As casas, que deveriam ser desmontadas ordenadamente, começaram a cair antes do tempo...” (LUZ, 1968, p. 195).

Essa crônica diz muito da prática de remoção de famílias pobres do Plano Piloto à região que seria inundada. Contudo, como mencionado anteriormente, podemos identificar nos livros de Clemente Luz crônicas que se inscrevem na *fronteira do tempo futuro*. Como demonstrou Pesavento (2004), essas narrativas possuem como características um tempo não realizado, um tempo sonhado e desejado. Nelas, é mais perceptível o caráter ficcional do gênero. Dessa forma, podem ser encontradas em suas narrativas as críticas ligadas à temática da distinção, como na crônica *Figurinha difícil*, que imagina no futuro o lançamento de um álbum de figurinhas sobre Brasília e sua possível repercussão. Por sua vez, também é possível encontrá-las em temáticas ligadas à moradia.

Assim sendo, na crônica *A Casa Flutuante*¹⁵⁶, Clemente Luz diz ter pensado na possibilidade de fazer um pedido à JK, já que todo mundo estava fazendo o mesmo. Depois de muito refletir, ele havia decidido pedir o absurdo: um lote dentro da área a ser inundada pelo Lago Paranoá.

Pediria um lote, legalmente demarcado, na parte mais profunda e larga do lago que contornaria a cidade. Antes que as águas do pequeno dilúvio artificial subissem, construiria, nos moldes da Arca de Noé, a minha casa. Cercá-la-ia de jardins artificiais, de viveiros para pássaros, de alojamento para os bichos prediletos. Um potente motor de popa e uma vela colorida entrariam no conjunto do pequeno mundo. Procuraria cercar-me de tudo quanto a técnica moderna oferece para o conforto do lar, e plantaria no solo uma grande âncora, com uma corrente de aço capaz de atingir o nível futuro das águas (LUZ, 1968, p. 198).

Na narrativa, o cronista menciona que se conseguisse realizar o pedido, passaria a viver muito bem nas águas do futuro lago com a “tranquilidade do velho Noé”, sem pressa, sem preocupações. Apenas de vez em quando deixaria que os ventos o levassem até um pequeno porto para reabastecer. Por sua vez, se a fiscalização lhe dissesse que estava fora do seu lote, ligaria o motor e voltaria rapidamente para o local demarcado com o auxílio de uma bússola. Assim, ninguém poderia desalojá-lo, pois, se preciso fosse,

[...] mostraria escrituras, autorizações, despachos. Tudo legal tudo certo.

¹⁵⁶ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 197.

E se não acreditassem, eu pediria que *esvaziassem o lago*, para ver se minha casa não baixaria, como a Arca de Noé, sobre o ponto demarcado.

Tenho certeza de que poderia convencer os fiscais... (LUZ, 1968, p. 199, grifo nosso).

Após o devaneio, o cronista retorna ao presente e confessa não ter coragem de levar a ideia adiante: “Acontece que o sonho foi maior do que minhas forças. E, não tenho coragem para fazer o pedido maluco ao Presidente, continuei escrevendo pobres páginas, que garantiram meu pão e o teto do homem sem ambições e sem bandeiras” (LUZ, 1968, p. 199).

Nessa crônica futurista, pode-se analisar uma representação de Clemente Luz sobre a questão da moradia em uma Brasília que estava quase construída. Pelo contexto a que se refere, o cronista estava aludindo ao início de 1960, quando o lago artificial de Brasília já estava ganhava contornos líquidos. Na narrativa, o ouvinte (leitor) acompanha como cúmplice o sonho de Luz, que acabou não se materializando. Na maioria das crônicas desse tipo, ao acordar do sonho, o narrador apresenta um sentimento de decepção (PESAVENTO, 2004): “[...] E, não tenho coragem para fazer o pedido maluco ao Presidente”.

Mesmo que introduzindo elementos de forma fantasiosa, Clemente Luz acaba por se referir a situações do presente. Ele dá visibilidade aos trabalhadores e suas famílias que viviam em construções irregulares ao redor de Brasília, constantemente desalojados por fiscalizações do governo. Todavia, de forma poética (e sem abordar o problema central), o cronista conta com a sagacidade do ouvinte para interpretar esse dizer de outra forma.

O historiador francês Ivan Jablonka (2016), ao analisar a existência de um vínculo entre ficção e realidade, menciona que, independentemente da maneira, a ficção se remete ao mundo. Para o estudioso, uma ficção pode provocar uma compreensão instantânea e proporcionar ao leitor aquilo que é preciso para a decodificação do real. Esse tipo de crônica diz muito sobre a interioridade do escritor, pois, ainda segundo Ivan Jablonka (2016, 198), “la ficción refleja la psicología del escritor, su cultura, sus convicciones, sus luchas, sus obsesiones, su posición en la sociedad o el campo literário”¹⁵⁷. As crônicas, neste caso, podem refletir as interpretações do cronista no momento da escrita.

A crônica *A Casa Flutuante* também diz respeito ao papel de Clemente Luz como cronista em Brasília, já que, no final do texto, ele diz que não faria o pedido e voltaria para o seu trabalho como escritor. Como afirma Pesavento (2006), devemos resgatar nessas crônicas as possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam

¹⁵⁷ Em tradução livre ao português, Jablonka (2016, Pp 198) diz: “a ficção reflete a psicologia do escritor, as cultura, suas convicções, suas lutas, suas obsessões, sua posição na sociedade ou no campo literário”.

ou desejavam. A crítica do cronista é sobretudo ao fato de que a Novacap distribuiu intencionalmente lotes em uma área que seria inundada, o que deixou esses sujeitos vulneráveis e sem esperança de conseguir permanecer naquele local. Como representado na crônica *Os Afogados*, eles foram colocados à margem pela engrenagem da cidade.

Essa exclusão tem relação com a posição de classe desses sujeitos em Brasília. Como cita Ribeiro (2008), a solução encontrada pela Novacap para a remoção desses “favelados” do Plano Piloto diz muito sobre a temporariedade que se imagina da participação dos operários nos grandes projetos. De acordo com o antropólogo brasileiro, ao se imaginar que esses trabalhadores deixariam a área para voltar para seus locais de origem ou buscariam outras frentes de trabalho ao final das obras, “acertam-se soluções temporárias como os núcleos habitacionais provisórios que fatalmente devem desaparecer após terem desempenhado suas funções de residências para trabalhadores” (RIBEIRO, 2008, p. 249).

Mais do que uma provisoriedade, constata-se em Brasília uma luta contra a desordem e o espontaneísmo “simbolizados nos acampamentos e nas invasões existentes” (CAMPOS, 2010, p. 113). Na nova capital, o pobre ficou à margem, pois, como aludido, os planejadores se preocuparam em não deixar que a periferia se desenvolvesse na cidade. Para Ceballos (2014) – em diálogo com Aldo Paviani (2012) – as cidades satélites, da maneira que foram criadas, configuram uma desvirtuação do plano inicial de conservar a cidade “fechada”, sendo que seu polinucleamento deu-se a partir da segregação dessa população que vivia nos acampamentos e nas invasões (favelas). Dessa forma, as cidades satélites nascem como “um processo de improvisação, não condizentes com o processo de consolidação de uma cidade planejada. Pelo menos não como pensavam seus ‘artistas oficiais’” (CEBALLOS, 2014, p. 1).

Na tese *Do Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*, a pesquisadora Jusselma Duarte de Brito (2009) aponta que são “propícias as condições para que mercados de terras especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas desorganizem as bases adequadas do acesso à terra e à moradia por partes dos grupos sociais de menor poder aquisitivo” (BRITO, 2009, p. 30). A solução encontrada para essa população de favelados de Brasília foi deslocá-la para áreas periféricas do quadrilátero Cruls¹⁵⁸, espalhadas em cidades isoladas e distantes do Plano Piloto (BRITO, 2009). Assim, fazendo uso das palavras de Ceballos (2014, p. 4), “erradicar favelas é ‘limpar’ o plano piloto de tudo aquilo que se contraponha ao projeto de monumentalidade que se tentava imprimir à cidade”.

¹⁵⁸ O quadrilátero Cruls é uma área retangular de 14.400 Km² fixada pela Missão Cruls para o novo Distrito Federal no estado de Goiás. A área foi meticulosamente descrita no relatório da comissão em 1894. Cf OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005. p. 91-93.

Desse modo, no que diz respeito à questão da habitação próxima do lago, o que se viu foi o nascimento de um bairro de ricos que não estava previsto no projeto inicial de Brasília. Diante disso, na crônica *O cavaleiro do Lago*¹⁵⁹, Clemente Luz narra o dia em que o médico Romualdo recebeu uma visita inesperada em certa manhã:

Antes da voz, tão nítida e clara, chamando pelos de dentro de casa, à moda da roça, teve a impressão de quem ouvira um tropel de cavalo machador... Estava se preparando para o trabalho quando; aliás, tomava o café da manhã uniformizado de médico, com a indefectível vestimenta branca, sapatos e meias brancas. Acostumado à vida de fazenda, pois foi criado numa e tem outra cheia de gado, jurava naquela manhã, que acabara de ouvir um tropel de cavalo e um “ô de casa” muito goiano ou muito mineiro, pelo lado de fora da residência no lago (LUZ, 1972, p. 159)

Na descrição da cena, acentua-se o personagem: médico dono de uma fazenda cheia de gado e com residência no lago. Ou seja, um homem de posses distinto em Brasília por sua condição financeira. O cavaleiro era Jairo de Almeida e andava a cavalo próximo da sua residência no Lago Sul quando resolveu fazer uma visita ao seu colega de profissão, igualmente “vestido todo de Branco”. A crônica se passa em tom anedótico e além de tratar da amizade entre os personagens, narra a história do animal de “arreios de luxo”. Clemente Luz destaca na crônica os personagens e o local da história. Narra-se um período em que a cidade já estava inaugurada, mas que ainda conservava as distinções de classe.

Desse modo, Jairo de Almeida era um dos “Doutores” da nova capital, pertencente ao grupo de *status* da cidade. Ele chefiou o Departamento de Saúde da Novacap¹⁶⁰ e, conforme a empresária Eleonora Morandi Quadros de Sant’anna em entrevista concedida ao ArPDF¹⁶¹ em 1989, era grande amigo de Israel Pinheiro. No texto, Clemente Luz define-o como um “médico pioneiro de Brasília”. Com isso, entendemos que o cronista procura ressaltar – mesmo que nas entrelinhas – a anedota do passeio a cavalo e a região em que o fato ocorreu, um bairro classe A: “Romualdo [...] Só não estava entendendo era o passeio matinal do médico montado no cavalo, em pleno asfalto das quadras próximas ao aeroporto, onde começaram a se erguer, em número cada vez maior, as casas de um bairro classe ‘A’” (LUZ, 1972, p. 160). Por isso, os sujeitos, suas vestimentas e posses são detalhados. Trata-se de pessoas distintas em um lugar reservado para poucos.

¹⁵⁹ LUZ, Clemente. *Minivida*, op. cit., p. 159.

¹⁶⁰ NOVACAP. *Revista Brasília*. v. 4, n 40, [edição especial 21.04.1960], abril de 1960.

¹⁶¹ SANT’ANNA, Eleonora Morandi Quadros de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

Averigua-se em Brasília, especialmente a partir da inauguração, ações do governo para remover da área central da cidade sujeitos de baixo poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que bairros de “classe A” surgiam à beira do lago destinado aos sujeitos da elite. As mesmas águas que “naturalmente” removeram os favelados da Vila Amaury passaram a ser usufruídas por sujeitos de *status*, como o “médico pioneiro de Brasília” Jairo de Almeida.

Por sua vez, o Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa fala em evitar bairros residenciais na orla do Lago Paranoá a fim de preservá-la “intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas clubes os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água” (CODEPLAN, 1991, p. 32). O plano aponta para setores ilhados destinados a loteamento de casas individuais e sugeria “uma disposição dentada em cremalheira para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas uma das outras [...]” (CODEPLAN, 1991, p. 32). Além disso, admitia também “a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico [...], estabelecendo-se, porém, como regra, nesses casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa” (CODEPLAN, 1991, p. 32).

Como demonstra Guilherme S. B. Vilas Boas (2016, p. 20), “após a inauguração no ano de 1960, as autoridades responsáveis pela urbanização, edificação e direção das ocupações de Brasília, trataram de, aos poucos, pôr em prática o plano de ocupação das diversas áreas da cidade, inclusive as regiões mais próximas do lago”. Ainda de acordo com o pesquisador, a Novacap realizaria alterações no plano proposto por Lúcio Costa, aplicando suas ideias às duas penínsulas sobre o lago, o que daria início ao Lago Sul e ao Lago Norte¹⁶². As margens do lago Paranoá seriam posteriormente destinadas às “moradias com grandes lotes e extensas propriedades residenciais, resultando num processo de ocupação de alta renda oficialmente incentivado pelas instâncias públicas (ocasionando no surgimento, posterior, das regiões administrativas do Lago Sul e Lago Norte)” (VILAS BOAS, 2016, p. 32).

Ainda sobre as mudanças urbanísticas de Brasília, a ocupação informal de terra pública ou privada da cidade ao longo dos anos “realizou-se também em outras faixas sociais de classe média em geral e alta, muitas vezes” (BRITO, 2009, p. 30), sob o título de condomínio, inclusive nas áreas internas à Bacia do Paranoá. Nesse sentido, em conformidade com Lúcia

162 De acordo com um estudo da Codeplan, antes da fundação de Brasília, foram construídas as primeiras casas para servir de residência aos diretores da NOVACAP, na atual QI 1. Segundo o documento, a ocupação da região teve início a partir da extremidade sul, pelo balão do Aeroporto, pois ainda não havia nenhuma ponte cruzando o lago Paranoá. Consultar: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Urbano-Ambiental-Lago-Sul.pdf>

Cony Faria Cidade (2010), por mais que o discurso oficial procure apresentar o planejamento de Brasília a partir de uma ideia de distribuição equitativa de recursos, na prática, como verificado nas crônicas de Clemente Luz, “a gestão do território resulta em acesso diferenciado a equipamentos urbanos segundo os diferentes grupos de renda [...]” (CIDADE, 2010, p. 207).

Holston (1993) tratou desse paradoxo ao afirmar que a criação de Brasília foi concebida a partir da negação do Brasil daquela época. Segundo ele (1993, p. 30), “embora tenha sido concebida para criar um tipo de sociedade, Brasília foi necessariamente construída e habitada por outra – pelo resto do Brasil que se pretendia negar”. Assim, tratando da rejeição ocorrida na cidade utópica, o antropólogo se refere a questão de *status*, o que diz muito sobre os bairros do lago:

Embora não pudessem modificar a fachada de prédios residenciais, muitos burocratas de alto escalão mudaram-se para o outro lado do lago, onde construíram casas individuais. Muitas vezes com considerável ostentação e com vários estilos de arquitetura, essas casas exteriorizam o status, a riqueza e a personalidade de seus donos em fachadas elaboradas, que negam a estética modernista (HOLSTON, 1993, p. 32).

Diante do exposto, para o antropólogo, ao rejeitar a negação dos padrões estabelecidos de vida urbana, “os brasilienses reafirmaram processos sociais e valores culturais que o desenho urbanístico pretendia destruir. O que resultou não foi, obviamente, o velho Brasil, mas tampouco foi a cidade imaginada” (HOLSTON, 1993, p. 32).

Clemente Luz destaca a segregação de Brasília na crônica memorialística *Visita Inesperada*¹⁶³ a partir do diálogo com o falecido Padre Primo no Dia de Finados, em um período em que a cidade já estava inaugurada. De acordo com a narrativa, o visitante deixou sua morada no Cemitério Campo da Esperança para saber as novidades da “cidade do leite e do mel”: “– Do leite e do mel é coisa de profecia... Na verdade é a cidade da chuva e do barro” (LUZ, 1968, p. 160). Nessa crônica, diferentemente das observadas anteriormente, o cronista, trata da visão de Dom Bosco de forma cética e se apoia em elementos mais concretos. No presente dessa escrita, o que percebemos é uma mudança de visão do cronista quanto ao simbolismo da cidade, pois ele apresenta mais a materialidade da cidade naquele momento (chuva e barro), deixando de lado o uso dos elementos mítico-religiosos utilizados durante a construção da nova capital.

Na sequência da crônica, o que se vê é um misto de leitura crítica do cotidiano com um lamento relacionado às mudanças da cidade, momento em que se perdia cada vez mais o

¹⁶³ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, op. cit., p. 159.

“espírito de Brasília”. Clemente Luz, antes de iniciar a lamentação, diz ter sido “tocado por um vago sentimento de saudade e de tristeza”. No desabafo, afirma que

A cidade está pronta. Bela na sua concepção urbanística e arquitetônica, aí está, plantada no chão e no tempo, para a eternidade. *Mas não é mais nossa. Nem é muito humana*, embora os ares se encham dos cheiros e das fumaças dos fogões domésticos, do choro das crianças, do lamento dos corações solitários, da gargalhada histérica dos novos ricos e dos boêmios inveterados, do ruído rangente dos freios de veículos, que mãos alucinadas dirigem. As salas vazias dos palácios e blocos ministeriais se povoam lentamente de estranhos, aos olhos longínquos e tristes dos candangos, que vão tendo a entrada barrada nas portarias... (LUZ, 1968, p. 160, grifo nosso).

Nota-se na lamentação o fato de que a cidade já inaugurada estava sendo ocupada pelos servidores vindos do Rio de Janeiro, já que se tratava de um local feito especialmente para servidores públicos. Desse modo, Luz destaca que ela não era mais dos construtores, dos idealizadores e apaixonados. Ou seja, para o cronista, a construção possuía marcas sentimentais de amor à cidade, o que para ele e muitos outros sujeitos daquele período não acontecia com os novos ocupantes.

Na crônica *A mudança*¹⁶⁴, Clemente Luz já dava amostras de que a cidade havia chegado em uma nova etapa, segundo ele a mais difícil “[...] porque implica uma verdadeira revolução administrativa e doméstica. Administrativa, porque toda uma parte da máquina do Governo, montada e enferrujada na Guanabara, terá que ser desmontada, encaixotada e transportada para a nova sede, para os novos edifícios” (LUZ, 1968, p. 223). Ainda de acordo com o cronista, essas peças teriam que ser renovadas “para que possam amoldar-se ao ritmo novo de vida, no tempo”. A “revolução doméstica” aludida por ele se referia à mudança dessas famílias da antiga capital para a nova sede: “onde se recomporão, à luz brilhante e revigorante do planalto”.

Luz chamava atenção para o amor à cidade: “e nessa revolução doméstica, porque passam agora, milhares de família, somente pode ser feita com o coração, pois somente os corações podem sentir a perenidade do lar e a grandeza do instante que está sendo vivido por todo um povo” (LUZ, 1968, p. 225). Nesse sentido, em *Flor de Cimento*¹⁶⁵ ele afirma que toda cidade precisava ser amada para ser entendida “E Brasília, mais do que qualquer outra, precisa ser amada com todas as forças do coração” (LUZ, 1968, p. 206).

Para Luz, no texto *Visita inesperada*, mesmo que sendo ocupada e possuindo marcas do cotidiano doméstico, Brasília não era “muito humana”. Nesse caso, Luz fazia referência a como

¹⁶⁴Ibid., p. 223.

¹⁶⁵ Ibid., p. 205.

se deu o povoamento da nova capital. Aqueles que ocupam as salas são estranhos, porque em sua grande maioria não participaram da empreitada de construção, não sentiam a “grandeza”, não conheciam “o ritmo novo” da vida em Brasília que vinha se humanizando ao longo da construção.

O saudosismo presente na crônica, referente há um tempo bom, mas já perdido para todos, aflora-se mais claramente com a expressão “Naquele tempo...”, proferida pelo padre, mas retrucada pelo cronista: “Sim, naquele tempo... Sayão cavalgava tratores e aviões, vencia o planalto, dominava a floresta. Mas Sayão pagou o tributo dos bravos e inaugurou o cemitério...” (LUZ, 1968, p. 160). Bernardo Sayão, nesse caso, não surge como um dos grandes heróis que deu a própria vida para ver concretizada a “visão do profeta”, mas como um daqueles tantos sujeitos que estavam caindo no esquecimento nessa nova “fase” da cidade. Ao final da narrativa, quando o ex-diretor chama o padre para voltar ao cemitério, isso fica evidente: “- Vamos padre primo! Hoje devemos ter visitas... *se é que ainda se lembram de nós*” (LUZ, 1968, p. 161, grifo nosso).

Além disso, não podemos deixar de mencionar a leitura que Clemente Luz faz da distinção social em Brasília nessa mesma crônica. Ele cita a expulsão dos candangos ao passo que faz referência a “novos ricos e boêmios inveterados” que dirigiam carros de forma alucinada. Para o cronista, os candangos acompanham tristemente de longe o povoamento dos palácios e ministérios, pois passaram a ter, após a inauguração, “a entrada barrada nas portarias...”. Além disso, dizendo se sentir sozinho em meio às multidões cada vez maiores, Luz continua criticando a situação dos operários e apontando para a estratificação social e espacial da nova capital:

Os de ontem, que caminharam no barro e na poeira do nosso lado, deixam a cidade, praticamente expulsos pela engrenagem voraz da realidade, que é fria e impessoal. Retornam à terra de origem ou procuram novas frentes de trabalho, onde não lhes faltem comidas e teto. *Embora com aparente alegria pela partida, não conseguem esconder, nos gestos e na voz, a tristeza amarga dos expulsos...* [...] Muita coisa mudou aqui no Planalto. [...] A cidade que era traço no papel e imagem na visão do arquiteto e do urbanista aí está, *quase plena*. Muitos tomam o lugar de muitos, nos escritórios e nas casas (LUZ, 1968, p. 161, grifos nossos).

A crônica se refere à crise que assolou Brasília após a inauguração devido ao alto número de desempregados no início da década de 1960. (HOLSTON, 1993). Associado a isso, temos no discurso a falta de moradia para os mais pobres, expulsos pela engrenagem de uma cidade que foi feita para a minoria de burocratas, como lembra Holston (1993). No entanto,

quanto às favelas e ao surgimento das primeiras cidades-satélites, “mesmo antes da sua inauguração, Brasília era uma cidade estratificada onde a incorporação diferencial era condição fundamental de sua organização social” (HOLSTON, 1993, p. 205). Alguns desses sujeitos procuram novas frentes de trabalho ou retornam aos seus locais de origens por incentivo do governo, que lhes negou moradia na cidade que construíram. Como lembra Manuel Mendes (1995), uma saída encontrada foi levar esses desempregados e suas famílias para outros locais: “Para aliviar a tensão social, aviões da Força Aérea levavam para o sul do País centenas de desempregados, destinados a trabalhos na agricultura, e famílias inteira recebiam passagens de volta à suas cidades de origem, especialmente no Nordeste” (MENDES, 1995, p. 34).

Diante dessa expulsão – exposta por Clemente Luz em sua crônica–, Holston (1993) cita que o governo não baseou sua rejeição a esses sujeitos em considerações práticas ou de classe. “Na verdade, a questão decisiva era a de status: foi lhe negado um lugar físico no Plano Piloto porque não tinham o necessário lugar social dentro do centro exemplar” (HOLSTON, 1993, p. 279). Eles estavam sendo substituídos, assim como muitos dos “pioneiros” de escalões mais baixos, porque a cidade não foi feita para eles. E mesmo que “com aparente alegria pela partida, não conseguem esconder, nos gestos e na voz, a tristeza amarga dos expulsos” (LUZ, 1968, 161).

Ainda se utilizando dessa narrativa memorialística, podemos observar na crônica *Missa de Páscoa*¹⁶⁶ um homem na Cidade Livre lembrando-se da época da construção de Brasília e dos dias gloriosos do atual Núcleo Bandeirante, pois o espírito daquela época havia se perdido com o tempo. Segundo o texto, existiam diversos vazios de lotes, telhas quebradas em caibros abandonados, pisos cimentados e envelhecidos na cidade de madeira que viu nascer. De acordo com Clemente Luz, esse homem, diante dos vazios, viu “com os olhos do ontem, as casas comerciais funcionando” e viajando no tempo, lembrava de uma cidade que já não era a mesma:

Mil novecentos e cinquenta e sete... Mil novecentos e cinquenta e oito. A refeição, tomada num dos bares da Avenida Central, tinha gosto de poeira ou de barro. Devia mesmo ter composição de poeira e barro. *A vida, porém, era tranquila, a luta era verdadeira.* Ao fundo, longe, como um risco no mapa, surgiram os acampamentos do futuro Plano-Piloto. Ali se construía a cidade do futuro, enquanto o aglomerado de casas de madeira dava ideia do acampamento de um grande exército, que tivesse sitiado o forte inimigo.

Todos tinham certeza da vitória final (LUZ, 1972, p. 60, grifo nosso).

¹⁶⁶ LUZ, Clemente. *Minivida*, op. cit., p. 60.

A expressão “a luta verdadeira” diz respeito às construções discursivas que marcaram a edificação de Brasília, estando na memória da maioria daqueles que participaram da edificação da cidade e que estavam inseridos em um imaginário que possuía como elemento norteador a ideia de comunhão, coletivismo e fraternidade entre as classes que davam os primeiros passos para um novo Brasil. Destarte, percebe-se no texto o sentimento saudosista que demonstrava que o passado era melhor.

Até mesmo Oscar Niemeyer, um dos planejadores de Brasília, evidencia esse sentimento nas suas memórias do livro *Minha experiência de Brasília*, publicado pela primeira vez em 1961: “Sinto como se tudo não tivesse passado de um sonho fabuloso” (2006, p. 33). Além disso, ele menciona com saudosismo as mudanças que ocorriam na cidade:

Com a mudança da Capital, Brasília mudou muito. Vemos com pesar que o ambiente se transformou por completo, perdendo aquela solidariedade humana que antes o distingui, que nos dava a impressão de viver num mundo diferente, no mundo novo e justo que sempre desejamos. [...] Agora tudo mudou, e sentimos que a vaidade e o egoísmo aqui estão presentes e que nós mesmos estamos voltando, pouco a pouco, aos hábitos e preconceitos da burguesia que tanto detestamos. [...] Brasília mudou muito e isso nos deprime, apesar de compreendermos as contingências decorrentes da cidade que cresce e que, durante algum tempo representará o regime capitalista, com todos os seus vícios e injustiças (NIEMEYER, 2006, p. 35).

De maneira semelhante a esse discurso, Clemente Luz faz uma análise saudosista por meio de outro personagem da crônica, Padre Roque, ao mencionar que diversos sujeitos e seus esforços eram esquecidos: “[...] se esquecem do pioneirismo de muitos” (LUZ, 1972, p. 61). De acordo com o texto, ao ouvir essas palavras, o homem “Olhou o púlpito. Com jeito de camponês alemão, as imensas mãos brandindo gestos que reforçavam as palavras, Padre Roque falava, trazendo o passado de luta às consciências do presente” (LUZ, 1972, p. 61).

Diante do exposto, cabe destacar que essa volta ao passado é feita com o olhar do presente de uma Brasília inaugurada que excluía e esquecia do pioneirismo de muitos. Nesse caso, o homem – que via com os olhos do ontem as casas comerciais da Cidade Livre funcionando nos espaços vazios – lembra com ar de saudade de uma outra época que, segundo ele, era melhor, pois seus amigos estavam ao seu lado participando da mesma empreitada, o que não existia mais.

Os passos levavam-no à Travessa Dom Bosco, onde tantas vezes se encontrara com os amigos.

Quase não há mais travessia...

Quase não há mais amigos.

Houve a dispersão: - alguns se colocaram bem no esquema novo de Brasília, outros foram derrotados, a maioria buscou outros rumos (LUZ, 1968, p. 62).

Na crônica *Missa de Páscoa*, esse tom saudosista afirma que no passado a “vida era tranquila” e a “luta era verdadeira”. No presente, a solidariedade havia acabado, os amigos se dispersaram e buscaram outros rumos. Clemente Luz busca representar um cotidiano da Cidade Livre que desapareceu, mas dá pistas de que isso também se aplica à Brasília, ao falar do pioneirismo esquecido.

Aquele que narra, de certa forma, deseja a volta de um tempo que se passou, período que na sua visão a “luta era verdadeira”. Nesse caso, está em jogo uma convivência da construção que sumiu no momento que a cidade foi inaugurada. Por meio dessas crônicas citadas, o tom saudosista apresentado por Clemente Luz diz respeito a uma possível decepção naquele período, pois não se concretizaram muitos dos ideais difundidos nos anos anteriores em que a cidade era edificada.

4. CLEMENTE LUZ: OS LIVROS DE CRÔNICAS E AS CAMADAS DE MEMÓRIAS

Este capítulo busca averiguar as memórias que se estruturam em torno de Clemente Luz e das suas crônicas em (e sobre) Brasília. Partimos da hipótese de que os discursos que criam um imaginário social sobre o cronista e suas obras são fruto de algumas camadas de memória.

Além dos livros de crônicas *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972), utilizamos jornais como fontes de análise, especialmente o *Correio Braziliense (DF)* pela cobertura realizada sobre a literatura da cidade a partir da década de 1960, além de ter sido um periódico local que registrou várias notícias envolvendo Clemente Luz.

A primeira parte deste capítulo parte de uma discussão da noção de memória para tratar da elaboração de memórias do escritor em seus textos e na Rádio Nacional de Brasília. Na sequência, o contexto de produção dos livros de crônicas de Clemente Luz será investigado, com destaque para o fato de os discursos sobre essas obras e a experiência do autor se basearem nas narrativas que ele mesmo construiu sobre si. Por fim, averiguaremos o imaginário construído por outros sujeitos em torno da figura do cronista, em especial por meio do periódico local e pelos críticos da literatura brasiliense.

4.1. MEMÓRIAS, UMA RECAPITULAÇÃO: A MEMÓRIA ORALIZADA, A MEMÓRIA DA RÁDIO NACIONAL E A MEMÓRIA DE CLEMENTE LUZ

Nos capítulos anteriores, observamos as representações de Clemente Luz e das suas crônicas, bem como o contexto de produção e circulação dessas fontes na construção e nos primeiros anos de Brasília. Na História Cultural, as representações dialogam com sensibilidades, discursos, sujeitos e imaginários; por isso, como demonstra Sandra Jatahy Pesavento (2008), não podem estar distantes do conceito de memória. Assim como a história, a memória é uma “narrativa que presentifica uma ausência no tempo”, que recupera, pela evocação, “imagens do vivido” (PESAVENTO, 2008, p. 15). Dessa forma, a propriedade evocativa da memória “permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausente” (PESAVENTO, 2008, p. 15).

Entendemos que as crônicas, no período em que foram produzidas e veiculadas, são *memórias oralizadas* da construção e dos primeiros anos de Brasília, bem como das experiências de Clemente Luz. Essas fontes possuem elementos da oralidade e foram

inicialmente produzidas para serem interpretadas diariamente na Rádio Nacional de Brasília em um período em que a crônica radiofônica possuía grande aceitação da população.

Para Jacques Le Goff (1990, p. 476) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva”. Na sua dimensão coletiva, a memória não é apenas conquista, mas também pode ser instrumento de poder. Na análise das crônicas de Clemente Luz, diante da utilização da memória no que dizia respeito às tentativas de mudanças da capital do Brasil para o interior, foi possível identificar representações em que o cronista fez uso da retórica do governo de JK.

No entanto, essas fontes não se resumem a essa interpretação, pois foi possível encontrar nas crônicas discursos relacionados à moradia e à exclusão social que, por vezes, transitavam entre passado, presente e futuro. Tudo isso nos faz evocar Lucília de Almeida Neves Delgado (2010 p. 38) que assegura que “a memória é inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo e do entrecruzamento de tempos múltiplos. A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente”.

Jacy Alves Seixas (2004, p. 53) afirma que “lembramos menos para conhecer do que para agir”. Nesse sentido, a historiadora procura demonstrar que a memória não é desinteressada e nem voltada para o conhecimento puro e descompromissado com o passado. Ela possui identificação com os interesses que fazem as pessoas se lembrarem. Portanto, as lembranças e situações narradas por Clemente Luz em suas crônicas se relacionavam com os propósitos da Rádio Nacional de Brasília. Como cita Seixas (2004), a memória tem um destino prático em que realiza uma síntese do passado e do presente visando o futuro. Ela se manifesta em ações interessadas e carrega as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais.

Para Maurice Halbwachs (1990), que contribuiu decisivamente para o estudo da memória quando a analisou por meio dos “quadros sociais”, também necessitamos de outras pessoas para lembrar. Segundo ele, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Ainda de acordo com Halbwachs (1990), por mais que a memória se constitua mediante os acontecimentos vivenciados individualmente, os fatos que são vividos pelo grupo têm o papel de reforçar e/ou completar/preencher lacunas das lembranças individuais. Assim, a memória ganha e se enriquece com novos quadros elaborados por outros sujeitos a partir de fatos vividos individualmente, visto que é impossível dois indivíduos narrarem de maneira idêntica um evento vivenciado por ambos.

A memória pode se basear “não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitos” (HALBWACHS, 1990, p. 29). Como argumenta Michel Pollak (1989, p. 9), a memória, por ser uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, se integra em tentativas de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades, como igrejas, partidos, sindicatos, famílias, entre outros. Logo, a “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, definindo seu respectivo lugar, sua complementariedade, e também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

Ainda para Pollak (1989), em diálogo com Halbwachs (1990), há um processo de negociação que visa conciliar as memórias individuais com a memória coletiva. Nas memórias sobre a Rádio Nacional de Brasília no contexto da construção da nova capital – apresentadas no segundo capítulo desta pesquisa – nos deparamos com representações parecidas. Elas são tentativas de “salvaguardar” um passado da Rádio como significativo para a cidade, além de dar ênfase na participação daqueles sujeitos que narravam. Essas lembranças dão um tom de encantamento, entusiasmo e excepcionalidade ao veículo, pois, segundo aquelas memórias, a rádio cumpriu um grande papel na comunicação e entretenimento. Nesse discurso, há uma conciliação e uma seletividade do que lembrar e por quê.

Assim, as representações do passado podem fazer parte do trabalho que Pollak (1989) chamou de “memória enquadrada”. O “trabalho especializado de enquadramento” demonstra que a memória é manipulada de acordo com os interesses coletivos. Ela está intimamente relacionada com o presente e se alimenta do material fornecido pela história, que pode ser interpretada de diversas maneiras. Deste modo, “guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p. 9-10).

Vemos que a memória não é desinteressada (SEIXAS, 2004), como quando Clemente Luz constrói narrativas sobre si mesmo – vide primeiro capítulo. O sujeito que narrava não era o mesmo do tempo do vivido (PESAVENTO, 2003), pois suas lembranças derivavam da reconstituição. Como menciona Ecléa Bosi (1998), há no sujeito que rememora a plena consciência de que está realizando uma tarefa, sendo necessário ter em mente que “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição” (BOSI, 1994, p. 20).

O sujeito que lembrava de si como um menino interiorano de família pobre que, com dificuldades, se tornou escritor e jornalista de Brasília fazia-o não apenas a partir do vivido, mas do presente narrado. Nesse espaço de tempo entre presente e passado, há uma reflexão. A ênfase no seu trabalho como cronista em Brasília após a inauguração da cidade tem muita relação com uma ânsia no presente de se assumir como um dos protagonistas da capital e de ser reconhecido como um dos primeiros literatos da nova metrópole.

Deste modo, compreendendo que os processos da memória são múltiplos, veremos adiante que as camadas de memórias em torno de Clemente Luz e suas crônicas se relacionam com questões inerentes a uma Brasília já inaugurada e em fase de consolidação.

4.2. MEMÓRIA TEXTUAL: *INVENÇÃO DA CIDADE (1968) E MINIVIDA (1972)*

Já que as crônicas e a análise das suas representações não podem estar distantes do conceito de memória, é imprescindível que avaliemos essas fontes no que diz respeito à sua organização em livros. Esse trabalho é importante, porque não encontramos as crônicas em áudio e nem mesmo os textos originais escritos pelo cronista na década de 1950 e 1960.

Além disso, ainda que Clemente Luz afirme que não modificou os textos reunidos em seus livros para preservá-los a autenticidade e espontaneidade, não podemos deixar de considerar que essas fontes selecionadas se apresentaram para nós por meio dos livros *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972), publicados somente alguns anos depois da inauguração de Brasília. Desse modo, se antes essas crônicas foram produzidas para serem interpretadas diariamente na Rádio Nacional de Brasília (memórias oralizadas), nesse segundo momento, entendemos que sejam memórias *textuais* que buscavam alcançar não mais os ouvintes da rádio e sim os leitores da nova capital.

Há nesse processo uma interpretação do passado mediante as inquietações do presente, isto é, da década de 1960 e 1970. Pretende-se evitar com essas obras que o cotidiano, o trabalho do cronista, as questões do passado e os sujeitos narrados fossem esquecidos.

Conforme evidencia Paul Ricoeur (2007), uma das finalidades principais do ato de memória é “lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à ‘rapacidade’ do tempo, ao ‘sepultamento’ no esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 48.). Como veremos adiante, nesses livros memorialísticos e nos discursos sobre Clemente Luz, o “dever” dessas memórias consiste essencialmente em não esquecer. Porém, como aludiu Pollak (1989), é preciso considerar na memória o jogo entre o lembrar e o esquecer, que possui estreita relação com o enquadramento da memória.

Não podemos ser ingênuos e pensar que a publicação dessas obras é apenas uma tentativa de reviver o passado da construção e dos primeiros anos de Brasília. Como citou Bosi (1994), trata-se de refazê-lo, de repensá-lo com as imagens e ideias do hoje, no caso específico. Para a pesquisadora, “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1994, p. 55).

Nesse sentido, é possível encontrar trechos em *Invenção da Cidade* (1968) em que o cronista deixa transparecer a mudança de conotação de “candango” na década de 1960 (HOLSTON, 1993), período em que o termo passou a ser amplamente disseminado. Na crônica *A cachorrinha morta*, estão localizados no grupo “Candangos” os colegas de rádio de Clemente Luz, o que não condiz muito com a situação de *status* vivenciadas por esses sujeitos na construção da cidade.

O próprio prefácio de Israel Pinheiro apresenta o cronista como um “candango da pena naqueles duros dias”. Por sua vez, como visto no capítulo anterior, em nenhum momento que se deu a escrita dos textos o cronista se considerou um candango, mas o que se observou foi uma proximidade dele com esses sujeitos. Porém, já na construção e após a inauguração, conforme sintetizou Holston,

os pioneiros declaram-se candangos, e os candangos são declarados pioneiros e a epítome do moderno bandeirante. Do trabalhador sem qualificação ao presidente da Novacap, a palavra se generalizou como um termo de prestígio para incluir todos os envolvidos na construção (HOLSTON, 1993, p. 211-212).

Assim, é preciso criticar esses livros de Clemente Luz, esclarecendo o contexto de produção e lançamento, bem como as memórias discursivas que vão sendo construídas ao longo dos anos.

Para Le Goff (1990), o que sobrevive da memória coletiva não é aquilo que existiu no passado, mas uma escolha feita pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e se apresenta sobre duas formas principais: os *monumentos*, que seriam a herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador. Para o teórico francês, todo documento é um monumento; sendo assim, não existe documento inócuo, objetivo, primário. Na crítica aos livros de Clemente Luz, entendemos a partir de Le Goff (1990), que as crônicas reunidas nessas coletâneas não são histórias em si mesmas, pois o próprio ato de reunir posteriormente esses

textos e transformá-los em livros carrega uma intencionalidade do cronista motivada pelas ânsias do presente.

Enquanto documentos, *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972) são para nós, os historiadores, produtos da sociedade que os fabricou, segundo as relações de forças que detinham o poder (LE GOFF, 1990). É preciso desmistificá-los, pois são frutos de uma montagem, feitos para durar e assim evitar o esquecimento. Para o historiador francês, “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1990, p. 548).

Não podemos supor que as representações presentes nos livros dão conta de todos os textos escritos pelo cronista, já que não tivemos acesso a essas fontes e somente algumas delas foram reunidas e publicadas. Por conta disso, é importante nos determos nessas diferentes memórias das fontes selecionadas, pois se eram oralizadas e produzidas diariamente, anos depois passaram a ser textuais e organizadas em dois livros. No diálogo com Le Goff (1990), buscamos problematizar notadamente suas construções discursivas, as condições de produção e o contexto de lançamento das obras.

É preciso considerar as práticas sociais de uma Brasília já inaugurada. Para Roger Chartier, em uma análise são importantes todos os atores e todos os processos que permitem que um texto se torne livro. “Esta encarnação do texto numa materialidade específica carrega as diferentes interpretações, compreensões e usos de seus diferentes públicos. Isto quer dizer que é preciso ligar, uns com os outros, as perspectivas ou processos tradicionalmente separados” (CHARTIER, 1998, p. 18).

Ainda de acordo com Chartier, o historiador deve vincular o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. Porém, não é nosso objetivo neste trabalho analisar a transmissão e apropriação dos livros de Clemente Luz, mas, sobretudo, compreender como esses textos (crônicas) se tornaram livros, começando por *Invenção da Cidade*, que foi publicado em 1968.

4.2.1. *Invenção da Cidade* e os livros sobre Brasília na década de 1960

Sobre *Invenção da Cidade* (1968), Clemente Luz busca demonstrar na época da publicação da obra, em entrevista concedida ao *Correio Braziliense* em 1968, que o livro estava sendo pensado há bastante tempo, mas que não havia se materializado até aquele ano, mesmo diante de mais de mil crônicas guardadas: “Desde a construção de Brasília que venho adiando

a publicação de um livro de crônicas sobre a época da construção, material não me faltava, pois dispunha de cerca de mil, ou talvez mais páginas”¹⁶⁷.

No relato oral produzido pelo ArPDF em 1996, o cronista menciona novamente a grande quantidade de escritos a fim de dar mais legitimidade ao trabalho realizado, pois enfatiza sobremaneira que a quantidade guardada “daria para fazer uma tonelada de livros” (LUZ, 1996, p. 26).

No relato do *Correio Braziliense* em 1968, Clemente Luz sugere que amigos o incentivaram a publicar a obra logo após a inauguração de Brasília: “prometi aos amigos, sem acreditar em mim mesmo, que ‘ano que vem...’ sairia o livro (...). No ano dois, as festas de abril chegaram, sem que nada tivesse sido feito em favor do prometido e supracitado livro. As velhas páginas começavam a ficar mais amarelas”. Ainda segundo ele, essas crônicas estavam em uma mala e não mais na gaveta, “pois a polícia havia levado” a sua mesa.

No que diz respeito aos processos da memória e sua manipulação, é interessante como, por meio do contexto que se apresentava no presente, o cronista atribui a ideia de que o livro foi dedicado aos seus amigos¹⁶⁸. Além disso, ele faz uma crítica ao regime ditatorial vivenciado em 1968, quando menciona que a polícia havia levado sua mesa.

Como cita em seu relato oral do ArPDF em 1996, Clemente Luz foi filiado ao Partido Comunista¹⁶⁹ nas décadas de 1930 e 1940 em Minas Gerais. Podemos encontrar, por meio do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – APM, relatórios policiais sobre investigações de atividades consideradas suspeitas quanto ao Partido Comunista e às reuniões em que constam o nome de Clemente Luz, sobretudo na década de 1940¹⁷⁰. Ele ainda menciona que, em Brasília, todos sabiam do seu passado como militante do partido (LUZ, 1996). Desse modo, esse passado pode ter contribuído para que os “policiais” o investigassem durante a Ditadura Militar, o que possibilitou uma crítica velada ao governo da época.

¹⁶⁷ LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02572, 2º caderno, 8 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33465. Acesso em 05 de out. 2020.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ O Partido Comunista do Brasil (PCB), a que se refere Clemente Luz, foi fundado em março de 1922. Segundo o CPDOC -FGV, o objetivo principal era de promover no Brasil uma revolução proletária que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista. Até sua extinção em 1992, o partido transitou entre a legalidade e ilegalidade. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em 12 out. 2020.

¹⁷⁰ ARQUIVO da POLÍCIA POLÍTICA/ Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro - SIAAPM em Arquivo Público Mineiro – APM – Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?nome=CLEMENTE+LUZ&nme_tipo=1&submit=Executar+pesquisa&action=results2&id_REQUEST=d103c207293e4e2bb65c235214417bae. Acesso em 12 out. 2020.

Na sequência do seu discurso presente no *Correio Braziliense* de 1968, ele menciona que foi justamente esse contexto autoritário vivenciado na cidade que o fez voltar a pensar na publicação do livro:

[...] cheguei até a abandonar a ideia de livro. Mas, um dia, abrindo a mala e vendo as velhas páginas, lembrei-me de amigos sofrendo injúrias, de companheiros se desajustando no tempo e no espaço, de nomes sendo enlameados em injustos inquéritos. As páginas sepultadas se revoltaram e exigiram a luz do sol. Foi então que se deu o chamado “estalo de vieira” e descobri que me faltara, até aquele instante a razão essencial para o livro e uma forma justa de aproveitamento do material semi-abandonado¹⁷¹.

Diante do exposto, menciona-se justamente os rotineiros inquéritos policiais da Ditadura Militar. Para o escritor, foi justamente essa situação envolvendo os seus amigos que lhe deu ânimo para publicação da obra. Porém, como contradição – fruto da intencionalidade da memória e sua relação com o presente –, a 2ª edição de *Invenção da Cidade*, feita com o auxílio do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1982, traz como destaque na biografia do autor apenas o fato de ele ter se deparado com as crônicas em suas “gavetas” na inauguração de Brasília: “No dia 21 de abril de 1960, data da inauguração de Brasília, suas gavetas estavam cheias de papéis escritos, retratando os mais variados ângulos da vida levada, até então, no imenso canteiro de obras (...)” (LUZ, 1982, p. 2, grifo nosso).

Desse modo, a crítica ao regime militar ou mesmo a promessa feita aos amigos que o “cobravam” não é presente nesse outro período, pois a ênfase se dá no volume de escritos encontrados assim que a cidade foi concluída. O discurso não é mais de apelo social, mas de surpresa e espanto em se deparar com tantas crônicas escritas ao longo da edificação de Brasília.

Salta aos olhos nesse discurso de Clemente Luz o destaque ao primeiro momento de dificuldade na publicação da obra, mesmo em face da “pressão” dos seus amigos. É possível encontrar por diversas vezes em jornais – em especial, no *Correio Braziliense*¹⁷² entre 1967 e

¹⁷¹ Cf LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02572, 2º caderno, 8 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33465. Acesso em 05 de out. 2020 (Grifo nosso).

¹⁷² PIRES, Êzio. Prêmio publicado e livros de Ano Novo. “CORREIO” NAS LETRAS. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02046, 2º caderno, 04 fev. 1967, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/26757. Acesso em 10 out. 2020; SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02431, 2º caderno, 16 nov. 1967, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30698. Acesso em 10 out. 2020; LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02439, 2º caderno, 28 nov. 1967, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30863. Acesso em 10 out. 2020; SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02449, 2º caderno, 09 dez. 1967, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/31043. Acesso em 10 out. 2020; VASCONCELOS, Adirson. BRASÍLIA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02454, 2º caderno, 15 dez. 1967, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/31151. Acesso em 10 out. 2020; VASCONCELOS, Adirson.

início de 1968 – uma tentativa frustrada de publicar a obra. Logo, de certa forma, essas reportagens sobre a possível publicação de *Invenção da Cidade* visibilizam o cronista e o que foi realizado na construção de Brasília.

Clemente Luz relata na mesma reportagem de 1968 o imenso trabalho que teve para organizar o livro: “Daí passei à garimpagem do extenso monte de cascalho à minha disposição. E de peneira em peneira, cheguei, das mil, às oitenta e poucas pequenas estórias do volume verdeazulamarelopreto”¹⁷³. Esse discurso demonstra a roupagem documental sugerida por Le Goff (1990) e prova que devemos tomar cuidado ao analisar as crônicas de Clemente Luz, pois existe uma seletividade das representações que se apresentam em forma de livros para nós. Assim, a “garimpagem” é realizada com critérios definidos pelo autor, que escolhe o que desejava publicar.

As crônicas reunidas em *Invenção da Cidade* (1968) não obedecem a uma organização marcada somente pela cronologia de Brasília, mas a temáticas específicas ligadas às representações que o cronista buscava expor na década de 1960. Nesse ato de trazer à tona as memórias, há referências ao presente que afluíam no ato de selecionar. É possível observar que o escritor organiza o livro de uma forma que consta nas primeiras páginas o período referente ao início das obras e, no final, as críticas que se aludem a estratificação social e espacial de Brasília. No entanto, ele não se prende a uma sequência temporal rígida dos anos, já que é possível sair de uma crônica alusiva à 1959 para outra de 1958.

A relação dessas memórias textuais com a coletividade fica latente em *Um nome à margem*¹⁷⁴. Na crônica, Clemente Luz procura se justificar ao “grupo” sobre a falta de maior destaque à figura de JK em seu livro. O cronista faz uma contextualização da empreitada e se defende dizendo que não era necessário “dar ênfase ao nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek, [pois] exaltar a sua figura alegre e comunicativa seria malhar em ferro frio, ou como diz o povo: tentar parar o sol com a peneira...” (LUZ, 1968, p. 17). Ainda de acordo com ele, “nunca lhe ocorrera a necessidade de exaltar a figura de JK, presente em carne e espírito em cada canteiro de obras, em toda a extensão do sítio demarcado para a implementação do novo Distrito Federal” (LUZ, 1968, p. 18).

Além disso, em uma exemplificação poética da simbiose existente entre a cidade e o político (CEBALLOS, 2005), o cronista menciona: “Brasília e JK eram dois nomes

BRASÍLIA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02568, 2° caderno, 03 mai. 1968, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33388. Acesso em 10 out. 2020.

¹⁷³Cf LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02572, 2° caderno, 8 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33465. Acesso em 10 de out. 2020.

¹⁷⁴LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ed. Horizonte - EBRASA, 1968. p. 17.

entrelaçados de tal maneira, como dois nomes namorados traçados num tronco – só separariam pela ação da fatalidade, como o corte criminoso do tronco ou a sua derrubada pelo raio imprevisível e irreversível” (LUZ, 1968, p. 18).

Esse discurso presente na narrativa de Clemente Luz está muito atrelado a um enquadramento de memória que se constituiu em torno da figura de JK. Na memória de muitos daqueles que participaram da construção da nova capital, o ex-presidente é citado como comunicativo, alegre e humilde. Além disso, por diversas vezes é representado como político audacioso, sobretudo, por ter levado adiante o “sonho” da transferência da capital do país para o interior (RIBEIRO, 2008). Logo, evidencia-se que a crônica citada é a única em todo o livro que possui a data de sua escrita. Essas representações construídas em 1967 (ano da edição do livro) dizem muito do jogo da memória, em especial, o que lembrar e como formular as lembranças a partir do presente em que são narradas.

Assim sendo, *Um nome à margem* expõe a relação da memória com os quadros sociais observados por Halbwachs (1990). A crônica busca esclarecer que o escritor não deixou de concordar com a memória do grupo, mas que na “seletividade” empregada quis narrar situações cotidianas daquela época: “Nunca me ocorrera outra coisa, senão fixar os momentos humanos, trágicos ou alegres, de todos quantos, deixando tudo para trás, estavam edificando o futuro, sobre linhas riscadas por Lúcio Costa e colunas imaginadas por Niemeyer” (LUZ, 1968, p. 18).

A memória discursiva utilizada por Clemente Luz no texto faz uso de vários elementos de um discurso presente na historiografia oficial da cidade, como analisado no capítulo anterior, tais como: interiorização, sonho secular, integração nacional, entre outros. Com isso, entendemos que o cronista procura manter a coesão e definição do seu lugar na memória do grupo (POLLAK, 1989), já que leva em consideração os discursos que faziam parte da memória coletiva de uma Brasília recém inaugurada.

4.2.1.1. A busca por uma identidade: do jornalismo à literatura em uma cidade incipiente

Ainda tratando da memória textual presente em *Invenção da Cidade* (1968), destaca-se a apresentação de Juscelino Kubitschek e o prefácio de Israel Pinheiro, pois, ao nosso ver, são elementos que visam respaldar e garantir maior realce à obra, fato que é observado em reportagens de jornais da época, sobretudo no *Correio Braziliense* (DF).

No prefácio, o ex-presidente da Novacap, após mencionar brevemente o conteúdo do livro, evidencia o trabalho que resultou nas crônicas reunidas. Segundo ele, “Clemente Luz foi o primeiro escritor e jornalista que ligou o exercício de sua profissão à edificação de Brasília.

Enquanto os milhares de homens trabalhavam, ele ia narrando as coisas que estavam sendo feitas, e como estavam sendo feitas” (LUZ, 1968, p. 13).

JK, por outro lado, alude que se trata de um poema de Brasília e enfatiza o cotidiano narrado pelo cronista. Para o ex-presidente, o livro era um diário que falava e fazia “chorar de saudade”, “Saudade da hora mais trepidante do Brasil, quando a Nação inteira vibrou, cantando, no estribilho do martelo e do cimento, a glória dos candangos que realizaram o sonho bi-secular de rasgar no planalto o ‘amanhã de meu país’” (LUZ, 1968, p. 8). Observam-se na apresentação do ex-presidente elementos das construções discursivas difundidos na construção da cidade e presentes na década seguinte, como o nacionalismo, Brasília como sonho bi-secular, desenvolvimento do interior, entre outros.

Quanto a estratégia de Clemente Luz de se valer de dois “maiores” da construção da cidade para dar mais destaque à sua obra, cabe dimensionar como ela foi citada no *Correio Braziliense*, por se tratar de importante jornal local da nova capital. Em fevereiro 1967, o literato Ézio Peres, ao mencionar que o livro estava sendo editado, destaca o prefácio escrito por Israel Pinheiro¹⁷⁵.

Meses depois, a coluna *Literatura* escreve sobre a chegada de Clemente Luz em Brasília em 1958, seu trabalho como cronista na Rádio Nacional de Brasília e a riqueza das suas narrativas em registrar o cotidiano de uma Brasília ainda em construção. O texto chama atenção para esses elementos e menciona que as palavras da apresentação e do prefácio eram de “responsáveis maiores pela edificação de Brasília”¹⁷⁶.

De maneira semelhante, a coluna *Sociais de Brasília* se detém especificamente na apreciação de JK, chamado, na matéria, de construtor de Brasília¹⁷⁷. Em 1968, Sergio Leal cita na sua coluna de esportes do mesmo jornal o lançamento do livro de Clemente Luz e faz uma breve explicação da obra e das experiências do cronista em Brasília. Por fim, o jornalista destaca os comentários do ex-presidente a respeito do livro¹⁷⁸.

Esses discursos sobre *Invenção da Cidade* (1968) evidenciam que a escolha de JK para fazer a apresentação da obra não foi por acaso. Como se verifica nas reportagens, a “benção” do “herói fundador” de Brasília (VIDAL, 2009), um dos padrinhos do livro, segundo declaração

¹⁷⁵ PIRES, Ézio. Prêmio publicado e livros de Ano Novo. “CORREIO” NAS LETRAS. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02046, 2° caderno, 04 fev. 1967, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/26757. Acesso em 10 out. 2020.

¹⁷⁶ LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02439, 2° caderno, 28 nov. 1967, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30863. Acesso em 10 out. 2020.

¹⁷⁷ SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02431, 2° caderno, 16 nov. 1967, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30698. Acesso em 10 out. 2020.

¹⁷⁸ LEAL, Sérgio. BATE-BOLA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02572, 2° caderno, 08 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33471. Acesso em 11 out. 2020.

de Clemente Luz¹⁷⁹, deu maior realce à obra. Como forma de evidenciar ainda mais essa estratégia, são utilizadas as palavras de JK em sua forma manuscrita e não apenas digitada.

Desse modo, sob o título *Palavras de JK sobre Invenção da Cidade*, entendemos que a edição do livro tentou idealizar intimidade entre o ex-presidente e o autor. A grafia autêntica de próprio punho do “herói” respalda e dá credibilidade. Como não-dito, ela simboliza a aprovação das narrativas contidas no volume, já que foram apreciadas pelo “construtor de Brasília”.

4.2.1.2. O pioneirismo na literatura brasiliense e os anos 1960

O cronista menciona que a publicação de *Invenção da Cidade* (1968) foi uma resposta à situação vivenciada por seus amigos no final da década de 1960, mas é certo que um dos principais objetivos de Clemente Luz era fazer sucesso e ganhar dinheiro com o livro. Assim, ele também buscava se consolidar como um dos escritores da cidade em um período de afirmação de uma literatura local. Fica evidente em seu discurso de 1968 a ideia de retorno financeiro, quando ele afirma que seus amigos cobravam a publicação no primeiro aniversário de Brasília, porque a data oportunizava o “ganho de dinheiro e popularidade”¹⁸⁰.

Há com o livro a tentativa de inserção do autor na intelectualidade de Brasília. Como vimos ao longo dos capítulos anteriores – sobretudo no primeiro –, o cronista se autoinscreve como primeiro jornalista e primeiro cronista de Brasília. Nesse sentido, em dado momento de sua entrevista colhida pelo ArPDF em 1996, mesmo que em tom de brincadeira, o escritor faz questão de reforçar que foi o “maior e o melhor” cronista de Brasília, pois só havia ele.

Observa-se nos elementos pré-textuais de *Invenção da Cidade* e nos discursos sobre as crônicas um estabelecimento de primazias muito recorrente na historiografia tradicional de Brasília, tais quais encontramos em Ernesto Silva (1985), Oscar Niemeyer (1961), Juscelino Kubitschek (1975) e Adirson Vasconcelos (1978). Nas orelhas do livro, José Guimarães Alves chama o autor de “O cronista de Brasília”; no prefácio, Israel Pinheiro ressalta que Clemente Luz foi o primeiro escritor e jornalista que “ligou o exercício de sua profissão à edificação de Brasília”. Por mais que os discursos não partam do cronista, a sua utilização no livro demonstra uma intencionalidade de fazer uso dessa ideia de primazia.

Na análise de algumas edições do *Correio Braziliense*, nota-se que, em termos de visibilidade, a publicação do livro guinou a situação de Clemente Luz na literatura da cidade por alguns anos. O cronista ainda era lembrado por ter publicado livros de literatura infantil,

¹⁷⁹ Cf LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02572, 2º caderno, 8 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33465. Acesso em 10 de out. 2020.

¹⁸⁰ Ibid.

mas era o fato de ter sido um dos pioneiros a escrever crônicas na nova capital recém-inaugurada que dava destaque ao seu papel como literato.

Sobre o início da literatura na cidade, cabe destacar que a primeira obra literária publicada na nova capital foi a antologia *Poetas de Brasília*, em 1962, organizada por Joanyr de Oliveira. Esse livro abriu precedentes para a criação da Associação Nacional dos Escritores – ANE em abril de 1963, processo do qual Clemente Luz participou na fundação como associado¹⁸¹. De acordo com Luiz Carlos Guimarães da Costa (2005), a ANE foi criada por inspiração de Almeida Fischer e sua filiação possuía como condição a necessidade de ter ao menos um livro publicado, peça encenada, artigos constantes sobre literatura em periódicos ou prêmio nacional. Em 1968, foi criada na cidade a Academia Brasiliense de Letras, que foi e é importante para a literatura local.

Isso posto, não é nosso objetivo analisar as origens ou definir uma identificação da literatura brasiliense¹⁸², pois trata-se de uma questão de intensos debates. Buscamos, sobretudo, demonstrar que entre os intelectuais radicados em Brasília que começaram a construir os alicerces da literatura local com poemas, contos, obras individuais ou antologias¹⁸³, Clemente Luz buscava se inserir, marcar seu nome e conquistar a glória literária, como confidenciou em 1969¹⁸⁴.

Até 1967, quando começa a ser divulgada a possível publicação do livro de crônicas de Clemente Luz no *Correio Braziliense*, encontramos algumas referências ao escritor no jornal local. Entre elas estão: duas crônicas publicadas¹⁸⁵, uma menção a sua participação em um livro intitulado *Brasilianas* – que reuniria crônicas lidas na Rádio Educadora de Brasília¹⁸⁶ –, uma

¹⁸¹ PIRES, Ézio. Escritores e poetas de Brasília. COLUNA LITERÁRIA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 01590, 2° caderno, 06 ago. 1965, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/19641. Acesso em 11 out 2020; Biografia do cronista no site da ANE. Disponível em: <https://anenet.com.br/clemente-luz>. Acesso em 11 out. 2020.

¹⁸² Para saber mais consultar: PEIREIRA, Wilson. *A literatura brasiliense*. Brasília: Universa, 1999; HORTA, Anderson Braga. *Sob o signo da poesia: Literatura em Brasília*. Brasília: Thesaurus, 2003; COSTA, Luiz Carlos Guimarães da. *História da Literatura Brasiliense*. Brasília: Thesaurus, 2005; CARVALHO, Bernadete Aparecida de. *Brasília literária: de quem para quem: proposta de um cânone para os autores brasilienses tendo em vista a recepção*. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília 2010. 102 p.

¹⁸³ Sobre esses alicerces da literatura local e seus poemas, contos, obras individuais e antologias consultar: COSTA, Luiz Carlos Guimarães da. *História da Literatura Brasiliense*. Brasília: Thesaurus, 2005.

¹⁸⁴ J.J.O. LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 2827, 2° caderno, 03 de julho de 1969, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42864. Acesso em 12 out. 2020.

¹⁸⁵ LUZ, Clemente. UM CONTRA TODOS. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 772, 1° caderno, 15 nov. 1962, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/8821. Acesso em 20 out. 2020; LUZ, Clemente. O BONDINHO DA SAUDADE. In. A crônica de Brasília, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1506, 3° caderno, 25 abr. 1965, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/18299. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁸⁶ PIRES, Ézio. ONDE ESTÁ O VALOR DO PREFÁCIO. Coluna Literária, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1469, 2° caderno, 10 mar. 1965, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/17744. Acesso em 20 out. 2020.

matéria sobre a preparação do seu primeiro livro de crônicas¹⁸⁷ (em 1964) e a sua presença na Semana Nacional de Escritores¹⁸⁸.

Além disso, em 1965, Joanyr de Oliveira o coloca como um dos percussores da embrionária literatura brasiliense. No mesmo ano, Bahiense Freitas o chama de “cronista típico de Brasília”, quando se refere ao seu trabalho pioneiro na Rádio Nacional de Brasília¹⁸⁹. Contudo, é com a iminência da publicação de *Invenção da Cidade* em 1967 que o nome do escritor passa a ser mais constante no jornal citado. Apenas em maio de 1968, mês do lançamento do livro, o nome de Clemente Luz foi encontrado dez vezes no periódico local. Nesses resultados, é confirmado o sucesso do livro na cena literária brasiliense, sendo citado também como um dos livros mais vendidos de Brasília.¹⁹⁰

Nesse sentido, em junho de 1968, na coluna *Sociais de Brasília* do *Correio Braziliense*, destaca-se o fato de Clemente Luz ter recebido Votos de Louvor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte pelo livro *Invenção da Cidade*¹⁹¹. Já em novembro do mesmo ano, Alberto Deodato afirmou que o livro de Clemente Luz precisava de maior divulgação nacional, de maneira especial no eixo Rio-São Paulo. O jornalista alude que a obra possuía um valor indispensável para o historiador¹⁹². Desse modo, podemos perceber que a crítica à literatura em (de) Brasília estava relacionada ao contexto ufanista da inauguração da nova capital. Logo, entendemos que mais do que comprovar um amplo sucesso de Clemente Luz e seu livro de crônicas, tais menções dão evidência a um possível apoio por parte daqueles grupos que haviam aprovado o governo JK e a construção de Brasília.

¹⁸⁷ SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 01361, 2° caderno, 30 de out. 1964, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/16264. Acesso em 10 de out. 2020.

¹⁸⁸ SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 01599, 2° caderno, 17 ago. 1965, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/19782. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Joanyr de. PRÓDROMOS DA LITERATURA BRASILIENSE. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1475, 2° caderno, 17 mar. 1965, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/17829. Acesso em 20 out. 2020; FREITAS, Bahiense. O ESPETÁCULO CONTINUA... *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1739, 2° caderno, 02 fev. 1966, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/21896. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁹⁰ Cf OS MAIS VENDIDOS. LITERATURA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02576, 2° caderno, 12 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33541. Acesso em 20 out. 2020; OS MAIS VENDIDOS. LITERATURA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02582, 2° caderno, 19 mai. 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33649. Acesso em 20 out. 2020; MIGALHAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02589, 2° caderno, 28 mai. 1968, p. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33788. Acesso em 20 out. 2020; SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02603, 2° caderno, 12 jun. 1968, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/34062. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁹¹ SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02605, 2° caderno, 14 jun. 1968, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/34098. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁹² DEODATO, Alberto. Brasília e o candango. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02731, 1° caderno, 09 nov. 1968, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/37383. Acesso em 20 out. 2020.

Diante do exposto, não queremos colocar o cronista em um pedestal por ter escrito as crônicas e as transformado em livros, muito menos incluir Clemente Luz em um cânone dessa incipiente literatura de Brasília, como alguns jornalistas e críticos literários do *Correio Braziliense* procuraram fazer. Objetivamos demonstrar que, com a intencionalidade presente no ato de publicar o livro, Clemente Luz almejava incluir-se de uma vez por todas entre os intelectuais da literatura que se constituía em Brasília. Abaixo, observaremos que essa intencionalidade contribuiu para a publicação do seu segundo livro de crônicas: *Minivida* (1972).

4.2.2. *Minivida* e a tentativa de consolidação literária na década de 1970

Clemente Luz parece não ter perdido tempo na manutenção desse possível sucesso na cena literária de Brasília, pois, em menos de um ano após publicar *Invenção da Cidade* (1968), já estava com o segundo livro de crônicas pronto e participando de encontros e concursos literários. Em junho de 1969, é divulgada a sua participação no IV Encontro Nacional dos Escritores no *Correio Braziliense*, com destaque para a Menção Honrosa recebida em função de *Minivida*¹⁹³.

Além disso, no mesmo ano foi citado no jornal o fato de a obra ter recebido Menção Especial no concurso literário promovido pela Fundação Cultural do Distrito Federal e por ter concorrido ao Prêmio Cistina Malbourg em Minas Gerais¹⁹⁴. Entendemos com isso que a segunda obra possuiu como objetivo a busca de uma consolidação na literatura incipiente da cidade.

Nesse sentido, em julho de 1969, quando perguntado se editaria *Minivida* ainda naquele ano, após receber Menção Honrosa do concurso “Prêmio de Ficção Banco Regional do Distrito Federal” promovido pela fundação Cultural do Distrito Federal, o cronista disse que esperaria por editores. Segundo ele, a experiência que teve com livros anteriores não foi das melhores no que dizia respeito ao retorno financeiro: “Assim sendo, não pretendo lutar sozinho, para dar

¹⁹³ TEM PROSSEGUIMENTO SIMPÓSIO DO IV ENE, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02911, 2° caderno, 14 jun. 1969, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/42315. Acesso em 20 out. 2020; ESCRITORES ENCERRAM REUNIÃO COM PRÊMIOS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02912, 2° caderno, 15 jun. 1969, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42340. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁹⁴ SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02916, 2° caderno, 20 jun. 1969, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/42471. Acesso em 20 out. 2020; LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 2921, 2° caderno, 26 jun. 1969, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/42626. Acesso em 20 out. 2020.

MINIVIDA a luz de livro impresso... se aparecer editor, aí sim. Os originais estão prontos, a espera”¹⁹⁵.

A matéria procurou explicar o ponto de vista e a escolha do autor em esperar por um editor, citando o problema na distribuição de *Invenção da Cidade*, que não havia chegado a outras praças. Clemente Luz insere essa dificuldade na seção *Sobre o autor* da segunda edição desse livro que, para ele, “não teve, por circunstâncias diversas, uma divulgação normal no mercado de livros do Brasil” (LUZ, 1982, p. 3). Não é nosso objetivo adentrar nessas questões de divulgação e distribuição de livros no Brasil, mas demonstrar essa relação do cronista com a literatura da cidade, levando em consideração as questões que envolvem as publicações dessas obras.

Ainda no ano de 1969, o cronista é escolhido pela coluna *Literatura do Correio Braziliense* para abrir uma série de resumos biográficos de autores brasilienses sob o título *Quem é quem nas letras em Brasília*. Novamente, Clemente Luz é citado como o “cronista de Brasília”, sendo destacado como um intelectual da cidade: “CLEMENTE RIBEIRO DA LUZ, ou, simplesmente, CLEMENTE LUZ, um dos intelectuais mais integrados na vida cultural da Capital da República, cuja construção acompanhou de perto desde os idos de 1958”¹⁹⁶. Ainda em dezembro do mesmo ano, Clemente Luz é notícia no jornal local por sua participação, juntamente com diversos outros escritores radicados na cidade, na antologia *Poetas de Brasília 2*, de Joanyr de Oliveira¹⁹⁷.

Como problematizado no primeiro capítulo, esse resumo biográfico é a primeira fonte narrativa na qual o cronista começou a consolidar uma imagem de si, tanto que parte do que está nesse resumo foi utilizada pelo escritor em *Minivida* (1972) sob o título de *O autor “orelhado”*. Nesse segundo livro, nota-se uma preocupação maior de Clemente Luz em falar de si mesmo e de suas experiências como jornalista e escritor em Brasília. Dessa vez, porém, ele não se utiliza de grandes expoentes da história da cidade para apresentar ou prefaciar o livro.

Há em *Minivida* (1972) uma preocupação em mostrar as obras já publicadas, como a coletânea de crônicas (coleção *Temas de Brasília*), o livro de poemas *Ombros Caídos* (1942) e

¹⁹⁵ J.J.O. LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 2827, 2° caderno, 03 jul. 1969, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42864. Acesso em 12 out. 2020.

¹⁹⁶ LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 2985, 2° caderno, 6 set 1969, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/44550. Acesso em 20 out. 2020.

¹⁹⁷ A antologia foi lançada em 1971, mas sobre o título de Antologia dos Poetas de Brasília. Cf LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 3075, 2° caderno, 21 dez. 1969, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/47332. Acesso em 20 out. 2020.

as obras de literatura infantil publicadas de 1944 a 1957¹⁹⁸. Nas informações dos livros infantis, são enfatizadas as edições, algo que não havia sido pensado na primeira edição de *Invenção da Cidade* (1968), mas que foi acrescentado na segunda edição de 1982.

Isso posto, procurando se consolidar como intelectual na cena literária da cidade com *Minivida* (1972), identificamos – por meio de busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁹⁹ – que Clemente Luz aparece 41 vezes no *Correio Braziliense* de 1960 a 1969. Contudo, esse número eleva para 90 menções entre 1970 a 1979. Nesse segundo momento, há alusões à *Minivida* e seu lançamento²⁰⁰, como ocorreu com *Invenção da Cidade*, mas também artigos assinados pelo cronista (muitos a partir de 1977), matérias que tratam do seu trabalho como jornalista e escritor, além de algumas crônicas inéditas e outras que faziam parte do seu segundo livro. Nesse caso, no contexto de publicação dos seus livros, há uma maior exposição do escritor na cena literária e jornalística de Brasília.

Em 1974, cita-se que o cronista planejava lançar mais um livro chamado *Estória de pioneiros*. A matéria menciona que o escritor estava fazendo pesquisas para selecionar pelo menos 150 pessoas de condições sociais mais diversas e que deram contribuição direta à construção de Brasília²⁰¹. Ainda de acordo com o texto, Clemente Luz pretendia “descobrir em cada personagem um fato que tenha marcado sua presença em Brasília”²⁰². Isso parece demonstrar uma preocupação do cronista em permanecer lançando livros sobre a nova capital para manter o *status* de intelectual, além de tentar ganhar dinheiro²⁰³.

Além disso, como sugeriu Holston (1993), podemos observar pelo título do livro que o termo “pioneiro” havia voltado a simbolizar *status*, comparado ao candango no que se refere aos construtores de Brasília. Diferentemente disso, na década de 1960, muitos sujeitos passaram a se denominar candangos, fossem eles serventes ou funcionários da Novacap.

¹⁹⁸ São elas *Bilino e Jaca*, 1ª Edição, 1944, BH; *O Mágico*, 1ª edição, 1944, BH; *Infância humilde de grandes homens*, 1ª edição, 1948; *Aventura da bicharada*, 1ª edição 1953; *O caçador de mosquitos*, 1ª edição 1953; e *Pedro Pipoca*, 1ª edição, Agir-Rio de Janeiro, 1957.

¹⁹⁹ Consultar a página inicial do banco de dados em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

²⁰⁰ MINIVIDA de Brasília, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 3751, 1º caderno, 03 mar. 1972, p. 15. Disponível, http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/19927. Acesso em 20 out. 2020.

²⁰¹ Após alguns anos, o livro a ser publicado passou a ser chamado de “Estórias de companheiros”. Cf DESTAQUE, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 04705, 2º caderno, 13 nov. 1975, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/67909. Acesso em 20 out. 2020; LIVROS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 5693, 2º caderno, 30 ago. 1978, p.3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/109350. Acesso em 20 out. 2020.

²⁰² ESTÓRIAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 4324, 1º caderno, 30 jan. 1974, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/43744. Acesso em 20 out. 2020.

²⁰³ ÚLTIMAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 4704, 2º caderno, 12 nov. 1975, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/67861. Acesso em 20 out. 2020.

4.3. O “PIONEIRO DOS PIONEIROS” NA LITERATURA DE BRASÍLIA: MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS SOBRE CLEMENTE LUZ

De 1980 a 1989, Clemente Luz ainda aparece com certa frequência no *Correio Braziliense*. Encontramos 45 menções, especialmente de publicações de crônicas inéditas no ano de 1980 e notícias sobre a segunda edição de *Invenção da cidade* (1982)²⁰⁴. Porém, são recorrentes as matérias lembrando o seu trabalho pioneiro como cronista e jornalista de Brasília na tentativa de resgatar e trazer à tona um personagem da cena brasiliense. No ano de 1984, o tom do jornal local é de retomada de um trabalho na literatura: “Nosso amigo Clemente Luz está voltando às lides literárias, enviando originais às editoras e tratando de reedições de seus livros. Clemente, além de um de nossos pioneiros de primeira água, tem inúmeros trabalhos literários destinados às crianças e aos jovens”²⁰⁵. Estamos diante de outro tipo de memória construída sobre o escritor e jornalista, produzida por sujeitos que conheceram ou não o cronista, mas que possui caráter coletivo.

Diante do que foi analisado até agora, não podemos deixar de mencionar que essas memórias e o imaginário social arquitetado sobre o cronista têm muita relação com o que ele próprio foi narrando até a sua morte, em 1999. Esse imaginário procura evitar o esquecimento do seu papel na cena literária (e jornalística) da nova capital. Destacam-se as colocações feitas pelo *Correio Braziliense* e pelos literatos locais, como Almeida Fischer (1983), Napoleão Valadares (1994), Wilson Pereira (1999) e Anderson Braga Horta (2003).

Há alguns jornais de outros estados que compactuam com a memória sobre Clemente Luz. Eles destacam que o escritor teria sido o “primeiro cronista de Brasília” e se utilizam de outros elementos da experiência do escritor, como a sua chegada em Brasília, as atividades desenvolvidas, os livros publicados, entre outros, mas três em especial destoam quando mencionam que ele foi o historiador de Brasília por narrar o cotidiano e o contexto da construção da capital²⁰⁶, o que não ocorre no jornal local.

²⁰⁴ CONFIDENCIAL, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 6937, 1° caderno, 18 fev. 1982, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/27218. Acesso em 20 out. 2020; PLANTÃO, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 7044, 1° caderno, 08 jun. 1982, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/30885. Acesso em 20 out. 2020.

²⁰⁵ BREVES NOTÍCIAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 7848, 22 set. 1984, p. 22. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/61190. Acesso em 21 out. 2020.

²⁰⁶ Cf LIVROS, *Jornal de Caxias*, Caxias do Sul-RS, n° 500, 13 set. 1982, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882470/16886>. Acesso em 21 out. 2020; LIVROS QUE RECOMENDO, *Jornal de Alcy Ramalho Filho, Diário do paraná*, Curitiba-PR, n° 8137, 2° caderno, 26 jun. 1982, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/152284>. Acesso em 21 out. 2020; PADRO, Marcus. Brasília: do pitoresco ao dramático. Livros e autores, *Diário de Pernambuco*, Recife-PE, caderno B, n° 186, 10 jun. 1982, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/47446. Acesso em 21 out. 2020.

Em seus livros, o escritor enfatizou que não tinha pretensão de escrever a história ou ser o historiador da nova capital, preferindo ser apenas o cronista da cidade (LUZ, 1968), se contentando “em registrar o flagrante da vida miúda na cidade monumental” (LUZ, 1972, p. 2). Diante disso, nesta pesquisa consideramos Clemente Luz um “historiador de Brasília” que de forma sensível narrou o cotidiano da nova capital.

Na tentativa de evitar o apagamento da sua figura literária, há uma tentativa do cronista, no final de sua vida, de retomar o protagonismo como escritor de literatura infantil. Em uma reportagem de 1987, o escritor se dizia animado em reeditar alguns dos seus livros infantis²⁰⁷. Como observado no primeiro capítulo, ele se queixa no relato oral cedido ao ArPDF em 1996 de não ter dado mais atenção a essa literatura que, segundo ele, se deu por conta do “sucesso” das suas crônicas em Brasília, quando passou a trabalhar na Rádio Nacional de Brasília. Não podemos deixar de mencionar que esse sujeito que narrava o passado em tom de lamento partia do tempo em que convivia com um distanciamento da sua imagem da cena literária da cidade.

Mesmo que tenha feito parte da antologia *Cronista de Brasília* (1995), organizado por Aglaia Souza, Clemente Luz já convivia com um distanciamento cada vez maior do seu nome em relação à literatura da cidade. No *Correio Braziliense*, entre 1990 a 1999, ele aparece apenas uma vez nas buscas realizadas na Hemeroteca Digital. Nesse único resultado, seu nome estava relacionado à equipe que participava do movimento de recuperação de um espaço físico do Forró de Ceilândia-DF, local onde residia naquele período²⁰⁸.

Diante das dificuldades de se manter ativo na cena literária brasiliense e por conta de dificuldades financeiras, o cronista acabou exercendo algumas funções comissionadas no Governo do Distrito Federal (GDF), inicialmente no mandato do governador José Aparecido de Oliveira (1985-1988) e logo depois passou a dirigir o Diário Oficial do Distrito Federal – DODF (LUZ, 1996). Nessa época, há um tom de desesperança nos discursos do cronista, que apresenta certa desilusão com a vontade manifestada anos antes de alcançar a glória literária.

Em seu relato oral de 1996, ou seja, no final da sua vida, Clemente Luz não aborda tanto a batalha pela sua inserção e permanência em uma intelectualidade na cidade, não trata das lutas para a publicação de seus livros de crônicas e muito menos detalha a origem dessa literatura brasiliense da qual fez parte. Apenas mencionara que ainda frequentava a Associação Nacional

²⁰⁷ OLIVEIRA, Wilson. Clemente da Luz: A perda de três dedos da mão não impediu o sucesso do escritor que conhece como poucos o espírito da cidade. GENTE DE BRASÍLIA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 8945, 09 out. 1987, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/104469. Acesso em 21 out. 2020.

²⁰⁸ QUEM SE ENCARREGA DO CUMPRIMENTO DE TAREFAS ESPECÍFICA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 9893, 2° caderno, 30 mai. 1990, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_04/6182. Acesso em 21 out. 2020.

dos Escritores - ANE e participava indiretamente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF.

Observamos em alguns trechos no seu relato oral um tom de fracasso, melancólico, fruto do distanciamento de suas experiências como escritor na cidade, já que, nesse período, ele se encontrava em outro momento de elaboração de memórias. Deste modo, ele não se empenha tanto em representar a imagem intelectual da cidade.

Ainda em 1996, o encarte do Diário Oficial do DF, *Linha direta com o Servidor*, por meio da matéria *A experiência comanda o Diário Oficial: O diário Oficial do Distrito Federal é dirigido pelo primeiro cronista da cidade, o jornalista Clemente Luz, 76 anos*, procurava contextualizar as suas produções e seu passado como cronista. Ao tratar da função desempenhada, Clemente Luz procura demonstrar que o trabalho no DODF possuía relação com Brasília e sua experiência como escritor: “Não acho que seja contraditório um cronista fazer o Diário Oficial. Afinal, eu vi esta cidade nascer, escrevi sempre sobre ela, e agora presto mais um serviço”²⁰⁹.

Nesse discurso, ele sugere a ideia de que estava realizando mais uma prestação de serviço à cidade, justamente por ter sido considerado “o cronista de Brasília”, com destaque para o trabalho realizado no período da construção da nova capital. A matéria destaca o trabalho realizado pelo cronista na produção do DODF. Há, no encarte, uma construção memorialística e biográfica intitulada *Uma figura marcante na vida da cidade*, em que são apresentados alguns elementos da memória do escritor e seus livros, em especial, *Invenção da Cidade*. Cita-se a sua chegada em Brasília, seu trabalho como cronista na construção da cidade, a relação desses textos com a Rádio Nacional de Brasília e o trabalho realizado na hora de garimpar e selecionar as crônicas dos livros. Além disso, novamente é enfatizada a apresentação de JK e o prefácio escrito por Israel Pinheiro.

Essa foi a última matéria sobre o cronista ainda em vida. Apenas em dezembro de 2002 a figura de Clemente Luz é relembrada, dessa vez pelo jornalista TT Catalão no *Correio Braziliense*. Assim como a matéria do DODF, o artigo faz questão de mencionar que Clemente Luz foi o primeiro cronista de Brasília. Quando cita o livro *Invenção da Cidade* (1968), o jornalista utiliza a apresentação de Juscelino Kubitschek para enaltecer a figura do cronista: “E Clemente Luz nem cita JK. Típico da sua pessoa, extremamente humilde para o talento

²⁰⁹ DODF. A experiência comanda o Diário Oficial. *Linha Direta com O Servidor*. Ano I – Nº 7, Brasília, 31/10/1996, p. 3. [Encarte do Diário Oficial do Distrito Federal].

exercido”²¹⁰. Ao longo do texto, TT Catalão traz algumas histórias do cronista e, por fim, faz mais um elogio ao escritor: “Clemente Luz, cantor de canteiro de obras, um abraço. Literato sem picuinhas do ego inflamável. Cronista da palavra-pão necessária, nutriente, fraterna”²¹¹. Diante disso, no pós-morte do escritor, começa-se a criação de uma ideia de pessoa simples. Nota-se que ganha evidência a sua imagem como humildade, especialmente como justificativa para a falta de proeminência da sua figura na cidade.

As buscas pelo nome do cronista realizadas no *Correio Braziliense* apresentaram apenas 17 resultados após os anos 2000: 11 vezes de 2000 a 2009 e 6 vezes de 2010 a 2019. Na esmagadora maioria das menções, ele é lembrado pela jornalista Conceição Freitas na coluna *Crônicas da Cidade*, que diz ter “descoberto” Clemente Luz após o cartunista Ziraldo elogiar o livro infantil “O Mágico” e que, ao ir atrás de mais informações, encontrou um “cronista delicado, comovente, doravante modesto, atento ao que ouve e vê, suave com o que escreve”. A jornalista, assim como outros sujeitos que versam sobre Clemente Luz e suas obras, menciona em seu texto a chegada em Brasília, a escrita das crônicas e especialmente a relação do gênero com a Nacional de Brasília²¹².

Conceição Freitas considera Clemente Luz um Pero Vaz de Brasília por ele ter sido o primeiro a escrever sobre a cidade durante sua construção e²¹³ diz que sentiu inveja dele por não ter vivenciado aquele momento. Compreendemos esse discurso sobre Luz como uma possível identificação da jornalista com o cronista, aquele que luta para ganhar a vida com a escrita. Ela menciona em seu texto o lugar de nascimento do escritor, o acidente que sofrera quando criança, suas obras, entre outros.

Conceição Freitas, ainda naquele mês de 2003, volta a citar o escritor em *Brasília adivinhada* e diz ter pego “uma estrada de nome Clemente Luz, o primeiro cronista de Brasília, Pero Vaz da nova capital”²¹⁴. Nesse outro texto, a jornalista busca demonstrar que foi a partir do descobrimento dos livros de Clemente Luz em um sebo que descobriu outros escritores da literatura brasiliense: “Na mesma livraria onde encontrei Clemente Luz, garimpei a primeira

²¹⁰ CATALÃO, TT. Lá onde vai ser... In: Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 14451, 1° caderno, 11 dez. 2020, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/27422. Acesso em 21 out. 2020.

²¹¹ Ibid.

²¹² FREITAS, Conceição. Pero Vaz de Brasília. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 14709, 1° caderno, 26 ago. 2003, p. 25. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_05/46648. Acesso em 22 out. 2020.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ FREITAS, Conceição. Brasília adivinhada. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 14710, 1° caderno, 27 ago. 2003, p. 25. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/46710. Acesso em 22 out. 2020.

antologia de poetas de Brasília, publicada pela Editora Dom Bosco em 1962. Estava eu, ainda sem saber, em outra estrada que me levaria a um lugar não menos prazeroso”.

Anos depois, agora em 2005, a jornalista torna a mencionar Clemente Luz no artigo *O cronista e o sonho*, dessa vez motivada pelo lançamento do livro *História da Literatura Brasiliense*, de Luiz Carlos Guimarães da Costa. Para Conceição Freitas, o cronista “recebeu tratamento à altura de sua importância” nessa obra sobre a literatura da nova capital. Isso demonstra uma preocupação quanto ao imaginário do cronista na cena da literatura de Brasília. No artigo, ela faz uma contextualização da importância de Clemente Luz e suas obras para a cidade²¹⁵.

Cabe destacar que Costa (2005) menciona em seu livro que há três tipos de pioneiros na literatura de Brasília: os que chegaram antes, os que chegaram junto da cidade e os que foram gradativamente chegando nos primeiros anos da nova capital inaugurada. Para ele, Clemente Luz fazia parte do primeiro grupo. Ao citar algumas mulheres e homens que estavam na nova capital antes mesmo da sua inauguração, tais como Lina Tâmega, Ciro do Anjos e Antonio Carlos Osorio, Costa (2005) alude que Clemente Luz já estava na cidade antes desses nomes e por isso o chama de “pioneiro dos pioneiros”. Novamente, observa-se um destaque a Clemente Luz no sentido de preeminência que procurava estabelecer primazias entre os participantes da construção da cidade em uma historiografia tradicional de Brasília.

No ano de 2007, Conceição Freitas menciona que o escritor é “a cara das primeiras crônicas de Brasília”²¹⁶. Em 2008, ela faz menção a Clemente Luz motivada pelos 40 anos de lançamento de *Invenção da cidade* (1968), o que caracteriza seu encantamento com as crônicas referentes à construção de Brasília. No texto, a jornalista enfatiza novamente que o escritor foi o primeiro cronista de Brasília, contextualiza a produção das suas crônicas e faz um resumo da sua vida²¹⁷. Percebe-se que, ao longo dos anos, a correspondente do *Correio Braziliense* continua na tentativa de tirar a figura do cronista do apagamento.

Assim sendo, um ano depois, Conceição Freitas novamente cita: “Clemente Luz, já escrevi aqui sucessivas vezes, foi o primeiro cronista de Brasília. Chegou aqui em 1958 e desde então escreveu o que viu, ouviu e percebeu daquele singular momento da história do Brasil”²¹⁸.

²¹⁵ FREITAS, Conceição. O cronista e o sonho. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 27 nov. 2005, p. 34. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/114540. Acesso em 22 out. 2020.

²¹⁶ FREITAS, Conceição. A cara de Brasília. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 29 set. 2007, p. 40. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/166898. Acesso em 22 out. 2020.

²¹⁷ FREITAS, Conceição. Um homem admirável. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 09 set. 2008, p. 34. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/191444. Acesso em 22 out. 2020.

²¹⁸ FREITAS, Conceição. “A casa flutuante”. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 14 fev. 2009, p. 38. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/215650. Acesso em 22 out. 2020.

Ou seja, esses artigos são tentativas conscientes de manutenção de uma memória sobre o cronista no que diz respeito à literatura da cidade, especialmente quanto a sua participação nas origens da literatura de Brasília, como demonstra o texto *Jabuti do cerrado* no ano de 2010: “Cinquenta anos depois de Clemente Luz escrever as primeiras (e belas) crônicas sobre Brasília, em Brasília, a cidade revela ao país que nos vazios do urbanismo moderno surge uma vigorosa produção literária. Sete autores brasilienses estão entre os finalistas do Jabuti”²¹⁹.

Em 2011, ainda destacando uma ideia de primazia, a jornalista ressalta a importância de lembrar a trajetória do escritor:

Clemente Luz, foi o primeiro cronista de Brasília. Seria apenas um dado histórico de pequena relevância histórica, ao gosto dos almanaques, não fosse ele um baita cronista. Lírico como o quê, recolhia a sombra dos acontecimentos e deles fazia um texto que era quase uma canção de ninar. Petiscos levemente adocicados que ele colhia nos primeiros anos de Brasília. Havia talvez, um certo ufanismo – perdoável, dada a atmosfera febril daqueles tempos²²⁰

Na citação acima, Conceição Freitas demonstra um encantamento com o trabalho realizado e com as narrativas de Clemente Luz sobre a construção de Brasília, como exemplificado na continuidade do seu texto em que traz trechos de crônicas do primeiro livro do cronista. No entanto, nessa memória que construía sobre ele, há uma ênfase nas suas produções com a intenção respaldar o argumento de que se tratava de um grande literato: “Clemente Luz morreu em 1999. Deixou dez livros publicados entre crônica, poema e literatura infantil”²²¹.

Em 2014, uma (re)descoberta: a jornalista diz ter encontrado novamente Clemente Luz ao acaso, pois *Invenção da Cidade* havia caído da prateleira de livros. No texto, Conceição Freitas destaca o prefácio de JK, citado na íntegra e, como se quisesse demonstrar a “riqueza” proporcionada pelo escritor, relembra o trabalho realizado pelo cronista na construção de Brasília: “Para quem ainda não conhece, Clemente Luz foi o primeiro cronista de Brasília. Veio para o canteiro de obras em 1958. Cronista diário da Rádio Nacional, escreveu textos depois reunidos em dois livros, *Invenção da Cidade e Minivida*”²²².

²¹⁹ FREITAS, Conceição. Jabuti do cerrado. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 28 set. 2010, p. 34. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/26649. Acesso em 22 out. 2020.

²²⁰ FREITAS, Conceição. O primeiro cronista. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 23 set. 2011, p. 29. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/61500. Acesso em 22 out. 2020.

²²¹ Ibid.

²²² FREITAS, Conceição. Um acaso dos deuses. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, 31 ago. 2014, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/151011. Acesso em 22 out. 2020.

Diante do exposto, como recorrência nesse imaginário criado sobre Clemente Luz, enfatiza-se nesses textos citados questões variadas, mas que possuem como centralidade o fato de o cronista ter narrado a construção e os primeiros anos de Brasília. É a partir dessa experiência que são citados outros elementos dessa memória, como a sua chegada em Brasília, as obras publicadas, a atuação em jornais locais e na Rádio Nacional, entre outros.

Em 2010, parece ter havido uma preocupação maior em mostrar outros elementos da vida e da experiência de Clemente Luz. No artigo *O cronista de Brasília: o jornalista Clemente Luz registrou, com lirismo, história dos primeiros tempos da cidade*, a jornalista Ana Clara Brant traz à tona essas memórias mencionadas, porém apresenta em seu artigo outras narrativas que envolvem a família e os amigos do escritor. A partir de depoimentos dos jornalistas Adirson Vasconcelos e Guido Heleno, são mencionadas histórias contadas e vivenciadas pelo cronista na cidade. Já os filhos Marco Aurélio Luz e Fernando dos Santos Luz revelam um contexto familiar e íntimo do escritor²²³.

Memórias como essas, que de certa forma fogem de um enquadramento criado em torno da experiência de Clemente Luz como jornalista e literato, também são encontradas na internet. Nesse caso, elas geralmente são produzidas por sujeitos que conheceram Clemente Luz. O jornalista Renato Riella, por exemplo, conta em seu blog algumas histórias do amigo que ele diz ter convivido por três décadas. José Escarlata, por sua vez, se detém em histórias curiosas contadas por amigos do escritor²²⁴. Ainda que muitos desses textos mencionem outras memórias sobre o cronista e sua experiência em Brasília, de certa forma também se utilizam de memórias coletivas presentes no imaginário social criado em torno de Clemente Luz e suas obras.

²²³ BRANT, Ana Clara. O cronista de Brasília: o jornalista Clemente Luz registrou, com lirismo, histórias dos primeiros tempos da cidade. *Diversão & Arte, Correio Braziliense*, p. 1, 22 fev. 2010. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/4785. Acesso em 23 out. 2020.

²²⁴ RIELLA, Renato. *A memória de Brasília deve muito a Clemente Luz*. Blog do Riella, 04 abr. 2015. Disponível em: <http://blogdoriella.com.br/a-memoria-de-brasilia-deve-muito-a-clemente-luz>. Acesso em 22 out. 2020; ESCARLATE, José. Lembrando Clemente Luz, pioneiro, que adormeceu e não viu Brasília nascer. *Palavras Viradas, Intelbras*, Brasília, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://www.notibras.com/site/lembrando-clemente-luz-pioneiro-que-adormeceu-e-nao-viu-brasilia-nascer> Acesso em 23 out. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos analisar representações sociais de Brasília e do escritor Clemente Luz expressas nos livros de crônicas *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972). Como ressaltamos ao longo da investigação, mesmo tendo sido publicados no final da década de 1960 e início de 1970, esses textos foram escritos por Clemente Luz durante a construção e primeiros anos de Brasília para serem interpretados diariamente pela Rádio Nacional de Brasília.

Observou-se que as crônicas fazem leituras sensíveis do cotidiano e do tempo em que são produzidas. Elas são fontes históricas que possibilitam o acesso à maneira que os sujeitos pensavam em outra época e representavam o mundo. No caso de Clemente Luz, realçamos que as crônicas escritas representavam Brasília no período em que estava sendo edificada (1956-1960) e em seus primeiros anos enquanto nova capital do Brasil (primeira metade da década de 1960). Além disso, elas relatam extratos da vida do cronista.

Foi possível identificar nos textos literários que Luz se colocava como um ator (cronista e jornalista) dentro daquele contexto, que os discursos que embasavam suas crônicas eram entusiásticos, mas também críticos e que as situações da sua vida se fazem presentes nas suas narrativas, tais como amizades, profissões exercidas, sentimentos, entre outros.

Identificamos nas representações sobre Brasília que Clemente Luz se colocava como um narrador privilegiado dos acontecimentos cotidianos da cidade. Ele narrava, sobremaneira, a partir das suas experiências e do que observava no dia a dia. São claros os momentos em que o cronista se utiliza do gênero para narrar coisas pequenas que as vezes poderiam passar despercebidas, como a mala de madeira utilizada nas viagens para Brasília, a caderneta de poupança da Caixa usada para os depósitos mensais de parte do salário recebido ou o caneco de alumínio utilizado pelos trabalhadores para saciar a sede.

Além disso, há uma atenção especial com os sentimentos dos sujeitos envolvidos naquele contexto. O cronista se volta para a solidão sentida nas datas comemorativas na cidade em construção, como o Natal e a Páscoa. A saudade afetava especialmente aqueles trabalhadores mais humildes, como os candangos, que muitas vezes não tinham recursos para visitar seus familiares. Além disso, ele narra a saudade que abatia os trabalhadores por estarem longe dos seus entes queridos. Também menciona o desespero de muitos que não possuíam um teto para abrigar a família pobre e, por isso, precisavam recorrer às casas consideradas irregulares pelas autoridades.

Na dissertação, procuramos avaliar outras questões que no nosso entendimento influenciavam as representações de Brasília e do escritor presentes nas crônicas. Desse modo, inicialmente chamou-nos atenção que Luz passou a narrar a si mesmo após a inauguração de Brasília. Muitos elementos dessa memória construída por ele eram presentes nos textos dos seus livros, como as cartas que escrevia quando atuava como escriba, a sua relação com a Rádio Nacional de Brasília, a sua proximidade com os sujeitos de quem escrevia, especialmente os trabalhadores. Ele não deixava de citar os problemas dos labutadores, como o excesso de ingestão de álcool, o que fez com que muitas das suas histórias tivessem como cenário os bares da nova capital.

Acima de tudo, suas narrativas sobre o personagem que criou de si mesmo foram de um “ator” da cidade que prestou um serviço e que contribuiu para que o “sonho de Dom Bosco” se confirmasse. Ele se coloca como o primeiro jornalista da cidade ainda em construção e como o primeiro cronista. Suas narrativas pessoais transitam entre a representação do menino pobre do interior que conseguiu mudar de vida por meio dos estudos e do escritor de renome que escreveu sobre Brasília por meio da rádio local.

Tivemos o cuidado de observar as situações que envolveram a produção e difusão das crônicas escritas por Clemente Luz para o rádio. Consideramos na investigação que a opção de narrar Brasília por meio de crônicas não foi por acaso. Elas eram divulgadas para os sujeitos envolvidos com a construção da nova capital, assim como para o resto do país. A própria Rádio Nacional de Brasília fazia parte de um aparato propagandista dos ideais do governo de Juscelino Kubitschek. Essa propaganda de JK, antes da inauguração da nova emissora, utilizava a Rádio Nacional do Rio de Janeiro – pertencente ao Estado assim como o jornal *A Noite* – e o programa *A Voz do Brasil*.

Um objetivo muito específico da Rádio Nacional de Brasília foi o de propagar a nova capital para o resto do país e de divulgar o andamento das obras na cidade. Mas, diante dessa função, a rádio também possibilitou entretenimento para os trabalhadores que pediam músicas, participavam de programas de auditórios, entre outros. A rádio era usada pelos trabalhadores como meio de comunicação para enviar mensagens aos parentes e amigos distantes.

Ressaltou-se que o contexto de produção das crônicas de Clemente Luz estava atrelado ao objetivo da rádio. Suas narrativas eram veiculadas no programa *Crônica da Cidade*. Por narrar o dia a dia da nova capital em construção e seus primeiros anos, esses textos serviam como forma de propagação. Na época, já havia uma relação forte, como vimos, entre o rádio e o gênero literário, especialmente por suas características de leveza, de leitura rápida e de narrativas sobre situações rotineiras, banais e cotidianas. Além disso, a forte presença de

elementos da oralidade se casava com o veículo de comunicação de massa, algo perceptível nas crônicas de Luz que, como narrador, muitas vezes buscava o diálogo com seu ouvinte.

Assim, estando inserido nesse contexto da rádio nacional, notam-se nas averiguações das crônicas de Clemente Luz discursos recorrentes do imaginário de Brasília, especialmente dos defensores da transferência da capital. O cronista, que assumidamente se dizia um desses entusiastas da transferência, faz uso de uma memória discursiva muito utilizada pelo governo JK para defender a construção de Brasília. Uma delas era a possibilidade de integração e unidade nacional que mudaria o futuro do país.

Outrossim, é recorrente nas suas crônicas o uso de elementos mítico-religiosos desse discurso, como a interpretação do sonho de Dom Bosco, muitas vezes chamado por ele de “profeta”. Compreendemos que as simbologias sociais de Brasília possuíam relação com a coletividade dominante na época, especialmente no que se refere às lutas de representações (CHARTIER, 2002).

De qualquer maneira, foi possível afirmar que as representações presentes nas crônicas de Clemente Luz se voltavam para as sensibilidades daquela época, relacionadas aos sujeitos envolvidos na construção. Como mencionado, ele narra a interioridade e os sentimentos de muitos sujeitos de Brasília, dos mais humildes aos que ele chamava de “maiorais”, nesse caso, grandes expoentes da história de Brasília como JK, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, entre outros.

Compreendemos que, na época, o cronista não se denominava um candango, mas possuía uma relação de proximidade com esses sujeitos, sendo conhecedor das suas histórias de vida, das dificuldades enfrentadas, dos sentimentos que mais os afetavam (como a solidão e a saudade de quem amavam), entre outros. É nessa ótica que o escritor narrava o ritmo de trabalho empregado na construção de Brasília de maneira aproximada à cultura e tradições desses sujeitos.

Em algumas crônicas dos livros analisados, nos deparamos com o fato de que Clemente Luz demonstra reconhecimento de uma estratificação social de Brasília iniciada ainda no final da década de 1950 e que se perpetuou com a inauguração da cidade. Nesse caso, observamos um olhar do cronista voltado para as condições de moradia de famílias mais humildes, para a expulsão dos trabalhadores do Plano Piloto com a finalização das obras de construção e para as representações sobre a situação dos moradores da Vila Bananal (também chamada de Vila Amaury), que foram desalojados por conta das águas do Lago Paranoá em 1960.

Analisou-se também o fato de as representações expressas nas crônicas de Clemente Luz, e sobre o próprio cronista, serem compostas por várias camadas de memórias. Notamos a

existência de memórias oralizadas, que se referem às crônicas quando escritas para serem veiculadas na Rádio Nacional de Brasília, e memórias textuais, quando esses mesmos textos foram reunidos por Luz e publicados em formato de livros.

Além disso, nas memórias sobre Clemente Luz, constatamos não apenas aquelas produzidas por ele mesmo, como também as de outros sujeitos referentes ao escritor. Essas variadas camadas de memórias possuem como diferenciações as suas relações com o presente e seus interesses, já que como bem alude Jacy Seixas (2004), a memória não é desinteressada.

Não deixamos de destacar na dissertação que a opção de Clemente Luz em reunir as crônicas em livros apenas anos depois possui suas especificidades. Entendemos com isso que ele buscava consolidar sua imagem como cronista de Brasília e se inserir de vez em uma literatura nascente na nova capital, mesmo que, por vezes, ele tenha se mostrado descrente quanto ao sucesso dos livros e quanto a sua sonhada “glória literária”. A partir do final da década de 1980, o escritor passa a conviver com um afastamento da cena literária da nova capital, chegando a trabalhar no final da sua vida como diretor do Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

A dissertação procurou estudar múltiplos processos que envolvem Clemente Luz e suas crônicas presentes em *Invenção da Cidade* (1968) e *Minivida* (1972). Contentamo-nos com o fato de termos analisado representações do cronista e dos seus textos, mas sabemos que, diante da quantidade de crônicas, ainda há muitas interpretações a serem feitas. Com isso, esperamos que outras análises sejam realizadas a partir desta pesquisa, já que as memórias de Brasília estão em constante reelaboração. Desse modo, entendemos que as crônicas de Clemente Luz são importantes para esse processo pois são valiosas fontes de acesso ao cotidiano e às sensibilidades da construção e dos primeiros anos de Brasília.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

Crônicas

LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. Brasília: Ed. Horizonte - EBRASA, 1968.

_____. *Invenção da Cidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1982.

_____. *Minivida*. [Orelha de livro]. Brasília: Ediplan, 1972.

_____. *Minivida*. Brasília: Ediplan, 1972.

Depoimentos

Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal

FARIA, Eduardo Gomes de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

LUZ, Clemente Ribeiro da. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1996.

_____. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1996.

SANT'ANNA, Eleonora Morandi Quadros de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

SOEIRO, José Irismar. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Áudios 50 anos da Rádio Nacional de Brasília

FERREIRA, Ivo. (áudio) *Rádio Nacional de Brasília*, Acervo EBC/DF, 2008.

LOPES, Fernando. (áudio) *Rádio Nacional de Brasília*, Acervo EBC/DF, 2008.

SENNÁ, Carlos. (áudio) *Rádio Nacional de Brasília*, Acervo EBC/DF, 2008.

SENNÁ, Cleusa. (áudio) *Rádio Nacional de Brasília*, Acervo EBC/DF, 2008.

Revista Brasília

NOVACAP. *Revista Brasília*, ano 1, nº 1, janeiro de 1957.

_____. *Revista Brasília*, ano 1, nº 12, dezembro, 1957.

_____. *Revista Brasília*, ano 2, nº 18, junho de 1958.

_____. *Revista Brasília*, ano 2, nº 19, julho de 1958.

_____. *Revista Brasília*, ano 2, nº 20, agosto de 1958.

_____. *Revista Brasília*, ano 2, nº 21, setembro de 1958.

_____. *Revista Brasília*, ano 2, nº 23, novembro de 1958.

_____. *Revista Brasília*. ano 4, nº 40, [edição especial 21.04.1960], abril de 1960

Peça Teatral

MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília, a caçulinha do Brasil: alegoria infantil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Teatro, 1959.

Discurso

KUBITSCHKE, Juscelino. *Discurso na inauguração da emissora Rádio Nacional de Brasília*. Brasília, Biblioteca da Presidência da República, 31 e maio de 1958.

Relatório Censitário

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Experimental de Brasília*, Comissão Censitária Nacional, 1959.

Periódicos

Periódicos Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – BN Digital

A 3 DE MAIO DE 1958 (DEFINITIVO): RADIO NACIONAL FALANDO DE BRASÍLIA. *A Noite*, Rio de Janeiro, n°15.798, 2° caderno – p. 01, 12 dez. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45887. Acesso em 03 de fev. 2020.

BRANT, Ana Clara. O cronista de Brasília: o jornalista Clemente Luz registrou, com lirismo, histórias dos primeiros tempos da cidade. *Diversão & Arte, Correio Braziliense*, p. 1, 22 fev. 2010. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/4785. Acesso em 23 out. 2020.

BREVES NOTÍCIAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 7848, p. 22,22 set. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/61190. Acesso em 21 out. 2020.

CATALÃO, TT. Lá onde vai ser... Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 14451, 1° caderno, p. 2, 11 dez. 2020. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/27422. Acesso em 21 out. 2020.

CINEMAS E TEATROS, *Correios da Manhã*, Rio de Janeiro, n° 20364, 1° caderno, p. 12, 15 ago. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/109455. Acesso em 07 abr. 2020.

CONFIDENCIAL, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 6937, 1° caderno, p. 3, 18 fev. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/27218. Acesso em 20 out. 2020.

CRESCER DIA A DIA A AUDIÊNCIA, *Radiolândia (RJ)*, ano VII, n° 313, p. 64, Rio de Janeiro, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16030>. Acesso em 20 mar. 2020.

CRESCER DIA A DIA A AUDIÊNCIA DA NACIONAL DE BRASÍLIA, *Radiolândia (RJ)*, ano VII, n° 313, p. 65, Rio de Janeiro, 02 abr. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16094>. Acesso em 22 mar. 2020.

DEODATO, Alberto. Brasília e o candango. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02731, 1° caderno, p. 4, 09 nov. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/37383. Acesso em 20 out. 2020.

DESTAQUE, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 04705, 2° caderno, p. 1, 13 nov. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/67909. Acesso em 20 out. 2020.

EFE, Jota. Sobre as ondas do Rio. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n° 11.154, 1° seção - p. 10, 28 mar. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_03/62107. Acesso em 3 fev. 2020.

ESCRITORES ENCERRAM REUNIÃO COM PRÊMIOS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02912, 2° caderno, p. 8, 15 jun. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42340. Acesso em 20 out. 2020.

ESTÓRIAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 4324, 1° caderno, p. 2, 30 jan. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/43744. Acesso em 20 out. 2020.

FREITAS, Bahiense. O ESPETÁCULO CONTINUA... *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1739, 2° caderno, p. 3, 02 fev.1966. Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/21896. Acesso em 20 out. 2020.

FREITAS, Conceição. Pero Vaz de Brasília. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 14709, 1° caderno, p. 25, 26 ago. 2003. Disponível em:
http://memoria.bn.br/docreader/028274_05/46648. Acesso em 22 out. 2020.

_____. Brasília adivinhada. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 14710, 1° caderno, p. 25, 27 ago. 2003. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/46710. Acesso em 22 out. 2020.

_____. O cronista e o sonho. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1° caderno, p. 34, 27 nov. 2005. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/114540. Acesso em 22 out. 2020.

_____. A cara de Brasília. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1° caderno, p. 40, 29 set. 2007. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/166898. Acesso em 22 out. 2020.

_____. Um homem admirável. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1° caderno, p. 34, 09 set. 2008. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/191444. Acesso em 22 out. 2020.

_____. “A casa flutuante”. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1° caderno, p. 38, 14 fev. 2009. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_05/215650. Acesso em 22 out. 2020.

_____. Jabuti do cerrado. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1° caderno, p. 34, 28 set. 2010. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/26649. Acesso em 22 out. 2020.

_____. O primeiro cronista. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1° caderno, p. 29, 23 set. 2011. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/61500. Acesso em 22 out. 2020.

_____. Um acaso dos deuses. Crônicas da Cidade, *Correio Braziliense*, Brasília, 1º caderno, p. 24, 31 ago. 2014. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_06/151011 Acesso em 22 out. 2020.

INAUGURA-SE HOJE A RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, nº 19.992, 1º caderno - p. 13, 31 mai. 1958. Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/25293>. Acesso em 03 fev. 2020.

J.J.O. LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 2827, 2º caderno, p. 02, 03 de julho de 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42864. Acesso em 12 out. 2020.

_____. LITERATURA *Correio Braziliense*, Brasília, nº 2985, 2º caderno, p. 2, 6 set 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/44550. Acesso em 03 de fev. 2020. NOVACAP, *Revista Brasília*, ano 2, nº 18, junho de 1958.

JUSCELINO INAUGURA SURCUSAL DE “A NOITE” E RÁDIO NACIONAL EM BRASÍLIA. *A Noite*, Rio de Janeiro, nº 15.757, 1º caderno – p. 2, 28 out. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45027. Acesso em 03 de fev. 2020.

LEAL, Sérgio. BATE-BOLA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 02572, 2º caderno, p. 2, 08 mai. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33471. Acesso em 11 out. 2020.

LIMA, Sousa. RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, nº 220, p. 3, 21 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/9770>. Acesso em 15 de fev. 2020.

LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 2921, 2º caderno, p. 02, 26 jun. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/42626. Acesso em 20 out. 2020.

LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, nº 2985, 2º caderno, p. 2, 6 set 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/44550. Acesso em 20 out. 2020.

LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 3075, 2° caderno, p. 2, 21 dez. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/47332. Acesso em 20 out. 2020.

LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02439, 2° caderno, p. 2, 28 nov. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30863. Acesso em 10 out. 2020.

LITERATURA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02572, 2° caderno, p. 2, 8 mai. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/33465. Acesso em 10 de out. 2020.

LIVROS QUE RECOMENDO, Jornal de Alcy Ramalho Filho, *Diário do paraná*, Curitiba-PR, n° 8137, 2° caderno, p. 6, 26 jun. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/152284>. Acesso em 21 out. 2020.

LIVROS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 5693, 2° caderno, p.3, 30 ago. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/109350. Acesso em 20 out. 2020.

LIVROS, *Jornal de Caxias*, Caxias do Sul-RS, n° 500, p. 26, 13 set. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882470/16886>. Acesso em 21 out. 2020.

LUZ, Clemente. UM CONTRA TODOS. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 772, 1° caderno, p. 3, 15 nov. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/8821. Acesso em 20 out. 2020.

_____. O BONDINHO DA SAUDADE. A crônica de Brasília, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1506, 3° caderno, p. 1, 25 abr. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/18299. Acesso em 20 out. 2020.

MIGALHAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02589, 2° caderno, p. 3, 28 mai. 1968. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33788. Acesso em 20 out. 2020.

MINIVIDA DE BRASÍLIA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 3751, 1° caderno, p. 15, 03 mar. 1972. Disponível, http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/19927. Acesso em 20 out. 2020.

MOVIMENTO. *O Jornal (RJ)*, n° 11877, 2° caderno, p. 3, Rio de Janeiro, 22 mai. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/75265. Acesso em 22 mar. 2020.

MOVIMENTO. *O Jornal (RJ)*, n° 11984, 2° caderno, p. 2, Rio de Janeiro, 22 set. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_05/79470. Acesso em 20 mar. 2020.

NACIONAL, DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 225, 18 de julho de 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/10108>. Acesso em 01 abr. 2020.

NACIONAL. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 220, p. 16, 21 jun. 2020. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/9783>. Acesso em 01 abr. 2020.

NO AR A NACIONAL DE BRASÍLIA. *Revista do Rádio*, Rio de Janeiro, n° 00459, p. 53, 23 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/25293>. Acesso em 03 fev. 2020.

NOTÍCIAS. *Revista do Rádio (RJ)*, ano XII, n° 529, p. 63, 7 nov. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/30072>. Acesso em 20 mar. 2020.

NOTÍCIAS. *Revista do Rádio*, ano XII, n° 511, p. 6304, jul.1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/144428/28862>. Acesso em 02 mar. 2020.

O QUE VAI PELA RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA. *Radiolândia*, Publicação semanal da Rio Gráfica e Editora LTDA , ano VII, n° 317, p. 64, 20 abr.1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/16357>. Acesso em 03 mar. 2020.

O QUE VAI PELO BRASIL. *Radiolândia*, Rio de Janeiro, ano V, n° 236, 11 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128848/10834>. Acesso em 01 abr. 2020.

O RÁDIO É NOTÍCIA. *A Noite (RJ)*, Rio de Janeiro, n° 15661, 2° caderno, p. 5, 5 jun. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/43142. Acesso em 01 abr. 2020.

OLIVEIRA, Joanyr de. PRÓDROMOS DA LITERATURA BRASILIENSE. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1475, 2° caderno, p. 1, 17 mar. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/17829. Acesso em 20 out. 2020;

OLIVEIRA, Wilson. Clemente da Luz: A perda de três dedos da mão não impediu o sucesso do escritor que conhece como poucos o espírito da cidade. GENTE DE BRASÍLIA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 8945, p. 24, 09 out. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/104469. Acesso em 21 out. 2020.

OS MAIS VENDIDOS. LITERATURA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02576, 2° caderno, p. 2, 12 mai. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33541. Acesso em 20 out. 2020.

OS MAIS VENDIDOS: LITERATURA, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02582, 2° caderno, p. 2, 19 mai. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33649. Acesso em 20 out. 2020.

PADRO, Marcus. Brasília: do pitoresco ao dramático. Livros e autores, *Diário de Pernambuco*, Recife-PE, caderno B, n° 186, p. 10, 10 jun. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/47446. Acesso em 21 out. 2020.

PIRES, Ézio. ONDE ESTÁ O VALOR DO PREFÁCIO. Coluna Literária, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 1469, 2° caderno, p. 2, 10 mar. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/17744. Acesso em 20 out. 2020.

_____. Escritores e poetas de Brasília. COLUNA LITERÁRIA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 01590, 2° caderno, p. 2, 06 ago. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/19641. Acesso em 11 out 2020.

_____. Prêmio publicado e livros de Ano Novo. “CORREIO” NAS LETRAS. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02046, 2° caderno, p. 1, 04 fev. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/26757. Acesso em 10 out. 2020.

PLANTÃO, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 7044, 1° caderno, p. 2, 08 jun. 1982. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_03/30885. Acesso em 20 out. 2020.

QUEM SE ENCARREGA DO CUMPRIMENTO DE TAREFAS ESPECÍFICA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 9893, 2° caderno, p. 3, 30 mai. 1990. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_04/6182. Acesso em 21 out. 2020.

RÁDIO & TV. *Correio da Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro n° 19995, 1° caderno, p. 13, 04 jun. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/92047. Acesso em

RÁDIO, DISCOS: TV VASCONCELOS. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, n° 2455, p. 6, 27 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/108081/15909>. Acesso: 01 abr. 2020.

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA: INAUGURAÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n° 00124, 1° caderno – p. 9, 31 mai. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/88145. Acesso em 03 fev. .2020.

RÁDIO: NOTICIÁRIO. *Jornal do Commercio (RJ)*, n° 00248, 1° caderno, p. 6, Rio de Janeiro, 22 jul. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_14/56107. Acesso em 20 mar. 2020.

RIO, José do. Vozes da cidade. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, n° 02.823, p. 2, 23 abr. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/47294. Acesso em 03 de fev. 2020.

SINDICATO ESTUDA MANDADO DE SEGURANÇA PARA FAZER CIRCULAR “A Noite”. *A Noite*, Rio de Janeiro, n° 303, 1° caderno – p. 11, 31 dez. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/82669. Acesso em 03 de fev. 2020.

SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02431, 2° caderno, p. 2, 16 nov. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30698. Acesso em 10 out. 2020.

SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02449, 2° caderno, p. 3, 09 dez. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/31043. Acesso em 10 out. 2020

SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 01361, 2° caderno, p. 3, 30 de out. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/16264. Acesso em 10 de out. 2020.

SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 01599, 2° caderno, p. 3, 17 ago. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/19782. Acesso em 20 out. 2020

SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02603, 2° caderno, p. 3, 12 jun. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/34062. Acesso em 20 out. 2020.

SOCIAIS DE BRASÍLIA – Katucha. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02916, 2° caderno, p. 2, 20 jun. 1969. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/42471. Acesso em 20 out. 2020.

TEM PROSSEGUIMENTO SIMPÓSIO DO IV ENE, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02911, 2° caderno, p. 7, 14 jun. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/42315. Acesso em 20 out. 2020.

ÚLTIMAS, *Correio Braziliense*, Brasília, n° 4704, 2° caderno, p. 1, 12 nov. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/67861. Acesso em 20 out. 2020.

VAITSMAN, Maurício. Conhecido escritor e jornalista virou gazeteiro na nova capital. *Correio Braziliense*, Rio de Janeiro, n° B11351, p. 2, 17 nov. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_03/66547. Acesso em de mar. 2020.

VASCONCELOS, Adirson. BRASÍLIA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02454, 2° caderno, p. 7, 15 dez. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/31151. Acesso em 10 out. 2020.

_____. BRASÍLIA. *Correio Braziliense*, Brasília, n° 02568, 2° caderno, p. 7, 03 mai. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33388. Acesso em 10 out. 2020.

VISITARAM BRASILIA O SAMBA E O MORRO. *A Noite*, Rio de Janeiro, n° 15.800, 1° caderno – p. 3, 19 dez. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/45913. Acesso em 03 de fev. 2020.

Outros periódicos

DODF. A experiência comanda o Diário Oficial. *Linha Direta com O Servidor*. Ano I – N° 7, Brasília, 31/10/1996, p. 3. [Encarte do Diário Oficial do Distrito Federal].

ESCARLATE, José. Lembrando Clemente Luz, pioneiro, que adormeceu e não viu Brasília nascer. Palavras Viradas, *Intelbras*, Brasília, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://www.notibras.com/site/lembrando-clemente-luz-pioneiro-que-adormeceu-e-nao-viu-brasil-ia-nascer> Acesso em 23 out. 2020.

RIELLA, Renato. *A memória de Brasília deve muito a Clemente Luz*. Blog do Riella, 04 abr. 2015. Disponível em: <http://blogdoriella.com.br/a-memoria-de-brasil-ia-deve-muito-a-clemente-luz>. Acesso em 22 out. 2020.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *Revista História da Educação* v. 7, n. 14. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30223>. Acesso em 13 nov. 2020.

ABRAMS, Lynn. *Oral history theory*. New York: Routledge, 2010.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Almanaque da rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História: abordagens a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: Edusc, 2007, p. 199-209.

ARAKE, Marianna Yoshie dos Santos. *Um olhar poético para Brasília na construção da identidade cultural de crianças brasilienses*. 2011. 115 f., il. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ARAÚJO, Roberto Gonçalves de. *Cinquenta anos do mobiliário urbano de transporte público em Brasília*. 2010. 263 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Depoimento Orais I: catálogo / Coordenação Silvia Regina Viola de Castro*. -- 2ª edição. Revisada e atualizada. Brasília: Arquivo Público do DF, 2008.

_____. *Guia [do] Arquivo Público do Distrito Federal*. Brasília: O Arquivo, 2015.

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria E. Galvão G. Pereira. 2º Ed, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Walter Benjamin. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 3ª Ed. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

BIZELLO, Maria Leandra. Cinejornais nos anos dourados: JK e Brasília em imagens em movimento. In: *XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo-RS. XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Oikos, 2007. v. 24. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24>. Acesso em 06 abr. 2020.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 12ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos – CEBRAP*, nº 96, São Paulo, julho de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008. Acesso em 10 mar. 2020.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho Mazzeu. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v.21, n.1, p. 24-46, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986>. Acesso em 06 abr. 2020.

BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. (Dissertação de Doutorado). Brasília, DF: Ed. UnB, 2009.

BURKE, Peter. “As fronteiras instáveis entre a história e a ficção”. In. AGUIAR, Flávio et alii (org.). *Gênero de Fronteira: Cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

CALABRE, Lia. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960*. 2002. 276 f. 1v. Tese (Doutorado em História) Curso de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *A era do rádio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p.109-129.

CANDIDO, Antônio. “A vida ao rés-do-chão”. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. [et al]. *Para Gostar de Ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 1981.

_____. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antônio [et al.]. *A crônica – o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Mônica Gonçalves. *Os primeiros anos do rádio em Brasília*. 2007. 38 f., il. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, Bernadete Aparecida de. *Brasília literária: de quem para quem: proposta de um cânone para os autores brasilienses tendo em vista a recepção*. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARVALHO, Iracilda Pimentel. Brasília: imagens e representações. In: COSTA, Cléria Botelho da., MAGALHÃES, Nancy Alessio. (Org). *Contar História, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. “*E a história se fez cidade...*”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. 167p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2005.

_____. *Memórias, tramas e espaços: a história de Brasília construída pela fala dos moradores de Sobradinho - DF*. 2014. 127 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humana, Campinas, SP, 2014.

CHAGAS, Genira. *Rádiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência*. São Paulo: Atlas, 2012.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun/ Roger Chartier*; tradução Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002

_____. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CIDADE, Lúcia Cony. Ideologia, produção do espaço e apropriação da socitynatureza no Lago Paranoá. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CODEPLAN. *Relatório do Plano Piloto de Brasília/ elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA*. Brasília: GDF, 1991.

COSTA, Luiz Carlos Guimarães. *História da Literatura Brasiliense*. Brasília: Thesaurus, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo e identidades*. 2 ed. - Belo Horizonte: autêntica, 2010.

DERNTL, M. F. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: XIV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX, 2016. São Carlos. *Anais...* São Carlos: USP, 2016. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.

_____. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate – Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 27, n. 1 [37], p. 11-334, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8654339>. Acesso em 14 nov. 2020.

_____. Alegorias de Brasília: narrativas históricas sobre as capitais brasileiras. *Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo*, (25), p. 94-106, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29248>. Acesso em 14 nov. 2020.

_____. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos Metrópole*, v. 22, n. 47, p. 123-146, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2020-4706>. Acesso em 14 nov. 2020.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. 26ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

FERRÃO NETO, José Cardoso. *Mídia, Oralidade e Letramento no Brasil: vestígios de um mundo dado a ler*. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FISCHER, Almeida. A Literatura de Brasília. In: *O Áspero Ofício V*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/INL, 1983.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

HORTA, Anderson Braga. *Sob o signo da poesia: Literatura em Brasília*. Brasília: Thesaurus, 2003.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Experimental de Brasília*, Comissão Censitária Nacional, 1959.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporânea: manifesto por las ciencias sociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.

_____. *Por que construí Brasília*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002 - (Coleção Brasil 500 anos).

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Patrícia. *LUZ-CAPITAL: O surgimento da televisão em Brasília contada a partir dos sujeitos da ação – Uma história oral que morre diariamente*. Brasília-DF, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Clemente. Radiojornalismo. In: SINDICADO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL. *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Lantana Comunicação, 1993. p. 159-171.

MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

MACHADO, Maria Salete Kern. Memória e cidade: Brasília 50 anos. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia – Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro-RJ. *Anais* (online). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em 25 jun. 2019.

MATOS, Heloiza. *Memórias de Brasília: primeiros habitantes, narrativas das mídias e laços comunicativos*. São Paulo: Plêiade, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDES, Manuel. *Meu testemunho de Brasília*. 3. ed. revista e aumentada – Brasília; Thesaurus, 2006.

MENDES, Nathália, SOUSA, Yvna. *É bom viver Nacional: vidas sintonizadas em 980 kHz*. Brasília, 2010.

MEYER, Marlyse. “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se faz a chronica”. In: CANDIDO, Antônio [et al.]. *A crônica – o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *O Rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria L. *Brasília: a construção da nacionalidade – um meio para muitos fins*. Vitória: Edufes, 1998.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A construção de si: uma narrativa em torno da experiência da AIDS. *Revista de História Regional*, v 3, 2, 1998, p. 157-166. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2065>. Acesso em 14 nov. 2020.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

_____. *Minha experiência em Brasília*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

_____. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. *Sociedade e estado*, v. 21, n. 2, p. 487-512, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v21n2/a08v21n2.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2005.

PANSANI, Clóvis. *Pequeno dicionário de sociologia*. [livro eletrônico]. Campinas: Autores Associados, 2018.

PEIREIRA, Wilson. *A literatura brasiliense*. Brasília: Universa, 1999.

PELEGRINI, Mariana Zibordi. A Cidade Maravilhosa no rádio carioca em 1920 e 1930. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <http://geografias.net.br/papers/2011/R6-1205-1.pdf>. Acesso em 06 abr. 2020.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*, 3, 2000, p. 117-27. Disponível em: [http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=26](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=26). Acesso em 14 nov. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do urbano: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

_____. *Crônica: fronteira da narrativa histórica. Anos 90*, Porto Alegre, n° 7, julho de 1997.

_____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Crônica: leitura sensível do tempo*. História Unisinos, vol. 8, n° 10, jul-dez 2004, p. 61-80.

_____. História & literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). *História & Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. Cidades visíveis, cidade sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n° 53, junho de 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/263/26305302.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.

_____. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: Percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 11-18.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em 14 nov. 2020.

REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)*. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

REZENDE, Vera Lúcia Guimarães. *Independência 1290 AM, “A Rádio Eclética da Cidade”*: Estudo sobre a existência da Rádio Independência de São José do Rio Preto, sua importância e influência midiática no período de 1962 a 1995. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Marília, Marília, 2005.

_____. *Da crônica jornalística ao conto: a transformação da escrita em Dinorath do Valle*. 2019. 231 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2019.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2008.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papiros, 1994-1997. 3 v.

_____. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papiros, 1997. Tomo I.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. 1990, 257 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990.

ROSENTHAL, G. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 6ª edição. São Paulo: Ática, 2005.

SALVADOR, Roberto. *A era do radioteatro: o registro da história de um gênero que emocionou o Brasil*. Gramma, 2016.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Narrativas benjaminianas: a crônica e as crianças na era do rádio. *Rádio-Leituras*, Vol. 9, edição janeiro – junho 2018, p. 32-43. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/radio-leituras/article/view/1350>. Acesso em 14 nov. 2020.

SEGAWA, H. M. Brasília: pátina do futuro. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 430-474, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8654756>. Acesso em 03 nov. 2020.

SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: Bresciani, S.; Naxara, M. (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 37-58.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 2ª edição. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

SOUZA, Aglaia. *Cronistas de Brasília*. Brasília: André Quicé, 1995.

THOMÉ, Cláudia. *Literatura de ouvido: crônicas do cotidiano pelas ondas do rádio*. Curitiba: Appris, 2015.

VALADARES, Napoleão. *Dicionário de Escritores de Brasília*. Brasília: André Quicé, 1994.

VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Thesaurus Editora, 1978.

VESENTINI, José William. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: ed. Ática, 1986.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009.

VIDESOTT, Luíza. Os Candangos. *Revista risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, v. 7, n° 1, 2008, p. 21-38. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>. Acesso em 14 nov. 2020.

VILAS BOAS, Guilherme Silveira Braga. *Navegando no lago paranoá: Brasília e seus moradores*. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. *A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras*. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.